

ÍNDICE

Prefácio	2
Introdução epistemológica	6
1. O fenómeno empírico: a emergência dos estados asiáticos	
2. Realismo neoclássico ou Realismo aroniano	
Capítulo I – a República Americana	43
1. Considerações iniciais	
2. EUA: a impossibilidade da análise	
3. EUA: uma identidade e um regime liberais	
4. EUA: uma percepção liberal	
5. Realismo Americano	
6. Ordem Constitucional <i>sobre</i> a Unipolaridade	
7. Considerações finais	
Capítulo II - Alianças EUA – Democracias Trans-Pacíficas	88
1. Considerações Iniciais	
2. Japão: o despertar do mundo transpacífico	
3. Índia: a arma de destruição epistemológica	
4. QUAD/Global NATO: Montesquieu no Pacífico	
5. De Ocidente a Free World	
6. Considerações finais	
Capítulo III - O fim do eurocentrismo	143
1. Considerações Iniciais	
2. Sistema Pós-Atlântico	
3. O Fim do Eurocentrismo	
4. As três faces do fim do eurocentrismo	
5. Considerações finais	
Conclusão	161
1. Resposta: fim do eurocentrismo	
2. Nova pergunta: e a integração económica?	
3. O dilema de Washington	
4. Paradoxo europeu	
Bibliografia	166

Prefácio

«Recuar perante os comprometimentos intelectuais que herdámos e questionarmo-nos, com um novo espírito de análise, acerca do que deles devemos pensar»

Quentin Skinner ¹

Esta tese tem por título *O Fim do Eurocentrismo na política externa dos EUA e no Sistema Interestatal*, e por subtítulo *O Realismo na relação entre Washington e as democracias asiáticas*. A tese é composta por cinco ensaios que se interligam na forma de capítulos, mas cada ensaio tem uma autonomia própria.

O primeiro ensaio é a introdução epistemológica: *Na defesa do realismo neoclássico*. Aqui, procuramos fazer duas coisas: **(1)** identificar e explicar a relevância da questão/dúvida *realista* que serve de ponto de partida para tudo o resto: qual é o impacto da ascensão dos estados asiáticos na política externa dos EUA? Como veremos, o impacto central é provocado pelas democracias asiáticas. Do ponto de vista americano, estas democracias (Austrália, Japão, Índia, etc.) estão do outro lado do Pacífico, daí o termo *transpacíficas* que surge variadas vezes ao longo da tese (democracias transpacíficas ou comunidade de democracias transpacífica, tal como existe a comunidade de democracias *transatlântica*). Identificada a pergunta *realista* que originou esta investigação, **(2)** elaboramos uma reflexão epistemológica e metodológica sobre o realismo; clarificamos aqui os conceitos operativos que utilizamos na pesquisa empírica; conceitos que derivam de uma predisposição teórica que a literatura apelida de *realismo neoclássico*. No final, veremos que é mais justo falarmos em *realismo aroniano*.

Seguem-se os três capítulos centrais e a conclusão, que funciona como um pequeno ensaio que fecha esta investigação, mas que também abre as portas para uma investigação posterior.

O primeiro capítulo (*Estabilização de um conceito: a república americana – a ordem constitucional sobre a unipolaridade*) tem como função caracterizar o conceito central da tese: os EUA e a matriz realista da sua política externa. Ou seja, iremos aplicar aos EUA as variáveis de estudo do realismo neoclássico que identificámos na introdução epistemológica. Fala-se muito em unipolaridade, mas sempre numa lógica sistémica, abstracta. Não há *a Unipolaridade*, mas *esta unipolaridade americana*. Com isto, pretendemos estabilizar o conceito de *EUA*. Na literatura, na imprensa, no discurso político, fala-se muito da *América* (ou, melhor, de *Américas*, pois cada autor parece interessado em criar a sua própria América) e fala-se muito pouco da real e mensurável República Liberal e Federal

¹ Skinner, Quentin (2005:8). *Visões da Política, sobre os Métodos Históricos*, Algés, Difel.

conhecida por Estados Unidos da América. Sem esta base, sem esta compreensão dos EUA e da sua política externa, não é possível, depois, perceber a relação de Washington com os outros estados, sobretudo com as democracias.

No segundo capítulo (*Alianças EUA-democracias transpácificas - a Europa como novo Oriente*), tentamos descrever e compreender o *porquê* das relações estratégicas entre os EUA e as democracias transpácificas (sobretudo, Índia e Japão). Porque, como veremos, quando se analisa a acção americana no mundo transpácífico, no mundo da Ásia emergente, percebe-se que o espectro da China está sempre no horizonte, mas a acção central ocorre com outras democracias.

O terceiro capítulo, intitulado *O fim do Eurocentrismo, uma questão de perspectiva*, propõe uma interpretação sobre o impacto dos estados asiáticos não só na política externa americana, mas também no sistema interestatal em geral. Vivemos num *sistema pós-atlântico*; um sistema marcado por três características: (1) em Washington, o mundo transpácífico torna-se tão ou mais importante do que o mundo transatlântico. (2) Em termos de poder material, os estados europeus são confrontados com uma novidade: a Europa já não tem qualquer centralidade estrutural. (3) Em termos de identidade, descobrimos que o espaço do Atlântico Norte, outrora dono e senhor da legitimidade que advém da democracia liberal, é obrigado a partilhar a legitimidade com democracias não-atlânticas como Japão, Índia, Brasil, África do Sul. Hoje confirma-se algo que ficou a latejar desde 1945: a Europa não é o centro do mundo, quer em termos materiais, quer em termos de legitimidade. Uma correcta perspectiva (o conceito de *perspectiva* é central no realismo neoclássico) sobre o sistema não pode colocar o espaço euro-atlântico no seu centro. Por outras palavras, o que morreu nos últimos anos não foi o *Ocidente* (projecto político), mas o *Eurocentrismo* (o hábito intelectual que coloca o tandem Europa-EUA como único agente da história, como único elemento com a capacidade material e a legitimidade moral para intervir na política mundial). Não apresentamos aqui qualquer teoria nova. A disciplina já tem teorias suficientes. Nem vamos apresentar factos novos (só destacamos factos *esquecidos*). Tentamos apenas construir uma *lente* sobre o nosso tempo. É uma questão de *perspectiva* e não de *teoria*. Uma lente que, num mundo ideal, exigiria que trocássemos de mapas. O mapa padrão que utilizamos – com a Europa ao centro – é uma relíquia que deveria interessar mais à antropologia do que à ciência política. No Ocidente, sobretudo na Europa, o nosso maior desafio não é político, mas sim epistemológico: como negociar o nosso eurocentrismo (perspectiva intelectual) com um mundo cada vez menos europeu e ocidental (questão de facto)? A

nossa conclusão é que, nesta negociação epistemológica, temos de deixar cair grande parte do nosso eurocentrismo.

Na conclusão, o quinto e último ensaio, além de resumirmos as respostas dadas à pergunta de partida (*sistema pós-atlântico; fim do eurocentrismo*), abrimos a porta a uma nova investigação, filha desta, que gira em redor de dois pontos para os quais ainda não há resposta: o *dilema americano* (como continuar a integrar os asiáticos sem humilhar os europeus, sobretudo ao nível das instituições internacionais?) e o *paradoxo europeu* (como perceber que, no preciso momento marcado pelo declínio dos europeus – estrutura –, o mundo nunca foi tão europeu como é hoje – na identidade? Isto é, como perceber que *declínio não é decadência?*)

Para finalizar – e tomando a liberdade de falar por momentos na primeira pessoa –, sei que apresento um argumento arriscado. Sei que falar em fim da centralidade atlântica e europeia causa incómodo político e académico. Foi precisamente o que sucedeu comigo ao longo desta investigação. O que escrevi incomoda-me. Ao longo da investigação, aquilo que descobri como investigador causou-me desconforto. Porque, apesar de tudo, sou europeu, português, e vivo junto ao Atlântico, em Lisboa. E um cidadão europeu não gosta propriamente de ouvir falar em fim do atlantismo, de fim do eurocentrismo, etc.

Ao longo da tese, acabei por colocar em causa a minha própria «utilização mental», isto é, o meu «quadro de referências» (Ramos, 2001: 21). Conceitos que estavam perfeitamente estabelecidos (ex.: *Ocidente*) deixaram de o estar. Velhas certezas, que nunca coloquei em causa, estão hoje em estado periclitante. Exemplo: não é nada garantido que a Aliança Atlântica seja o pilar indiscutível da estabilidade internacional. E acima de tudo fui confrontado com o facto de os debates transatlânticos do meu contentamento eurocêntrico (dentro da narrativa *Vénus vs. Marte*) serem absolutamente secundários. Hoje, o debate central para o futuro da ordem internacional ocorre no mundo transpacífico. Aron dizia que a tarefa de quem estuda política é destruir os mitos que circulam entre políticos e intelectuais (Aron, 2007 [1983]: 641). Mas Aron nunca nos avisou sobre o seguinte: quando tentamos desmistificar X e Y, corremos o risco de acabarmos igualmente desmistificados, e sem suportes epistemológicos sólidos.

Apesar de tudo, tenho ainda uma esperança no sentido de regressar ao conforto eurocêntrico do passado, a saber: tudo o que escrevi é absolutamente falsificável, logo, tenho a esperança que alguém prove que estou errado. E se estiver errado, então, isso significa que os europeus continuam a ser o centro do mundo e, portanto, o

eurocentrismo continua a fazer sentido. Neste hipotético erro do investigador reside a hipótese de um cidadão europeu mais descansado em relação ao futuro.

Mas não me parece que vá ter essa sorte epistemológica. Faço parte de uma estranha geração, uma geração encravada entre dois tempos: ainda nasci no tempo eurocêntrico, ainda senti o temor e os tremores dos grandes choques políticos e ideológicos entre ocidentais, com o resto do mundo na mera condição de espectador passivo. Mas vou morrer num mundo onde a Europa, a minha Europa, é apenas *mais um* actor, como tantos outros, dado que o resto do mundo resolveu começar a jogar no campo que era apenas ocidental. Nunca vou conseguir explicar aos meus filhos que a Europa, um dia, com Portugal lá pelo meio, foi o centro do mundo.

Introdução epistemológica

Na defesa do realismo neoclássico

Each has to be recognised as a contingent response to a historic situation and as the outcome of a self-education
Michael Oakeshott²

I have no intention of acting as an interpreter of a universal conscience
Raymond Aron³

Como já afirmámos, esta tese é composta por cinco ensaios que se interligam na forma de capítulos, mas cada ensaio tem uma autonomia própria. O primeiro ensaio é precisamente esta introdução, que gira em torno de duas reflexões:

- (1) Identificação da questão do estudo. Qual foi, afinal, o *mote* empírico que despertou a nossa curiosidade científica para esta investigação?
- (2) Uma reflexão epistemológica e metodológica sobre o realismo. Clarificamos aqui os conceitos operativos que utilizamos na pesquisa empírica; conceitos que derivam de uma predisposição teórica que a literatura apelida de *realismo neoclássico*. No final, veremos que é mais justo falarmos em *realismo aroniano*.

De forma muito aroniana, A.J.P. Taylor dizia que «I have no system, no moral interpretation» (Taylor, 1967: 7). Assinamos por baixo. O nosso quadro teórico não corresponde a um sistema fechado (como fazem os neorealistas) ou a uma interpretação demasiado normativa/moral (como tendem a fazer os construtivistas europeus e os liberais americanos da paz democrática, por exemplo). Pela via do sistema ou pela via da normatividade, boa parte das escolas de RI acabam por ser teleologias sem rigor analítico. O realismo neoclássico permite-nos escapar à excessiva parcimónia dos sistemas estruturalistas e ao excesso idealista das escolas explicitamente normativas. O realismo neoclássico não é uma teoria. É um método de estudo em si mesmo; não é um sistema teórico fechado que impõe hipóteses à partida, mas sim uma predisposição teórica que garante os conceitos e variáveis que servem de *lentes* para a investigação empírica. Ou seja, é um método que está mais próximo da humildade epistemológica da história política e da ciência política de *case study* do que das grandes e ambiciosas teorias que buscam a parcimónia e a capacidade de prever o futuro. Estamos com a agilidade plural da Raposa e não com a fortaleza do Ouriço.

Esta será uma reflexão extensa. Por várias razões. (1) Nesta fase, o estudante já deve saber *quem é, como deve estudar política* e tem de saber explicar isso. (2) Consideramos que é

² Oakeshott, Michael (2003 [1975]: 325). *On Human Conduct*, Oxford, Oxford University Press – Clarendon Press.

³ Aron, Raymond (1974: xx). *The Imperial Republic*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

urgente resgatar o realismo do neorealismo americano, recuperando uma velha predisposição realista europeia representada por Raymond Aron. Não só porque o neorealismo está simplesmente errado e falido, mas também porque o realismo aroniano (centrado nos estados e não no sistema) é, parece-nos, um instrumento decisivo para a compreensão da actual conjuntura internacional marcada pela inusitada presença de Estados não-ocidentais. (3) A literatura tem a tendência para retirar as Relações Internacionais (RI) do campo da política, colocando-a numa esfera apolítica, ora pela via sistémica (neorealistas, neomarxistas), ora pela via moral (construtivistas e liberais). Esta introdução é um esforço no sentido de colocar as RI novamente no campo da política, isto é, na pluralidade dos *homens* e não na ilusão do *Homem* ou do *Sistema*.

A introdução termina com um breve resumo dos restantes quatro capítulos.

1. O fenómeno empírico: a emergência dos estados asiáticos

Hoje, existem dois entraves a um estudo realista da política internacional: (1) o carácter apolítico dos cientistas políticos que trabalham em RI. (2) O *zeitgeist* político e intelectual no Ocidente encontra-se demasiado marcado por uma questão que, apesar de dramática, não alterou a política internacional: o 11 de Setembro (9/11). Como veremos, a nossa questão de trabalho desafia este duplo bloqueio académico e político.

Recentemente, Stephen Walt deixou um alerta aos académicos de RI: os decisores políticos prestam pouca atenção à vasta literatura teórica de RI, e isso sucede não por *ignorância* dos políticos mas por *obscurantismo* da maioria dos trabalhos académicos. Isto porque se perdeu o interesse em fazer trabalhos com interesse real (*policy-relevant work*). As normas e os incentivos profissionais dentro da academia contemporânea desencorajam os académicos a fazer *useful theoretical work*. O estudo de RI, adianta Walt, «is a self-regulating enterprise»: o sucesso de um livro ou artigo depende do número de citações que recolhe dentro da academia e não da sua correlação com a realidade empírica. Aliás, existe um preconceito contra quem estuda os fenómenos reais da política contemporânea (Walt, 2005: 23-48). Em suma, as luzes estão centradas no *status* metodológico, ontológico e filosófico da disciplina (Moravcsik, 2003: 131-136).

Este distanciamento em relação ao mundo empírico seria aceitável se estivéssemos a falar de filosofia política. Mas não. Estamos no campo da ciência política, logo, no campo da pesquisa da realidade empírica que existe do outro lado dos portões da academia. A disciplina de RI não pode fugir do *objecto* que lhe deu origem: a política concreta que marca os estados e as sociedades onde vivemos. Se continuar pelo

caminho criticado por Walt, a disciplina será cada vez mais uma meta-disciplina. O objecto de estudo dos académicos de RI é crescentemente a própria disciplina de RI. Vemos poucos duelos entre o académico e a realidade, mas existem constantes duelos entre académicos. A disciplina entretém-se a falar do «Remaking the Mainstream: the Case for Activism in IR Scholarship» (Herring, 2006) ou do «Re-Thinking the ‘Inter’ in IR» (Kratochwil, 2007), enquanto lá fora chineses e indianos mudam as coordenadas da política internacional. Enquanto a marinha indiana se prepara para ter três porta-aviões, temos académicos ocidentais a escrever sobre a estética do medo (Weber, 2006). Depois, vários autores vivem literalmente da crítica a outros autores. William Wohlforth tem feito um trabalho notável na explicação da durabilidade da unipolaridade americana. Mas este esforço vive sobretudo da negação da teoria de Kenneth Waltz, numa espécie de duelo eterno entre o realismo neoclássico (que aceita a unipolaridade como um facto) e o neorealismo (que recusa a unipolaridade enquanto aberração não-natural). Em 1999 (Wohlforth, 1999: 5-41), Wohlforth escrevia contra a teoria de Waltz. Em 2007 (Wohlforth *et al.*, 2007), continua a fazer o mesmo, mas por outras palavras.

A curiosidade pelos fenómenos empíricos é o primeiro passo do espírito científico. Mas em RI perdeu-se o fascínio e a curiosidade pelos fenómenos empíricos que ocorrem à nossa frente. Uns estão demasiado ocupados com a previsão científica do futuro (parcimónia neorealista), outros estão demasiado ocupados com a construção idealista do futuro (normatividade construtivista ou liberal). Ninguém parece disposto a deixar-se surpreender pela história aqui no presente. Como veremos, a nossa questão de trabalho parte, precisamente, do espanto perante um fenómeno empírico.

Em representação oficial do Ministério da Defesa de Portugal, participámos no *Leaders Program in Advanced Security Studies* do *George Marshall Center* (Garmish, Alemanha). Durante três meses (Maio-Agosto 2006), fomos colegas de centenas de diplomatas, oficiais do exército e da polícia, investigadores civis dos ministérios da defesa (MD) e dos ministérios dos negócios estrangeiros (MNE) oriundos de dezenas de países da América, Europa e Ásia. Numa das sessões solenes, um dos responsáveis do centro fez a seguinte pergunta a mais de 200 pessoas: «quem é que hoje se sente mais seguro do que no tempo da Guerra-Fria?». Só três pessoas levantaram o braço para dizer *sim*: nós fomos uma delas. Repare-se: estamos a falar de um *think tank* americano e alemão no coração da Alemanha (o coração da Guerra-Fria), e que conta com a presença de russos/americanos (os contendores da Guerra-Fria) e de europeus de leste (os cenários da Guerra-Fria). Mas, mesmo assim, toda esta gente sente-se hoje mais insegura do que

no tempo do terror nuclear. Isto provou-nos, *in loco*, aquilo que muitas vezes fica implícito: os ocidentais sentem nostalgia epistemológica pelo tempo da Guerra-Fria. Aliás, logo em 1989, o sub-secretário de estado americano, Lawrence Eagleburger, «expressed nostalgia for the ‘remarkably stable and predictable atmosphere of the Cold War» (Waltz, 1993: 44). Naquele tempo, existiam dois blocos de poder, que correspondiam a duas ideologias, e só havia uma pergunta para responder: “de que lado estás?”. A Guerra-Fria, quer em termos de análise de poder, quer em termos de análise ideológica, provocou um certo ócio epistemológico entre ocidentais. Como indica Edward Luttwak (Luttwak, 2006: 26), a Guerra-Fria representava um alto grau de risco bélico, mas assegurava uma enorme estabilidade analítica. Hoje, tudo é mais cinzento; perdeu-se a capacidade de projectar o futuro com o grau de certeza sentido durante a Guerra-Fria. E esta incapacidade de ter o futuro nas mãos está a abalar as referências ocidentais.

A primeira baixa desta situação é a perda do sentido da proporção histórica. As ameaças de hoje são empoladas ao máximo e utiliza-se vocabulário impróprio. A *guerra ao terror* é o exemplo desta falta de sentido histórico. Após o 9/11, criou-se a ideia de que o islamismo (através de actores não-estatais) seria a nova ameaça mortal à civilização ocidental, o sucessor de fascismo e comunismo. Os neoconservadores chegaram a falar de IV Guerra Mundial (Podhoretz, 2004: 17-54). Neste ambiente, há quem chegue a comparar 2007 com 1938, com o Irão no lugar da Alemanha; isto apesar de o Irão não passar da 29.^a economia do mundo e quando o orçamento do Pentágono é o dobro de todo o PIB iraniano (Zakaria, 2006).

De forma fria, é preciso ajustar contas com a realidade material: o 9/11 teve um impacto devastador na opinião pública ocidental, mas não teve qualquer impacto na distribuição de poder no sistema (Gaspar, 2003: 141-176). Mais: «malignant though it is, Islamic fundamentalist terrorism remains a far less potent threat to the United States than the Soviet Union» (Ferguson, 2004: 27). O facto central do nosso tempo não é o 9/11. Os factos que melhor caracterizam o sistema actual são os seguintes: (1) ausência de guerra entre os grandes poderes e (2) emergência dos estados asiáticos.

Hoje não há guerra ou sequer tensão entre os grandes poderes do sistema. E «this is a breathtaking change in world politics, which previously consisted of a state of war among the major powers» (Jervis, 1999: 224). E esta situação não tem sido convenientemente salientada. Hoje, podemos preocupar-nos com questões menores (terrorismo, *rogue states*, estados falhados, ambiente, crime organizado) porque as grandes

questões de geopolítica estão adormecidas. Isto não significa que entrámos no fim de história. Não. As guerras mais destrutivas ocorreram entre grandes poderes e é imprudente pensar que os grandes poderes nunca mais entrarão em guerra (Bobbitt, 2002). Mas, neste momento, a verdade é esta: «for the first time in modern history, the major powers of the day» (EUA, Europa, China, Rússia, Japão, Índia) «are not engaged in a classical struggle for domination at each other's expense» (Haass, 2005: 6). Mais: não há sinais de uma coligação de estados anti-EUA (Joffe, 2006).

Estes dois factos (ausência de guerra entre os Grandes Poderes e a emergência asiática) não têm merecido a atenção devida. A ausência de guerra tem um sério problema pela frente: é que, *por não existir*, não pode aparecer na CNN. Eis algo que nunca adivinharíamos se apenas recolhêssemos informação pela TV: «war has entered a cycle of decline». O paradoxo é notável: o momento histórico marcado pela paz entre grandes poderes é também a Era dos «24-hour cable news and the Internet»; assim, acabamos por *ver* mais conflitos do que nunca, apesar de vivermos no momento histórico mais pacífico de que há memória (Easterbrook, 2005: 18-21). Em 1959, Leo Strauss ensinou-nos a desconfiar das agendas políticas do momento: «it is only when the Here and Now ceases to be the centre of reference that a philosophic or scientific approach to politics can emerge» (Strauss, 1988 [1959]: 16). Quando escreveu isto, Strauss referia-se sobretudo ao poder político, e à forma como o filósofo político deve ser um adversário da sua Cidade, no sentido de adquirir distância crítica sobre a mesma Cidade. Ora, parece-nos que esta lição é ainda mais relevante quando temos de confrontar os *mass media*. Hoje, a grande ameaça ao trabalho do cientista político, que estuda a *realidade* internacional, são os *media* que fabricam uma *actualidade* com pouca correspondência com a real importância dos acontecimentos. Como indica Edward Luttwak, a televisão é uma força de deseducação. Hoje, em vez de prestarem atenção aos números e às palavras, as pessoas formam opiniões a partir das imagens que vêm na TV. E nada mais como uma imagem: podemos ver durante horas imagens sobre uma guerra e, mesmo assim, não aprendemos nada sobre a dita guerra durante esse tempo todo (Luttwak, 2007: 28). Em 2000, uma série de intelectuais e políticos americanos (entre eles, Condoleezza Rice, Paul Krugman, Richard Armitage, John McCain, Brent Scowcroft) alertava para um perigo: os *media*, centrados apenas em imagens dramáticas e violentas de acontecimentos *menores* (Bósnia, Kosovo), desviam a atenção da sociedade americana e dos próprios políticos das grandes questões estratégicas (ascensão da China, o sistema comercial e financeiro internacional) (Ellsworth *et al.*, 2000). O zénite deste

dramatismo televisivo, 9/11, afectou ainda mais a capacidade dos ocidentais para se centrarem nos pontos estratégicos decisivos. O 9/11 criou o mito do inimigo omnipresente (Mueller, 2006: 2-8).

O relativo desprezo garantido aos estados asiáticos advém do facto de o pensamento estratégico ter desaparecido do Ocidente. Durante os anos 90, os ocidentais pensaram a política mundial através de conceitos abstractos e sem conteúdo político preciso, como por exemplo *globalização* (que transforma a política mundial num unificado sistema económico, desprezando assim a nova pluralidade de actores políticos concreto), ou *direito internacional/ética humanitária* (que anula a pluralidade política através de um monismo legalista). Depois, como salienta Hew Strachan, os políticos ocidentais andam a confundir *strategy* com *policy* (Strachan, 2005: 33-54). Pensamento estratégico não é um conjunto de políticas para a resolução de um menu de problemas de segurança (terrorismo, estados-falhados, estados-pária). Perdemos o hábito de pensar em termos de *strategic studies*. Andamos fascinados com a ideia de *security studies*. Não há questionamento estratégico (como lidar com a ascensão de China e Índia?), mas apenas assertividade securitária (combater o terrorismo). Daí nasce o desprezo pela força dos asiáticos e o enfoque na fraqueza do Islão, representada por estados-falhados (Afeganistão), estados-pária (Iraque) ou grupos terroristas. A famosa *National Security Strategy* (Bush, 2002) de 2002 (NSS) e o relatório Solana⁴ são elucidativos a este respeito. Ambos os documentos *pensam* em termos de meras ameaças de segurança tácticas (terrorismo, estados falhados, grupos não-estatais, etc.) e relativizam (no caso da NSS) ou simplesmente ignoram (no caso do relatório Solana) os desafios estratégicos colocados por outros Estados.

Tudo isto é o reflexo de uma combinação explosiva entre o efeito psicológico do terrorismo e o facto comprovado de que os actores políticos reagem a acontecimentos súbitos e não a processos lentos. Aron alertava para a particularidade do terrorismo: os seus efeitos psicológicos são imensamente superiores aos efectivos danos e importância materiais (Aron, 2003: 170). E o que se está a passar no Ocidente é precisamente isso: vivemos obcecados com o efeito psicológico do terrorismo islamita e, no processo, esquecemos as grandes questões materiais e estratégicas. A velha tese de Robert Jervis continua activa:

«In politics, sudden events influence images more than do slow developments».
(Jervis, 1976: 308)

⁴ Cf. *A Secure Europe in a Better World – European Security Strategy*, Brussels, 12 December, 2003, pp. 3-4.

O maior perigo do terrorismo islâmico não é a sua capacidade destrutiva, mas sim a sua capacidade psicológica para desviar os ocidentais da questão mais significativa do ponto de vista do poder material: a silenciosa emergência de estados não-ocidentais ao longo de todo o sistema. A ascensão da China, da Índia, do Brasil, etc., não tem um momento marcante e simbólico como o 9/11, mas é essa lenta ascensão que marca e marcará ainda mais a política internacional, e que constitui o maior desafio aos dois factos centrais da ordem internacional: a inexistência de guerra entre os grandes poderes e a inexistência de qualquer movimentação de *counterbalancing* contra a unipolaridade americana.

Portanto, a nossa questão não parte destas obsessões de segurança. Este é um ensaio preocupado com a Ordem e não com as rupturas de segurança ocasionais dessa Ordem. Não se espere deste ensaio soluções para uma política concreta destinada a um problema de segurança; não se espere conselhos para uma *policy* específica. Hedley Bull tinha razão quando dizia que

«A busca de conclusões que pudessem ser apresentadas como “soluções” ou como “conselhos práticos” é um factor de corrupção no estudo contemporâneo da política mundial».
(Bull, 2002: 308)

A nossa lógica é puramente epistemológica. Está ao nível da percepção intelectual do fenómeno político e não ao nível da decisão política. Não queremos aconselhar o Príncipe numa política concreta. Se quisermos, este ensaio é uma *lente* que o Príncipe poderia usar para perceber o cenário geral onde se encontra *antes* da tomada de qualquer decisão. E o que poderá ver o Príncipe se usar a nossa *lente*? Resposta: o factor determinante da política mundial actual, a saber, a emergência fulminante dos estados asiáticos. E é este o fenómeno empírico que constitui o nosso ponto de partida. Vejamos porquê.

Entre 2001 e 2006, quando o mundo político e académico ocidental se entretinha a falar sobre turbulência política e rupturas de paradigma supostamente provocadas pelo 9/11, a economia mundial conheceu o período de maior crescimento das últimas três décadas. O crescimento *per capita* foi de 3,2% à escala global; uma marca sem precedentes históricos. Vivemos ainda outro fenómeno sem precedentes: EUA, Europa e Japão crescem, mas China, Índia, Brasil e demais economias em desenvolvimento crescem a um ritmo superior (Zakaria, 2006). A China está a crescer a 11,5%, a Índia a 8%, enquanto os EUA crescem a 2% e a zona euro a 2,6%⁵. O Banco Mundial afirma que o crescimento de 7,2% das economias em desenvolvimento permite dizer que «there is a

⁵ Cf. *The Economist*, November 10th, 2007, p. 121.

kind of an autonomous process going on in the developing countries»⁶. Isto significa o grito do Ipiranga económico por parte das economias não-ocidentais em relação ao Ocidente. Os *eventos* dramáticos e televisionados (Israel-Palestina, Iraque, Líbano, Irão, Venezuela e Coreia do Norte) podem fazer ruído mediático, marcando a agenda política e académica do ocidente, mas é este lento *processo* de ascensão económica não-ocidental (sobretudo na China e na Índia) que está a mudar radicalmente a face da política internacional. A globalização, depois da fase europeia (até 1914) e da fase americana (depois de 1945), está a desenvolver uma fase asiática, a reboque dos biliões de capitalistas chineses e indianos (Prestowitz, 2006: 147-148). Em 2001, o *the Rest* estava quase a fechar a *gap* em relação ao *the West*: detinha um PIB de 17.862 biliões de dólares contra os 19.331 biliões do Ocidente (Japão incluído) (Maddison, 2004: 41). Em 2005, este processo atravessou o Rubicão: as economias em desenvolvimento (com destaque evidente para as asiáticas) passaram a produzir mais de 50% do *output* mundial. Isto significa que o G-7 já não domina a economia global. E é bom recordar que a emergência asiática é um regresso ao passado: até ao século XIX, a Índia e a China detinham as maiores economias mundiais (Woodall, 2006; *The Economist*, 2006). Em 1820, num PIB global de 695 biliões de dólares, os asiáticos controlavam quase 400 biliões. Hoje, esquecemos com demasiada frequência que o Ocidente nem sempre foi o centro do mundo económico. Em 1500, o Ocidente detinha apenas 21% do PIB mundial. Em 1820, apenas 28%. Só no final do século XIX é que vemos um *take off* assinalável: em 1870, os ocidentais detinham 45% da riqueza mundial e 57% em 1913. O zénite foi atingido em 1950 com 60% (Maddison, 2004: 41).

Segundo a Goldman Sachs, do actual G7, apenas os EUA e o Japão continuarão a pertencer ao grupo das sete maiores economias em 2050; a Índia será a terceira maior economia do mundo, atrás da China e dos EUA. Os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) substituirão a França, a Itália, a Alemanha e o Reino Unido no topo da economia mundial (Purushothaman e Wilson, 2003). Hoje, as quatro economias mais poderosas em PPP (EUA, China, Japão e Índia) já não são europeias; se acrescentarmos o Brasil e a Rússia (9.º e 10.º), então, percebemos que apenas quatro países europeus estão na lista (Itália, França, Reino Unido e Alemanha). Em 1950, a China não existia economicamente, estando muito abaixo de todos os estados europeus com um minúsculo PIB de 46 biliões de dólares (a Alemanha, segunda economia do mundo na altura, tinha 337 biliões) (Maddison, 2004: 40). Hoje, em termos de PIB absoluto, a

⁶ Cf. «Launch of 2007 World Development Indicators», Washington, The World Bank, April 15, 2007.

China ultrapassou a Grã-Bretanha, a França e a Itália (falta pouco para ultrapassar a Alemanha na 3.^a posição). Em 2010, a economia chinesa terá o dobro do tamanho da economia alemã, e em 2020 ultrapassará a japonesa (Hoge, 2004). Neste momento, entre as quatro maiores economias, três são não-europeias (EUA, Japão e China). A China já ultrapassou os EUA enquanto principal fornecedor mundial de ICT (*Information & Communication Technology*). Europeus, japoneses e americanos detinham o monopólio sobre os produtos de valor acrescentado devido à sua superioridade tecnológica; esse monopólio foi quebrado por chineses e indianos (Steinbock, 2007). O monopólio ocidental sobre os fluxos de capital também foi quebrado; o mesmo se passa no mercado petrolífero (Singh, 2007). Em 2003, a China passou a ser o terceiro país a enviar um homem para o espaço.

O fim do domínio político do Ocidente sobre o resto do mundo foi violento e mediático; o estertor do colonialismo foi recheado de guerras e transições difíceis. O fim da hegemonia económica do Ocidente sobre o resto do mundo está a acontecer agora, *as we speak*, e parece que ninguém dá por isso, apesar de ser a maior mudança estrutural de que há memória. É que o fim do colonialismo foi um recuo *européu* devido à *fraqueza* europeia. Hoje, o fim da era eurocêntrica na economia mundial é marcado pelo avanço *asiático* devido à *força* asiática. Nos EUA, uma ideia começa a ganhar forma: o século XXI será um século asiático; e a ascensão da China e Índia não será feito às custas dos EUA, que continuam a manter o ritmo económico e demográfico constante, mas sim às custas da Europa. A percentagem europeia na riqueza e população mundiais irá diminuir radicalmente. Em 1945, os europeus perfaziam 22% da população mundial; em 2000 eram 12% e a tendência é para os 6% em 2050. Em meados do século XXI, a média de idade na Europa será de 52 anos, contra os 36 dos EUA. A percentagem europeia na economia mundial arrisca passar dos 22% actuais (já de si um número modesto) para 12% em 2050 (Lind, 2006: 191 e 193-194). Aliás, com os actuais 22%, a Europa já está ao nível de 1500, quando detinha apenas 21,3% do PIB mundial. Se continuar assim, a Europa atingirá em breve uma fasquia que não vê desde o ano 1000: os 12% do PIB mundial (Maddison, 2004: 41).

Estas mudanças estruturais, tal como indicou Henry Kissinger, têm uma consequência ao nível da percepção das prioridades estratégicas americanas: «For all their importance, the regional crises – Iraq, North Korea – are dwarfed by the fundamental transfer of power within the international system». Mais: a emergência da China é ainda mais revolucionária do que a emergência da França napoleónica ou da Alemanha unificada,

dado que marca «a shift in the center of gravity of world affairs from the Atlantic to the Pacific» (Kissinger, 2005). E isso significa que, para os EUA, os grandes dilemas estratégicos são os seguintes: (1) cooperação ou confronto com Pequim? (Zakaria, 2006) (2) Como gerir o *regresso* do Japão com a emergência da Índia e da China? (Zhongying, 2007: 48) (3) Como coordenar a relação China – Índia no sentido de evitar «misperception, misunderstanding, or miscalculation» (Yuan, 2007: 140) entre os dois gigantes asiáticos? No mundo transpacífico – onde, por sinal, habita a maioria da humanidade – a preocupação central não é o aquecimento global ou a pobreza em África. É, isso sim, a relação (imprevisível) entre China, Índia, Japão e EUA. Temos um Japão (2.^a economia mundial) a caminho da normalidade soberana. Temos 1 bilião e 300 milhões de chineses a crescer acima dos 10% e um 1 bilião e 100 milhões de indianos a crescer na casa do 8%. Acrescente-se a tudo isto velhas rivalidades e divisões históricas ainda por resolver (Taiwan, Coreias, memória conturbada entre Japão e China, disputas territoriais entre Japão e China, etc.). Não é por acaso que autores consagrados afirmam que a grande preocupação americana no início do século XXI deve ser a construção de uma arquitectura de segurança na região Ásia Pacífico (Fukuyama, 2005; Bobbitt, 2002). Perante esta brutalidade empírica, a nossa questão de estudo acaba por ser simples:

- De que forma a ascensão dos estados asiáticos afecta a política externa dos EUA? Parece certo que vai afectar. Mas como? De que formas? Como é que o gigante unipolar se adapta (ou não) a este novo desafio transpacífico?

Escrevendo nós a partir de Lisboa, há uma inevitável segunda pergunta em anexo à primeira:

- A ascensão asiática afecta ou não os estados europeus? Tendo em conta o papel dos EUA enquanto aliado central dos europeus, de que forma as relações transpacíficas dos EUA afectam a posição da relação transatlântica?

2. Realismo neoclássico ou Realismo aroniano

Raymond Aron é a nossa grande influência epistemológica. *Paz e Guerra* continua insuperável. E foi o contacto com Aron que nos permitiu ter os meios intelectuais para acolher vários autores realistas contemporâneos como Henry Nau, Fareed Zakaria ou Jack Snyder, autores americanos que formam o chamado *realismo neoclássico*; uma *nova* escola americana que recupera a *velha* predisposição europeia de Aron. Mas antes de entrarmos na explicação dos conceitos e perspectivas de estudo do realismo neoclássico,

convém distinguir esta escola do neorealismo estruturalista que campeia pela academia americana.

De forma geral (e antes de especificarmos as duas sub-correntes), o neorealismo ou realismo estruturalista liderado por Kenneth Waltz (Waltz, 1979) e John Mearsheimer (Mearsheimer, 2001) tem três grandes características: **(1)** a estrutura externa (o chamado *sistema internacional*) controla o processo interno das unidades (os Estados): «os poderosos imperativos estruturais do sistema internacional, na verdade, obrigam os EUA a...» (Mearsheimer, 2001: 61). O estado *X* é uma unidade na obediência aos imperativos do sistema. Como no mundo de Newton, existe uma lei estrutural que comanda todos os elementos. **(2)** A *anarquia* internacional é inevitável num mundo sem um Leviathan global: «num sistema sem governação central, a influência das unidades com maior capacidade é desproporcionalmente maior, porque não há leis ou instituições para dirigir e constranger. Podem trabalhar o sistema para sua maior vantagem» (Waltz, 2000: 53). A par da ideia de anarquia, encontramos o fundamento de que é impossível criar regras comuns entre Estados diferentes na arena internacional. A lógica é sempre de *soma zero*; a partilha de regras entre Estados com diferente poder estrutural não faz aqui sentido. **(3)** As funções das unidades são sempre as mesmas. Todos os Estados, independentemente do regime constitucional, história e identidade, têm a mesma composição e predisposição: «os Estados diferenciam-se uns dos outros não pela função mas pela capacidade» (Waltz, 2000: 47). O regime interno não é uma variável de estudo; o neorealismo centra-se num nível sistémico de análise, estando atento apenas à distribuição de poder material. Neste sentido, Mearsheimer critica sempre aqueles que defendem que «as democracias promovem políticas externas iluminadas» (Mearsheimer, 2002: 14). Aqui, os Estados são como bolas de bilhar, feitos de material idêntico; só a dimensão muda. *Qualquer Estado em qualquer tempo e em qualquer lugar* terá sempre uma determinada acção quando as estruturas assim o determinam. O comportamento dos Estados acaba por não ser produto da acção humana; a questão da acção e da responsabilidade moral e política é irrelevante no neorealismo (Brown, 2004: 10-11). Qualquer decisão de Estado *Y* é o resultado das forças sistémicas (a distribuição do poder) e não o resultado de decisão política consciente do agente. O Estado não é um actor que age, *per se*, no sistema. O Estado é um objecto passivo que aguarda pela recepção dos estímulos do sistema.

Em *Theory of International Politics*, a pátria do neorealismo defensivo, Waltz defendeu que os estados tendem a contrabalançar o poder de outros estados, e se não o fizerem (se

desrespeitarem esta lei newtoniana da política), então, sofrem as consequências e podem ser até eliminados do sistema, pois este é um sistema de *self-help*. Neste ambiente de anarquia indomesticável, os estados tendem a reagir *sempre* defensivamente a uma acumulação de poder por parte de um poder hegemónico (Waltz, 1979). Em Waltz, cada Estado só tem uma variável de análise: a distribuição do *hard power* no sistema internacional, visto que os «acontecimentos mais relevantes na política internacional explicam-se pelas diferenças na capacidade dos Estados[...] a principal causa da paz, e da guerra, encontra-se nas condições políticas internacionais, incluindo o armamento disponível para os Estados» (Waltz, 2000: 52). É a polaridade (estrutura) que determina a vontade dos estados. Num mundo multipolar, o Estado X agirá de determinada forma em relação ao Estado Y. Num mundo unipolar, o mesmo Estado X agirá de maneira diferente sobre o Estado Y. O grau de inimizade entre estados é apenas determinado pela comparação do poder material de cada um. A política fica reduzida à contagem do PIB geral e do PIB projectado nas forças armadas. Não há substância política. Nunca se pergunta se o Estado Y é a negação moral e constitucional do Estado X. Apenas se medem quantidades.

O sistema, portanto, auto-regula-se. Sozinho. É um mecanismo que age sem vontade política dos homens; o sistema mantém a ordem arrastando o Estado X da posição 1 para a posição 2. Tal como o mercado dos sonhos libertários, este sistema é um mecanismo auto-regulado, que, se não for incomodado por comportamentos não-naturais e irracionais, mantém a ordem sozinho. Neste sentido, *Bandwagoning* com o poder hegemónico ou promover uma política externa hegemónica constituem comportamentos irracionais. Afinal, «a actual condição da política internacional», a unipolaridade, «não é natural» (Waltz, 2000:56). Repare-se no uso da palavra *natural*: isto é, Waltz pensa que existe uma forma *natural* da política internacional. Há uma ordem mecânica supra-histórica que tudo rege: a estrutura passa a ser destino (Friedberg, 1988: 4). Por esta razão, Waltz critica os autores que se atrevem a «pensar sobre Estados individuais em vez de pensar sobre o sistema político internacional como um todo» (Waltz, 2000: 52). Waltz é explícito a este respeito:

«[...] to mistake a theory of international politics for a theory of foreign policy».
(Waltz, 1979: 121)

O nexó de causalidade é claro: é uma vontade externa e sistémica que controla a acção dos Estados. Para Waltz, é insignificante conhecer a fundo os Estados X e Y porque já se sabe qual vai ser a movimentação geral do sistema no futuro. É irrelevante conhecer

as unidades reais, históricas, empiricamente observáveis, quando já se tem a chave da história. E os estados são forçados a cumprir o equilíbrio de poder, mesmo quando não o desejam: «we find states forming balances of power whether or not they wish to» (Waltz, 1979: 125). Ora, perante isto, é um erro afirmar que o objecto de Waltz é o Estado. Waltz pode ser estruturalista, mas não é realista. Não há realistas teleológicos. Teleologia realista é oxímoro.

Após o fim da Guerra-Fria, Waltz previu um movimento de *counterbalancing* contra a unipolaridade americana, porque a unipolaridade é *unnatural*. Sucede que nada sucedeu, e a unipolaridade permanece activa e não há sinais de um movimento de estados no sentido de criar um pólo contrário ao americano. Pelo contrário, Alemanha, Índia e Japão aproximam-se cada vez mais dos americanos. Como tem demonstrado William Wohlforth, o *balance of power* não é a lei newtoniana do sistema internacional. Liderando uma equipa de especialistas na Assíria antiga, na Grécia antiga, nos velhos sistemas de estados indiano e chinês, nos sistemas americanos pré-colombianos, Wohlforth prova – através de dois milénios de dados empíricos – que não existe uma tendência endógena ao sistema no sentido de uma reacção contra o poder hegemónico. Waltz afirma que quando existe acumulação de poder em X, então, Y, W e Z fazem *counterbalancing* no sentido de restaurar o equilíbrio na distribuição de poder. Sucede que as provas empíricas indicam que quando a acumulação de poder é elevada, as possibilidades de uma hegemonia também são elevadas. Quando as condições previstas para o *balance of power* estão presentes, sucede exactamente o oposto do que é previsto por Waltz. Mais: a hegemonia é uma rotina da história política, enquanto o *counterbalancing* é relativamente insignificante como explicação de um cenário não-hegemónico. No fundo, a questão passa por perceber que «concentrated power is simply not ‘unnatural’. The unipolar structure of the current international system is neither historically unusual nor theoretically surprising» (Wohlforth *et al.*, 2007: 179).

Imune aos factos, esta teologia neorealista repete há duas décadas que um movimento de *counterbalancing* contra os EUA é inevitável porque a hegemonia americana – como qualquer hegemonia – não será tolerada pelo sistema (Schwarz e Layne, 2002). Sucede que no mundo real da política quem escolhe o rumo político são os estados, os políticos, as sociedades, isto é, homens. Quando observamos os homens reais lá dentro da história, percebemos que os confrontos previstos pelos neorealistas para a Ásia, por exemplo, não ocorreram porque «U.S. has not withdrawn but has maintained its web of alliances and its deep economic and strategic involvement in the region» (Goh, 2007). A

hegemonia americana na Ásia, ao longo das últimas décadas, tem mantido a estabilidade na região e é desejada pelos actores políticos regionais. Em suma, «great power counterbalancing against the United States is by no means inevitable and can in fact be prevented through the use of careful strategic choices» (Dueck, 2004: 199). Neste momento, neorealistas como Layne ou Waltz são os académicos mais irrealistas (mais afastados da realidade) de todo o espaço académico; são um oxímoro: realistas irrealistas; negam a realidade empírica mensurável e falsificável ao refugiarem-se numa falsa parcimónia. Aqui, *ciência* significa *saltos de fé*.

Como salientou Paul Schroeder, a teoria neorealista não tem correlação com a realidade histórica. Armados com a certeza da teoria, os neorealistas transformam a história numa repetição *ad eternum* da mesma chave estrutural:

«its insistence on the sameness effect and on the unchanging, structurally determined nature of international politics make it unhistorical, perhaps anti-historical» (Schroeder, 1994).

Logo na sua concepção, o neorealismo é ahistórico. Depois, quando os factos provam que a teoria está errada, os neorealistas tornam-se anti-históricos, dizendo que é a história que está errada, que os estados estão a ter comportamentos irracionais. A unipolaridade é *unnatural*, diz Waltz. A NATO, aos olhos do neorealismo ofensivo, tem de ser uma aberração irracional. Em resposta, podemos dizer o seguinte: uma teoria baseada na ideia de que todos os homens/estados actuam e pensam com a mesma lógica ao longo dos tempos, no passado e no futuro e em qualquer lugar ou cultura, é que nos parece ser um acto profundamente irracional.

Waltz pretende dizer como é que o mundo deve ser regido. Mas o trabalho da ciência política passa por outra coisa:

«Good theory explains how the world works, not how it should work» (Zakaria, 1998: 10).

E o neorealismo não só não explica o nosso mundo actual, como não explica o mundo que lhe serve de referencial histórico: o século XIX europeu. O acordo de Viena não se centrou em redor de um *balance of power* estrutural mas em redor de um *concerto* normativo. A relação entre os cinco poderes era de natureza hegemónica, e essa distribuição hegemónica de poder fez o sistema funcionar. O Império Britânico e o Império Russo eram imensamente superiores em relação à França e, sobretudo, Áustria e Prússia. Além de líderes em termos materiais, Londres e Moscovo tinham vantagens em termos de segurança: eram os poderes dos flancos, quase impenetráveis por virtude da geografia. Mais: no rescaldo das guerras napoleónicas, as únicas capitais com real

dimensão imperial e planetária eram Londres e Moscovo. Ou seja, entre Rússia, Reino Unido, França, Áustria e Prússia existiam imensas disparidades materiais. Não existia um equilíbrio de poder entre pólos iguais. A ordem europeia foi mantida não por um equilíbrio de poder, mas por um mútuo consenso sobre regras e normas de conduta, o *Concerto*. Estamos a falar de um acordo político (uma intenção) entre actores com diferentes estruturas (capacidades). Não havia «balance of power», mas sim um «balance of rights» dentro de uma «European family»; todos os estados tinham o seu estatuto, direitos e territórios reconhecidos internacionalmente (Schroeder, 1992). Nem o século XIX salva Waltz.

Waltz afirma que os princípios da *Realpolitik* sempre governaram a política internacional; todos os actores, em todas as épocas, actuam de maneira igual: «whenever agents and agencies are coupled by force and competition rather than by authority and law, we expect to find such behaviours and outcomes. They are closely identified with the approach to politics suggested by the rubric, *Realpolitik*» (Waltz, 1979: 117). O que é esta *Realpolitik* universal e atemporal? Resposta: a defesa do *interesse nacional*, a tal *raison s'état*. E Bismarck, diz-nos Waltz, também actuou com esta sabedoria que vem desde tempos imemoriais: «the balance-of-power world of Metternich and Bismarck» era um mundo «in which five or so great powers manipulated their neighbours and manoeuvred for advantage» (Waltz, 1979: 127 e 129). Mas, como aponta Paul Schroeder, esta *realpolitik* do século XIX representava uma determinada ideologia de Oitocentos e não uma lei universal de conduta do estado (Schroeder, 1994: 148). Bismarck não era este actor competitivo na busca de um abstracto interesse nacional ou de vantagens comparativas. O Kaiser não representa uma suposta amoralidade *realpolitik* comum a todos os tempos; as políticas de Bismarck tinham um objectivo concreto e localizado: defender uma moral aristocrata, a sua, uma maneira de ver a política e a sociedade profundamente conservadora. Bismarck era um aristocrata do velho mundo num tempo de revoluções e novidades ideológicas; detestava o nacionalismo, o liberalismo e o socialismo, três instrumentos que a modernidade política havia inventado, para seu desgosto. Para continuar a defender este ponto, basta observar a sua estratégia, que nada tem de universal e que é apenas relativa à Alemanha do século XIX. O aumento populacional e um poder industrial sem paralelo tornaram a grandeza alemã numa inevitabilidade, e o grande feito de Bismarck foi ter mantido esta grandeza dentro de limites. Quando derrotou a França em 1871, Bismarck *controlou* a vitória; não humilhou além do necessário a França, e com isso acalmou os outros grandes poderes. Contra a Áustria, o

Kaiser fez da Prússia a potência rainha sobre os territórios alemães; mas não destruiu a monarquia dos Habsburgos. Pelo contrário: fez de Viena uma barreira contra a ideia nacionalista da *Grande Alemanha* (unidade política para todos os falantes da língua alemã). Bismarck, um aristocrata, tentou controlar o nacionalismo radical das massas, que começava a surgir na Europa e na própria Alemanha (Taylor: 1967: 87-96). Em suma, Bismarck foi um mestre da contenção do seu próprio poder. O equilíbrio de poder manteve-se porque o Estado mais forte, a Alemanha, assim o pretendia e não por qualquer resposta sistémica dos outros estados.

Waltz procurou criar uma doutrina científica e *progressista* do realismo, retirando-o da alçada do velho realismo clássico que assentava numa concepção pessimista sobre a condição humana; procurou ser filosoficamente asséptico (Shimko, 2002: 299). Mas ao tentar sair daquilo que consideraria uma superstição embaraçosa e sem cientificidade (o pessimismo de Niebuhr ou Morgenthau), Waltz acabou por criar algo apolítico e, pior, não-falsificável. Waltz refugiou-se numa torre que não permite o teste central: como é que se falsifica algo que não lida com os estados reais? Podemos provar que Waltz está errado, mas ele dirá sempre que no futuro terá razão, porque – eventualmente – a unipolaridade vai terminar. Um dia. Waltz diz que «both friends and foes will react as countries always have to the threatened or real predominance of one from among them by working to right the balance»; «the present condition of international politics is unnatural», logo, a «predominance of America [...] will diminish with time» (Waltz, 1999). Mas quando é que isso vai suceder? Daqui a 100 anos? Daqui a 10? Daqui a 50? E mais: como é que será feita essa mudança? Quais serão as razões para a transição? E porquê? Ao falar nestes termos, Waltz aproxima-se ou de uma fé teleológica (o futuro está determinado e ele sabe qual é esse futuro) ou do mais básico senso comum (pois, de facto, até um leigo suspeitará que – um dia – não haverá unipolaridade americana). Como é que se falsifica uma previsão tão vaga sobre o futuro? Como é que se falsifica algo que procura explicar o comportamento dos estados sem estudar esses mesmos estados? O único elemento mensurável e falsificável que o cientista político tem à mão é a política real produzida pelos estados. Ao sair da história mensurável, Waltz refugia-se numa suposição que não pode ser falsificável, logo, têm pouca autoridade analítica e explicativa (Rosecrance, 2006: 31).

O neorealismo ofensivo liderado por John J. Mearsheimer também defende que os estados não tendem a fazer *bandwagon*. Mas a explicação é diferente da oferecida pelo neorealismo defensivo, a saber, os grandes poderes regionais irão sempre tentar

dominar, pelo menos, a sua região no sentido de alcançar hegemonia regional. Waltz diz que a estrutura internacional *exógena* aos estados exige que os estados executem determinada acção. Mearsheimer afirma que a acumulação de poder estrutural dentro de um estado exige/constrange o estado a projectar no exterior esse mesmo poder. Há, pois, um determinismo *endógeno* aos estados. Todos os grandes poderes regionais (ex.: Japão, China, Alemanha) estão destinados a procurar aumentar o seu poder e a dinamitar a influência americana em cada região, abrindo caminho a uma multipolaridade conflituosa (Mearsheimer, 2001). O neorealismo ofensivo desce um grau no determinismo estruturalista. Já não é apolítico e situado numa estratosfera sistémica. Já fala em Estados. Mas o determinismo permanece. Mearsheimer esquece uma coisa: o *Poder* não tem vontade própria; são os homens, com as suas ideias e regimes, que controlam e canalizam o poder material do Estado e não o inverso. Apesar de tudo, o «*Homo sapiens* is not *Homo economicus*»; apesar de tudo, «human beings are not atoms» (Ferguson, 2001: 11 e 13).

Se o neorealismo de Waltz não é falsificável, o realismo de Mearsheimer, ao invés, tem a humildade de se deixar falsificar, e por isso podemos dizer que é falso: «it is emintly falsifiable, but also demonstrably false», dado que «countries do not always assert the power they possess, sometimes remaining content with a Sotto voice in international politics. Japan is such a country today, and the US played such a role in the 1920s and 1930s». Mersheimer erra porque se centra apenas nas «capabilities» e esquece as «intentions» dos Estados (Rosecrance, 2006: 31-32). E são estas *intenções* que direccionam o uso das *capacidades*, e não o inverso. Os regimes, as ideias, as visões do mundo não são meras super-estruturas discursivas de uma infra-estrutura material. Devido a estas intenções políticas, os Estados não estão destinados a embater uns contra os outros como se fossem PIBs sem rosto e incontroláveis. Mearsheimer dá por garantido que China e EUA estão em rota de colisão. Como veremos, a relação entre Washington e Pequim é um pouco mais complicada do que este jogo de soma zero sugerido por Mearsheimer. Depois, existe aqui a ideia de que uma potência emergente está destinada a guerrear com a potência estabelecida. O padrão histórico deste raciocínio é sempre o mesmo: a Alemanha, ao emergir, estava destinada a embater com a Inglaterra. Mas sucede que não houve nada de axiomático e inevitável no confronto entre a Alemanha e a Inglaterra em 1914. Devido às políticas de contenção de Bismarck, Londres nunca olhou para a Alemanha como o grande adversário. Aliás, para Londres, a Alemanha era uma forma de conter o velho inimigo (França) e o novo adversário

(Rússia); até 1905, a guerra que todos aguardavam era aquela que supostamente colocaria Londres contra Moscovo. Mais: falava-se com insistência numa aliança entre Berlim e Londres (Taylor, 1977 [1954]).

Em 1990, Mearsheimer, com toda a sua parcimónia científica, dizia que os estados europeus regressariam à velha conflituosidade multipolar que caracterizou a Europa entre 1648 e 1945. A sua teoria neorealista não via qualquer relação entre o carácter do regime interno dos estados (democracia) e a ordem europeia e internacional; apenas é relevante o carácter do sistema de estados – e não o carácter das unidades (Mearsheimer, 1990: 35-42). Mearsheimer passou os últimos 20 anos a prever o fim da NATO e da aliança com o Japão. Nada disso sucedeu. A NATO permanece de pé. A aliança com o Japão também. Japão e Alemanha permanecem ligados aos EUA. Se Mearsheimer não conseguisse explicar a política externa de Chipre ou de Portugal, não seria grave. Mas quando não consegue explicar o Japão, a Alemanha, a permanência da NATO e da aliança Japão-EUA, então, há um problema para o neorealismo ofensivo. A NATO e a UE não só sobreviveram, como foram alargadas. Quando o neorealismo ofensivo diz que a Alemanha está condenada a estilhaçar a NATO e a Europa com o seu poder, esquece-se de analisar a orgânica interna da política alemã. A Alemanha actual está amarrada a uma série de instituições internas e externas que canalizam o poder alemão de forma a torná-lo tolerável para os outros estados. Uma Alemanha à *Realpolitik* é um oxímoro (Berger, 2001: 80-95). E o Japão, como veremos, nega duas vezes Mearsheimer. Tóquio foi até hoje uma *potência civil*, com imenso poder material que não projectava no exterior, devido a uma identidade interna. Hoje, o Japão começa a libertar-se dos constrangimentos internos e já projecta poder no sistema, mas fá-lo *dentro* da aliança com os EUA e não numa lógica de potência clássica na procura da multipolaridade.

Perante estes fracassos do neorealismo, o realismo neoclássico surgiu como salvação epistemológica do modo de estudo realista. Até porque com os neoclássicos, o realismo regressou a Aron. Regressou à política.

Os neoclássicos secundarizam a parcimónia determinista e procuram maior precisão empírica na descrição das políticas que os estados realmente adoptam. Tal como os neorealistas, os neoclássicos concebem a política internacional como uma contínua luta pelo poder, sem qualquer fim de história; também concebem a existência da anarquia como factor determinante, isto é, perante a inexistência de um Leviathan mundial, não existe um ordenamento legal na política mundial. Todavia, existe uma diferença: o

realismo neoclássico (ou «modified realism» no vocabulário de Brian C. Schmidt) (Schmidt, 2005: 542-546) afirma que a distribuição de poder na anarquia é uma presença constante, claro, mas não é a causa/força independente que actua sobre os estados como se fosse completamente exterior à vontade desses mesmos estados. Ou seja, a anarquia e a distribuição de poder não são variáveis suficientes para explicar o comportamento dos estados. A presença da anarquia é insuperável, mas a sua dimensão e natureza são politicamente controláveis. Por outras palavras, há diferentes graus de anarquia, e o grau de anarquia resulta da relação entre estados. Hoje, o nosso sistema ainda é anárquico, mas o grau de anarquia existente em 2007 é incomparavelmente menor ao verificado em 1907 ou 1707. Devido a este *por maior*, os neoclássicos estudam os Estados e não o sistema. Fazem história e não parcimónia.

Os estados não são meras unidades anónimas e idênticas entre si. Cada estado tem de ser avaliado a partir do seu interior. E aqui entra o ponto-chave: as variáveis internas (regime político; identidade normativa; percepções) têm de fazer parte da equação. Como salientou Gideon Rose (Rose, 1998: 144-172) (o autor do termo *realismo neoclássico*), os neoclássicos introduzem duas variáveis intermédias entre a variável sistémica e a acção política do estado: (1) as *percepções* dos decisores políticos, através das quais as pressões sistémicas são filtradas e (2) a natureza institucional do *regime*. A *Percepção* das elites políticas (que comandam o Estado em dado momento) e o *Regime* (que é uma constante institucional no controlo do poder estatal) são os *filtros* epistemológicos entre a realidade exterior e a realidade interior do estado.

A percepção dos políticos que, em dado momento histórico, controlam Estado Y é um factor determinante no estudo da política. Quem ordena invasões são homens, que até se levantam de manhã, e não um eterno e sonâmbulo sistema internacional. E esta percepção é determinada pela identidade normativa da dita elite. É por isso que um dos líderes do realismo neoclássico, William Wohlforth, utiliza a palavra *Elusive* para descrever a palavra *Power*: «no concept is more central to international relations theory than power; and none is more elusive». Isto porque,

«If power influences the course of international politics, it must do so largely through the perceptions of the people who make decision on behalf of the state» (Wohlforth, 1993: 2).

Apesar de ser o conceito central em política, o *Poder* não é fácil de definir. Porque tudo depende da percepção que X tem do poder de Y. O mesmo Estado pode ser percebido de diferentes maneiras por Z ou W. Por exemplo, os EUA encaram o Irão como um Estado-Pária, enquanto que a Índia vê no Irão apenas um Estado

soberano como tantos outros. Não existe uma única racionalidade sistémica a ser respeitada por todas as unidades. Os neorealistas recriam um mundo onde existe uma realidade objectiva indiscutível, objectivamente apreensível por todos os actores. Os neoclássicos afirmam que a mesma distribuição de poder pode ser percebida de forma diferente por diferentes actores; a pressão sistémica é sempre *filtrada* pelos diversos *filtros* nacionais. Em política, não existe uma realidade objectiva e indiscutível; existem apenas *percepções* da realidade. A estrutura é determinante, naturalmente. Mas a estrutura é o *objecto* e não o *sujeito* da acção política.

Esta recusa de uma objectividade sistémica não significa abdicar da objectividade em prol de uma mera *interpretação* apenas relativa a cada *contexto* e sem critérios e variáveis. Salvar a política da economia não deve significar colocá-la no colo da antropologia. A tese de Wohlforth significa, isso sim, uma objectividade fundada na percepção política dos actores; a realidade é aceite tal como foi percebida pelos diferentes actores. Com isto, os neoclássicos invertem o mecanismo de causalidade do neorealismo. Waltz coloca o sistema como a *causa* do comportamento dos estados. Os neoclássicos provam que o sistema, ou melhor, a textura do sistema num dado momento histórico é o resultado da acção dos estados.

Como demonstrou Randall Schweller, os estados optam quase sempre não pelo *counterbalancing* de Waltz mas pelo *underbalancing*, isto é, escolhem não fazer frente a um estado poderoso. A polaridade/distribuição de poder material não actua por si mesma. A multipolaridade (ou bipolaridade) estrutural não é a ordem natural das coisas; a unipolaridade não é uma aberração sistémica. Porque a polaridade não representa nada em termos de segurança, ordem e prestígio para os estados. Num sistema unipolar, os estados não hegemónicos podem sentir-se seguros, podem ter prestígio e prosperidade (como se passa na actualidade). A polaridade não é uma substância política. Nenhum político faz guerra ou se ergue contra a *polaridade* inimiga. Como indica Schweller, os políticos e as sociedades não são sonâmbulos controlados por uma inexorável lei estrutural; o decisor não é um autómato sem livre arbítrio. E, no uso dessa liberdade de escolha, os estados optam quase sempre pelo *underbalancing*. Porquê? Porque existe esse mundo incómodo para o neorealismo: a política doméstica, o factor que determina uma percepção do exterior que nada tem que ver com a racionalidade *polar* do neorealismo. Schweller apresenta quatro variáveis internas que influenciam o comportamento externo: (1) coesão social; (2) vulnerabilidade do governo (ex: o regime é ou não legítimo?); (3) coesão e – sendo este o ponto central – (4) consenso entre elites. Quando

os estados respondem (ou não) a ameaças ou oportunidades internacionais, a resposta (ou inação) é o resultado de um compromisso entre as pressões externas e estas sensibilidades internas. O consenso entre as diferentes facções da elite nacional é determinante (ex.: nos EUA, um consenso entre republicanos e democratas é um sinal de que medida/acção *X* veio para ficar ou que ideia *Y* tem força para se tornar realidade). Para as elites nacionais, preencher vazios de poder ou contrabalançar poderes hegemónicos está longe de ser a preocupação central. A utilidade do acto de *counterbalancing* é sempre comparada com outras opções (negociação bilateral ou multilateral, *appeasement* ou mesmo alinhamento com a potência hegemónica). Como dá a entender Schweller, para que a teoria neorealista estivesse certa, todos os estados teriam de ser fascistas. Porque só um estado fascista tem a unidade na resposta requerida pelo neorealismo.

A variável *percepção* contempla algo inerente à política mas que está sempre ausente no neorealismo: a possibilidade do *erro* político. Os estados podem não perceber a ameaça; os estados podem escolher não responder à ameaça percebida porque isso coloca em causa diversos interesses e valores internos. O neorealismo constituiu uma revolta *científica* contra o erro dos decisores políticos. Daí nunca haver homens e apenas estruturas (económicas e militares) em Waltz e Mearsheimer. Schweller vem recordar que o erro faz parte da política. O erro é um sintoma do livre arbítrio dos homens. Não há qualquer lei estrutural a controlar um infalível *Sistema* que, por sua vez, controla o *Homem*. Só existem actos políticos de *homens* livres e falíveis e que, por isso, cometem erros. Schweller dá vários exemplos destes erros: as potências aristocráticas (Prússia, Áustria e Rússia) não responderam ao levantamento nacional da França revolucionária, visto que um levantamento *nacional* num país *aristocrático* colocaria em causa a própria legitimidade da ordem social; França e Inglaterra não responderam a Hitler (o *appeasement*, o mais famoso caso de *underbalancing* provocado por razões internas) (Schweller, 2006).

Esta tese de Schweller e Wohlforth (centrada na importância da percepção da elite) é facilmente demonstrável empiricamente no nosso momento histórico e no passado. (1) A unipolaridade americana perturba a elite parisiense, mas não incomoda a elite japonesa, polaca ou australiana: a mesma distribuição de poder, duas percepções diferentes. (2) Se nos últimos anos, a América provocou anti-americanismo na Europa, provocou pró-americanismo na Índia e na Indonésia (resultado da intervenção da marinha americana no salvamento das vítimas do tsunami): o mesmo Estado, dois

sentimentos diferentes. (3) Se a globalização cria impulsos defensivos nos políticos europeus, cria impulsos ofensivos nos asiáticos cada vez mais pró-globalização: o mesmo fenómeno, duas reacções distintas. (4) No final do século XIX e início do século XX, nenhum estado europeu poderia conceber que o Japão já seria capaz de derrotar um estado da «família europeia». Era algo inconcebível, algo de *imperceptível*. Os factos estavam lá (poder económico e militar japonês), mas os instrumentos mentais para os captar não. Mas, como salienta A.J.P. Taylor, os acontecimentos imprevistos são uma das marcas da política internacional: «no one, not even the Japanese, supposed that they were capable of sustaining a serious war against Russia» (Taylor: 1977 [1954]: 401). Mas, em 1905, o Japão venceu a Rússia. A realidade superou a capacidade de percepção dos actores. (5) Os EUA, em 1914, eram um poder económico sem paralelo. Washington não era apenas um Grande Poder concorrente dos Grandes Poderes europeus, era um Estado rival de todo o Continente europeu. A sua produção de carvão era igual à produção de Alemanha e Inglaterra. A sua produção de ferro e aço era superior à de toda a Europa. «Economicamente, a Europa já não tinha o monopólio – já não era o centro do mundo». Todavia, os europeus não percepcionavam os EUA enquanto um *par*. Os europeus, envolvidos nas suas questões, desprezaram o poder americano e a possibilidade de uma intervenção americana no continente europeu. Em 1917, este erro colocou ponto final à história europeia tal como a conhecíamos. E este erro veio de onde? «Os políticos europeus olhavam mais para as aparências políticas do que para as realidades económicas. A América parecia que estava não apenas noutro continente, mas noutro planeta» (Taylor: 1977 [1954]: xxxi-xxxiii). Ou seja, os europeus não tinham os instrumentos epistemológicos para pensar nos EUA enquanto Grande Poder, apesar das evidências materiais.

Olhemos agora para a segunda variável intermédia: a natureza do *regime*. Neste sentido, Aaron Friedberg foi o pioneiro. Em *The Weary Titan*, Friedberg defende que não existe qualquer correlação directa entre mudanças de distribuição de poder no sistema e o comportamento do estado. As considerações estruturais são apenas um ponto de partida da investigação e não a causa directa da acção dos estados:

«Structural considerations provide a useful point from which to begin analysis of international politics rather than a place at which to end it. Even if one acknowledges that structures exist and are important, there is still the question of how statesmen grasp their contours from the inside [...] it would appear that, right or wrong, such estimates will go a long way toward shaping state behaviour and, in particular, toward determining national responses to structural change» (Friedberg, 1988: 9).

Este é um ponto essencial. No mundo de Waltz, não existem políticos que tomam decisões. Waltz procura transformar a política num lago de certeza e previsibilidade científica, controlado por um *observador* neutro acima da realidade e não por *observadores* que vivem mesmo no mundo da política real. Para compreendermos as relações de poder, Friedberg defende um modo de estudo que apelida de *perceptual model*, a negação do *calculative model* neorealista. Não basta contar e comparar quantidades (PIBs, poder militar, população), na presunção de que as mudanças nessas quantidades geram de imediato uma resposta de Estado X. No *perceptual model*, os estadistas não ligam apenas a quantidades materiais mas também às *imagens* que têm dos outros países e do seu próprio país. Depois, além da questão de *imagem* (uma crença, uma percepção), existe uma questão de *politics* interna. Os governos modernos medem o seu poder e o poder dos outros de forma fragmentada, ao longo de diversas burocracias e departamentos; o poder nunca é medido num unificado centro de comando (isso só é possível num estado totalitário). Há ainda a questão (muito evidente na política externa americana, por exemplo) da existência de diversas escolas de pensamento que actuam em diferentes departamentos ao mesmo tempo. E o *assessment* que todos estes elementos internos fazem do exterior é a *variável intermédia* entre as mudanças objectivas na estrutura internacional e o comportamento dos estados. Estes *assessments* estão relacionados com a realidade, mas não são directamente determinados pela realidade. Isto é, a realidade externa não é a *causa* inexorável da acção dos estados; a realidade externa é um objecto que é percebido pelo actor e, depois, o actor escolhe actuar de acordo com a sua percepção (marcada por factores internos). Por exemplo, no final do século XIX e início do século XX, a Grã-Bretanha escolheu relativizar a importância do seu declínio económico e tecnológico perante a Alemanha. As discussões internas eram mais relevantes do que os outros actores externos. Perante os custos internos (convencer o eleitorado a gastar mais em defesa), Londres escolheu evitar o ponto central: não estava preparada para enfrentar uma guerra no continente europeu. Os ingleses convenceram-se que a sua leve força expedicionária (profissional, mas leve) era suficiente para enfrentar um exército alemão superior, alimentado pelo serviço militar obrigatório (*conscription*), motorizado pelos caminhos-de-ferro, e suportado por um país com uma capacidade industrial superior à inglesa. Como diz Friedberg, em Londres, o *necessário* e o *possível* tornaram-se na mesma coisa (Friedberg, 1988).

No fundo, Friedberg veio recordar uma velha lição clássica:

«O Estado não possui a unidade de uma pessoa» (Aron, 1985 [1976]: 213).

Não se pode antropomorfizar um Estado, tal como pretendem analiticamente os neorealistas e normativamente os fascistas ou comunistas. Mais: Friedberg mostra que os actores políticos, por razões internas, escolhem ver o que mais lhes apraz, desprezando ou secundarizando questões estruturais evidentes. Porque certas evidências materiais podem significar a negação da identidade interna do estado. Entre a realidade externa e a identidade interna, os Estados muitas vezes escolhem a segunda. Recusam mudar. E isso não sucede apenas na Europa. No século XVI, os samurais foram confrontados com as armas de fogo; mas esta classe «desencantou meios para banir as armas de fogo do Japão e perpetuar assim o seu domínio social por mais 250 anos» (Keegan, 2006: 68). Ou seja, um valor cultural interno (o código de honra samurai) determinou o completo desprezo pela pressão tecnológica externa. Os chineses, depois de uma aventura marítima (1405-1431), recusaram o contacto com o exterior. Em 1551, até passou a ser crime sair para o mar alto num navio de múltiplos mastros. Os mandarins do estado chinês desconfiavam ideologicamente do comércio; o isolacionismo, o orgulho por não mudar um centímetro, passou a ser a marca do poderoso império do meio, impenetrável aos *bárbaros* europeus (Landes, 2002: 101-107). Se Friedberg relacionou a incapacidade para reagir com variáveis internas, Jack Snyder fez o inverso: estabeleceu a ligação entre estratégias de expansão agressiva com as variáveis internas. Na maior parte dos casos, os interesses económicos e de segurança são melhor preservados através de uma política externa pouco agressiva. Sucede que, por vezes, alguns Estados (ex.: Japão e Alemanha nos anos 30) assumem políticas expansionistas que desafiam qualquer *racionalidade* sistémica, na medida em que são presas fáceis para determinados cartéis agressivos. Quando estes cartéis internos enfrentam uma democracia institucionalmente bem estabelecida, onde exista debate público e múltiplas fontes de informação, então, a democracia funciona como um bloqueio contra os cartéis que, por motivos ideológicos, pretendem lançar uma política externa expansiva. No Japão e na Alemanha, os cartéis militaristas tiveram a vida facilitada por regimes institucionais fracos ou sem hábitos democráticos instituídos. Daí a lógica de *overexpansion* de japoneses e alemães antes e durante a II Guerra. Ou seja, há aqui a centralidade de duas variáveis: a ideologia e o regime. Sem a ideologia, os diversos cartéis não têm motivo para lutar pela posse do estado. Sem um regime constitucional que imponha separação de poderes, uma ideologia agressiva pode apoderar-se do poder estatal e lançar uma campanha agressiva no exterior. Neste sentido, Snyder recusa a pretensão neorealista de que a pressão internacional ultrapassa qualquer variável interna

na formação da política externa. O *Estado* é o pivot entre o campo internacional e o campo doméstico, bem como um pivot da competição entre diferentes facções internas. O decisor político tem de se preocupar com questões externas (ser subjugado pela força de outrem) e com questões internas (revolução, guerra civil). E esta tensão entre pressão doméstica e pressão externa não tem síntese teórica possível à priori:

«Whether international or domestic woes are more pressing, and how interact, is an empirical question. It cannot be dismissed out of hand by Realist axioms about *Primat der Aussenpolitik*» (Snyder, 1991: 317).

Poucas ideias nos marcaram tanto como esta. A tarefa do cientista político é estar consciente de que existem estas duas pressões/variáveis sobre o Estado e que, perante a tensão entre exterior e interior, existe o dilema da escolha para o político. A nossa tarefa é estar atento a esta tensão e estudá-la caso a caso, e não inventar uma teoria que supere esse dilema político através de uma síntese sistémica que indique aquilo que é *natural* em todos os casos.

Ainda dentro da variável *regime*, Fareed Zakaria – o mais famoso da legião neoclássica – recorda um ponto demasiadas vezes esquecido: a política externa não é feita pela *Nação* como um todo mas pelo seu *Governo*. Portanto, há que distinguir entre *Poder Estatal* e *Poder Nacional*. O *poder estatal* é só aquela porção do *poder nacional* que o governo consegue extrair através dos impostos; o *poder nacional* é toda a riqueza que surge nos indicadores. Um grande poder nacional não implica necessariamente um grande poder estatal. Por exemplo, antes do reforço do poder presidencial (final do século XIX, com William McKinley), a enorme riqueza da economia americana não era captada por um estado demasiado descentralizado, difuso e dividido. A América era uma nação forte mas um estado fraco. Foram as reformas internas de William McKinley que possibilitaram que a América se virasse para o seu exterior (guerra com Espanha, anexação das Filipinas, entrada na I Guerra em 1917). Ou seja, dentro da linha liberal clássica, Zakaria recorda que existe uma diferença entre *Sociedade* e *Estado*. E o poder do estado será sempre um resultado da tensão entre o poder político (o gastador) e a sociedade (o pagador). Aqui as regras institucionais que determinam o acesso do poder político à riqueza da sociedade são determinantes. Por exemplo, num estado liberal como os EUA, o poder executivo precisa da autorização do Senado para declarar guerra e para financiar essa mesma guerra. Num *integral state* europeu do passado, o poder executivo poderia fazer o que bem entendesse, pois não havia entraves institucionais ao uso de todo o poder nacional pelo poder estatal. Posto isto, Zakaria deixa uma observação sobre o actual

sistema de estados: ao longo do tempo, o conceito de *Estado* tornou-se sinónimo de um certo tipo de Estado, a saber, o *integral state* na sua forma pós-revolução francesa, que dominava completamente a economia e a sociedade; mas hoje este *european integral state* perdeu peso para um modelo de estado liberal dentro do paradigma americano, e grande parte dos grandes estados actuais são estados liberais; num *estado liberal*, o acesso ao poder nacional é mais complexo do que nos *estados integrais* e isto é um factor que determina maior previsibilidade no comportamento dos estados. Se a incerteza é a característica central da política internacional, também é verdade que um certo tipo de estado reduz essa incerteza. Os estados até podem ser bolas de bilhar em permanente choque, mas cada estado é feito com um material diferente, sendo que cada material tem uma velocidade e um comportamento distintos no palco internacional. E, acima de tudo, há matérias estatais (estados liberais) que tornam os choques mais suaves e controláveis. Basta lembrar a Alemanha e o Japão: outrora poderosos *integral states*, estão hoje presos a um constitucionalismo que os impede de projectar poder como no passado. Esta domesticação do poder pela via constitucional pode dificultar a vida aos académicos (negando teorias como as neorealistas), mas é essencial no que realmente interessa: a domesticação da tensão inerente à política internacional (Zakaria, 1998).

Tendo em contas estas variáveis – regime e percepção –, os realistas neoclássicos ocupam um campo intermédio entre o estruturalismo dos neorealistas e o idealismo dos construtivistas (Ratti, 2006: 97). Podem ser descritos como *realistas construtivistas*. Tal como Henry Nau e a nossa maior referências: Raymond Aron.

Ao longo do ensaio torna-se evidente a influência das duas variáveis de estudo de Henry Nau (Nau, 2002). Duas variáveis complementares e não antagónicas: (a) o *poder nacional* e (b) a *identidade nacional*. A identidade, do foro da normatividade, é tão importante como o poder. Não existe um *Poder* puro, cru e abstracto a flutuar acima dos homens num hipotético sistema árido e sem ideias. Sem uma auto-imagem normativa e qualitativa, os Estados nem sequer têm incentivos para conceber e perseguir os interesses nacionais. Metodologicamente, tem de existir um tandem analítico entre poder e identidade. Até porque a identidade de Estado X determina que esse Estado irá interpretar os sinais de Estado Y e Z de uma certa maneira. Como adianta Nau, se Estado X tiver a mesma identidade normativa de estado Y, então, esta convergência de identidades *domestica* (não *anula*) a diferença de poder estrutural existente entre os dois. Se existir convergência de identidades, o receio natural do estado menos poderoso perante um estado mais poderoso é atenuado. O significado da distribuição de poder depende da interpretação

que *X* dá a *Y*. Neste sentido, o construtivismo tem alguma razão: a realidade é o conhecimento que *X* tem dessa realidade. Contudo, política não é só identidade e interpretação. Existem realidades que não dependem de qualquer interpretação: o estado mais poderoso tem sempre mais opções do que o estado mais fraco; o estado forte pode actuar unilateralmente, seja qual for a interpretação dada a esse acto pelo mais fraco.

Mas, afinal, o que é esta identidade nacional? Resposta de Nau: é a *common belief* que une todos os actores e grupos internos em redor da mesma instituição, garantindo-lhe legitimidade. Se quisermos, a identidade é a *moral* que, a montante, legitima o *regime* político a jusante. Um exemplo: como veremos, é o direito natural (identidade) que legitima o constitucionalismo liberal (regime) dos EUA. A *identidade* confunde-se com *legitimidade*, pois é aquilo que legitima o uso da força por parte do regime sobre a sociedade, é aquilo que transforma a força em autoridade. E se há choques de identidades (EUA vs. Irão), também há convergência de identidades (EUA + Japão). Se as identidades nacionais convergem, então, cria-se a base de uma comunidade identitária, digamos assim, dentro do sistema de estados. Quando um grupo de estados concorda com aquilo que é o uso legítimo da força perante os seus cidadãos, então, Estado *X* pode antecipar melhor aquilo que Estado *Z* vai fazer. A percepção de ameaça é diminuída; a disparidade de poder e a divergência de interesses permanecem, mas o clima de imprevisibilidade é reduzido. Os exemplos históricos são elucidativos a este respeito. Ao longo do século XIX, o velho Concerto europeu, manteve a ordem no sistema de estados europeus porque «os estadistas de Viena eram aristocratas que viam da mesma maneira o que era inatingível e concordavam com os mesmo princípios básicos» (Kissinger, 2002 [1994]: 20). Hoje, as grandes democracias industrializadas (G-7) partilham a mesma identidade liberal e, em resultado, a ideia de guerra entre estes países é um absurdo. Porque não é a simples posse das armas que provoca insegurança. É *quem* possui as armas que determina o perigo. A França, com centenas de ogivas nucleares não é uma ameaça para ninguém. Mas a simples hipótese de o Irão ter uma bomba nuclear anda a provocar calafrios à comunidade internacional há vários anos. Dado que as democracias asiáticas, europeias e americanas partilham os mesmos padrões de governança, «they do not feel threatened by mere disparities in the levels of such force (which persist as reflected in US military preeminence)» (Nau, 2002a: 180). Quando há divergência identitária, a assimetria militar torna-se um problema (EUA *vs.* China). A assimetria militar deixa de ser uma prioridade absoluta quando a identidade é partilhada (EUA + Índia). Em suma, as democracias, seja qual for o seu poder relativo,

perspectivam o seu interesse de uma maneira quando dialogam entre si, e perspectivam o seu interesse de outra maneira quando dialogam com um regime autoritário.

A forma de pensar de Nau deve ser descrita como *realismo construtivista*, para usar um termo de Richard Ned Lebow (Lebow, 2004: 346-348). Uma concepção realista (não neorealista) do mundo é compatível com uma epistemologia construtivista (Barkin, 2003: 325-342). O realismo cria os limites materiais para a acção dos actores, mas dentro desses limites os actores actuam de acordo com as suas crenças e perspectivas. De forma programática, Henry Nau procurou unir duas escolas que se encontram artificialmente separadas: realismo e construtivismo. Para Raymond Aron essa separação nem seria uma questão, porque nunca lhe passaria pela cabeça separar as duas abordagens à partida. A perspectiva *histórico-diplomática* (para usar a expressão de Aron) era realista e construtivista. Ao mesmo tempo, e sem contradições.

Luca Ratti considera Aron como um dos grandes precursores do realismo neoclássico americano (Ratti, 2006: 107). E tem razões para isso. Tal como Zakaria ou Snyder, Aron recusava reduzir o estudo da política internacional a um mero conceito de *poder* ou *correlação de poder*. Na esfera diplomático-estratégica, não existe um único objectivo universal e comum a todos os estados.

O mundo de Waltz é uma derivação das teorias económicas, como o próprio acaba por reconhecer: «the system, like a market in economics, is made by actions and interactions of its units, and the theory is based on assumptions about their behaviour» (Waltz, 1979: 118). Waltz pressupõe a existência de um padrão racional único nos estados tal como é suposto existir um padrão único aos agentes económicos dentro de um mercado. Aron alertava contra este perigo: uma teoria de RI não pode ter o mesmo padrão de sistematização/parcimónia das teorias económicas. Uma teoria de RI tem de começar pelo reconhecimento da existência de uma *pluralidade* de centros autónomos de decisão, logo, num mundo de pluralidade de actores existe o risco de guerra, e é a partir desse risco que são deduzidos os cálculos dos Estados (Aron, 2003: 16). O comportamento do político/diplomata não tem um fim imanente, comparável ao jogador de um desporto ou do agente económico. Não há para aquele que governa um equivalente da maximização da *utilidade* feita pelo agente económico. O *Poder* não tem na diplomacia a mesma função que a *Utilidade* tem na economia. Por isso, «dizer que os Estados agem em função do seu interesse nacional, é nada dizer enquanto não se definir o conteúdo desse interesse» (Aron, 2007 [1983]: 391). Uma teoria económica assenta na maximização dos ganhos no sentido de alcançar uma determinada meta a jusante. Mas

uma teoria de relações internacionais pensa exactamente o contrário, isto é, pensa em algo situado a montante: não em maximizar, mas em minimizar. O quê? Em minimizar os riscos de guerra e conflito. E não existe *uma* fórmula universal para evitar conflitos e tensão geopolítica. O comportamento económico não tem relação com o comportamento diplomático-estratégico. Na falta de um único objectivo comum a todos os actores, uma análise racional do sistema internacional não pode ser desenvolvida numa teoria global sistémica e inclusiva (Aron, 2003: 17). Não é possível criar uma teoria com a capacidade de (re)criar um sistema fechado, determinado à priori (Aron, 2003: 93). Como diria A.J.P. Taylor, no «diplomatic game of chess the very pieces have a will of their own and rush over the board in unexpected directions» (Taylor, 1967: 354). E nenhuma teoria pode antecipar todos os movimentos de todas as peças. Com Aron, voltamos a ter um realismo com sentido da «história e do trágico» (Aron, 1985 [1976]: 264). *Trágico* no sentido de não haver uma linearidade temporal, de não existir qualquer meta histórica obrigatória, de não existir uma síntese dialéctica para a pluralidade de valores e interesses dos homens. Quem tem o fardo da prova é quem diz o contrário.

Mas esta recusa das grandes teorias sistémicas e fechadas não significa que tudo seja relativo e que não existam pressupostos teóricos a ter em conta. Porque se, como diz Taylor, as peças se movimentam por vontade própria (nenhuma lei universal comanda a acção de todas as unidades), também é verdade que estamos *dentro* do tabuleiro de xadrez. E esse jogo tem limites espaciais e tem regras e variáveis sempre presentes. As peças são livres mas estão confinadas a um espaço físico e a variáveis que não mudam. A relativa indeterminação do sistema não nos pode coibir de elaborar pressupostos teóricos e variáveis de estudo que nos devem conduzir na análise a cada constelação de estados. Ou seja, Aron deu-nos instrumentos *teóricos* que nos permitem analisar cada momento *histórico*. Que instrumentos? Em Aron, encontramos as duas marcas distintivas do realismo neoclássico: **(1)** identidade ideológica/percepção da elite; **(2)** características institucionais do regime:

«In our epoch, instead of repeating that all states, no matter what their institutions, have “the same kind of foreign policy”, we should insist upon the truth that is more complementary than contradictory: no one understands the diplomatic strategy of a state if he does not understand its regime, if he has not studied the philosophy of those who govern it» (Aron, 2003: 600).

Ao recuperar a variável *regime*, Aron sai da esfera do estrito materialismo mas não entra no terreno do idealismo. Aron, simplesmente, lembra que o *regime* (que remete naturalmente para a moralidade) é essencial para um estudo realista da política. A

questão para Aron não é saber qual é o regime legítimo. Trata-se apenas de ter em consideração que a variável regime/legitimidade é essencial no estudo da política. Não se trata de criar uma doutrina orientadora da acção política (como fazem as escolas idealistas), mas de analisar as variáveis normativas, pois cada unidade política tem por hábito criar e defender a sua própria concepção de justiça (Aron, 2003: 5-8), e uma mudança de regime num Grande Poder é suficiente para alterar o curso das relações internacionais (Aron, 2003: 95). É que, apesar de tudo, a história política não é história natural. O comportamento diplomático e estratégico dos estados tende a justificar-se com ideias, normas e princípios (Aron, 2003: 581). A importância da normatividade até é evidente na forma como os estados fazem a guerra, isto é, «tipos de guerra correspondem aos tipos de regime. A estratégia que convém a um tipo contradiria a natureza do outro» (Aron, 1985 [1976]: 343). A guerra com armas de fogo dizimaria a identidade samurai do Japão pré-Meiji. O exército nacional francês era a negação da sociedade aristocrata prussiana. O belicismo nazi era a negação do pacifismo das democracias entre as duas guerras. Em suma, quando não se analisa o lado normativo da política, quando ficamos apenas por considerações estruturalistas, então, caímos num niilismo histórico (Aron, 2003: 602) sem qualquer capacidade explicativa, pois estes niilistas, como Waltz, dizem que todos os estados são iguais, seja em que época for, seja em que região for.

Para Aron, a ciência de relações internacionais tem como objecto a relação entre estados (*inter-state relations*); é esse o fenómeno central que torna necessária a disciplina de RI. Estas relações inter-estatais têm uma característica única entre todas as relações sociais: ocorrem à sombra da guerra, ou, melhor, as relações inter-estatais ocorrem dentro de um *continuum* que tem como duas balizas a guerra e a paz. Existe uma diferença essencial entre política interna e política internacional: a primeira assenta na legitimidade de *um* monopólio exclusivo de violência; a segunda é marcada pela *pluralidade* de centros de força armada. Mas, atenção, o que sucede na política internacional não depende da vontade do sistema. A política internacional resulta do que sucede no interior dos estados e na relação entre estados.

Segundo Aron, os estados procuram três grandes objectivos: (1) *Segurança*, que pode ser alcançada de duas formas: através da fraqueza dos outros ou pela força do próprio estado. Neste sentido, um estado pode estabelecer uma relação de forças de tal forma desequilibrada que leva potenciais inimigos a nem sequer colocar a hipótese de agressão (ou seja, não é irracional procurar a unipolaridade). (2) *Poder*, isto é, capacidade para

impor a sua vontade aos outros, no sentido de influenciar o destino da história e dos outros povos e estados (ou seja, os estados não procuram apenas preservar-se fisicamente; também desejam impor a sua identidade). (3) Os estados procuram a *Glória*, isto é, alcançar um estatuto de reconhecimento mundial. Como se vê, o primeiro objectivo é de ordem material; os outros dois são de ordem moral e identitária (Aron, 2003: 72-73). Posto isto, o equilíbrio de poder não é o fim último dos estados; não é uma finalidade em si mesmo; é um meio que pode ou não ser usado pelo estadista no sentido de atingir estes três objectivos. Estabelecer um equilíbrio de poder pode ser simplesmente contrário aos interesses dos estados (Aron, 2003: 131). Aron, tal como os neoclássicos, altera a correlação de causalidade entre sistema e estados. Aqui, o sistema é o efeito e não a causa. Não existe um *sistema internacional* imutável e eterno a ditar sempre as mesmas leis a todos os actores em todas as épocas. A textura e as características do *sistema inter-estatal* variam ao longo do tempo, consoante a natureza dos regimes e das políticas externas. Ou seja, existem diversos *sistemas*, com diferentes graus de conflituosidade ao longo da história. Aron considerava, aliás, a existência de dois tipos de sistemas de estados: *sistema de estados homogéneo* e *sistema de estados heterogéneos*. Num sistema de estados homogéneo, os estados são do mesmo tipo constitucional; obedecem à mesma concepção de legitimidade. Num sistema de estados heterogéneo sucede o inverso: há vários tipos de estado, com diferentes concepções de legitimidade. No primeiro, dadas as semelhanças dos regimes constitucionais, existe maior previsibilidade no comportamento estatal; são sistemas mais estáveis; a homogeneidade favorece a limitação da violência; a solidariedade ideológica facilita o diálogo e o compromisso. Mais: os sistemas homogéneos são mais previsíveis (*foreseeable*); rivais e aliados sabem o que esperar de X. Como salienta um discípulo vivo de Aron, existem formas de «tempérer la logique des conflicts de puissance» (Hassner, 2003: 223). As democracias liberais, por exemplo, formam, entre si, um sistema homogéneo e previsível. A heterogeneidade produz o inverso: instabilidade e incerteza, que potenciam a violência e até o ódio. Isto porque o Estado rival deixa de ser apenas um adversário no sistema e passa a ser também um inimigo da ordem constitucional interna (Aron, 2003: 99-104). O realismo de Aron recusa o determinismo sistémico e parcimonioso, mas exige a presença constante de duas variáveis centrais, essenciais para o estudo de qualquer sistema; as variáveis que controlam o grau de previsibilidade: (1) a relação de forças e a (2) homogeneidade/heterogeneidade do sistema (Aron, 2003: 147). Compreender a natureza do sistema a cada momento histórico depende do cruzamento analítico destas

duas variáveis. E não estamos a falar de dados estanques. Isto é, existem graus de homogeneidade/previsibilidade e, por arrastamento, graus de heterogeneidade/imprevisibilidade. São os estados e a relação que criam entre si que determinam os graus de previsibilidade ou imprevisibilidade. E esta previsibilidade não é determinada pela distribuição de poder (polaridade); a dinâmica de um sistema não pode ser determinada *à priori* pelos teóricos que apenas trabalham com a variável *polaridade* (Frost, 2007: 115). A unipolaridade pode ser instável ou estável. Idem para a multipolaridade.

Se fosse forçado a escolher entre neorealismo ou construtivismo, estamos certos que Aron escolheria a segunda escola. Aron concordaria com o seguinte axioma construtivista: «individuals do not respond to the (probably existing objective) reality directly but through socially constructed thought frameworks». Isto é, como já dissemos, não existe uma realidade objectivamente apreendida de forma neutra por todas as unidades: «'Reality' is mainly knowledge about this 'Reality'» (Antoniades, 2003: 22 e 29). Dizer o contrário – como fazem os neorealistas – é sair do mundo da política. Mas, felizmente, a academia, apesar de tudo, ainda não é um mundo marcial. E há formas de sair deste falso abismo entre estruturalismo e construtivismo. Um *aroniano* vê nos construtivistas um exagero apolítico, sobretudo quando estes dizem, como Wendt, que todas as realidades são social e intelectualmente construídas pela *Identidade*; esta identidade é o conjunto de crenças que fazem com que *X* funcione como um *Nós* (Wendt, 1994: 384-396). Sucede que este *Nós* não é definido apenas no interior do actor em questão. Esse *Nós* é também influenciado pelas relações de poder material no seu exterior. É verdade que a estrutura não determina a nossa agência, mas a estrutura é o espaço físico onde a nossa agência actua. O sistema material é o palco inexorável da agência de cada actor; não podemos elevar a identidade de um *Nós* acima da realidade material, como se cada estado fosse uma utopia construtivista flutuante. Em suma, os autores construtivistas acabam por ser tão apolíticos como os neorealistas, sobretudo quando dizem que «values, not material interests or international structures, shape policies» (Maull, 2000: 16). Esta frase de Hanns Maull, profeta alemão da Europa como potência civil, mostra o determinismo idealista do construtivismo, que só vê valores, tal como os neorealistas só vêem estrutura. Ora, a predisposição aroniana assenta no pressuposto de que a política é composta por duas câmaras: a câmara do mundo das ideias e a câmara do mundo empírico/histórico. A primeira é eterna, a segunda é relativa. Entre estas duas câmaras encontramos o actor político. E este actor funciona

como a porta entre as duas câmaras; uma porta que abre para o lado da matéria. E a política acaba por ser a resposta a esta pergunta: o Estado *X* tem a força estrutural necessária para abrir a porta, no sentido de deixar entrar as suas ideias no mundo da matéria? As condições materiais dos actores são os factores que permitem aplicar as ideias à prática. As ideias existem, mas precisam da força estrutural de alguém para entrar no mundo empírico. Os construtivistas europeus vivem apenas na câmara gasosa; os neorealistas americanos habitam somente a câmara material. Mas política é estar atento às portas que se abrem entre os dois mundos.

Aron situa-se entre o idealismo pós-político que via na ONU uma salvação e o pessimismo pré-político dos maquiavélicos primários (Aron era um sofisticado discípulo liberal de Maquiavel). Aron criticava aqueles que viam na ONU uma síntese final do conflito entre homens (Aron, 1985 [1976]: 263), mas Aron também criticava os apóstolos do pessimismo ontológico que transformam os homens em seres animais:

«He who attempts to play the angel plays the beast. The statesman ought not to forget that an international order is maintained only on condition that it is supported by forces capable of balancing those of dissatisfied or revolutionary states [...] But anyone who would play the beast does not play the angel. The Spenglerian realist, who asserts that man is a beast of prey and urges him to behave as such, ignores a whole side of human nature. Even in the relations between states, respect for ideas, aspirations to higher values and concern for obligations have been manifested» (Aron, 2003: 609).

Aron definia a sua posição enquanto algo entre a «morality of struggle» da *realpolitik* rudimentar e a «morality of law» dos idealistas universalistas. A esta forma de pensar, Aron deu o nome de «morality of prudence» (Aron, 2003: 608-609). Aron não anula a tensão entre história e ética, entre interesses e valores, entre estrutura e identidade. Essa tensão, que tem no *agente* o seu pólo de decisão, é a essência da política. Realistas pessimistas pretendem anular esse dilema com uma solução pré-política: o Homem é ontologicamente *violento*, logo, os estados devem fazer – necessariamente – *X* e *Y*. Os utópicos *onuseanos* pretendem anular este dilema com uma solução pós-política: a Humanidade deve progredir para uma solução supra-nacional, para um mundo pós-político regido por uma lei internacional, que transforme um mundo de Estados num Estado mundial. Aron salienta que a tensão política não é superável, nem pela via reaccionária, nem pela via progressista. Aron, à semelhança de Montesquieu, sabia que os homens são seres livres e simultaneamente situados num dado contexto; existem leis de justiça *supra-históricas* e leis *sociológicas*, e os homens estão sujeitos à pressão de ambas. Esta tensão é o que faz a autonomia da política (Morgado, 2005: 42) (se assim não fosse, não era necessário a ciência política). Porquê esta tensão? Porquê ter sempre o

pensamento na dúvida, sem nunca atingir a síntese? Porque se aceitarmos o princípio monista de uma única causalidade linear e lógica acabamos sempre numa demonstração que exige a presença de deus ou um salto de fé (Arendt, 2001 [1950]: 140). E saltos de fé não moram (ou não deviam morar) na ciência política. Os discípulos de Hedley Bull, da escola inglesa, afirmam que os seus instrumentos permitem tratar questões de Poder sem cair no excesso materialista redutor e, ao mesmo tempo, estudar o impacto das questões éticas sem cair na ilusão pós-Vestfália (Almeida, 2003: 296). Nós, enquanto discípulos de Aron, podemos dizer o mesmo em relação ao realismo aroniano ou neoclássico.

Este cepticismo político de Aron não deve ser confundido com o pessimismo ontológico de Morgenthau e Niebuhr; o cepticismo que recusa as certezas científicas do realismo estrutural também recusa as certezas ontológicas do velho realismo baseado num pessimismo antropológico. Quando os neorealistas criticam o carácter pouco científico do realismo clássico, acertam num ponto: não é possível provar que o Homem é esse tal ser maligno. Morgenthau assentava o seu edifício num pressuposto moral indemonstrável: a imperfeição do mundo «is the result of forces inherent in human nature». Fala em forças e em natureza humana, isto é, num Homem (com maiúscula) sempre dominado por impulsos violentos. E estamos a falar de uma condição imutável e eterna: «Human nature [...] has not changed since the classical philosophies of China, India and Greece endeavoured to discover these laws» (Morgenthau, 1993 [1948]: 3-4). Niebuhr assentava o seu realismo num raciocínio teológico sobre a *natureza humana*: os relacionamentos colectivos/políticos dos homens são sempre marcados pela condição insuperável do conflito entre grupos sociais incapazes de superar a marca do egoísmo original. Os estados acabam por ser a acumulação (egoísmo colectivo) do egoísmo individual dos pobres pecadores. E esta natureza nunca muda; todas as gerações trazem consigo o pecado original que leva os estados à competição entre si (Niebuhr, 1960 [1932]). Ora, este Homem eterno e maligno de Morgenthau e Niebuhr é tão pouco falsificável como o Homem benigno dos sonhos progressistas de Maull ou Habermas. Aron concordaria com Hannah Arendt quando esta dizia que «o coração humano» é um local demasiado escuro e «o que quer que aconteça na sua obscuridade dificilmente pode ser considerado demonstrável» (Arendt, 2006: 161). Para qualquer demonstração política, o argumento da natureza humana não serve. Não é esse o mundo da política entre os homens. Aron não trabalha com uma *natureza humana*, mas com a *condição humana*, isto é, não com *um* Homem mas com a pluralidade dos homens:

«A acção, a única actividade que se exerce directamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao facto de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda a vida política» (Arendt, 2001 [1958]: 20).

Não interessa saber se a natureza do Homem é maligna ou benigna. Porque semelhante coisa é impossível de demonstrar. Não há Homem ou Humanidade em política. Os «homens, pela sua pluralidade, não são meras cópias de um putativo modelo original»; aliás, «nada indica sequer a existência de uma natureza ou de uma essência do homem» (Morgado, 2004: 278-279). Uma natureza humana não é empiricamente demonstrável. O que é absolutamente demonstrável e falsificável é esta condição humana assente na irrevogabilidade da pluralidade dos homens a actuar na história. A política faz-se entre os homens; a política não é feita por um Homem essencialmente violento ou por uma Humanidade una e benigna. Quando se dilui esta pluralidade em conceitos abstractos como natureza humana ou Humanidade, a política desaparece. Como já afirmámos, Aron contemplava a pluralidade de actores políticos. O seu sistema é o sistema interestatal, isto é, aquele que ocorre *entre* estados e não aquele que ordena *acima* dos estados. O *Sistema interestatal* nunca deve ser confundido com o *sistema internacional* do neorealismo.

Em suma, Aron oferece-nos uma predisposição teórica para estudar a pluralidade dos homens, e não uma teoria sintetizadora de um Homem, uma Humanidade ou um Sistema. Como salientam os seus herdeiros, «‘Aronianism’ is not a doctrine but a state of mind» (Bavarez e Manent, 2004: 19)_ou «a way of thinking» (Hoffmann, 2005). Uma forma de pensar que aproxima as RI da sensibilidade histórica e do velho pensamento político clássico. Mais do que ninguém, Aron é essencial no esforço de trazer para as RI «uma abordagem sócio-histórica que permita uma compreensão mais profunda do sistema internacional contemporâneo do que aquela que resulta da aplicação de modelos abstractos cuja contextualização histórica é superficial e facilmente contestável» (Cravinho, 2002: 22). Mais do que ninguém, Aron é essencial na tarefa de reunificar a teoria política com as relações internacionais, tal como é frequentemente pedido pela escola inglesa (Schmidt, 2002: 115-140). Foi isso, aliás, que tentámos fazer ao longo deste ensaio. Pensadores clássicos como Montesquieu ou Kant são *lentes* mais úteis do que as teses de Waltz. Historiadores clássicos como A.J.P. Taylor ensinam mais sobre política do que as teses parcimoniosas de Mearsheimer ou os excessos construtivistas de Hanns Maull.

Além da sua superioridade metodológica (seja para que época for), o realismo neoclássico/aroniano é particularmente importante para o nosso tempo. O método de estudo de Snyder e Aron é mais do que útil para a compreensão da emergência dos grandes estados não-ocidentais. O realismo histórico e pluralista de Aron é a *lente* indicada para estudarmos as perspectivas das diversas potências emergentes com quem os EUA têm de negociar: China, Rússia, Índia, Japão, Brasil, África do Sul. Hoje necessitamos de uma predisposição teórica capaz de compreender o pluralismo político que está em cima da mesa. É da ordem do anti-científico (do religioso, até) alguém ter a ambição de elaborar uma teoria universal e atemporal com a capacidade para explicar, ao mesmo tempo, o futuro combinado de China, EUA, Índia, Japão, Rússia, Europa, Brasil, África do Sul. Tentar uma teoria parcimoniosa sobre esta pluralidade de actores significa entrar na teologia política. Até poderia ser interessante. Mas aqui estamos no campo da ciência política, a disciplina que foi inventada precisamente para combater teologias políticas através do rigor empírico. A este respeito, um dos grandes críticos do eurocentrismo, Kishore Mahbubani, tem uma observação reveladora:

«The prevailing assumption in the West is that all social-science theories – even those drawn entirely from American or European experiences – are universally applicable. Hence, there is no need to study other cultures, religions or peoples. In a monocivilizational world dominated by the West, this approach seemed to work. In the multicivilizational world of the future, these assumptions will appear both quaint and irrelevant» (Mahbubani, 2006).

O esforço no sentido de universalizar a história segundo critérios ocidentais faria algum sentido em 1907 quando o poder europeu sobre o mundo era total e absoluto; existia poder estrutural para impor essa verdade universal europeia ao resto do mundo. Mas hoje isso não é possível. Já nem existe *resto do mundo*. O resto do mundo já tem nome. Aliás, vários nomes: Índia, Japão, China, África do Sul, Brasil. Precisamos da grelha epistemológica de Aron e Zakaria para compreender, caso a caso, estas diferentes perspectivas.

Em suma, num excesso matemático – que prometemos não repetir – o nosso método de estudo pode ser resumido da seguinte forma:

$$Pp = (C + E + M) \times (S + W) \text{ (Cline, 1977: 34)}$$

Isto é, o *perceived power* de cada Estado tem de ser investigado através de duas variáveis. Em primeiro lugar, há que traçar a moldura estrutural do estado através dos indicadores clássicos: *Critical Mass (Population e Territory)*, *Economic Capability* e *Military Capability*. Mas esta constatação do poder material é apenas o ponto de partida. Depois, temos de interpretar os factores subjectivos: (1) *Strategic Purpose* e (2) *Will to Pursue National Strategy*.

E é aqui que encontramos as três grandes variáveis do realismo neoclássico: identidade, percepção e regime. Estudar estas variáveis no terreno só é possível através da leitura e interpretação de fontes primárias (discursos políticos, documentos oficiais, artigos de políticos e intelectuais). Até porque, desta forma, estamos a dar visibilidade a uma das tarefas das «ciências da acção em geral: compreender interpretativamente as acções orientadas por um sentido». Porque estamos a falar de matérias (*will of change* das elites, por exemplo) que não podem ser transformadas numa «‘média’ em sentido genuíno» (Weber, 1997: 25-39). Como lembrava Leo Strauss, «there are things which can be revealed only by speeches» (Strauss, 1989: 93). Por exemplo, a vontade de mudança das elites não-europeias só é captável se tivermos a humildade de estudar os discursos e os documentos oficiais produzidos por essas elites. A actual distância entre o *mainstream* de RI e o discurso político e do debate normativo que ocorre nas sociedades (jornais, revistas) é, a nosso ver, algo de incompreensível. Os factos narrativos são tão mensuráveis como os factos materiais. A sua pesquisa é mais trabalhosa, pois não obedecem a um padrão regular; mas é um esforço necessário. São estas narrativas políticas que ordenam e hierarquizam os factos materiais.

Mas para aquilatar da vontade nacional e do propósito estratégico não basta interpretação de fontes escritas. É preciso estar atento a factos que não são facilmente quantificáveis em tabelas: os factos da história diplomática, isto é, tratados e acordos entre Estados, exercícios militares, transferências de diplomatas, etc. Na ciência política moderna, *factos* passou a ser sinónimo de *números*, *gráficos*, *tabelas*, sempre com *quantidades* transformadas em *percentagens*. Não negamos a importância destes factos. Como já foi visível, estamos sempre atentos aos PIBs, ao crescimento económico, aos gastos em defesa, às percentagens das trocas comerciais, etc. Mas existem factos determinantes que não podem ser quantificáveis desta forma. Por exemplo, o acordo nuclear entre EUA e Índia é mais relevante do que qualquer percentagem sobre a sua relação comercial. Os EUA têm mais relações comerciais com a China (números, tabelas, percentagens), mas é com a Índia que estabelecem uma parceria estratégica assente na tecnologia nuclear e espacial. Mais: é com a Índia que os EUA fazem gigantescos exercícios militares. Estes factos da história diplomática não podem ser colocados num gráfico ou tabela, mas são os factos decisivos da política internacional, porque revelam a movimentação e as intenções dos estados e não as suas estruturas fixas

Depois desta introdução epistemológica na defesa do realismo neoclássico, seguem-se os três capítulos centrais, onde desenvolvemos o nosso argumento.

Capítulo I

Estabilização de um conceito: a República Americana

A ordem constitucional *sobre* a unipolaridade

Democracy is a form of government; it is not a ticket to some heavenly kingdom where all evil is vanquished and everyone agrees with us
Madeleine Albright ⁷

Americans are less interested in ruling the world than they are in a world of rules
John Ikenberry ⁸

Liberal order low on violence
Josef Joffe ⁹

1. Considerações iniciais

Neste capítulo, temos dois objectivos. Primeiro: pretendemos compreender e descrever *esta* unipolaridade. Discute-se muito a questão unipolar, mas sempre a um nível sistémico, abstracto e ahistórico. Por imposição da teleologia neorealista, a unipolaridade é debatida de maneira formal, como se fosse uma fase passageira do sistema antes da inevitável movimentação sistémica em direcção à multipolaridade. Ao perder tempo neste exercício teleológico, a literatura consegue a proeza de desprezar o estudo efectivo *desta* unipolaridade e da sua base histórica e política: os EUA.

No lugar de tentar adivinhar o advento da multipolaridade (actividade teleológica que, paradoxalmente, anima o debate entre cientistas políticos de RI), julgamos que é mais útil tentar compreender os pressupostos *desta* unipolaridade. Aliás, parece-nos que esta é a única actividade digna para um cientista político. Esta unipolaridade existe na realidade empírica (logo, é mensurável, logo, o que dizemos sobre a mesma é falsificável). A futura multipolaridade tem um senão, a saber: não existe (logo, não é mensurável, logo, qualquer palavra sobre a mesma é um exercício teleológico e infalsificável).

Há que estudar esta unipolaridade nos seus pressupostos, analisando o interior e o exterior do estado que a alimenta: os EUA. Washington não é o Império global, ou seja, não tem o monopólio da agência e acção, mas é o *molde* onde tudo, invariavelmente, vem assentar; Washington é sempre o ponto de comparação – estrutural e identitário – para qualquer acção de qualquer estado. Usando a metáfora do xadrez de A.J.P. Taylor, podemos dizer que Washington não controla imperialmente as acções das outras peças, mas a estrutura do tabuleiro e as regras que determinam a movimentação das peças são americanas. Sem este estudo aturado da política interna e externa dos EUA, não é

⁷ Albright, Madeleine (2006), «A Realistic Idealism», in *The Washington Post*, May 8.

⁸ Ikenberry, John, (2004: 609) «Liberalism and Empire: Logics of Order in the American Unipolar Age», in *Review of International Studies*, 30.

⁹ Joffe, Josef, (2006: 238), *Überpower*, New York, Norton.

possível, depois, compreender a relação entre Washington e os diversos estados do sistema.

O segundo objectivo deste capítulo parece simples, mas não é: pretendemos estabilizar o próprio conceito de *EUA* (política interna e política externa). Este é o conceito central da política mundial, mas curiosamente é aquele que sofre mais mistificações e deturpações.

O capítulo acaba por ter três fases distintas. Primeira fase (relativa à política interna dos EUA): através das variáveis *identidade* e *regime*, iremos descrever empiricamente os EUA enquanto objecto político concreto e mensurável. Segunda fase (relativa à política externa dos EUA): através da variável *percepção*, iremos descrever o realismo americano, comparando-o com o idealismo neoconservador e com a velha realpolitik europeia. Na terceira fase, separamos as águas entre a *realidade* produzida pelo realismo americano (ordem liberal construída sobre a unipolaridade) e o *mito* (o império americano).

2. EUA: a impossibilidade da análise

Certas palavras, escritas sempre com maiúscula, têm a capacidade para paralisar o raciocínio e o debate (Fumaroli, 1997: 121). No século passado, estas palavras eram, por exemplo, *Classe*, *Comunismo*, *Nacionalismo*, *Capitalismo*. Hoje, a palavra que tudo paralisa é *América*. Entre europeus, é quase impossível estabelecer uma abordagem analítica sobre os EUA. O debate escapa sempre para o julgamento normativo. Escrever sobre os EUA passou a ser sinónimo de condenação ou absolvição. O debate usual entre unilateralismo americano *versus* multilateralismo europeu, repetido *ad eternum* por figuras como Joschka Fischer (2007: 7), cai na obsessão pelo julgamento moral. Ao estabelecer-se esta dicotomia, recria-se um ocidente heróico e benigno *porque* multilateral (Europa) e um ocidente vilão e maligno *porque* unilateral (EUA). Este cenário (dentro da superficial narrativa Vénus/Marte) cria uma atmosfera que impossibilita a precisão analítica em relação aos EUA, quer na academia, quer na imprensa, quer nos corredores diplomáticos, militares e políticos. Quando escreveu *The Imperial Republic*, Aron dizia que não tinha intenções de entrar neste tráfico moral. Aron não queria justificar ou condenar Washington. Afinal, não existem heróis ou vilões na política (Aron, 1974: xix-xxi). É este tipo de abordagem que aqui tentamos recuperar.

Se há coisa que aprendemos nos últimos anos é que convém estabilizar – *sempre* – o conceito *EUA*. Nos debates, escritos e orais, os vários participantes estão – *sempre* – a falar de coisas diferentes, isto é, cada participante tem a *sua* América. Isto sucede

porque, entre europeus, o desconhecimento empírico em relação aos EUA é significativo. Justin Vaisse tem uma observação reveladora a este respeito:

«One finds in the Quai d'Orsay [...] mostly ignorance about US Foreign Policy and the US political system». (2003)

Vivemos num mundo unipolar e os EUA são o aliado central dos europeus. Mas, mesmo assim, estudar os EUA não é uma prioridade entre europeus. Como é que no centro da diplomacia francesa pode existir um desconhecimento tão grande em relação aos EUA? Washington – como objecto histórico e empiricamente mensurável – não é estudada. Este cenário torna-se paradoxal quando sabemos que Washington está sempre presente em qualquer discussão. Mas o que surge nestas discussões não é o actor histórico concreto, mas sim mistificações como o *Império* americano, a *Hiperpotência*, a *Globalização* americana, o *Unilateralismo*, etc. Washington não é alvo de precisão analítica, só de exaltação normativa. Nada mudou, portanto, em relação ao século XVIII: na Amsterdão de Setecentos, John Adams (1946: 66-67) já revelava o seu espanto com a capacidade dos europeus para inventar mitos sobre os EUA.

O exemplo mais marcante desta atmosfera mitológica e engajada é o debate sobre o *império americano*. Um debate que conta com duas barricadas ideológicas: os proponentes do império benigno (liberais e conservadores) e os proponentes do império maligno (marxistas). Do lado marxista, o suposto império americano é o motor da maligna globalização neoliberal (Hobsbawm, 2003: 22; Ramonet, 2002; Negri e Hardt, 2004; Amin, 2005). O que anima estes autores marxistas é o mito da total omnipresença americana: através da globalização os EUA estão a americanizar o mundo, diz o mito. Sucede que as provas empíricas *dizem* que a globalização não está a americanizar o mundo; o sistema político americano não é copiado nem imposto pelos americanos, e cada estado tem a sua forma específica de encarar a globalização (Fabbrini, 2000). Do outro lado da barricada, temos os defensores do benevolente império liberal americano: Paul Johnson (2003: 23) define a América enquanto «Empire for Liberty»; Niall Ferguson (2004) afirma que a sobrevivência da ordem liberal precisa de um Império americano que repita as funções do velho Império britânico; Sebastian Mallaby (2002), na linha clássica de John Stuart Mill, defende um imperialismo humanitário a partir de Washington; Robert Cooper (2005: 25-34) apela a um liberalismo imperial, que, na prática, seria sempre um imperialismo americano. Temos, assim, os EUA transformados num objecto passivo de uma disputa entre liberais/conservadores e marxistas europeus. Escola europeia X usa Washington como forma de criticar escola europeia Y. Aqui,

Washington não é um actor real; é uma arma de arremesso ideológica entre *anti* e *pró* americanos. Ferguson e Negri não falam dos verdadeiros Estados Unidos da América; cada um inventa a sua *América* mitológica que serve um propósito ideológico aqui na Europa. Estas *Américas* que inundam o debate europeu são «mitos políticos» (Banazzi, 2004: 758), ou seja, arquétipos místicos destinados a provocar uma série de reacções ideológicas.

Esta instrumentalização dos EUA também é evidente nas campanhas eleitorais. No referendo francês para a tratado constitucional europeu, o *sim* e o *não* usaram os EUA como o inimigo externo. Os defensores do *sim* diziam que a dita constituição europeia seria a protecção dos europeus em relação ao capitalismo americano. Os defensores do *não* declaravam que a constituição significaria a entrada da globalização americana na Europa. Este foi apenas o exemplo caricatural de um facto recorrente na Europa: qualquer discussão sobre reformas económicas é antecedida da declaração da superioridade do modelo social europeu perante o modelo liberal americano (Alesina e Giavazzi, 2007: 13-15). O mesmo se passa em relação à política internacional: os EUA são sempre o ponto de comparação *negativo* dos europeus.

Livros ou artigos sobre política externa europeia acabam por ser críticas à política externa americana. A Europa de Mark Leonard, por exemplo, não passa de uma Não-América. América faz X? Então, a Europa deve fazer Y. É revelador que um livro intitulado *Europe Will Run the 21st Century* acabe por ter as primeiras páginas preenchidas com uma história passada em Washington (com o objectivo de criticar a política americana) (Leonard, 2006). Como aponta Garton Ash, os europeus passam mais tempo a falar sobre a América do que sobre a Europa. Por exemplo, em vez de discutirem os cargos ao nível da UE, os europeus vivem obcecados com as eleições presidenciais americanas. Mais: a obsessão europeia pela guerra do Iraque tornou quase irrelevante a convenção europeia que estava a desenhar o tratado constitucional. A convenção, segundo Habermas, era a oportunidade para criar uma identidade europeia. Mas o mesmo Habermas acabou por defender uma Europa não com uma identidade própria, mas sim com uma identidade anti-EUA (Ash, 2004: 82). A América passou a ser o *Outro* dos europeus; o *Outro* que permite traçar simples dicotomias como «Yahoo America *versus* Superior Europe»; ao falarem negativamente dos americanos, os europeus elevam-se automaticamente. A Europa é a «un-America» (Joffe, 2006a: 164-170).

O que agora se diz sobre a *Yahoo America* (cultura inferior) não é muito diferente do que dizia Ortega y Gasset nos anos 30. A América era a terra do primitivismo, dizia o

pensador espanhol (1989:34). Antes de Gasset, figuras como Kipling, Dickens, Stendhal aceitavam o lugar-comum da América enquanto país bárbaro e sem cultura (Schama, 2003). Entre as guerras mundiais, o anti-americanismo aumentou de tom. Deixou de ser um mero preconceito cultural de elite e passou a integrar o discurso político; criou-se um choque de civilizações transatlântico: a América (da técnica, do capitalismo, da urbanidade) era a inimiga da pureza cultural da Europa e os europeus, para sobreviver culturalmente, teriam de resistir à americanização (Gulddal, 2007). Este raciocínio com quase um século é-nos estranhamente familiar. Chirac e Schroeder, entre outros, repetiram esta fórmula nos últimos anos. E este anti-americanismo também serve um propósito político: muitos constroem a Europa unificada *contra* os EUA, uma Europa que clarifica a sua auto-imagem listando os pontos onde difere dos americanos (Ash, 2003: 34).

Huntington defende o seu reaccionarismo cultural com a seguinte asserção: «só sabemos quem somos quando sabemos quem não somos e, frequentemente, contra quem somos» (1996: 28). Ora, foi na Europa que esta asserção acabou por triunfar. O choque de civilizações transatlântico foi reinventado por intelectuais como Habermas (2005) que colocam a Europa do mito multilateral contra a América do mito unilateral.

Ontem como hoje, quando o assunto é Washington, a verdade de convicção (*sincerity*) tende a superar a verdade analítica (*accuracy*). Como lembrou Bernard Williams (1993: 603-607), a primeira nasce da crença normativa anterior à realidade; a segunda é uma verdade factual que nasce da análise da realidade. Em relação aos EUA, existe um excesso de *sincerity* (proclamação de crenças sem verificação sobre os EUA) e um défice de precisão nas análises. Ninguém parece interessado em descobrir os EUA reais. E quando *X* navega apenas nestas águas de sinceridade acaba por perder a prudência epistémica. É o que se passa na Europa: perdeu-se a prudência epistémica em relação aos EUA. Esta tese também é uma forma de tentar reencontrar alguma prudência epistémica em relação a Washington.

E o primeiro passo para entrar nessa prudência é o seguinte: temos de dizer que não existe *América*, mas sim uma *República (Democracia Liberal)* que dá pelo nome de *Estados Unidos da América*, com *X* características morais e políticas demonstráveis empiricamente. Tentaremos demonstrar essas características, internas e externas, já de seguida.

3. EUA: uma identidade e um regime liberais

Como defendemos na introdução, compreender a política externa de um estado implica conhecer a sua *identidade* e o seu *regime*.

A identidade do estado americano é marcada pela hegemonia absoluta do *direito natural*, isto é, os direitos inalienáveis consagrados por Jefferson na Declaração de Independência:

«We hold these truths to be self-evident: that all man are created equal; they are endowed by their creator with inherent and inalienable rights». Jefferson (1984: 19)

O direito natural enche centenas de estantes de filosofia política, mas, como diria Leo Strauss, a sua existência é visível em algo tão simples como isto: quando criticamos uma lei de um estado, considerando-a injusta, então, já estamos dentro da esfera do direito natural. O direito natural é essa ideia de justiça universal que está acima das diversas realidades históricas. Sem direito natural, o *Poder* e a *Lei* seriam sinónimos automáticos de *Verdade* ou *Legitimidade* e, portanto, não teríamos os meios para criticar o nosso próprio estado (Strauss, 1971).

Na *praxis* política, tudo isto significa a construção de uma fortaleza institucional em redor do indivíduo, protegendo-o do estado. Na base do pensamento liberal, que construiu os EUA, está a crença de que cada indivíduo «est naturellement titulaire de ‘droits’ [...] droits qui lui sont attachés indépendamment de sa faction ou de sa place dans la société, et qui font l’égal de tout autre homme» (Manent, 1987: 9-10). Os EUA constituem a civilização liberal por excelência (Berkowitz, 2003a). Aqui, todas as escolas políticas, conservadores (Berkowitz, 2004) e progressistas (Berkowitz, 2004a), têm por base o direito natural.

Abraham Lincoln, o re-fundador da república, é o símbolo máximo desta vigência do direito natural na cultura americana. Como recorda um discípulo americano de Leo Strauss, Harry Jaffa (1982), Lincoln, perante a questão da escravatura e da rebelião do Sul, reafirmou duas dimensões políticas: (1) todos os homens são criados por igual e, portanto, o povo americano não poderia acreditar nesta verdade auto-evidente e, ao mesmo tempo, manter a escravatura. «If slavery is not wrong, nothing is wrong» (Lincoln *apud* Bromwich, 2006:27). (2) Em assuntos fundamentais, a Constituição federal tinha poder de veto sobre os diferentes estados da União. Ao contrário do que pretendia o sulista Stephen A. Douglas, a questão da escravatura não podia ser decidida ao nível de cada estado, mas sim ao nível federal. Dentro de uma civilização que respeita o direito natural, a escravatura é uma questão ética resolvida à partida e não tem

discussão *eleitoral*. Mesmo que a maioria da população dos estados do sul dissesse *sim* à escravatura, tal maioria não era legítima. Ao manter estes princípios, ao vencer a Guerra Civil, Lincoln destruiu uma possível ideia de América: a América enquanto império branco, baseada num relativismo historicista e racista (*historicista* no sentido de apenas reconhecer a *história relativa* como fonte de legitimidade; a *razão universal* do direito natural é recusada em nome do vitalismo histórico). Segundo Harry Jaffa, este relativismo historicista dos confederados fazia parte da mesma corrente que culminou com o nazismo e o comunismo do outro lado do Atlântico (2000: 329-330).

O direito natural legitima o regime americano: a República (nos termos do século XVIII) ou Democracia Liberal (nos termos de hoje). *Democracia Liberal* é um conceito que surge vezes sem conta na literatura, mas nunca é analisado em pormenor. Não raras vezes, o termo *Democracia* surge sem grande profundidade institucional, pois é visto como um sinónimo de *Direitos Humanos*. Esta é uma falha que tem de ser compensada. Isto porque conhecer a composição institucional de uma democracia liberal é determinante para a compreensão do comportamento externo das ditas democracias, a começar pelos EUA.

Uma democracia liberal é um estado regido pelo constitucionalismo liberal (Zakaria, 2004; Hay, 2005: 133-151). Se o direito natural, na prática, representa a inviolabilidade dos direitos do indivíduo, o constitucionalismo liberal, na prática, significa um governo dividido em três ramos (executivo, legislativo e judicial), ou seja, representa os famosos *checks and balances* do federalista n.º 51. O constitucionalismo liberal pode funcionar dentro de uma democracia (quando assim é, nasce uma democracia liberal), mas constitucionalismo e democracia não são sinónimos. *Democracia* é apenas o processo vertical para a selecção de governantes conjunturais; *Constitucionalismo Liberal* é a estrutura permanente da governação; é o elemento que estabelece os limites da acção do poder político, garantido, assim, as liberdades negativas dos cidadãos. Não por acaso, a essência da tradição liberal clássica não é o acto eleitoral, mas sim o tribunal.

Não é a Democracia que cria a Justiça (Berkowitz, 2003: 123-124). Na Rússia e na Venezuela, há democracia. Na Rússia e Venezuela, não há aquela liberdade e aquela justiça que só podem ser garantidas pelo constitucionalismo liberal. Antes de ser um regime com eleições, a democracia liberal é o regime do primado do direito defendido por um poder judicial independente (O'Donnell, 2004). Estamos a falar de qualidade processual (Diamond e Morlino, 2004) e não de meras eleições. Ou seja, a par da *vertical accountability* (o povo legitima verticalmente o topo – poder executivo – através do voto),

a democracia liberal baseia-se na *horizontal accountability* (a divisão de poderes ao nível do topo forçada pelo constitucionalismo) (O'Donnell, 1999).

Se a identidade americana centrada nas verdades auto-evidentes pertence a Jefferson, o regime político concreto pertence a Hamilton. Este constitucionalismo liberal é a teoria política central dos *federalistas* (os antepassados do actual partido republicano), portadores de um liberalismo céptico e institucionalista que negava o liberalismo progressista e democrático de Jefferson (a *alma mater* dos *republicanos*, os antepassados dos democratas actuais). De forma clássica, o constitucionalismo da tradição do liberalismo céptico (Montesquieu, Hume, Hamilton, Tocqueville) ergueu-se contra a *tiranía da maioria* presente numa democracia sem freio, a democracia de Jefferson. Isto porque a «existência das democracias é ameaçada por dois perigos principais: a sujeição completa do poder legislativo aos desejos do corpo social» e, acima de tudo, «a concentração, no poder legislativo, de todos os outros poderes do governo» (Tocqueville, 2002:195). Perante esta ameaça, os federalistas criaram uma Constituição que instituiu uma república de juízes; o poder judicial independente (e vitalício, no caso dos juízes do Supremo) seria o guardião da república contra possíveis excessos de uma maioria momentânea ou de um Presidente demasiado audaz na concentração de poder. Ou seja, esta ordem constitucional ergueu-se em redor de uma premissa ainda hoje rara: «um governo de Leis e não de Homens» (Hume, 2002: 92). Os EUA são uma república de juízes *antes* de serem uma democracia onde o eleitorado vota num Presidente. Assim ficou lacrado no *The Federalist Papers*:

«[a] independência dos juízes é também requerida para proteger a Constituição e os direitos dos indivíduos dos efeitos desses humores malévolos que as artes de homens intrigantes, ou a influência de conjunturas particulares, por vezes disseminam no seu próprio povo». A. Hamilton (Hamilton, Jay e Madison, 2003: 479)

Em suma, na América, este constitucionalismo liberal consumou-se enquanto nova ciência política, a ciência política das liberdades institucionais garantidas por uma democracia representativa baseada na separação de poderes, sem a centralidade despótica dos monarcas do velho mundo europeu, mas também sem o perigo de uma democracia pura (Diamond, 1987: 659-678).

Muito se falou em *fim de história* depois de 1989. Mas, para os americanos, o fim de história ocorreu precisamente 200 anos antes da queda do muro de Berlim: desde 1789 (implementação da sua constituição), os americanos só reconhecem como legítimo o regime conhecido por república/democracia representativa liberal. Usando o raciocínio de um famoso jurista de Yale (Kahn, 2005: 198-222), podemos dizer que o fim de

história americano é a fusão do *rule of the people* (de Jefferson) com o *rule of law* (de Hamilton). O momento constitucional de 1789 fechou o acto revolucionário de 1776, mantendo o essencial: a governação deve respeitar o direito natural dos indivíduos. A causa do constitucionalismo é inseparável da causa dos direitos naturais; os americanos são um povo constitucional porque também são um povo que acredita na premissa base do direito natural (todos os homens nascem iguais) (Wesr, 2002: 244). Estes dois momentos, 1776 e 1789, simbolizam algo que é específico dos EUA: estamos a falar de um actor político cuja fundação constituiu um acto de deliberação consciente e baseada em princípios políticos; os EUA tiveram uma fundação *pensada* e não uma fundação precipitada pela urgência histórica (Pocock, 2004: 40-41). Como afirmava Hamilton, os americanos tiveram tempo para decidir, fora dos constrangimentos e incidentes habituais, o regime em que queriam viver (2003: 33). Escolheram viver dentro do constitucionalismo liberal.

Os EUA têm o «sistema de instituições políticas mais condizente com a liberdade civil e religiosa da história registada» (Lincoln, 1992: 10). Esta frase de Lincoln é reveladora de uma marca central na cultura política americana: o patriotismo constitucional, que é distinto do nacionalismo que marcou a história sangrenta da Europa. Hoje, entre europeus, a ideia de *rule of law* transnacional (ex.: TPI) surge como forma de despolitizar os estados, como forma de redenção legalista pelos pecados cometidos pelos estados nacionalistas. Sucede que os EUA nunca sofreram da patologia nacionalista; Washington não provocou a I ou II guerras mundiais. Aliás, foi a *estado constitucional*, EUA, que pôs termo às guerras entre os *estados nacionalistas* europeus. Para os europeus, 1945 significou a falência moral do estado-nação. Para os americanos, 1945 simbolizou a força do seu estado-constitucional.

Hoje, ao invés dos europeus, os americanos permanecem ancorados na ideia de estado assente no constitucionalismo. Uma *ordem legal global*, aos olhos do constitucionalismo americano, representa um corte na ligação sagrada entre soberania popular e o primado do direito. Ou seja, os americanos negam o TPI porque continuam ancorados no iluminismo do século XVIII (Kahn, 2005: 198-222). Tal como Kant ou Montesquieu, os americanos de hoje só concebem a democracia constitucional *dentro* do estado soberano (Plattner, 2004). Para um kantiano americano, como Jeremy Rabkin, apenas uma soberania estatal orientada pelo constitucionalismo liberal pode defender a dignidade humana (2003: 145-168). Para esta tradição constitucional, o TPI é uma ideia perigosa. Um tribunal de um país é legítimo porque faz parte de um sistema político democrático

e liberal; nesse sistema, o poder dos juizes é controlado pelo poder executivo e legislativo. Ora, na ausência de um governo mundial, um tribunal mundial nunca teria freios e contrapesos; nada poderia impedir uma tirania judicial (Rosenthal, 2004). Um estado constitucional, como os EUA, tem em consideração «the opinions of mankind», mas a sua legitimidade não advém de uma qualquer lei ou órgão internacional, mas sim dos seus cidadãos (Rabkin, 2002: 15-26).

Recordando a concepção aroniana de política, os EUA – enquanto regime – foram criados por uma teoria política que reconhece a existência de leis universais, mas que também reconhece que os homens estão situados historicamente. O constitucionalismo liberal americano existe porque os americanos acreditam na universalidade do direito natural e, em simultâneo, acreditam na história relativa da sua nação; acreditam na justiça universal mas também na legitimidade política que só pode ser local. Ou seja, há uma tensão entre a vontade de poder e a razão do direito natural. E o constitucionalismo existe *dentro* desta tensão. O seu objectivo é preservá-la, e não resolvê-la através de uma qualquer síntese (Kahn, 2003: 2705). Não há sínteses redentoras com a capacidade de resolver esta tensão política.

Como se pode ver, o constitucionalismo liberal é uma teoria política céptica. A Constituição americana consagra o cepticismo sobre a natureza dos homens. As liberdades americanas advêm do *cepticismo* liberal perante uma solução ética absoluta (Epstein, 2003), e não do *optimismo* em relação a um Homem, Razão ou Liberdade em abstracto. Ora, este regime político céptico entra em rota de colisão com a imagem tradicional que temos dos americanos, que são quase sempre descritos dentro da linha de Jefferson: idealistas e crentes no excepcionalismo moral americano (Lipset, 2000: 85-113; Micklethwait e Wooldridge, 2004); um excepcionalismo que assenta na crença optimista de que os americanos encontraram a solução ética absoluta para toda a humanidade. Mas o excepcionalismo é apenas isso: um credo social; não faz parte do regime político. Quando colocamos o optimismo jeffersoniano do excepcionalismo a par do constitucionalismo hamiltoniano, estamos a confundir os planos. Usando uma dicotomia de Neil MacCormick, podemos dizer que o excepcionalismo é apenas uma «ordem normativa informal»; não atingiu a lei, isto é, a «ordem normativa institucional» (1999: 1429-1441). Entre 1787 e 1789, os americanos tiveram tempo para escolher entre duas concepções normativas informais: a normatividade céptica e institucional de Hamilton/Adams e a normatividade optimista e democrática de Jefferson/Paine. A normatividade que adquiriu peso institucional foi a tradição liberal céptica. Hamilton

passou a ser lei e política. Jefferson permaneceu apenas como moral. Existem indivíduos e, logo, políticos jeffersonianos, mas o regime não o é. Existem indivíduos, logo, políticos hamiltonianos, sendo que estes têm uma vantagem: o regime também é hamiltoniano.

Por norma, o tema da democracia tende a ser colocado na esfera do idealismo. Um erro. A democracia americana não é idealista, não é jeffersoniana. A democracia americana é um objecto céptico ou mesmo pessimista, construída sobre uma concepção maquiavélica:

«Mas o que é o governo em si próprio senão a maior de todas as reflexões sobre a natureza humana? Se os homens fossem santos nenhuma espécie de governo seria necessária. Se fossem os anjos a governar os homens, não seriam necessários controlos externos nem internos sobre o governo» (Hamilton, Jay e Madison, 2003: 326)

Em oposição a este cepticismo, Jefferson oferecia uma poesia política optimista em relação aos homens e revolucionária em relação à história:

«The tree of liberty must be refreshed from time to time with blood of patriots & tyrants. It is its natural manure.» (Jefferson, 1984: 911)

Entre a estabilidade constitucional – derivada de um pressuposto conservador – e o espírito revolucionário – baseado numa concepção progressista –, os americanos escolheram a primeira. Entre uma teoria política que concebe os *homens* como seres «ambiciosos, vingativos e rapaces» (Hamilton *in* Hamilton, Jay e Madison, 2003: 55) e uma ideologia que afirma que o *Homem* é uma mente livre influenciável apenas pela Razão e cujo livre arbítrio escolhe sempre o caminho da liberdade (Jefferson, 1984: 346), os americanos escolheram a primeira para formar o seu estado. Entre a disposição que via na revolução americana apenas a oportunidade política para reflectir calmamente sobre a formação do governo de um povo livre (Jay, 2003: 40) e a ideologia que via na revolução americana a salvação ética da humanidade pela via do direito natural (Paine, 1997: 2; Jefferson, 1984: 1517), os americanos escolheram a primeira. É este cepticismo que governa os EUA, independente do optimismo que possa ou não marcar alguns sectores da sociedade americana ou mesmo alguns Presidentes. Quando falamos de *EUA* não podemos esquecer este facto. Não nos podemos deixar seduzir pela presença constante da retórica do excepcionalismo. É em Hamilton e nos Adams que devemos procurar a raiz do pensamento que formou os EUA.

John Adams acreditava, como Jefferson, no direito natural (Adams, 1946: 75). E se o utópico e sonhador Jefferson era proprietário de escravos na Virgínia, o céptico e

conservador Quincy Adams foi um dos grandes adversários da *peculiar institution* (id.:392). Mas, apesar da crença no direito natural, os Adams eram cépticos em relação à existência de uma Humanidade benigna ou de uma Razão salvadora. Seguindo David Hume, e criticando o optimismo de Jefferson, Adams afirmava que «todos os projectos de governo fundados na suposição ou expectativa de elevados graus de virtude são, evidentemente, quiméricos» (ibid.:120). Para Jefferson, a *Liberdade* – sempre com maiúscula – estava no coração dos homens. Para Adams, as *liberdades* resultavam da Constituição e das instituições como o Supremo. Neste conservadorismo liberal, não há *love for freedom* num Homem pré-constitucional; há apenas *liberty under law* entre os homens a viver sob a guarida do constitucionalismo (Kirk, 2001: 71-113). Como dizia uma das grandes influências dos federalistas,

«Liberty consists principally in not being forced to do a thing, where laws do not oblige: people are in this state only as they are governed by civil laws; and because they are under those civil laws, they are free». (Montesquieu, 1900: XXVI, 20)

Para Hamilton, o vigor da governação era essencial para a segurança da liberdade (2003: 37). O *jeffersoniano* Thomas Paine dizia exactamente o oposto: «Society in every state is a blessing, but government even in its best state is but a necessary evil» (1997: 3). Para Paine, o governo e as instituições são os causadores da corrupção humana; os homens, onde não são corrompidos pelos governos, são naturalmente amigos uns para os outros (1999:144). Contra este optimismo em relação ao carácter benigno do Homem pré-político, Adams dizia que «we must not, then, depend alone upon the love of liberty in the soul of man for its preservation. Some political institutions must be prepared, to assist this love against its enemies» (1946: 122-123).

Para os federalistas, liberdade era sinónimo de viver sob a tutela de leis. Para Jefferson, liberdade era sinónimo de rebelião (1984: 890); a sua filosofia política assentava na ideia revolucionária de que cada geração deveria ter a oportunidade de recusar ser governada a partir da sepultura (Matthews, 2004: 57). Portanto, cada geração devia fazer a sua revolução democrática. A liberdade, para Jefferson, assemelha-se assim a uma espécie de revolução permanente. Aliás, no mundo de Jefferson, *Liberdade* passa a ser o mesmo que *Libertação*. Para serem livres, os homens tinham de se libertar do passado. Para serem livres, os homens tinham de se libertar do governo e das instituições. Como? Através de rebeliões. Na altura em que Hamilton alertava contra os perigos das convulsões internas (2003: 55), Jefferson fazia a apologia da rebelião (1984: 911) contra as ordens constitucionais instituídas. Numa célebre carta dirigida a Madison (escrita a partir da

França revolucionária de 1789), Jefferson deixava claro que o seu progressismo democrático não respeitava o constitucionalismo:

«No society can make a perpetual constitution».

A terra, dizia Jefferson, pertence sempre à geração que está viva. Mais: «by the law of nature, one generation is to another as one independent nation to another» (id.:959-964). Ou seja, a maioria democrática de cada momento não tinha que respeitar qualquer tipo de instituições legadas pelas gerações passadas. Jefferson representa, portanto, o primado da democracia (*vertical accountability*) sobre o constitucionalismo (*horizontal accountability*). Para este absolutismo democrático, a legitimidade era determinada pelo poder eleito. Contra isto, contra Paine, Quincy Adams dizia que «a distinção entre poder e legitimidade é algo que deve ficar bem fincado» (Adams, 1946: 229). A partir desta separação entre *poder democrático* e *legitimidade*, nasce a defesa do governo tripartido. Aqueles que eram eleitos, por não terem o monopólio da verdade, não podiam ter todo o poder nas mãos. Daí a concepção de governo federal forte *mas* dividido dos federalistas, que chocava duas vezes com os preceitos de Jefferson: (1) Jefferson exigia um governo central mínimo e sem poder de veto sobre os estados, isto é, defendia uma confederação e não uma federação; para o espírito libertário de Jefferson, o poder é sempre inerentemente tirânico, logo, há que reduzi-lo ao mínimo possível. (2) Jefferson resistia à ideia de governo dividido; o seu optimismo democrático não tolerava, por exemplo, a ideia de um Supremo Tribunal acima da vontade eleitoral das populações dos diferentes estados; o Supremo representava um despotismo judicial (Walling, 1995: 479), aos olhos de Jefferson. Conceder a supremacia legal a pessoas não-eleitas (e para toda a vida) significava a transformação da constituição numa «mere thing of wax in the hands of the judiciary, which they may twist and shape into any form they please» (Jefferson, 1984: 1426).

Para se perceber a diferença entre Jefferson/Paine e Hamilton/Adams, é conveniente reparar numa velha lição de Hannah Arendt. Contra a ideia de que existe nos homens uma liberdade interior, Arendt defendia que a liberdade só existe no exterior dos homens. A liberdade existe somente na relação *entre* indivíduos; a liberdade só existe entre dois cidadãos e não no interior do livre arbítrio do homem (2006: 155-182). Ou seja, Arendt contestava a ideia que coloca o *livre arbítrio* como sinónimo de *liberdade*; uma ideia presente no pensamento de Paine e Jefferson. Para Jefferson, a liberdade é um *fenómeno natural*, a consequência natural do livre arbítrio – se este não for incomodado por governos tirânicos. Para Hamilton, Adams e Lincoln, a liberdade é um *fenómeno*

político; é uma liberdade artificial que resulta dos princípios e instituições da república (Himmelfarb, 2004: 191-226). Para Jefferson e Paine, o direito natural é a lei que tudo regula. Para Hamilton e Adams, o direito natural é apenas uma promessa, que tem de ser cumprida através da construção de instituições. Para os federalistas, a liberdade não é um valor em abstracto acima do governo; a liberdade é, ela mesmo, uma forma de governo (Scruton, 2006: 20).

Os federalistas venceram os jeffersonianos no debate político que levou à edificação da constituição (Soromenho-Marques, 2002); venceram esta guerra das ideias em 1787/89, e venceram a guerra propriamente em 1865. Como salienta Walter Russell Mead (2004), o duelo entre o sul de Jefferson (agrícola, escravagista, baseada na vontade popular dos estados e não na unidade federal e constitucional) e o norte de Hamilton (industrial, comercial, anti-escravagista, centrado na Constituição com poder de veto sobre os estados) teve o seu embate final na guerra civil americana. A vitória de Lincoln sobre Jefferson Davis simboliza a derradeira vitória de Hamilton sobre Thomas Jefferson. Não podemos esquecer que Jefferson é um antepassado directo da rebelião dos confederados. Além de abominar a indústria e o comércio, de glorificar a agricultura e de ser proprietário de escravos, Jefferson foi o autor das famosas *Kentucky Resolutions* (1798). Neste documento, Jefferson legitimou a rebelião violenta dos estados perante o governo federal. Qualquer estado, dizia Jefferson, podia negar uma lei federal que fosse contrária à sua vontade popular (Chernow, 2004: 573-574). Em 1798, Jefferson replantou a semente da confederação anti-federalista que eclodiria em 1861. Em 1865, Lincoln venceu Jefferson de uma vez por todas.

Como salienta Ron Chernow, ao longo da história, muitos americanos (como W. Wilson) afirmaram que Hamilton era *un-american*. O maquiavelismo de Hamilton, de facto, choca com a identidade jeffersoniana que se transformou na cultura popular americana. Mas a verdade é esta: se Jefferson providenciou a poesia retórica que ainda hoje marca o discurso político americano (o universalismo da liberdade; América como exemplo para o resto da humanidade, etc.), foi Hamilton quem construiu a prosa do estado americano. Jefferson manteve-se nos princípios; Hamilton soube transformar princípios em realidades constitucionais. A América, tal como existe politicamente, deve mais a Hamilton do que a Jefferson (id.). É certo que a visão lírica de Jefferson triunfou nos manuais de história das escolas americanas (Ellis, 2002:248). Mas foi o cepticismo de Adams que triunfou na Constituição. A linguagem épica da Jefferson entrou no léxico comum dos americanos, mas é a constituição que rege o regime político e jurídico

americano (Wilson, 2006). E, até prova em contrário, são os regimes que fazem a política, interna e externa.

Em suma, a democracia americana é um objecto político céptico e não idealista. É um regime político que nasceu para controlar o conflito entre homens violentos. Não é a expressão natural do livre arbítrio de um Homem pacífico, racional e amante da liberdade. É fundamental lembrarmos esta génese pessimista da democracia liberal, visto que o optimismo do *fim de história* pós-1989 tem deturpado, com tonalidades optimistas, o seu real significado. A democracia passou a ser, na boca de políticos e intelectuais ocidentais, a ordem natural e benigna das coisas; passou a simbolizar uma teoria da justiça (fazer o *bem* em nome da Liberdade, da Humanidade, da Comunidade Internacional, dos Direitos Humanos), quando, na verdade, foi pensada e institucionalizada com base numa teoria da injustiça (evitar o *pior* entre os homens). Ou seja, o espírito de Jefferson ressuscitou para animar o fim de história dos anos 90.

Seria conveniente recusar este regresso de Jefferson; seria também conveniente recuperar a concepção hamiltoniana – a real – de democracia liberal. Por duas razões. **(1)** Não podemos confundir a *América* mitológica do *excepcionalismo* (ou dos excepcionalismos) com o actor político concreto: os *Estados Unidos da América* do *constitucionalismo liberal*. A forma como a literatura e o meio intelectual em geral desprezam a importância da constituição americana e do liberalismo céptico que a criou é um dos lapsos intelectuais mais surpreendentes. Estamos a falar do objecto histórico mais resistente e triunfante da história política contemporânea. A constituição americana é a mais antiga do mundo. Está de pé, sem mudanças de fundo, desde 1789. Nos séculos XIX e XX, enquanto o resto do mundo viveu revoluções constitucionais dramáticas, os EUA mantiveram a sua ordem constitucional intacta (Brogan, 1960). Mais: Washington não só manteve a sua constituição, como viu uma grande parte dos estados do mundo a adaptar constituições semelhantes à sua. **(2)** Se não sairmos do torpor optimista dos anos 90, que tem concebido a democracia como a ordem natural das coisas, se não recuperamos o conceito de democracia liberal enquanto regime céptico desenvolvido pelo liberalismo conservador, então, não seremos capazes de compreender (a) o realismo americano e a (b) ordem internacional actual. É que o realismo americano, ao invés do neorealismo académico (de que já falámos) e do realismo europeu (de que iremos falar), utiliza a democracia como instrumento de política externa. Mas, atenção, este uso da democracia por parte do realismo americano não pode ser confundido com o idealismo neoconservador (neocon). Vejamos porquê.

4. EUA: uma percepção liberal

Depois da *identidade* e do *regime* internos, entramos agora no campo da política externa através da variável *percepção*.

Compreender a política externa dos EUA implica estar atento ao seguinte: a *percepção* americana do sistema interestatal é determinada, em grande medida, pela *democracia liberal*. Esta centralidade da democracia é a marca mais antiga na política externa americana (Monten, 2005:112-156). Esta *percepção democrática* tem duas grandes variantes; duas variantes distintas e até contraditórias, mas que actuam ao mesmo tempo na política externa dos EUA: (1) a face revolucionária do liberalismo idealista que procura trazer a democracia (pela força, se necessário) para estados despóticos; quando *percepção* uma ditadura, esta face sente a necessidade de derrubá-la, a fim de libertar a sociedade supostamente oprimida. Esta é a face mais conhecida e comentada, visto que implica guerras de escolha (Iraque, Afeganistão). Mas seria um erro analítico pensar-se que a democracia, na política externa americana, é apenas assunto para estes esforços idealistas. Pelo contrário. Temos de prestar atenção à segunda variante desta percepção democrática: (2) a variante conservadora do liberalismo céptico. Esta escola não procura construir novas democracias. O seu objectivo passa por interligar as democracias já existentes. E, como veremos, esta escola, mais silenciosa e discreta, é, todavia, a base essencial do actual ordenamento internacional. De forma simples: esta segunda variante é mais importante do que a primeira.

Olhemos, então, para as diferenças entre estas duas percepções democráticas que marcam a política externa americana. Começemos pela escola mais mediática e idealista. Como já afirmámos, existe actualmente um problema na análise da política internacional: a democracia é sempre colocada numa esfera idealista. Isto é, os ocidentais descrevem a democracia dentro de contornos jeffersonianos. Assistimos, constantemente, à confusão analítica entre um valor moral (liberdade; direito natural) e um regime político (democracia liberal). Este nevoeiro jeffersoniano atingiu o seu pico no recente momento neocon/doutrina Bush.

Nos EUA, desde o 9/11, o credo jeffersoniano tornou-se a ortodoxia oficial: os terroristas atacaram a América devido à liberdade americana; os regimes tirânicos temem o apelo que a liberdade americana tem sobre as suas populações; os tiranizados iraquianos e afegãos anseiam pela liberdade, sobretudo quando os EUA derrubarem os tiranos que os oprimem (McDougall, 2003:115). George W. Bush é o Presidente da história americana que mais apostou na premissa de Jefferson: o livre arbítrio dos homens conduz sempre ao desejo pela liberdade (Ignatieff, 2005). O *second inaugural*

speech de Bush constituiu uma declaração jeffersoniana absoluta. O *New York Times* descreveu-o como mais uma demonstração da «emotional rhetoric about the advance of freedom» (2005). Certo. Mas o NYT devia ter acrescentado que esta retórica emocional é tipicamente jeffersoniana. Tal como Jefferson, Bush (2005) assume que o coração humano quer sempre a liberdade. E se 1776 foi o ano zero para Jefferson, o ano zero de Bush é 1989: a queda da URSS é vista como a prova final de que todos os homens querem viver em liberdade. Como salienta Daniel Mahoney, Bush transforma uma crença normativa numa inevitabilidade analítica. Sim, o despotismo é a negação do direito natural. Mas isso não significa que os homens amam ardentemente a liberdade tal como Bush pretende (2006:8-12).

Muito se especulou sobre os chamados neoconservadores. Até se procurou ligar a sua ideologia a um grande, mas obscuro e isolado, filósofo político alemão *refugiado* na Universidade de Chicago: Leo Strauss. Em nosso entender, encontrar a genealogia ideológica dos neocon é bem mais simples do que isso: Kristol e Wolfowitz são os herdeiros actuais do liberalismo utópico e revolucionário de Jefferson e Paine.

Quando olhamos para os documentos basilares dos neocon (Wolfowitz, 2000:35-45; Kagan e Kristol, 2000:57-69; Kristol e Kagan, 1996:18-32), vislumbramos sempre três pontos: (1) superioridade dos direitos humanos sobre os cálculos de poder; (2) crença na hegemonia benevolente americana; os EUA representam os valores comuns a toda a humanidade; (3) atitude irreduzível perante regimes não-democráticos: os EUA devem evitar dialogar com um estado autoritário e a política americana perante ditaduras deve ser sempre *transformista* e nunca de conciliação. No auge da *hubris* de 2003, Max Boot não via a operação no Iraque como algo de circunscrito, mas sim como parte de uma campanha geral de democratização. Aliás, a guerra do Iraque era colocada em linha de continuidade com as grandes guerras do século XX. Dizia-se que o islamo-fascismo era a última *evil ideology* que faltava destruir (depois da destruição do nazismo e comunismo). Esta ideologia tinha de ser destruída a fim de permitir uma melhor respiração ao liberalismo (Boot, 2003). Ou seja, muito ao jeito de Jefferson, Boot defendia a destruição daquilo que estava a obstruir a caminhada inevitável da liberdade.

O perfume idealista de Jefferson encontra-se na ideia de Estado Cruzado dos neoconservadores. Do ponto de vista político, Jefferson, no seu tempo, defendeu uma América isolacionista. Mas do ponto de vista ideológico, que percorre todos os tempos, nenhum outro político foi tão determinante na construção do excepcionalismo moral que alimenta a política externa intervencionista (Tucker e Hendrickson, 1990:135-156).

Afinal, foi Jefferson quem construiu a ideia de uma América apenas em defesa de valores e nunca assente na *power politics*; foi Jefferson quem estabeleceu o mito da América como farol moral da humanidade (Joffe, 1992:49). Em suma, o magma moral da América como Terra Prometida (supostamente isolacionista) não é muito diferente do magma moral da América enquanto Estado Cruzado (intervencionista) (McDougall, 1997).

São várias as semelhanças entre o neocon e o velho idealismo de Jefferson e Paine. Para os neocon, o sangue de Saddam era suficiente para legitimar a intervenção no Iraque. Para Jefferson, o sangue do tirano era o alimento da liberdade. A liberdade de Jefferson era uma permanente ou cíclica revolução. A política externa neocon é uma permanente revolução democrática. Tal como Jefferson, o neocon é otimista em relação à humanidade (Kristol, 1999).

Num quente e esclarecedor duelo na *New Republic*, o neocon Robert Kagan e o liberal clássico Fareed Zakaria recuperaram o velho duelo entre Jefferson e Hamilton. De forma absolutamente jeffersoniana, Kagan reagiu contra a defesa do constitucionalismo hamiltoniano feita por Zakaria. Kagan afirma que *The Future of Freedom* é um ataque à própria ideia de democracia e uma defesa de um governo aristocrático (Zakaria e Kagan, 2003:4-5, 37). Ou seja, dentro da linha de Jefferson, Kagan defende o povo que vota contra a aristocracia não-eleita das instituições como o Supremo Tribunal. Mais: Kagan não aceita a existência de povos que não desejam a liberdade ou que não estão preparados para a democracia.

A influência de Jefferson e Paine no neocon é sobretudo evidente na questão iraquiana. Vejamos porquê.

A ideologia neocon não pode ser desligada do fracasso do pós-guerra iraquiano. Invadir o Iraque foi uma decisão de toda a administração e não apenas dos neocon. Mas o pós-guerra foi feito sobretudo a partir do Pentágono de Wolfowitz e Feith. E, em nosso entender, uma das causas do fracasso do pós-guerra está relacionado com a forma como se usou a democracia no Iraque. Os americanos entraram no Iraque com a democracia de Jefferson (não a de Hamilton) em mente.

Michael O'Hanlon aponta claramente o dedo a Wolfowitz (2.^a figura do Pentágono) e a Douglas Feith (3.^a terceira figura do Pentágono) como responsáveis pelo fracasso. Um fracasso provocado pelo excesso de voluntarismo ideológico. Os planos para a intervenção iraquiana que saíram do gabinete de Feith estavam demasiado dependentes de cenários otimistas marcados pela convicção de que Ahmed Chalabi controlaria a

situação sem a necessidade de um forte papel dos EUA no pós-guerra (O’Hanlon, 2005). Existia nos responsáveis americanos uma determinação teleológica que determinava que os americanos seriam recebidos como libertadores (Diamond, 2005), como os heróis que iriam derrotar o tirano. Em tudo o que dizem e fazem, os neocon revelaram uma absoluta lealdade a um princípio moral jeffersoniano: a destruição do tirano é o alimento da liberdade; destruir o tirano, esse acto de higiene libertária, é mais importante do que construir as instituições que regulariam a vida livre dos iraquianos. O grande móbil neocon não é construir a *democracia*; aquilo que alimenta esta ideologia é a destruição da *tiranía*.

O zénite desta pulsão jeffersoniana sucedeu quando Paul Bremer desmantelou o exército e a polícia iraquiana. Isso foi feito devido a razões ideológicas (Zakaria, 2005). O movimento Ba’as foi elevado a ideologia tirânica que tinha de ser eliminada para que a liberdade pudesse emergir. Antes da invasão, vários organismos avisaram para os perigos das purgas anti-Ba’as (Democratic Principles Working Group, 2003:25; Dobbins, 2003:205), até porque a grande maioria dos membros do partido Ba’as detinha uma visão pragmática da ideologia de Saddam: o cartão do partido era a única forma de entrar na função pública (Dawisha, 2004:8). Mas a ideologia jeffersoniana foi mais forte; em Maio de 2003, os americanos desmobilizaram formalmente o exército iraquiano – cerca de 400 mil homens, incluindo 12 mil generais – sem nenhum plano para os substituir (*The Economist*, 2005: 39). Como dizia George Kennan, os idealistas americanos têm por hábito transformar o resto do mundo num espelho onde, depois, projectam a sua vaidade ideológica (Kennan, 1986:213). O Iraque foi isso: um espelho onde estes jeffersonianos de botas cardadas puderam ver a sua ideologia libertária.

Ao invés do que reza o mito, os americanos não quiseram exportar o seu modelo político para o Iraque. O objectivo americano passava apenas por libertar uma sociedade oprimida por um governo tirânico. Numa entrevista esclarecedora à *Prospect*, Paul Wolfowitz convoca todo o legado de Thomas Paine quando afirma o seguinte:

«Export of Democracy’ is not a good phrase [...] what we are trying to do is remove the shackles on democracy». Wolfowitz (*apud Prospect*, 2004:24-26)

Nesta perspectiva, a América apenas retira o tirano de cima da sociedade oprimida. Uma vez retirados os *shackles on democracy*, os homens daquela sociedade, de forma natural e inevitável, dirigiram-se para a democracia e liberdade. Esta doutrina de libertação assenta no seguinte pressuposto bem identificado por Robert Jervis:

«The implicit belief is that democracy can take hold when the artificial obstacles to it are removed. Far from being the product of unusually propitious circumstances, a free and pluralist system is the “natural order” that will prevail unless something special intervenes» Jervis (2003:367)

Isto é Jefferson *vintage*. A história seguinte, contada pela boca do próprio Bush, é reveladora: «Seven people came to the Oval Office, seven Iraqi people. [...] These people came in and they said, liberator [...] that’s the society that we’ve liberated» (2004). Bush gosta de se ver como libertador, como aquele que retira o tirano de cima da liberdade natural de um dado povo. Mas, depois da libertação, Bush recusa participar na construção da liberdade:

«America will not impose our own style of government on the unwilling. Our goal instead is to help others find their own voice, attain their own freedom, and make their own way». Bush (2005)

Esta América jeffersoniana apenas abre espaço ao livre arbítrio dos homens; não constrói as liberdades constitucionais no terreno. Convencida de que trazer a liberdade para um país implica apenas matar o tirano, esta administração não tinha qualquer intenção de construir as instituições de um estado democrático no Iraque (Zakaria, 2005a). Até porque o idealismo dos responsáveis americanos reduziu a democracia iraquiana ao advento das eleições (Feldman, 2004; Philips, 2005). Mais uma vez, encontramos o dedo de Jefferson e Paine.

Olhemos agora para a segunda forma como a democracia influencia a percepção de Washington; uma forma menos idealista e guerreira.

A montante de qualquer acção americana existe algo de seminal: aos olhos dos políticos americanos, os estados democráticos têm a capacidade impar para cooperar entre si *dentro* do sistema interestatal (Smith, 1994). Os relatórios oficiais incluem sempre a noção de que a prossecução dos interesses americanos implica uma acção concertada entre os EUA e as outras democracias maduras do mundo (Hart, 1999). Quando olha para o exterior, Washington tende a sentir-se em casa apenas na presença de democracias liberais (*at home abroad*, como diria Henry Nau). Richard Burns teve a este respeito uma declaração reveladora:

«As America looks around the world, we need democratic partners in a very dangerous world». Burns e Menon (2007)

John Quincy Adams marcou, desde o início, esta percepção americana. Aliás, Quincy Adams é o exemplo perfeito para compreendermos a diferença entre o idealismo liberal e o liberalismo céptico aplicados à política externa. Muitos americanos viam na

repressão otomana sobre a Grécia a oportunidade para os EUA entrarem em acção na política europeia, na defesa do povo grego oprimido pela tirania do sultão. Em jeito de alerta contra estas pulsões idealistas, Quincy Adams disse celebrenemente:

«[América] goes not abroad in search of monsters to destroy».
(Quincy Adams *apud* Graebner, 1964:88)

Porém, evitar estes excessos idealistas não significa cair numa *realpolitik* europeia anti-liberal. Quincy foi dos primeiros a perceber os benefícios da interacção com estados liberais; defendia que os EUA deviam receber, numa espécie de *commonwealth* democrática, os estados (como as repúblicas sul americanas) que aderissem à forma de governo republicana (Kirk, 2001:236). John Adams apresentava um raciocínio semelhante: por um lado, era absolutamente leal aos princípios da governação republicana e, portanto, rejeitava a legitimidade de monarquias e sistemas aristocráticos. Mas, simultaneamente, Adams recusava uma política externa que advogasse mudanças revolucionárias de regime, isto é, não apoiava o derrube violento das monarquias e a introdução posterior de formas de governo republicanas (Adams, 1946:68). Apego à governação republicana onde ela já existisse, sim. Mudanças de regime, não. Isto porque considerar a *república* como o único regime legítimo não implica negar o carácter pluralista do sistema, não implica querer transformar todas as ditaduras em repúblicas. Hoje, Condoleezza Rice repete esta predisposição adamsiana. Os EUA não devem forçar os outros estados a serem democracias, diz a secretária de estado. Essa decisão cabe apenas aos povos em questão. Ao mesmo tempo, Rice defende que Washington deve reforçar os laços políticos e económicos com os aliados democráticos para que estes funcionem como âncoras democráticas da ordem internacional. Rice define esta predisposição (evitar construir novas democracias pela força; unir as democracias já estabelecidas) como «American Realism» (Rice, 2007). É esta a matriz central da política externa americana. O *democrata* Brzezinski afirma que é fundamental «liderar uma aliança persistente e alargada de democracias com visões semelhantes» e que esta comunidade «não só é possível e desejável como está de facto a emergir» (Brzezinski, 2005:216,218). O *republicano* Kissinger reforça a importância de uma parceria continuada entre Washington e as restantes democracias (Kissinger, 2003:280). O que está aqui em causa não é uma cruzada por novas democracias, mas sim a certeza de que os EUA têm relações mais estáveis com outras democracias (Applebaum, 2006). Recentemente, Jack Snyder e James Mansfield defenderam algo que ajuda a perceber a diferença entre a utilização da democracia com fins idealistas e este uso da democracia para fins

conservadores. Snyder e Mansfield defendem que, de facto, as democracias institucionalmente maduras tendem a ter um comportamento pacífico entre si. Mas este facto – que ocorre entre democracias *já estabelecidas e consolidadas* – não deve legitimar uma política externa idealista que vise a promoção e construção de *novas democracias* (Mansfield e Snyder, 2005).

Em suma, segunda esta predisposição realista, os EUA devem evitar excessos de arrogância idealista, mas devem trabalhar em concerto com os estados que partilham os valores centrais dos EUA; é essa a tradição americana, diz Rice (2000:62). E a Secretária de Estado tem factos suficientes para sustentar a sua asserção. As grandes estratégias americanas, no século XIX e no século XX, contaram sempre com o suporte de estados liberais. Vejamos.

No século XIX, Washington desenvolveu uma aliança não-escrita com o regime mais parecido aos EUA naquela época: o Reino Unido. Apesar das duas guerras (independência; 1812), Londres sempre foi o parceiro mais viável para os EUA. O Reino Unido não era uma democracia no sentido moderno, mas era igualmente um estado liberal, que, aliás, era o modelo legal dos EUA. John Quincy Adams chegou a falar de uma hipotética «community of principle» entre Washington e Londres (Lippman, 1943:14). Desde 1783 (tratado de Paris), americanos e ingleses retomaram as velhas ligações comerciais; os mercadores e financeiros ingleses ofereciam aos americanos oportunidades de negócio e de crédito que o *aliado* – França – não podia dar (Graebner, 1964:14-15). Neste sentido, o *Farewell Address* de George Washington (1997: 962-977) deve ser visto não como uma declaração de um absoluto isolacionismo, mas sim como uma declaração de autonomia em relação a qualquer compromisso com a França. George Washington seguiu, assim, o conselho de Hamilton: os EUA não se deviam envolver nas guerras e no equilíbrio de poder europeu ao lado da França (Hamilton *in* Graebner, 1964:69-73). A aliança informal entre Londres e Washington consumou-se em 1823 (doutrina Monroe). Entre 1823 e 1898, a república expandiu-se pelo continente americano e pelo Pacífico, tendo o flanco atlântico protegido pelos ingleses. Esta aliança não-escrita foi a base da estratégia americana ao longo do século XIX (id.:90). A proclamação da Doutrina Monroe (Washington resistiria à recriação de qualquer império europeu no hemisfério ocidental) tinha como alvo a Espanha, a França, a Rússia e a Áustria – os adversários europeus do Reino Unido. Londres e Washington chegaram inclusive a pensar numa declaração conjunta, mas a aliança informal permaneceu silenciosa (Lippman, 1943:12-14). O *trade off* era simples:

Washington mantinha uma posição de destaque nas Américas e mantinha-se afastada dos problemas europeus; Londres assegurava que nenhum outro poder europeu poderia restabelecer poder no hemisfério americano e contava com a anuência americana em relação à *Pax Britannica*. Ao longo do século XIX, este *trade off* foi a base da relação especial entre Washington e Londres (Mead, 2002:5, 62, 65). Esta ligação ao Reino Unido revela como, desde o início, os EUA fazem política externa *com* outros estados liberais.

No século XX, a marca da democracia tornou-se ainda mais evidente. Ao longo do último século, a estratégia americana consistiu em tentar estabelecer uma comunidade global de estados baseada no estado de direito (Howard, 2002:10). Falhou na primeira metade. Triunfou na segunda metade do século. No rescaldo da I Guerra, Wilson quis fazer do mundo algo de seguro para a democracia. Fracassou. Depois, no rescaldo da II Guerra, Truman desafiou a URSS ao fazer dos EUA a garantia da independência e segurança das nações que escolhessem a democracia. Mais: regimes totalitários, dizia Truman, colocavam em causa as fundações da ordem internacional e, portanto, a segurança dos EUA (Truman *in* Graebner, 1964:731). A Guerra-Fria não é compreensível se não entendermos que, para a república americana, o marxismo não era apenas mais um sistema político ou uma ideologia. Para os americanos, o marxismo simbolizava o «the end of the West» (Cropsey, 1987:87). Contra a URSS, os EUA ergueram precisamente o *the West*, uma inédita aliança de democracias.

Em suma, ao longo da história da república, uma matriz tem sido constante: para os responsáveis americanos, a segurança dos EUA está sempre relacionada com a ideia de construção de uma ordem mundial baseada em estados democráticos ligados entre si por valores comuns e partilhando uma prosperidade também comum (Mead, 2005:589-598).

Importa ter em devida conta as diferenças entre a percepção democrática da escola idealista e a percepção democrática da escola conservadora. Por duas razões. **(1)** Ao retirar os neocon da teoria conspirativa, ao colocá-los bem dentro da tradição do liberalismo utópico de Jefferson e Paine, podemos, assim, relativizar a sua força e influência. De que forma fazemos isto? Simples: o maior adversário da política externa agressiva e idealista dos neocon não é a ONU ou a França. O maior adversário dos neocon é o próprio regime político americano. A constituição americana foi feita para impedir que a República se aventurasse no exterior da forma que é pedida por Kristol, Kagan e Wolfowitz. Um constante esforço de guerra de uma república no exterior é

uma ameaça à liberdade interna dessa mesma república (Hamilton, 2003:68). Porquê? Porque a guerra alarga demasiado os poderes do governo (Tocqueville, XXXX:783). A política externa neocon é a negação do espírito constitucional americano; o seu ideal de paz perpétua significa uma guerra perpétua (Bacevich, 2005), ou melhor, uma campanha perpétua de guerras de democratização. E isso é impensável nos EUA. A separação de poderes significa que o Presidente não controla o Congresso e o Supremo, facto que dificulta a imposição de um curso absolutamente coerente e constante ao nível externo (Jervis, 2005:356-358), tal como desejam os neocon. Curiosamente, o factor que impede Washington de abraçar o TPI é o mesmo factor que impede Washington de ser um império neoconservador. Que factor? O constitucionalismo liberal que institucionaliza a descentralização e fragmentação das instituições americanas (Moravcsik, 2005:197-198). Os neocon só seriam um cartel realmente perigoso (na linha definida por Snyder) se fizessem um *regime change* interno, isto é, se alterassem a constituição americana para um sentido mais jeffersoniano (até prova em contrário, uma hipótese absurda). **(2)** A forma idealista com que os neocon utilizam a democracia no terreno serve de ponto de comparação à forma como o realismo americano utiliza a democracia na política externa. Quando se fala em democracia em política externa, há a tendência para se falar apenas na criação utópica de novas democracias (Doyle, 2004:83). Este é o erro. A democracia, como arma de política externa, não é monopólio dos neocon. Os realistas americanos (nesta Administração: Rice, Zoellick, Zelikow, Burns) também têm a democracia liberal como instrumento, como instrumento conservador, diga-se. A democracia liberal pode ser um factor de ordem, de previsibilidade e não de revolução idealista. O uso da democracia jeffersoniana surge apenas nestas guerras de escolha (Iraque). São fenómenos bombásticos, mas ocasionais e não estruturantes da ordem internacional. Ao invés, o uso da democracia hamiltoniana é continuado e absolutamente estruturante da ordem internacional. Isto porque os hamiltonianos percebem, de facto, *democracias* reais. O neocon percebe *ditaduras* reais, sonhando com democracias futuras.

Muito do que se segue (neste capítulo e nos seguintes) é uma tentativa de mostrar Washington na utilização da democracia dentro do cânone do liberalismo céptico, que procura criar previsibilidade liberal e não revoluções democráticas. Nós, em 2007, vivemos numa ordem internacional que tem o seu pilar central neste uso conservador da democracia liberal elaborado pelo realismo americano – a matriz central da estratégia dos Estados Unidos da América.

Depois desta separação entre neocon e realismo americano, segue-se a distinção entre realismo americano e a clássica *realpolitik* de fundo europeu.

5. Realismo Americano

A forma como a academia americana traça um abismo epistemológico entre *realismo* e *liberalismo* (Walt, 1998; Snyder, 2004; Klarevas, 2004:18-23) não faz sentido na análise à política externa americana. Ficamos sempre surpreendidos com a capacidade que a academia americana tem para *não entender* a real política externa produzida por Washington.

Compreender a política externa americana implica, paradoxalmente, recuperar uma velha predisposição de estudo europeia que articula as três tradições clássicas: a de Maquiavel (relações de poder), a de Grotius (sociedade de estados) e a de Kant (república enquanto regime político legítimo) (Hassner, 1994:737-756). Isto porque o realismo americano é, simultaneamente, maquiavélico, grociano e kantiano. Por esta ordem, e sem contradição.

A presença maquiavélica é o pano de fundo inevitável. Zoellick (2000) e Rice (2000) têm a consciência de que qualquer estratégia americana tem de assentar no Poder, ou seja, os realistas americanos não desconhecem a velha máxima maquiavélica:

«For the very safety of the country depends upon the resolution to be taken, no considerations of justice or injustice, humanity or cruelty, nor of glory or of shame, should be allowed to prevail. But putting all other considerations aside, the only question should be, What course will save the life and liberty of the country?». Maquiavel (1950:582)

Quando tudo o resto falha, a sobrevivência pela força é a solução. Uma república não é um tratado de ética. Mas, apesar do contacto com Maquiavel, é um erro afirmar-se que os realistas americanos são iguais a todos os outros realistas (Pipes, 2006:9). Não existe um realismo universal e atemporal; não existe uma tábua dos dez mandamentos realistas. Para a república americana, esta linha maquiavélica é só a *última* linha de defesa e não a *única*. Washington coloca mais duas linhas de defesa à sua frente: uma ao nível da sociedade de estados, outra ao nível da confederação kantiana.

A *sociedade de estados* é uma ordem política distinta do mero *sistema de estados* (Bull, 2002). A marca distintiva do sistema é somente a mútua sensibilidade por parte dos actores (Dunne, 2001:226); os estados mantêm uma interacção diplomática e até comercial, mas não existem regras comuns entre as partes. Há uma mera interacção física dentro da anarquia. A sociedade de estados surge quando os estados acordam regras comuns para a sua interacção; regras de comportamento na política externa e não na política interna.

Aquilo a que chamamos de *Ordem* é esta transformação do *sistema* em *sociedade* através da interacção dos estados por meio de algumas regras mínimas de conduta. Esta ordem não é a abolição da anarquia; é somente a domesticação dessa anarquia através de um padrão mínimo de interacção. Mais: a sociedade e a ordem não significam uma absoluta uniformidade normativa; os estados continuam a ter diferenças normativas entre si, sobretudo ao nível da política interna. Estamos aqui a falar de um denominador mínimo comum que permite a convivência civilizada na política internacional. Afinal, os homens, como seres políticos, não estão destinados a viver na anarquia pré-política. Era esta, parece-nos, a lição de Hugo Grotius (1949). Na sua concepção da sociedade racionalista, Grotius dizia que, mesmo na ausência de um Leviatã global, é possível criar uma lei consuetudinária (que resulta da *praxis* dos estados e não de um organismo internacional) que civilize a relação entre estados. Ou seja, Grotius não projectou na política internacional o *Homem* no estado da natureza, mas sim os *homens* como seres sociais e políticos que habitam sociedades com regras. Este é o ponto de partida clássico da sociedade de estados; é este o raciocínio universal que está a montante das várias sociedades de estados históricas que se criaram ao longo do tempo.

Como recorda Michael Lind (2002), Washington sempre trabalhou no sentido de criar uma sociedade de estados. Ao invés dos revolucionários jacobinos e bolcheviques, os revolucionários americanos revelaram-se conservadores em relação ao sistema de estados. Não pretendiam destruí-lo; queriam apenas domesticá-lo. Hamilton fazia questão de separar a revolução americana da revolução jacobina; fazia questão de dizer aos poderes europeus que os americanos eram republicanos, claro, mas não revolucionários sanguinários. A revolução americana, dizia Hamilton, não tinha como meta revolucionar o mundo, mas sim estabelecer a ordem e a lei (Hamilton *in* Graebner, 1964:72). Mas se recusava o espírito revolucionário, a América também recusava a *power politics* da Europa aristocrática. Federalistas e republicanos concordavam num ponto: a Europa era um modelo negativo, cujo valor consistia em ensinar aos americanos o que não *se devia fazer* na política internacional (Soromenho-Marques, 2002:157). Entre o realismo do *ancien régime* (que criava uma sociedade de estados aristocráticos) e o espírito revolucionário (que pretendia abolir as relações de poder no sentido da unificação global da humanidade), o realismo americano encontrou o seu lugar na projecção de uma sociedade de estados comerciais (e não aristocráticos).

O realismo americano sempre perspectivou o mundo de forma diferente dos europeus continentais (*continental realism*). Sendo uma república comercial, os EUA passam menos

tempo a pensar sobre os tradicionais assuntos de segurança militar e, em compensação, devotaram mais atenção à tarefa de delinear e a executar estratégias ligadas ao comércio e à finança mundiais (Mead, 2002:34-55, 99-131). Ou seja, o realismo americano vive para a globalização. Ora, isto entra em rota de colisão com o realismo clássico europeu. Basta pensar na França, mesmo na actual. Chirac, na defesa da sua multipolaridade, é um dos maiores críticos da globalização comercial. E em França, como se ainda estivéssemos no século XVII, continua-se a desconfiar do comércio e a prezar a agricultura. Num relatório para o ministério da defesa francês, podemos ler o seguinte: «L'Europe dispose d'atouts: son agriculture [...]» (Esper, Boissieu, Bigot, David e Silguy, 2007:259).

O pensamento de Hume (a par de Montesquieu) foi determinante na formulação do pensamento dos federalistas e da constituição americana. Hamilton sela o *Federalista* com um elogio a Hume, um «escritor tão sólido como engenhoso» (2003:534). Ora, o pensamento estratégico do realismo britânico de Hume também influenciou os federalistas. Hume dizia, naturalmente, que o estado tem de estar atento aos jogos de poder (2002:297-303), mas, ao mesmo tempo, relembra a importância do comércio para a vida nos estados (id.:229-240). Hamilton repetiu o raciocínio: por um lado, defendia a constante atenção à correlação de forças entre estados (2003:55-60), mas, por outro lado, e perante o «espírito empreendedor, que caracteriza a actividade comercial da América» (id.:64), Hamilton apoiava uma política externa que estimulasse, protegesse e expandisse o comércio americano para os dois flancos da Eurásia (Europa e Extremo Oriente), projectando assim uma espécie de *sistema americano* que unisse os estados através do comércio. Este sistema americano pegou de estaca e tornou-se a norma. No século XX, Aron descobriu este sistema americano já na sua forma e nome contemporâneos: *globalização* ou *mercado mundial*. Através do Plano Marshall e de instituições internacionais (FMI, GATT, Banco Mundial), os EUA criaram uma ordem que possibilitou um crescimento económico sem precedentes na história humana. Os outros estados beneficiaram deste ordenamento, sobretudo os ex-inimigos, Japão e Alemanha. O sucesso económico de europeus e japoneses – que começou a fazer concorrência à própria economia americana – foi um produto da política americana (Aron, 1974). Isto serve para ilustrar o seguinte: não existe nenhum sistema económico mundial a controlar os estados; a *globalização* (tal como o sistema neorealista) não é a causa magna do comportamento dos Estados; a globalização não vive acima dos estados. Aliás, a globalização é um produto político da interacção entre os EUA e outros

estados. É a política, e não a tecnologia ou a economia, que determina o alcance e o ritmo da integração económica internacional. A globalização é escolhida politicamente pelos estados; não é imposta por um qualquer *deus ex machina* económico (Wolf, 2001:182; Wolf, 2001a:143; Hutton, 2007:335). A mão invisível da globalização precisa da ajuda de punhos de aço (Micklethwait e Wooldridge, 2003), isto é, de estados. Sobretudo de estados liberais, liderados pelos EUA. O que queremos dizer com tudo isto? Que o termo *globalização* é para amadores. Quem estuda política internacional de forma profissional tem de substituir a palavra *globalização* (que remete para a ilusão de um sistema económico e tecnológico unificado à escala global, que congrega todos os *indivíduos* e que secundariza ou anula os *estados*) pelo conceito de *sociedade de estados capitalista*, a versão contemporânea da sociedade de estados, projectada pelo realismo americano.

Foi precisamente isso que fez Philip Bobbitt. Este autor consagra a ideia de sociedade global de *market-states*. São as regras capitalistas (mercados abertos; aversão a blocos proteccionistas) que determinam a composição da sociedade de estados contemporânea (Bobbitt, 2002). Nesta sociedade de *market states* unidos por regras económicas, encontramos estados com diferentes regimes políticos (EUA e China são *market-states*). Aqui, o regime interno do estado não é determinante. O que conta é a abertura (ou não) ao mercado global e às suas regras. Richard Haass defende precisamente esta sociedade capitalista através da sua *doutrina da integração* (a actualização do sistema americano de Hamilton). Os EUA, diz o influentíssimo Haass, devem integrar os outros grandes estados (independentemente do regime) nos benefícios do sistema económico liberal, para que estes estados continuem a pensar que o seu interesse nacional é bem servido através de uma política de cooperação com Washington. Neste cenário, a China deve ter a oportunidade de ser um pilar da sociedade internacional (Haass, 2005:29). Não por acaso, a China está na OMC.

A regra que sustenta a ordem na actual sociedade de estados não é a ideia de soberania condicionada pelos direitos humanos. Esta ideia (que implica normatividade interna e não regras externas) é um fenómeno eurocêntrico que nunca foi aceite pela maioria dos estados, a começar pela China e Índia. Dando forma ao ar do tempo respirado no Atlântico Norte, Peter Singer (2004) defende uma única ética para uma única comunidade mundial. Ou seja, Singer projecta valores exclusivamente *ocidentais* para uma escala *universal*. Para começar, não existe esta vaga comunidade mundial de indivíduos assente numa ética humanitária universal. Depois, Singer defende que o

intervencionismo humanitário é uma realidade globalmente aceite. Ora, se há coisa que não é consensual no mundo de hoje é precisamente esta: a interferência humanitária dentro de estados soberanos. Quando China e Rússia, através da SCO (Shanghai Cooperation Organization), afirmam que os seus princípios passam pelo respeito pela independência e soberania territorial de cada estado e pela não-interferência externa em assuntos internos (SCO, 2007) estão a contradizer directamente o dogma humanitário que triunfou nos anos 90 no Atlântico Norte. O intervencionismo liberal (a consequência da noção de soberania condicionada pelos direitos humanos) é um tema ocidental que é recusado e criticado pela maioria dos estados, sobretudo estados orientais e do sul (Glennon, 2005:129). Os ocidentais, sobretudo os europeus, têm dificuldades em aceitar que o seu idealismo não seja partilhado pelos outros estados não-ocidentais. É uma dificuldade epistemológica (antes de ser um erro político). A ideia de soberania condicionada pelos direitos humanos é um «unshared idealism», para usar a expressão lapidar de Henry Cabot Lodge (*in* Graebner, 1964:471). Esta «normative shift» (Bell, 2003) ocorreu apenas dentro do Ocidente, sobretudo na Europa. Uma *norma* internacional é um processo que se consuma na realidade; uma norma não é norma só porque alguém a decretou retoricamente. A viragem normativa de uma sociedade internacional de estados para uma sociedade universal de indivíduos, tentada por alguns ocidentais, nunca adquiriu vigência universal e real, nunca passou à condição de norma reconhecida e praticada.

Que fique assente: a regra que sustenta a actual ordem internacional não é a subordinação da soberania aos direitos humanos. A base da nossa sociedade é a regra que define a morte da conquista (Simmons, 2003), ou seja, a conquista territorial já não é aceite como método legítimo de enriquecimento; a prosperidade não deve ser alcançada pela conquista, mas sim através do trabalho e do comércio. Quando os chineses afirmam que estão a transcender as tradicionais formas de ascensão dos grandes poderes e a procurar uma ascensão económica pacífica (Bijian, 2005:22), na verdade, estão a cumprir a regra-chave da actual sociedade de estados. A ascensão japonesa pré-1941, numa sociedade internacional ainda com regras europeias, foi feita na base do expansionismo imperial, territorial e mercantilista. A ascensão chinesa pós-1979, numa sociedade já com regras americanas, está a ser feita com base na abertura ao comércio global.

Uma ordem duradoura entre várias potências depende da observância de um certo padrão comum de moralidade (Wright, 2002:309). Hoje, este padrão mínimo de moral

está relacionado com algo de inédito na história: a abolição da conquista imperial. Talvez por vivermos dentro *desta* regra já perdemos a noção de como ela é revolucionária. É esta morte da conquista que permite a actual «ordem mundial mínima» (Bull, XXXX:353). Repetimos: uma ordem mundial mínima. A ideia de soberania condicionada pelos direitos humanos não é uma ideia para alimentar uma ordem mínima; é uma imposição do liberalismo utópico que tem dificuldade em aceitar o pluralismo da política mundial; não procura a ordem, mas a justiça universal. Mais do que possam julgar à partida, os europeus defensores do mundo pós-Vestefália são muito parecidos com os neocon americanos.

Ora, a morte da conquista é uma imposição do realismo americano sobre o realismo europeu. As diferenças entre estas duas escolas ficaram logo patentes na questão chinesa no século XIX. Enquanto os europeus definiam os seus interesses na China em termos de esferas de influência territoriais exclusivas, os EUA defendiam uma política de *open door*, isto é, apenas o mercado deveria funcionar (Kennan, 1951:23-37). No final do século XIX, os EUA ainda não tinham o poder para impor a sua visão. O mesmo não sucedeu depois da II Guerra. Em 1956, no Suez, Washington oficializou o fim das esferas de influência europeias sobre o resto do mundo. A *open door* tornou-se global à custa dos impérios europeus (Jenkins, 2005). A concepção americana de ordem internacional pós-territorial (Skideslsky, 2006:50-55), onde a conquista de novos territórios não é permitida, tornou-se norma internacional em 1956.

Resta a terceira linha de defesa do realismo americano, a confederação kantiana. A confederação kantiana (como veremos em pormenor no capítulo seguinte) é exclusiva de um certo tipo de regime: a república/democracia liberal. É uma comunidade ou aliança de democracias. Não se fica por regras de conduta externa; assenta em regras endógenas, ao nível da legitimidade do regime interno. Esta confederação kantiana existe *dentro* da sociedade de estados, mas é de composição mais restrita. Se quisermos, existem três grandes círculos a actuar no realismo americano: o sistema interestatal de Maquiavel é o círculo maior, a base inicial (engloba todos os estados do sistema); dentro do sistema, encontramos o círculo intermédio, a sociedade de estados (que inclui a China ou a Rússia, mas que exclui estados como a Coreia, Cuba ou Sudão). E dentro da sociedade internacional, no olho do furacão, encontramos o círculo mais pequeno mas terrivelmente vital: a confederação kantiana, a comunidade de democracias. Como já vimos, a ideia de unidade entre democracias esteve sempre presente no coração da estratégia americana. Washington tem um carácter kantiano protegido pela couraça de

Maquiavel e pela sedução comercial de Hume. Antes de tudo mais, convém perceber que o legado político de Kant teve implementação nos EUA e não na Europa (Hassner, 2003:208). É na América que ouvimos autores a proclamar o propósito kantiano de criar uma comunidade de estados democráticos (McFaul, 2002).

O exemplo maior da face kantiana dos EUA é aquilo que John Ikenberry descreveu como *Ordem Constitucional*, criada pelos EUA entre 1944-1949 e que continua a ser a base da política internacional. Através de instituições internacionais e, sobretudo, através de alianças políticas (NATO, aliança com Japão), os EUA criaram uma unidade estratégica entre as democracias, uma unidade que adquiriu o nome informal de *Ocidente* (Ikenberry, 2001). Voltaremos a abordar esta ordem ocidental. Por enquanto, fica o registo da força do legado kantiano na política externa americana.

Este realismo americano (o que é real; o que é mesmo produzido pelos homens que lideram a república) utiliza a democracia. É um realismo kantiano. É um «liberal realism» (Dunne e Schmidt, 2001:148-149). Por isso, os políticos americanos declararam sempre o seguinte: a cómoda divisão entre realismo/interesses vs. liberalismo/valores – existente na academia americana – não existe na política externa americana (Clinton, 2006; Rice, 2000:49; Albright, 2006a:303-307; Berger, 2004:63; Baker, 2007:14-19; McCain, 2007; Obama, 2006:271-323; Giuliani, 2001). Os EUA são realistas e liberais. Ao mesmo tempo, e sem contradição. Ao contrário do que pretendem alguns autores (Joffe, 2005:11; Leffler, 2003:1050; Risen, 2007:116-120), a explicação para isto não passa por dizer que os EUA fazem uma *síntese* entre realismo e idealismo. A explicação não é assim tão fácil. Os EUA não encontraram a fórmula mágica que lhes permite conciliar *Realismo* e *Idealismo*, assim definidos de forma abstracta.

O que é o realismo? O realismo é a defesa de qualquer coisa. O realista defende um estado, um regime, uma identidade. Kissinger recorda que Bismarck, quase sempre visto como o protótipo de estadista universal do equilíbrio de poder, baseava a sua estratégia na ideia de excepcionalismo prussiano (2007). Como já afirmámos, Bismarck defendia o seu mundo, a sua Prússia aristocrática, a sua Alemanha. A sua *realpolitik* não era a reinterpretção de uma lógica universal, mas sim a defesa de uma certa maneira de ver o mundo. Uma maneira de ver o mundo aristocrática que recusava os valores do liberalismo. Para Bismarck, e para os aristocratas europeus do século XIX, fazia todo o sentido pensar em termos de *realismo* (a defesa do mundo aristocrata) contra o *liberalismo* (que ameaça o status quo aristocrático). Ora, esta dicotomia não é possível na república americana. Porque os EUA são, desde a fundação, uma república liberal. Aquilo que o

realismo defende na América é uma república liberal e não uma monarquia aristocrática. Na tarefa de defender a república, Washington concebeu uma «republican realpolitik», distinta da realpolitik aristocrática de Metternich e Bismarck (Smith, 2004). E, claro, a maior diferença entre estas duas escolas realistas reside na forma como vêem a democracia enquanto instrumento de política externa. Se é fundamental distinguir o realismo americano do idealismo neocon, também é fulcral separar a tradição do realismo liberal americano do clássico realismo europeu. É o que faremos de seguida.

Os EUA foram a primeira nação moderna, liberal, progressista a entrar na política mundial. E ainda hoje as velhas nações europeias parecem incapazes de entender esta novidade (Fabbrini, 2000). Quando Fischer resume o realismo americano a um mero unilateralismo, quando Védrine fala dos EUA enquanto hiperpotência, na verdade, estão a transportar para o realismo americano a velha matriz do realismo europeu. E isso é um erro grave de análise. Porque o realismo de Rice é diferente do velho realismo europeu, superiormente codificado por Bobbio.

Norberto Bobbio teorizou o velho realismo europeu através da sua *teoria da política de potência*; uma teoria que explica a política dos estados deixando completamente de lado o sistema ideológico e o regime político (Bobbio, 2003:380). Uma potência é uma potência, independentemente do seu regime, diz Bobbio. Um realista americano, ao invés, considera que o carácter do regime não pode ser separado do comportamento externo do estado (Rice, 2005). Para Bobbio, dentro de um sistema «do qual está ausente um poder comum, um Terceiro superior às partes e dotado de poder coercivo suficiente» (Bobbio, 2003:363), não é possível apagar a anarquia; tudo se resume ao «sistema em equilíbrio dinâmico» marcado apenas pela força (id.:381). Rice concordaria com Bobbio num ponto: não é possível apagar a Anarquia. *Ela* é eterna, impagável, insuperável. Mas, para Rice, o facto de a anarquia ser de impossível remoção não significa que é de impossível domesticação. Para Bobbio, na esfera internacional, tudo deixa de ser político e tudo desce inabalavelmente ao estado apolítico da natureza, onde tudo é imprevisível, onde, na noite da anarquia, todos os gatos são literalmente pardos. Para Rice, a questão é um pouco diferente. Na noite da anarquia, as repúblicas trazem consigo uma pequena luz que as identifica, que as assinala.

Para Bobbio, Poder é sempre Poder, seja de quem for. Não há diferentes poderes ao serviço de diferentes regimes. Poder é Poder, com maiúscula, universal e atemporal. O termo *Poder* assume aqui uma dimensão quase religiosa, uma espécie de deus do antigo testamento que será sempre implacável. Com isto, Bobbio entra numa perspectiva

teleológica: quem tem poder fará sempre *X* e *Y*. Inevitavelmente. Este *Poder* ontológico do velho realismo europeu faz lembrar o *Sistema* mecânico do neorealismo: o Poder está situado acima dos homens, acima dos regimes políticos, e tem uma vontade própria; uma vontade que, aliás, impõe aos estados. Bobbio rende-se a uma estranha forma de Poder que mais parece ser uma pessoa:

«O poder resiste a qualquer tentativa de suas vítimas de desvelá-lo, de obrigá-lo a se expor às claras, a tirar a máscara, a dizer a verdade. Encontra sempre pretextos para não se deixar ver, um argumento útil para justificar sua própria transgressão da obrigação da transparência. Os dois pretextos ou argumentos mais comuns são – e sempre foram –, acima de tudo: (a) os assuntos de estado são complexos demais para serem colocados nas mãos do público [...] (b) não devemos deixar que inimigo conheça nossas intenções». (ibid.:364)

Os neorealistas antropomorfizam o sistema. Os neocons antropomorfizam a deusa da democracia. Os velhos realistas europeus antropomorfizam a ideia de *Poder*, um *Poder* secreto, misterioso e fugidio. Ora, como já vimos, os EUA – como projecto político – foram construídos contra este culto do segredo. O constitucionalismo liberal é a negação deste poder secreto, obscuro e reservado só para alguns escolhidos. Nos EUA, o poder é aquilo que resulta de um regime político, e não de um Poder ontológico inerente à natureza humana ou à natureza da política.

Tudo isto provoca dois grandes abismos epistemológicos entre um realista liberal americano e um realista europeu. O primeiro está relacionado com o equilíbrio de poder e o segundo com a utilidade da democracia. Para Bobbio, o equilíbrio de poder é a ordem natural das coisas. Tal como para Chirac. Ortega y Gasset dizia que a Europa não era «uma ‘coisa’, mas um equilíbrio» (1989:15). Quando defende o mundo multipolar, Chirac exporta para todo o sistema esta ideia muito europeia de equilíbrio mecânico entre potências, independentemente do seu regime. Para um realista americano, o equilíbrio de poder não é a lei ou meta da política internacional; é somente um instrumento – como qualquer outro – que pode ser usado para fins positivos, negativos ou indiferentes (Lippmann, 1956:121). Quando se fala em democracia em política externa, realistas na linha de Bobbio e Chirac tendem a considerar essa ideia como idealista e sem utilidade. Rice será sempre uma idealista aos olhos de Chirac. Sucede que – como já explicámos – não se deve confundir o realismo liberal de Rice (que utiliza a democracia de forma conservadora) com o idealismo da paz democrática de neocons.

O centro vital da política externa americana é ocupado por este realismo liberal, partilhado por republicanos como Rice e Kissinger e por democratas como Albright e

Brzezinski. É este realismo (afastado de Kristol, mas também de Bobbio) que cria a actual ordem internacional, o terceiro e último tema deste capítulo.

6. Ordem Constitucional *sobre* a Unipolaridade

O realismo americano não criou um Império. No início do século XXI, não vivemos numa ordem imperial.

Há quem diga que qualquer discussão sobre a política externa americana deve começar por reconhecer que os EUA são um império (Simes, 2003:91). O conceito de *Império* adquiriu, na academia, um novo «analytical use» (Dalby, 2005:435). Michael Cox, por exemplo, vê no Império a forma da disciplina de RI compreender a actual ordem internacional (2004); não por acaso afirma que «we welcome the new debate on Empire» (2004a:603). Depois, no debate intelectual na Europa, a ideia de império americano adquiriu um peso abrupto. Além do embate entre liberais e marxistas – de que já falámos –, encontramos uma miríade dispersa de europeus que navegam nestas águas mitológicas. Emmanuel Todd já *vê* o fim do Império Americano (2002). Hubert Védrine vê na *Hyperpuissance* americana uma pulsão unilateral que pende cada vez mais para o imperialismo (2003:362). Todorov declara que «a política dos Estados Unidos é incontestavelmente imperialista» (2006:28). Jean Yves Haine afirma que «the fall of Saddam Hussein has made America's *imperium* as real as those of Britain and France a century ago» (2003:505). Pierre Hassner analisa os EUA enquanto actor com «imperial status» (2002).

Em resposta a isto, é preciso dizer que o Império Americano não existe. É um mito (Huntington, 2005). O conceito de *Império* – entendido com rigor analítico – remete para um distinto sistema político, com características próprias. É um sistema político hierarquizado onde uma elite central domina elites e sociedades periféricas; a elite periférica só tem acesso ao seu exterior por intermédio da elite dominante (Motyl, 2001). Ou seja, um império é um sistema fechado de interacção entre duas entidades; neste sistema, a metrópole dominante exerce poder político sobre a política externa e a política interna da periferia subordinada, isto é, *X* controla efectivamente a soberania de *Y*. Mais: *Império* não pode ser confundido com outros cenários internacionais. Por exemplo, não se pode confundir um sistema político imperial com um qualquer cenário de *international inequality*. Um poder hegemónico não é uma metrópole imperial. Poder hegemónico *X* pode condicionar a política externa de *Y*, mas não tem legitimidade ou

possibilidade de controlar a política interna de Y (Doyle, 1986). Mais: não se pode confundir unipolaridade (estrutura) com império (sistema político) (Wohlforth, 1999:9). Quem estuda a fundo o conceito de *Império*, como Alexander Motyl, não tem dúvidas em afirmar que esse conceito não se adequa ao papel dos EUA no mundo. Uma correlação de poder extremamente assimétrica, como a actual, não representa um projecto imperial. Este debate imperial existe com tanta força, diz Motyl, porque os autores que nele participam (Ferguson e Negri, por exemplo) estão mais interessados em fazer campanha ideológica do que em fazer análise académica (2006:190-194).

Sobre esta adulteração do conceito de Império quando aplicada aos EUA, Carlos Gaspar já disse tudo:

«[o Império americano] é sempre um império com adjectivos: é virtual, ou informal, ou benigno, ou compulsivo, ou incoerente, ou democrático, ou liberal, tudo menos um império *tout court*».
Gaspar (XXXX)

A metáfora imperial é nociva, pois enviesa e empobrece a nossa capacidade epistemológica (Zelikow, 2003) Além de deturpar a natureza do governo americano, o mito imperial deturpa a realidade do sistema do século XXI (Hart, 2004:vi) Com a *lente* imperial entre nós e o sistema, acabamos por não compreender (1) o realismo americano e a (2) ordem internacional mantida por esse realismo. Em suma, o debate em torno da América Imperial é um anacronismo (Andréani, 2005:79) Um anacronismo que revela a falência de muita da literatura de RI; um anacronismo revelador da incapacidade de adaptação epistemológica de muitos intelectuais e políticos europeus a uma realidade que já não é conduzida por europeus; refugiam-se num termo, o *Império*, que remete para o passado de domínio europeu sobre o mundo, em vez de estudarem o presente marcado pelos EUA.

Como indica Ikenberry, a actual ordem mundial não é um Império. Mais: nem sequer tem um *nome* próprio e definido. Estamos na presença de uma «U.S.-led democratic political order that has no name or historical antecedent» (Ikenberry, 2004). Salientamos: *sem nome*. Estamos a falar de uma ordem que não é acompanhada por um *único* conceito teórico. Compreender o actual ordenamento internacional implica deixar de lado conceitos monistas como Globalização ou Império e implica saber articular *vários* conceitos ao mesmo tempo, a saber: *unipolaridade, hierarquia, autoridade e ordem constitucional*.

Esta unipolaridade americana (Wohlforth, 1999:5-41) tem duas grandes faces: (1) estabilidade e (2) durabilidade. A absoluta disparidade de poder entre os EUA e os restantes estados retira do sistema uma velha fonte de conflito: a rivalidade pela

hegemonia do sistema. Esse assunto não tem discussão. Com um PIB de 13.2 trilhões de dólares, os EUA têm cerca de um quarto da riqueza mundial. As economias mais próximas, logo, potencialmente desafiadoras da unipolaridade, são a japonesa (4.3 trilhões) e a alemã (2.9 trilhões). Porém, além da distância insuperável (juntos, alemães e japoneses ficam apenas com 7.2 trilhões, quase metade do PIB americano), Alemanha e Japão são aliados dos EUA, facto que torna ainda mais distante a possibilidade de uma movimentação sistémica contra Washington. Em termos militares, os EUA são a única potência com real capacidade de projecção de força; têm a única verdadeira *blue-water navy* (12 porta-aviões). Mais: pela primeira vez na história, os EUA estão à beira da total primazia nuclear. Em breve, os americanos terão a capacidade (teórica) de destruir o arsenal balístico russo num *first strike* (a superioridade sobre o arsenal balístico chinês é ainda mais evidente) (Leiber e Press, 2006:42-54).

Washington conta ainda com a bênção da geografia. Os EUA estão afastados geograficamente da Eurásia, isto é, não são rivais regionais dos grandes poderes europeus ou asiáticos. Nos dois flancos da Eurásia, cada estado potencialmente desafiador dos EUA à escala global (Alemanha, Japão, China, Índia, Rússia) tem rivais regionais a ultrapassar antes de ter a possibilidade de rivalizar com os EUA à escala global. Como veremos, a China tem o Japão e a Índia como obstáculos regionais. E, neste cenário, Washington é vista como o elemento externo estabilizador dessas rivalidades. Depois, temos ainda de contar com a política de alianças dos EUA, que dificulta ainda mais qualquer acção de contrabalanço. Japão e Índia são essenciais para qualquer cenário de coligação anti-hegemonia. Se a China quisesse construir um mundo bipolar (EUA vs. coligação anti-hegemónica liderada por Pequim), teria de seduzir Nova Deli e Tóquio. Mas, como veremos no capítulo seguinte, estes dois países estão a aproximam-se cada vez mais de Washington. Japão e Índia estão em processo de «Bandwagoning for Profit» (Schweller, 1994), isto é, alinham-se com o poder hegemónico porque lucram com isso ao nível económico, estratégico e mesmo ao nível do prestígio e status internacional (a *glória* de Aron). Tudo isto faz com que a *perceived power gap* seja abissal e não deixe margens para dúvidas: quando olham para os EUA, todos os estados do sistema percebem um gigante que é literalmente de outro planeta político. Isto não significa a ausência de conflitos, a total omnipresença de Washington ou o sucesso total das políticas americanas. Significa, tão-somente, a *ausência* de (1) competição pela rivalidade hegemónica e de (2) políticas de equilíbrio de poder multipolar.

Nos últimos anos (problemas no Iraque; ascensão da China e da Índia), muitos autores começaram a falar do fim da unipolaridade e do regresso do mundo multipolar (Moisi, 2006) Este erro acontece porque autores como C. Layne confundem *unipolaridade* com *império global* e confundem unipolaridade com 100% de sucesso nas políticas americanas. Por isso, vêem nas dificuldades no Iraque um dos indícios do declínio da hegemonia americana e, depois, confundem ainda o novo *pluralismo* de poder (China, Índia, Brasil, etc.) com a *multipolaridade* (Layne, 2006:41-47).

Como salienta Wohlforth, nos últimos anos, não existiu qualquer mudança nos indicadores objectivos da distribuição de poder. A polaridade mede-se enquanto «power-as-resources» e não como «power-as-influence». A polaridade do sistema não depende da vitória ou derrota no Iraque. Na apreciação da polaridade, o mediatismo do Iraque é insignificante quando comparado com os indicadores objectivos. Noutro sentido, é preciso estar atento ao seguinte: a emergência dos novos poderes não significa o regresso da multipolaridade. Por exemplo, mesmo que a China atinja o PIB global dos EUA em meados do século XXI, o PIB *per capita* chinês continuará a ser apenas um quarto do americano. Depois, há ainda que considerar a diferença entre o *poder efectivo* e o *poder latente* dos EUA. E, nos últimos anos, o facto determinante do ponto de vista estrutural foi o seguinte: Washington fez duas guerras e, ao mesmo tempo, baixou os impostos. Ou seja, o poder latente (*poder nacional*) da sociedade americana não foi, nem de perto nem de longe, aproveitado ao máximo pela Casa Branca no sentido de produzir o poder efectivo (*poder estatal*). Os EUA têm a possibilidade de aumentar a percentagem do PIB gasto em defesa (gastam apenas 4%; durante a Guerra-Fria gastaram entre 7% a 14%) (Wohlforth, 2007:44.48). A unipolaridade americana tem ainda imensa profundidade *doméstica*, digamos assim, por aproveitar.

Na actualidade, não há *counterbalancing* clássico: nenhum estado ou coligação anti-hegemónica está a agir para colmatar o desequilíbrio na distribuição de poder (Lieber e Alexander, 2005:109-139). Também não há *soft balancing*, um novo termo que a lógica infalsificável do neorealismo inventou para suprimir a ausência do *hard balancing* (Brooks e Wohlforth, 2005:72-108). Os autores (Walt, 2005:105-120; Paul, 2005:46-71; Pope, 2005:7-45) que defendem este conceito de contrabalanço suave acabam por reduzir, de forma teleológica, qualquer acção política adversa aos EUA ao estatuto de prenúncio da chegada da multipolaridade.

Coral Bell afirma que a era unipolar está a terminar e que a grande questão do momento é saber se a unipolaridade vai dar lugar a uma multipolaridade estrutural (equilíbrio de

poder) ou a uma multipolaridade normativa (concerto) (2005:25). Bell está errado. Hoje, a verdadeira questão não é tentar adivinhar o advento da multipolaridade. A grande questão, parece-nos, é a seguinte: que tipo de unipolaridade iremos ter? Como já vimos, esta unipolaridade tem duas características: «peacefulness» e «durability» (Wohlforth, 1999:24). Ora, a durabilidade – que depende dos indicadores estruturais – não tem discussão: veio para ficar. Em relação à estabilidade, a situação muda de figura: o grau de ordem e de estabilidade existente *dentro* da unipolaridade é sempre uma questão em aberto. A grande dúvida é, portanto, a seguinte: continuaremos a ter uma unipolaridade estável? Qual será a natureza da unipolaridade americana num cenário marcado pela emergência asiática, que traz consigo uma nova pluralidade de grandes poderes que vem complicar as contas da gestão americana? A estabilidade histórica desta unipolaridade foi construída num cenário estratégico (segunda metade do século XX) *sem* a vitalidade da China, Índia, Brasil, África do Sul, etc. Mais: esta estabilidade foi construída com um Japão amordaçado e enquanto dócil protectorado de Washington. Como veremos, o Japão está a retirar a sua mordaza e a regressar à normalidade soberana. Portanto, hoje, temos uma inaudita pluralidade de grandes poderes *dentro* da estrutura unipolar gerida pela estratégia americana. A emergência desta pluralidade não afecta a durabilidade da unipolaridade, mas pode afectar a qualidade da ordem produzida, isto é, pode afectar a estabilidade e o carácter pacífico da unipolaridade. No fundo, resta saber como é que Washington vai arrumar essa nova pluralidade de poderes. Mas arrumar onde? É que a unipolaridade é apenas a estrutura, o palco onde se desenrola a peça americana. A peça propriamente dita, onde os estados encontram papéis substantivos para representar, dá pelo nome de *ordem constitucional*. É esta ordem liberal que representa a substância política concreta produzida pelos EUA e recolhida por outros estados. Uma ordem que, tendo a retaguarda estrutural protegida pela *estrutura* unipolar, assenta em dois conceitos *qualitativos* clássicos pouco utilizados em RI: hierarquia e autoridade.

A literatura tem por hábito considerar *anarquia* e *hierarquia* como conceitos mutuamente exclusivos (anarquia *ou* hierarquia). John Donnelly contesta esta noção e desenvolve a ideia de «hierarchy in anarchy» (2006:139-170), a fim de explicar a ordem internacional liderada pelos EUA. Teoricamente, os estados são todos iguais, mas na prática há diferenças no exercício da soberania. Por exemplo, Japão e Alemanha têm sido potências civis que vivem no sistema enquanto protectorados dos EUA. Não estamos no campo da hierarquia absoluta que anula a anarquia (império), nem no campo da ausência total de hierarquia (anarquia neorealista). Estamos a falar de uma hierarquia

sobre a anarquia que resulta da relação entre *alguns* estados. Com isto, estes estados não anulam a anarquia por completo, mas conseguem criar uma plataforma política *acima* da anarquia.

Se Connelly critica o facto de a literatura desprezar a ideia de *hierarquia*, David Lake (2007:47-79) critica o desprezo em relação à *autoridade* na relação entre estados. A autoridade legítima do Estado dominante advém do facto de este produzir *ordem social* para os seus subordinados. Em troca da ordem social produzida, o estado dominante recebe deferência diplomática e estratégica. Um exemplo: os EUA pagam a segurança do Japão; em troca, recebem apoio diplomático e económico inequívoco. Ao produzir esta ordem, os EUA transformam o seu *poder coercivo* estrutural em *legitimidade* política. A maioria dos académicos nega a existência deste tipo de autoridade política porque concebem as relações entre estados dentro do dogma anárquico: dado que não existe qualquer autoridade acima dos estados com a capacidade para impor uma *lei*, então, todas as relações entre os estados são necessariamente anárquicas. Neorealistas e liberais institucionalistas (as duas principais correntes da academia americana) partilham este pressuposto. Como já vimos, os neorealistas consideram que os estados estão condenados a divagar na anarquia. Paradoxalmente, os liberais institucionalistas como Ruggie ou Slaughter partem do mesmo pressuposto quando dizem que, devido à falta de uma lei universal produzida por um estado mundial, só a lei das instituições internacionais pode civilizar os estados. Anne-Marie Slaughter critica a forma como o narcisismo jurídico americano recusa entrar no processo de «judicial globalization» (Slaughter, 2005:277-303). Aqui, a legitimidade está fora das instituições dos estados; a legitimidade advém das grandes instituições internacionais. John Gerard Ruggie afirma que é embaraçoso a forma como os americanos continuam presos ao seu nacionalismo cívico, recusando assim o vento da história que, segundo Ruggie, caminha imparável para uma «global governance» (Ruggie, 2005:304-338).

Neorealistas e liberais institucionalistas, viciados na noção de que a autoridade só pode ser *legalista* (*X* emite lei formal que rege *a* e *b*), desprezam a autoridade que resulta da relação política *entre* estados (horizontal) e que não advém de nenhum ponto formal acima dos estados (vertical). Lake recorda que existe um tipo de autoridade que assenta em acordos políticos entre *a* e *b* sem necessidade de um majestático *X* supranacional. A autoridade, assim entendida, é uma relação política; uma autoridade que resulta de um contrato político, de um contrato estratégico. Ou seja, os EUA têm um contrato estratégico com o Japão e com os europeus; um contrato que, como todos os contratos,

representa obrigações para ambas as partes. Um contrato que, para ser legítimo, depende não da força da parte dominante mas do consentimento da parte dominada. Portanto, apesar do seu poder estrutural sem precedentes,

«The United States has little choice but to continue working within alliances and collective-security institutions to make American power safe for the world». Lake (2000)

Na posse do conceito estrutural de *unipolaridade* e dos conceitos qualitativos de *hierarquia* e *autoridade*, podemos entrar, finalmente, na chamada *ordem constitucional*, a peça central da dramaturgia estratégica americana no palco da unipolaridade.

Como salienta John Ikenberry (2001:162:175), a estratégia americana na segunda metade do século XX não foi dominada, em exclusivo, pelo *cointainment*. A par da *containment order* perante a URSS, Washington criou uma segunda ordem: a *American-led liberal political order*, composta por organismos de índole económica (GATT, FMI, World Bank) e também pelas alianças estratégicas. As alianças militares americanas (NATO; aliança com Japão, Taiwan, etc.) não eram apenas mecanismos defensivos da estratégia de contenção. Estas alianças também simbolizavam a ordem liberal; representavam a ideia kantiana de unidade política e estratégica das democracias. Ou seja, o tempo que marcou o choque estrutural mais explícito da história foi também o tempo que viu nascer a ordem internacional mais institucionalizada e civilizada da história: a «open and plural western order» (id.:185). Uma ordem que sobreviveu à queda da URSS. Depois de 1989/91, as relações entre os EUA e os seus parceiros na Europa e na Ásia continuam a ser marcadas pela estabilidade e interdependência altamente institucionalizadas (Ikenberry, 1999). Como é que foi possível? Não basta dizer que se trata de uma simples confederação kantiana. Não basta dizer que, devido ao facto de todos estes estados serem democracias (Japão, EUA, Canadá, europeus), a harmonia acaba por surgir naturalmente. A questão é um pouco mais complexa. É a acção de *strategic restrain* dos EUA que permite a sustentação e legitimidade desta ordem. Ao conter o seu poder (através das alianças e instituições), os EUA legitimam esse mesmo poder. Paradoxalmente, um estado hegemónico, no objectivo de preservar a hegemonia, limita o seu próprio poder a fim de o tornar legítimo aos olhos dos outros estados. Estas instituições (ex.: NATO e FMI) limitam o excesso de poder do estado dominante e dão oportunidades aos estados mais fracos para expressarem a sua posição (*institutionalized voice opportunities*).

Lake falava em contrato estratégico entre Washington e aliados. Na mesma linha, Ikenberry elabora a ideia de um acordo constitucional (*constitutional bargain*) entre os

EUA e as democracias transatlânticas e transpácificas: através de regras e instituições que partilha com outras democracias, os EUA aceitam limitar o seu poder, tal como o poder executivo é limitado pelo Supremo e pelo Congresso dentro de casa. Ou seja, os *checks and balances* exteriores de Washington são as outras democracias. Daqui nasce a ideia de um ordenamento internacional entendido enquanto *ordem constitucional*. O *trade-off* constitucional não tem nada de complicado: os EUA aceitam operar dentro de um processo de política internacional institucionalizada e, em troca, os seus parceiros aceitam como legítima a liderança americana. Nesta ordem, o estado hegemónico torna-se num elemento mais previsível; facto que facilita os cálculos estratégicos dos estados secundários. Neste ponto, a natureza do regime político americano é essencial para compreendermos a forma como os outros estados *percepçionam* a hegemonia americana. O sistema político americano, descentralizado e pluralista, transforma a política externa americana em algo aberto/transparente e, logo, menos dado a tentações imperais. Os europeus e japoneses sabem que os EUA serão sempre menos arbitrários e imprevisíveis do que um estado regido por um regime autoritário e opaco (Ikenberry, 2001:165). Mais: se os EUA fossem a democracia pura desejada por Jefferson, não seria possível criar a previsibilidade necessária para tranquilizar aliados e parceiros. Uma democracia pura, na qual cada geração poderia colocar tudo em causa, seria um poder hegemónico demasiado imprevisível para ser tolerado.

Num cenário de discordância com a Casa Branca, os aliados sabem que podem recolher apoio no Congresso, por exemplo. Mais: os aliados – e outros – podem fazer *lobby* junto dos congressistas. Os aliados sabem que o Supremo pode obrigar o Pentágono a fazer Y ou X. Isto seria impossível de suceder na China ou na Rússia, devido à natureza unificada dos seus regimes. E seria igualmente impossível de suceder na democracia pura e unificada de Jefferson. Bobbio está errado quando diz que uma Potência é sempre uma Potência. Se não analisarmos o regime e a identidade da Potência, não iremos compreender a forma como essa potência se comporta e, acima de tudo, não iremos compreender como é que os outros estados *percepçionam* essa Potência.

Nesta ordem, a *power politics* não desaparece, mas o poder arbitrário e indiscriminado sai de cena (Ikenberry, 2004:609-693). O objectivo é criar a «trust and respect need to tame anarchy and enable cooperation» (Ikenberry e Kupchan, 2004:45). Isto é absolutamente central: não se trata de aniquilar anarquia, mas sim de domá-la. O substrato da política internacional é anárquico, mas esta ordem política construída por estados liberais, assente em constrangimentos mútuos, permite elevar os estados acima da anarquia

(Ikenberry, 1999:56, 60, 62). Um tigre domesticado ainda é um tigre, mas já é um tigre menos imprevisível: Não podemos matar a besta, mas podemos açaimá-la. Philip Bobbit define *Estado* enquanto interação entre a *Estratégia* e a *Constituição*; a face exterior do Estado (relação estratégica com os outros Estados) está umbilicalmente ligada à face interior (relação constitucional com os seus cidadãos), sendo que a *Lei* influencia a *Estratégia*, e vice-versa (2002). Ora, é precisamente isto que sucede com os EUA. O constrangimento do poder é a essência do liberalismo céptico que formou a ordem constitucional americana. Sucede que esta tradição de limitação do poder também passou para política externa americana. No sistema interestatal, esta ordem constitucional ikenberriana faz o mesmo que a democracia liberal na política doméstica. Como dizia Lincoln, recusar a democracia liberal significa abrir as portas «à anarquia ou ao despotismo» (1992:151). Ora, esta ordem constitucional internacional é uma forma de elevar os estados acima da anarquia sem cair no despotismo de um Império.

Como vimos, esta ordem constitucional americana tem duas faces: (1) a face económica das instituições internacionais como a OMC, FMI, Banco Mundial (o mundo de Grotius/Hume/Hamilton, a sociedade de estados capitalistas); (2) a face político-estratégica assente nas alianças com democracias (o mundo de Kant/Montesquieu/Adams, a confederação de repúblicas). É nesta segunda face que iremos concentrar as nossas atenções, de seguida e nos capítulos seguintes. Ou seja, iremos concentrar o nosso olhar no último círculo do realismo americano: a confederação kantiana ou, como veremos, a confederação montesquiana.

Desde 1945, a estratégia americana foi marcada por uma proliferação de alianças políticas (NATO, ANZUS, Israel, Japão, Taiwan, etc.). Objectivo? Conter o próprio poder americano. As alianças americanas não são formas de *potenciar* o poder ofensivo dos EUA (nem sequer seria necessário). Pelo contrário, são formas de *conter* o poder americano, no sentido de mostrar aos outros que a América é uma potência previsível:

«The United States amassed allies not to aggregate power for offense but to stalemate it». Joffe (2006:159)

Como já vimos, o sistema americano de alianças americano funciona como o freio e contrapeso do poder americano na política internacional. Como indica Gaddis, acaba por haver uma transferência dos princípios do liberalismo clássico da política interna para a geopolítica (2004:111-113). Assim, os aliados democráticos dos EUA acabam por ser «legitimacy multipliers» (Joffe, 2007:53), tal como o Supremo e o Congresso multiplicam a legitimidade da Casa Branca *porque* a limitam. Poder legítimo é poder

limitado. Através desta cumplicidade entre EUA e aliados, as alianças americanas acabam por produzir uma ordem política independente das questões de segurança. Por exemplo, a NATO não serviu apenas para enfrentar os soviéticos. Serviu também para construir a ordem ocidental já descrita, assente num acordo transatlântico e num novo acordo entre europeus. Convém lembrar um facto esquecido: sem a NATO e sem a integração da Alemanha na NATO, a França nunca teria participado na construção europeia a par de uma Alemanha novamente soberana e armada. Em 1950, Dean Acheson lançou o projecto de rearmamento da RFA. A opinião pública francesa era absolutamente contrária a essa ideia. É por isso que a França recusou a CED (Comunidade Europeia de Defesa): Paris não aceitava uma Alemanha novamente soberana e armada ao seu lado. Hoje já ninguém se lembra deste nado-morto, a CED, mas a sua morte prematura é fundamental para compreendermos o papel da NATO na construção europeia. Se os franceses recusaram fundir o seu exército com o exército do «inimigo hereditário» na CED, aceitaram a integração do exército alemão na NATO. Com a NATO/EUA, a França sabia que nunca mais ficaria sozinha perante a Alemanha (Aron, 2007:216-245). Deste acordo estratégico entre Washington-Paris-Berlim, nasceu não só a comunidade transatlântica mas também a integração europeia. A presença americana na Europa ajudou a construir a ordem europeia ao servir como ponto de fuga para as rivalidades e tensões existentes entre estados europeus (Art, 1996:1-39).

O resultado final de toda esta aparelhagem estratégica é um facto inédito mas pouco salientado/estudado na literatura: no início do século XXI, o centro da política mundial é ocupado por uma confederação kantiana composta por democracias europeias, americanas e asiáticas; uma coligação global de estados democráticos ligados entre si pelos mercados, instituições e parcerias de segurança (Ikenberry, 2002:5; Mazarr, 2003:108-111). Esta é uma ordem liberal e democrática sem precedentes na história. É uma novidade ainda mais surpreendente do que a chamada globalização. Aliás, esta comunidade de democracias é o motivo pelo qual a globalização existe numa escala tão massiva (Nau, 2002:3). O mundo já tinha conhecido uma globalização no final do século XIX e início do século XX. Mas o mundo nunca antes tinha visto esta força e unidade democráticas espalhadas por três continentes. Esteja onde estiver, Kant está a sorrir.

Como veremos esta comunidade de democracias está a mudar de composição, através da mudança de identidade de velhos elementos (Japão) e através da entrada de elementos completamente novos (Índia). Esta ordem constitucional, cuja construção começou nos anos 40 (1944 – 1949), não foi interrompida em 1989. O que terminou em

1989 foi a *containment order* que visava bloquear a URSS. Depois, de 1989, muitos tentaram projectar um novo paradigma para a política externa americana pós-Guerra-Fria, pós-ruptura de 1989. Ora, sucede que esse paradigma já está encontrado: os EUA nunca deixaram de defender e expandir esta ordem constitucional que vem desde os anos 40 e que não sofreu qualquer ruptura em 1989 (Ikenberry, 2006:79-91). Seria aconselhável que percebêssemos uma coisa: não vivemos no pós-1989; vivemos, isso sim, na época em que os EUA actualizam os acordos constitucionais feitos entre 1944-1949. Os EUA não estão a fazer nada de novo, não estão na busca de um novo paradigma. Estão a adaptar o velho *bargain* de 1944-49 à nova pluralidade de actores de 2007. Por outras palavras, Washington está a refazer os contratos estratégicos com japoneses e europeus, e a fazer novos contratos (Índia).

7. Considerações finais

Sem esta longa análise (identidade, regime e percepção dos EUA; *modus operandi* do realismo americano; natureza da ordem constitucional) não se compreende o actual momento unipolar e a forma como Washington se está a adaptar às mudanças estruturais.

Ao longo deste capítulo estabelecemos uma séria de comparações, com o objectivo de clarificar e isolar o real significado de três conceitos: (1) *EUA*, (2) *Realismo Americano*, (3) *Ordem Constitucional*. Na primeira comparação, tentámos perceber o velho duelo entre o liberalismo céptico de Hamilton e o liberalismo progressista de Jefferson. Com isto, tentámos clarificar a essência política e institucional dos *EUA*. Mas este duelo eterno entre Adams/Hamilton e Jefferson/Paine não se fica por aqui; acompanha-nos ao longo de todo o ensaio. Por exemplo, está presente no segundo exercício comparativo destinado a perceber o conceito de *Realismo Americano*. Aqui, comparámos o uso conservador da democracia (realistas americanos; herdeiros de Hamilton) com o uso idealista da democracia (neocon; herdeiros de Paine). Mas se o realismo americano não é idealista, também não é semelhante ao velho realismo europeu: Bobbio desconhece a variável *regime*; Rice actua com essa variável. Ao separarmos o realismo americano do idealismo neocon e do velho realismo europeu, procurámos isolar com o máximo de rigor o significado desta escola realista que é o centro vital da estratégia de Washington. E o que produz o realismo americano? A ordem constitucional. Na terceira e última comparação, explicámos as diferenças entre o mito do Império e a Ordem

constitucional *sobre* a Unipolaridade, que é a realidade que marca a política internacional de hoje.

A unipolaridade retira a *possibilidade estrutural* a qualquer acção de contrabalanço anti-EUA. Estamos no campo da (im)possibilidade material. A ordem constitucional retira a *vontade política* de lutar contra a hegemonia americana. Ou seja, a ordem constitucional actua não ao nível das capacidades, mas ao nível das intenções. É a ordem constitucional que torna a estrutura unipolar legítima. E, por enquanto, os estados – sobretudo as democracias – revelam não ter a intenção de recusar a hegemonia americana, que continua, portanto, a ser legítima. O reino das capacidades e o reino das intenções estão em sintonia. É por isso que temos uma unipolaridade persistente (estrutura) e estável (intenções). Ora, se alguns estados-chave começarem a considerar a hegemonia americana como ilegítima, a estrutura unipolar não desaparece, mas a sua estabilidade, sim, desaparecerá. Se democracias como Índia, Japão, África do Sul, Brasil, etc., começarem a considerar *esta* ordem constitucional como ilegítima (porque não têm lugar nela – Índia – ou porque não têm o lugar que consideram justo – Japão), então, a unipolaridade perderá o seu elemento de legitimidade e de estabilidade, pois o reino das intenções já não estará em sintonia com o reino das capacidades.

Hoje, não estamos a assistir à transição *estrutural* (da unipolaridade para a multipolaridade). Hoje estamos a assistir à reformulação da ordem *constitucional*. Por enquanto, a emergência dos estados asiáticos não coloca desafios à unipolaridade, mas já coloca desafios à ordenação das peças, velhas e novas, dentro da ordem constitucional. É disso que falaremos no próximo capítulo.

Capítulo II

Alianças EUA – Democracias Trans-Pacíficas: A Europa como o novo Oriente

India's political and strategic elite, even more than America's, understands the epic nature of the new strategic relationship with Washington

Greg Sheridan¹⁰

India is an ancient civilization and has a mind of its own on each issue. But our views are moving in parallel with the US

Sharif Shuja¹¹

Today, Western Civilization [...] no longer coincides with Europe alone

Umberto Eco¹²

1. Considerações Iniciais

Este capítulo tem uma finalidade descritiva. Procuramos aqui compreender de que forma os EUA se relacionam com as democracias liberais transpacíficas. Porque, como já afirmámos, quando perseguimos o tal desvio de gravidade do Atlântico para o Pacífico, percebemos que a actividade de Washington tem como prioridade as democracias transpacíficas. A pergunta que se coloca é simples: quais são as causas que explicam a crescente proximidade estratégica entre Washington e Tóquio ou Nova Deli? Enquanto o oxigénio mediático e académico se consome no drama do Médio Oriente, os EUA alcançaram uma série de silenciosas vitórias diplomáticas no Extremo Oriente: acordos com Singapura, Indonésia e Vietname; o reforço das alianças com a Austrália e com o Japão; o acordo histórico com a Índia. Eis as «America's Quiet Victories in Asia» (Green, 2007). Estes acordos e alianças fazem parte da estratégia americana de *hedging* em relação à China, isto é, os EUA conduzem uma estratégia económica que visa integrar a China na sociedade capitalista (jogo de soma positiva) e, ao mesmo tempo, desenvolvem uma política de alianças políticas em redor da China (jogo de soma zero). Enquanto prospera economicamente com a integração chinesa, os EUA, perante a falta de transparência política de Pequim, reforçam velhas e estabelecem novas alianças militares na Ásia (Medeiros, 2006; Christensen, 2006). Existe, nesta concepção, um mundo capitalista alargado, com a China *dentro*, e um mundo liberal mais reduzido, com a China *de fora*. Estes dois círculos são evidentes, por exemplo, na forma como esta administração lida com o Japão e com a China (Przytup e Saunders, 2006). Robert Zoellick pretende integrar a China no actual sistema de regras económicas (respeito

¹⁰ Greg Sheridan (2006: 92 e 96), «East Meets East: the Sino-Indian Rivalry», in *The National Interest*, 86, Novembro/Dezembro..

¹¹ Sharif Shuja (2005: 209), «The Realignment of India-US Relations: Strategic Dimensions», in *Contemporary Review*, 287, 1677.

¹² Umberto Eco (2005: 15), «An Uncertain Europe Between Rebirth and Decline», in Daniel Levy, Max Pensky e John Torpey (ed.), *Old Europe, New Europe, Core Europe*, New York, Verso.

pelos direitos de autor; transparência bancária e monetária), ou seja, pretende que a China seja um *responsible stakeholder* da sociedade de estados; Zoellick salienta a partilha de interesses económicos entre EUA e China. Ao mesmo tempo, existe o *modus operandi* kantiano de Richard Armitage em relação a Tóquio. Armitage coloca a ênfase na partilha de valores; não há apenas um interesse capitalista, há também uma partilha de regime político liberal, e daqui resulta uma aliança política e estratégica. Estas duas estratégias são complementares; a sociedade de Zoellick e a aliança de Armitage são as duas faces da mesma moeda, o realismo americano. De seguida, como já afirmámos no capítulo anterior, iremos concentrar a análise na face de Armitage, a face kantiana.

De facto, estas alianças kantianas constituem as pistas mais sólidas que a república americana deixa para o cientista político recolher quando segue atrás do desvio de gravidade do *rimland* europeu para o *rimland* asiático. Japão e Índia – devido à dimensão estrutural – têm obviamente destaque. Olhemos, então, para a aliança Tóquio-Washington e para a parceria estratégica Nova Deli-Washington.

2. Japão: o despertar do mundo transpacífico

Quando se fala em Ásia, tendemos a discutir apenas a novidade: a ascensão da China e da Índia. Esta euforia acaba por desviar o nosso olhar de um velho senhor da política asiática e mundial, o Japão. Um erro grave, diga-se. Afinal, estamos a falar da segunda economia do mundo, com um PIB total na casa dos 5 triliões de dólares (o dobro da China e Índia juntas) e com um PIB per capita de 38,000 dólares (dez vezes mais do que na China ou Índia) (Haass, 2007).

O Japão não é um Estado soberano igual aos outros. Tem a sua soberania limitada pelo artigo IX da sua Constituição: não pode declarar guerra. Este pacifismo nipónico ficou conhecido por Doutrina Yoshida. Shigeru Yoshida (figura central da política do pós-guerra; PM entre 1946 e 1954) concebeu a pragmática política externa do Japão pós-1945, que assentava no seguinte *trade off*: o Japão apoiaria sempre os EUA em troca da protecção militar americana; os japoneses perdiam autonomia política, mas não teriam de suportar os custos da sua defesa. Assim foi. Enquanto protectorado americano, o Japão pôde evitar o pensamento estratégico durante décadas, reinventando-se no processo: de império militarista passou a nação comercial (Samuels, 2006: 111-113). Hoje, este cenário está em vésperas de sofrer alterações, uma vez que o complexo equilíbrio de poder na Ásia está a obrigar o Japão a repensar a sua política externa. Se o dilema de

segurança europeu foi resolvido em 1989, o dilema asiático ainda perdura. O Japão é só vizinho da instável (e nuclear) Coreia do Norte e da emergente China.

Japão e China tornaram-se parceiros económicos indispensáveis. Mas a História já nos ensinou que laços económicos não são suficientes para garantir paz política. Hoje, quando olhamos para o passado, tendemos a parar em 1939-45, como se II Guerra tivesse sido o traumático *ano zero* da história, como se não existisse mais nada antes de 1939. Mas há. 1914, por exemplo, é uma data que convinha recordar. É que em 1914 terminou um período parecido com o *nosso*, a primeira globalização (1870-1914). Este período, tal como a actual globalização também foi dominado pela sensação de aldeia global, pela hegemonia da tecnologia (telefone, telégrafo, comboio, carro, electricidade) e pelo *gospel* do comércio livre protegido pela potência hegemónica de então – a Grã-Bretanha. Entre 1870-1914 também existiu no Ocidente um sentimento de *fim de história* (Micklethwait e Wooldridge, 2003; Ferguson, 2005). Nesta globalização, os líderes e a sociedade britânica deixaram-se convencer por intelectuais liberais que rejeitavam a ideia de força militar, de equilíbrios de Poder como meios necessários para manter a Paz (Kagan, 2000). O mais destacado destes Thomas Friedman vitorianos foi Norman Angell. Em *A Grande Ilusão* (1910), Angell afirmava que a Guerra era um artefacto do passado e que as forças do capitalismo moderno (tecnologia, comércio e racionalidade liberal) estavam a criar um mundo pacífico e sem fronteiras, onde não existia rivalidade entre grandes potências (Angell, 2002 [1914]). Sabemos o que sucedeu depois. Apesar do comércio e das tecnologias de comunicação, nada poderia sossegar os ressentimentos nacionais e os cálculos estratégicos. Por exemplo, na França, a perda de territórios anexados pela Alemanha em 1871 causou ressentimentos durante quatro décadas. A Alemanha começou a sentir-se cercada pelos acordos entre Londres e Moscovo relativos à Pérsia e Afeganistão, sentindo que essa aproximação anglo-russa era uma forma de *cortar* a passagem da gigantesca linha ferroviária Berlim – Bagdad. A Alemanha era um parceiro económico fundamental do Reino Unido, e vice-versa. Havia interdependências, tal como dizemos hoje. Ainda em 1914, era possível o seguinte: uma companhia anglo-germânica conseguiu direitos exclusivos para explorar petróleo na Mesopotâmia. Os automóveis e camiões de todos os países (Inglaterra, incluída) funcionavam graças às velas *Bosch*, feitos exclusivamente na Alemanha. Ou seja, a capacidade de transporte do exército britânico dependia de um material germânico (Gilbert, 2007: 29-49). Esta interdependência económica não impediu a acumulação de tensão política que resultou no choque em 1914. O mesmo se passa hoje: Tóquio é um

parceiro económico vital de Pequim (e vice versa), mas isso não está a impedir a acumulação de tensão geopolítica (Pei e Swaine, 2005). Durante os anos 90, argumentava-se com frequência que a interdependência económica e que altos níveis de Investimento Directo Estrangeiro sobretudo entre Japão e China, tornariam a região menos volátil. Entre 1980 e 2003, o IDE na Ásia cresceu de 4 biliões de dólares para mais de 100 biliões. Contudo, a volatilidade política permaneceu (Bremmer, Sung-hong e Kawagushi, 2006: 107). Aliás, agravou-se. Neste momento, o Japão tem mais laços comerciais com a China do que com os EUA, mas este facto não é suficiente para acalmar a tensão política entre os dois países.

Japoneses e chineses redescobriram o encanto do nacionalismo. Na China, o crescimento económico não produziu a esperada abertura política, mas sim uma vaga de nacionalismo na população chinesa, envolto num sentimento de vingança depois de um século de humilhações às mãos de japoneses e ocidentais (Zhao, 2006: 131-144). Na sociedade japonesa, verifica-se a reemergência do patriotismo baseada no sentimento de que o Japão deve ter uma responsabilidade político-estratégica consentânea com o seu poderio económico (Will, 2006 e Rajan, 2006). Os últimos anos foram palco de uma mudança formidável no vocabulário (ex.: expressar em público o desejo de retirar o artigo IX da Constituição) e nas acções (ex.: a marinha japonesa afundou um navio espião norte-coreano) dos políticos japoneses (Matthews, 2003: 74-90). A memória¹³ ainda não resolvida entre China e Japão (ao contrário do que sucede com Alemanha e França) é o elemento identitário que emoldura a tensão estrutural entre Tóquio e Pequim: aviões chineses de vigilância sobrevoam as ilhas que são alvo da disputada territorial entre os dois países (as *Senkaku*, para os japoneses, ou as *Diaoyutai*, para os chineses, têm potencial petrolífero); um submarino nuclear chinês entrou em águas territoriais japonesas (Novembro de 2004) e foi perseguido pela marinha japonesa. O cenário está pronto para o confronto entre uma potência estabelecida e uma potência emergente (Calder, 2006: 129-139). A par da China, Tóquio é forçado a preocupar-se com a instabilidade criada pela Coreia do Norte. E, de forma evidente, a crise nuclear norte-coreana demonstrou aos olhos dos japoneses que a aliança EUA-Japão, tal como está, não tem a operacionalidade política e militar para responder às novas contingências

¹³ Em Pequim, não existiu II Guerra Mundial, mas sim Guerra de Resistência Contra o Japão. E este conflito, convém lembrar, durou mais do dobro do que o conflito entre EUA e Japão. Hoje, na China, há uma constante atenção mediática em relação às atrocidades japonesas dos anos 30 e 40. O espírito nacionalista encontra-se no currículo escolar chinês e, ao mesmo tempo, Pequim critica os manuais escolares japoneses (encarados como factores de desresponsabilização histórica do Japão). 44 milhões de chineses assinaram uma petição on-line no sentido de impedir que o Japão obtenha assento no CS-ONU. Do outro lado, Junichiro Koizumi visitou cinco vezes, em quatro anos, o Altar Yasukuni, memorial em honra dos soldados japoneses mortos em combate; ali encontram-se sepultados 14 criminosos de guerra japoneses da II Guerra. Nos últimos vinte anos, apenas dois primeiros-ministros visitaram o Altar. E apenas uma vez cada. As idas constantes de Koizumi ao Altar provocam, a todo o momento, manifestações de rua gigantescas na China.

regionais (Hughes, 2002: 11). A soma de tudo? O Japão a debater o fim do seu artigo IX.

A tensão com Pequim e Pyongyang acelerou um processo iniciado em 1991. O Japão, a par da Arábia Saudita, foi o grande financiador da intervenção da coligação internacional no Iraque (1991). Os japoneses, desde então, começaram a contestar este papel exclusivamente financeiro da sua política externa; a guerra de 1991 demonstrou que o poder económico e a consequente *cheque-book diplomacy* japonesa não eram suficientes para manter o *status* do Japão no mundo pós-Guerra-Fria (Cohen, 2007: 30). A revisão constitucional, portanto, foi-se fazendo ao longo dos 90. De forma pausada mas sólida, os japoneses têm vindo a ajustar-se a uma nova era estratégica através de sucessivas alterações legais. Desde 1992, a Dieta aprovou 21 grandes mudanças legislativas ao nível da segurança e defesa (nove só em 2004). O Japão está mesmo a sair da sua concha pacifista. Neste sentido, no quadro da aliança, o Japão começa a deixar de ser o *protégé* americano para passar a ser um aliado normal de Washington (Xinbo, 2006: 119-130).

Com Junichiro Koizumi (PM entre 2001 e Outubro de 2006), essa evolução rumo à normalidade sofreu uma aceleração. Em 2001, o parlamento japonês aprovou uma lei que, no contexto japonês, é revolucionária: Tóquio passou a ter permissão legal para colocar tropas no exterior. No pós-11 de Setembro, analistas japoneses não deixaram de revelar a sua surpresa pela forma decisiva com que o PM japonês declarou o seu apoio aos EUA, usando inclusive linguagem agressiva e acções decididas (Destroyers *Aegis* e navios de abastecimento no Índico; *peacekeepers* no Iraque). Estas acções constituem uma ruptura com o pós-1945, revelando um Japão que partilha riscos e custos com Washington (Leheny, 2002). Koizumi lançou os fundamentos efectivos para a emergência de um Japão mais musculado e para a revisão constitucional (Chellaney, 2006). E, ao assumir esta posição, Koizumi enfrentou a alergia da opinião pública japonesa em relação ao envio de tropas para o exterior (Szechenyi, 2006: 139-149).

Como já vimos, Koizumi quebrou um tabu em 2001: enviar tropas para o exterior. Em 2002, um documento oficial (*Basic Strategies for Japan's Foreign Policy in the 21st Century*) quebrou um segundo tabu: recuperou o conceito de *interesse nacional*. Durante a segunda metade do século XX, Tóquio evitou falar em interesse nacional, devido à memória do ultra-nacionalismo do Japão imperial. Este documento rompeu com essa autocensura: «Japan must formulate clear strategies as a state, which have been lacking so far. The basis of all strategy is 'national interest'. Without a debate on the national interest it is impossible to set a course for the nation» (Task Force, 2002). Como salientou Mike

Mochizuki (2003: 92), esta é uma total mudança em relação ao passado: o Japão não se definia como um Estado normal, mas sim como uma *potência civil*; agora, o Japão assume que é um estado normal (*tsujo no kokkei*) ou nação normal (*futsu no kuni*). Por fim, em 2005, a *National Defense Program Outline* fez uma terceira ruptura: identificou a China e a Coreia do Norte como assuntos de segurança para o Japão (Fouse, 2005). Ou seja, Tóquio aponta o dedo explicitamente a outros Estados.

Shinzo Abe, o sucessor de Koizumi, representou o zénite desta evolução japonesa. Abe (representante da primeira geração pós-1945) subiu ao poder afirmando que a Constituição não se adequa ao contexto internacional de hoje. Num discurso em Washington, Abe revelou a sua visão estratégica: honrar sem ambiguidades a aliança com os EUA, mas sem submissão. Abe não aceita o *status quo* histórico da aliança, no qual o Japão é um protectorado e não um aliado. A aliança, tal como existe, não é uma «relação de iguais». O povo japonês, diz Abe, deseja «uma nova constituição que seja inteiramente da responsabilidade» do Japão e que constitua a consumação final da independência japonesa (Abe, 2005). Entretanto, Abe demitiu-se em Setembro de 2007. Mas a evolução em direcção à normalidade soberana não vai parar devido à saída de Y ou X. O regresso do Japão soberano é uma questão de tempo (Magalhães, 2007).

No apoio a este redireccionamento legal e estratégico, Tóquio soube criar um poder militar considerável. Na política japonesa, instaurou-se a *one-percent-rule* (apenas 1% do PIB pode ser utilizado nas “força de auto-defesa”). Mas o PIB japonês é o segundo maior do mundo, logo, mesmo que gaste apenas um 1% dessa maquia, gastará sempre uma verba elevadíssima em termos absolutos (quarto maior orçamento de defesa do mundo – Griffin, 2006a). Não por acaso, o Japão gasta mais em defesa do que, por exemplo, a Alemanha ou a Grã-Bretanha. A “força de auto-defesa” japonesa possui 250 mil homens e detém material do mais alto nível tecnológico (alimentado por uma indústria de defesa autónoma). Eis, por exemplo, um facto que pode surpreender um europeu mais distraído: a marinha japonesa «by most measures is already the world’s second largest» (Berger, 2002: 23).

A evolução estratégica japonesa não se ficou por este esticar dos músculos. Ao nível da identidade, Tóquio aprofundou a sua condição de estado defensor da ordem baseada na democracia liberal. Em declaração conjunta com Bush, Koizumi aponta o seguinte: «The United States and Japan stand together not only against mutual threats but also for the advancement of core universal values such as freedom, human dignity and human rights, democracy, market economy, and rule of law» (2006). Ainda há uma década, o

discurso normativo do Japão era caracterizado por um confronto de identidades entre Japão e EUA, numa lógica de choque cultural entre valores ocidentais e os tais “valores asiáticos” muito em voga em estados como a Malásia, Singapura e China. Mas, com Koizumi, o Japão deixou de lado esta visão culturalista/particularista para abraçar a linguagem universal da democracia e direitos humanos. O Japão partilhava interesses, mas não necessariamente valores com os EUA. A situação actual é diferente: o Japão partilha interesses e valores com os EUA (Watanabe, 2001). Qual o motivo para esta convergência normativa? Em face do desafio colocado pela emergência estrutural da China, o Japão começou a rentabilizar um dado inegável: o Japão é uma democracia, a China não. O Japão sente a necessidade de distinguir-se da China na questão da identidade (Green, 2006a: 103-108). Perante o superior potencial *estrutural* da China, a *identidade* liberal do Japão é uma vantagem comparativa, sobretudo no acesso a Washington. É por isso que Abe definia a sua política externa em termos de «value-based diplomacy», procurando ligar os elementos democráticos da Ásia-Pacífico (Austrália, Índia, Japão e Austrália), no sentido de formar um «arc of freedom and prosperity» que deixe explicitamente a China de fora (Pei, 2007).

Esta mudança de direcção japonesa (ao nível estratégico e identitário) implica uma revisão da aliança entre EUA e Japão. Como salienta Richard Samuels, está em curso um revisionismo japonês que, não rejeitando a aliança, pretende mudar a natureza da relação EUA-Japão (2006: 113-125). Uma ligação profundamente assimétrica (com os custos militares sempre a cargo dos EUA) está a dar lugar a uma relação mais simétrica (com o Japão a assumir a sua cota parte do fardo). Como já vimos, este revisionismo tem sido liderado por nacionalistas moderados como Abe ou Koizumi, que defendem o regresso do Japão ao palco central da política internacional, enquanto estado soberano *normal*, mas sempre ao lado dos EUA. Koizumi afirma que «we certainly need to maintain a necessary, appropriate level of deterrence so that we will not lead other countries to misunderstand that we shall not even fight back when attacked», mas, de imediato, recorda que «we wish to secure this security policy firmly, within the framework of the Japan-US alliance» (Koizumi, 2006a).

Naturalmente, o *regresso* do Japão afecta, de imediato, as percepções estratégicas dos seus vizinhos asiáticos, sobretudo a China. Existirá sempre tensão geopolítica entre os dois gigantes. Não há milagres na diplomacia. Esta tensão não pode ser anulada por completo. Porém, pode ser minimizada. A Anarquia é um dado inevitável, mas a política dos Estados pode reduzir o grau de intensidade dessa Anarquia. Há Anarquias

toleráveis. Neste ponto, para que a Anarquia na Ásia-Pacífico seja suportável, a presença dos EUA é essencial. A aliança entre EUA e Japão permite que Tóquio não se sinta ameaçado pela crescente emergência chinesa. Para o Japão, o fim da aliança significaria um vácuo de segurança. E esse vácuo sugaria toda a estabilidade (precária) do Extremo Oriente. Um Japão dentro de uma lógica de revisionismo absoluto – sem o travão americano – significaria a reacção conjunta dos Estados vizinhos (China e Coreias, sobretudo). Portanto, para os EUA, o reforço da aliança com o Japão obedece a duas lógicas: **(1)** o ponto óbvio: a coordenação política entre Washington e Tóquio oferece «the best hope that China will continue to emerge as a responsible member of the international community» (Przystup, 2005: 28). No pós-1989, a política externa americana em relação à China assentava numa premissa optimista: a abertura da China em relação à globalização resultaria numa forte e democrática China. Agora, quase duas décadas depois de 1989, a atitude americana é marcada por uma desilusão. Os anos 90 criaram uma China forte *mas* autoritária. Ao contrário do que proclamava o optimismo liberal, o capitalismo global não desbravou o caminho para a democracia chinesa. Perante o fracasso do determinismo económico, os EUA vêm no fortalecimento da sua relação com o Japão a melhor forma de lidar com a China (Blumenthal, 2006). Assim, em vez de acreditarem na teleologia capitalista que transformaria a vontade dos chineses, defendem uma real democracia liberal que já é a escolha política (real, não hipotética) dos japoneses. **(2)** O ponto menos óbvio, mas nem por isso menos importante: a manutenção da aliança com o Japão é a forma de impedir que a ascensão japonesa reforce a imprevisibilidade no jogo político asiático e mundial. Este regresso nipónico é tão inquietante para as percepções dos estados asiáticos como a emergência da China, logo, a aliança é uma forma de tranquilizar os outros estados asiáticos em relação às intenções do Japão. A escolha, para a China, não é entre um Japão poderoso ou enfraquecido, mas entre um Japão poderoso alinhado com os EUA e um Japão ainda mais poderoso porque independente dos EUA. E a China prefere, apesar de tudo, a primeira hipótese (Art, 2007: 38). Ou seja, os americanos procuram reduzir a *imprevisibilidade* da ascensão chinesa e, ao mesmo tempo, procuram manter a *previsibilidade* japonesa. Os responsáveis japoneses afirmam que o Japão (apesar da Coreia do Norte e da China nucleares) não deve iniciar um programa nuclear, pois está protegido pela capacidade de dissuasão americana (Kashiwagi, 2006). A estabilidade da região depende que a situação assim permaneça. A ideia de um *Japão Nuclear* deve continuar a ser um *oximoro* (Kamiya, 2003: 63-73).

Preocupado com aquilo que considera ser um excesso de Médio Oriente na política externa americana, Lee Hsien Loong (PM de Singapura) deixou o seguinte aviso: a China estará, por certo, na Ásia por mais 2000 anos. E os EUA? Ninguém sabe. Qual é a mensagem política? Se Washington não investir capital político e diplomático nesta região, a China será a única opção para os asiáticos (Zakaria, 2007). No mesmo sentido, os japoneses também revelam o receio de serem esquecidos pelos americanos. O ancião Tsuneo Watanabe (figura lendária no Japão desde 1945; *chairman* do *Yomiuri Shimbun*) deixa um aviso bem claro aos americanos: o Japão deve reerguer-se dentro do quadro da aliança, mas se a América (devido aos esforços e problemas no Médio Oriente) perder de vista a defesa do Japão, então, Tóquio deve equacionar dois cenários de acção: (a) tornar-se nuclear (tem plutónio suficiente para produzir entre 3 mil a 5 mil bombas nucleares); (b) reforçar a relação entre Japão e China, pois apenas a China pode conter a Coreia do Norte (Watanabe, 2007). Qualquer das duas opções é negativa para os EUA. Um Japão nuclear lançaria a total imprevisibilidade na Ásia (uma imprevisibilidade que a hegemonia americana tem contido nas últimas décadas) e a aproximação entre Tóquio e Pequim seria, *per se*, uma derrota estratégica e diplomática de primeira grandeza, que alteraria por completo a correlação de forças mundial; qualquer cenário credível para o fim da unipolaridade teria de passar por uma aproximação entre Tóquio e Pequim. Yukio Okamoto diz que é inconcebível pensar num mundo sem a aliança Japão-EUA; um mundo completamente novo teria de existir para que o Japão e os EUA não precisassem um do outro (2002: 59-72). Esse mundo completamente novo seria o mundo onde o Japão encontrasse na China, e não nos EUA, uma resposta para os seus problemas de segurança. O pior cenário possível para os EUA.

Esta crítica velada de Watanabe é o reflexo de um *perception gap* que, por vezes, ocorre entre Tóquio e EUA (Funabashi, 2000: 135-144). Por isso, a tarefa americana passa por reduzir ao máximo esta *gap*, impedindo que os japoneses se sintam abandonados pela estratégia americana. É o que Washington tem feito, aliás. Bush e Abe colocaram o escudo anti-míssil como primeiro pilar do reforço da relação bilateral (a Coreia do Norte já tem 200 mísseis com a capacidade de atingir o Japão – Nabeshima, 2006). Em 2005, Condoleezza Rice e Donald Rumsfeld, a par de Nobukata Machimura (Ministro dos Negócios Estrangeiros) e Yoshinori Ohno (Ministro da Defesa), assinaram um documento com um título que diz tudo: *US-Japan Alliance: Transformation and Realignment for the Future*; podemos ler que a «Aliança EUA- Japão [...] é o pilar indispensável da segurança do Japão e da paz e estabilidade da região Ásia-Pacífico» e que, por isso, «deve

evoluir para algo condizente» com a nova realidade internacional (Rice, Rumsfeld, Machimura e Ohno, 2005).

A Casa Branca está a implementar o famoso *Armitage Report*. Este relatório recomendava uma nova direcção estratégica à aliança. Uma aliança madura, emancipada do arranjo da Guerra-Fria (fim do protectorado; edificar uma aliança entre *iguais*) seria essencial para Washington. Por duas razões: (1) a Ásia é essencial para a prosperidade americana; (2) ao invés da Europa, a Ásia pode ainda vir a conhecer guerras entre grandes poderes (INSS, 2000). Também em 2000, o poderosíssimo Robert Zoellick defendia que o «Japão deve evoluir gradualmente a fim de assumir maior responsabilidade na segurança do Extremo Oriente, em aliança com a América» (2000: 74). Os EUA, perante os desafios actuais (globalização cada vez mais asiática; possível revisionismo chinês; dilemas de segurança asiáticos), precisam de um aliado japonês formalmente soberano e com capacidade para projectar poder e não de um protectorado delicado e meramente comercial. Durante a Guerra-Fria, o Japão foi a base avançada das forças americanas; o *unsinkable aircraft carrier* americano no flanco da Eurásia. Esta utilidade passiva do Japão já não é suficiente; Tóquio tem de projectar as suas próprias forças.

A par do reforço bilateral, Washington tem procurado interligar a aliança EUA-Japão com outras democracias asiáticas. Bush e Koizumi reafirmaram «the importance of advancing strategic dialogues with friends and allies in the region such as Australia» (Office of the Press, 2006). Taro Aso (MNE) defende a cooperação conjunta (Japão-EUA) com outros parceiros da Ásia-Pacífico como a Austrália e a Índia; em resposta, Robert Gates afirma que além do reforço trilateral (EUA, Japão e Austrália), a parceria entre o Japão e a NATO deve ser fortalecida (Aso, 2007). Em Maio de 2006, um MNE japonês dirigiu-se pela primeira vez ao conselho do Atlântico Norte no quartel-general da NATO¹⁴. Em Março de 2007, Howard e Abe assinaram um acordo de segurança bilateral sem precedentes. E o Japão também descobriu a Índia; Tóquio «has elevated India to a key player in its long-term plans for Asian Security»; a coordenação entre Japão e Índia assegura «new strategic options and that greater coordination between Asian democracies could limit China's impact» (Mohan, 2006: 25). Aliás, alargar as ligações entre as duas maiores democracias da Ásia sempre fez parte do esforço de Abe no sentido de identificar a democracia/aliança de democracias com a política externa japonesa (Walsh, 2006). No passado, os japoneses olhavam para a Índia no contexto *Paquistão – Índia*; hoje olham no contexto *Índia – China – Japão*, isto é, vêem na Índia o

¹⁴ Cf. «Japanese Foreign Minister debuts at NATO Council», May 4, 2006; disponível em www.nato.int.

parceiro democrático e comercial útil na contenção estrutural e identitária da China (Singh, N. K., 2007). No fundo, Tóquio e Nova Deli partilham um objectivo inequívoco: evitar a emergência de uma «Sino-centric Asia» (Chellaney, 2007b). Não por acaso, Singh afirma que as duas maiores democracias da Ásia têm a responsabilidade de construir uma Ásia aberta e inclusiva (Singh, M., 2007).

Abe sempre teve como objectivo «uma maior cooperação com Austrália, Japão, Índia e EUA, as quatro grandes democracias da região Ásia-Pacífico». (Schmitt e Blumenthal, 2006) O arco de liberdade e prosperidade de Abe já tem, inclusive, uma consubstanciação prática: o *QUAD*, isto é, a «loose grouping of Asian democracies»; este QUAD enquadra o Japão numa *network* de democracias (tal como a Alemanha na NATO nos anos 50), garantindo, assim, tranquilidade aos vizinhos de Tóquio (Friedberg, 2007).

Um Japão novamente soberano representa uma revolução estratégica. Silenciosa, mas uma revolução. É que estamos a falar da segunda economia mundial a assumir a condição de *Estado* na busca do seu *interesse nacional*, depois de meio século amordaçado pela ideia de *potência civil*. Esta mudança tem um peso tremendo na política internacional: reposiciona o mundo transpacífico numa posição que é, no mínimo, de paridade com o mundo transatlântico. Curiosamente, este é um assunto que tem sido largamente desprezado na agenda política e académica ocidental. Como avisava o Relatório Armitage, os efeitos da transformação japonesa «ainda não foram compreendidos»; tal como as potências europeias oitocentistas desprezaram a ascensão japonesa (Era Meiji), também hoje se ignora uma transição «cujos efeitos, apesar de não serem imediatamente aparentes, não serão menos profundos» (INSS, 2000). Por que razão a agenda ocidental apenas *capta* ameaças imediatas de segurança (islamismo; pobreza e guerras étnicas em África) e despreza desafios estratégicos de fundo (emergência dos grandes estados asiáticos)?

3. Índia: a arma de destruição epistemológica

Temos, então, uma velha aliança (EUA-Japão) que se transforma, adquirindo uma centralidade que não tinha durante a Guerra-Fria. Este renovar da aliança acompanha o regresso à soberania plena de um dos Grandes Poderes de todo o sistema. *Japan is back*. Se o Japão representa uma actualização de uma velha aliança americana e um regresso de um Grande Poder, a Índia é uma novidade absoluta: nunca teve ligação especial com os EUA e nunca foi um Grande Poder no sistema moderno de estados. A Índia, como

Grande Poder ao lado dos EUA, representa um tempo, o nosso, sem qualquer vestígio da Era imperial europeia e da Era da Guerra-Fria. A Índia representa um mundo, o nosso, para o qual ainda não temos nome.

EUA e Índia são as duas maiores democracias liberais do mundo. Os EUA são a potência unipolar, com uma supremacia militar e económica insuperável. A Índia é a quarta economia mundial em PPP (12.^a em termos totais); Nova Deli comanda o terceiro maior exército do mundo (1,3 milhões de soldados indianos; EUA – 1,5; China – 2,5) e um arsenal de armas nucleares (*The Military Balance*, 2007). A Índia é a segunda nação mais populosa do mundo, a caminho de ultrapassar a China no topo da tabela, visto que é a nação mais jovem do mundo (em 2001, a Índia tinha 354 milhões de pessoas entre os 5-19 anos – Bhandari, 2007); os EUA ocupam o terceiro lugar na escala demográfica. Estes dois gigantes, tão significativos em termos de *poder estrutural* e *identidade normativa* dentro do sistema interestatal, estão a executar uma inédita aproximação estratégica, a reboque de um inédito acordo nuclear. Ao designar a Índia como membro virtual do clube nuclear oficial e legítimo, a América reafirmou ao resto do mundo que está disposta a pagar um preço elevado para conseguir a parceria estratégica com a segunda maior nação da Ásia (Chanda, 2007). Para alguns, este acordo nuclear é a única história de sucesso da política externa de Bush (Kamdar, 2007: 60). Para outros, a aproximação *Bush – Índia* é equiparável à aproximação *Nixon – China* (Zakaria, 2006a). Mas se o regresso do Japão tem sido desprezado no Ocidente, o mesmo se passa com esta aproximação entre Washington e Nova Deli.

Como salienta Ashutosh Sheshabalaya, a Índia é a grande omissão das percepções europeias (Sheshabalaya, 2006). E, nos EUA, o interesse político pela Índia é um fenómeno recentíssimo. No final dos anos 80, todos os livros sobre a Índia existentes na Universidade de Harvard estavam arrumados na secção das religiões (Luce, 2007: 21). Porquê tanta dificuldade das *lentes* ocidentais em perceberem a Índia? Porque a Índia é um desafio a grande parte das narrativas que animam o debate ocidental. A Índia não encaixa na tese culturalista do choque de civilizações: os indianos «não podem ser facilmente classificados no conveniente “código de cores” como brancos, pretos ou amarelos. Não fazem parte do mundo cristão. Não podem ser incluídos no mundo islâmico». Depois, a Índia também é um desafio ao *fim de história* pós-URSS de Fukuyama, pois «não são nem pós-comunistas nem pré-democráticos» (Varma, 2006: 32-33); a Índia é uma democracia liberal desde 1947. Logo, também desafia outra das narrativas ocidentais, aquela que fala em terceira (1974) e quarta (1991) vagas de

democratização (Diamond, 2000: 135-158). Nova Deli também desafia a visão europeia da pós-nacionalidade/pós-estado: Nova Deli é a capital de uma nação orgulhosa que não abdica da sua soberania estatal. A Índia nega o velho determinismo económico – codificado por Lipset (1981) – que faz da democracia um *efeito* da prosperidade económica: a Índia manteve-se como democracia ao longo das décadas num estado de pobreza atroz. Em resumo, grande parte dos nossos suportes teóricos não encontra correspondência empírica na Índia. As nossas *lentes* não captam aquela estranha realidade. E como a realidade em política é o *conhecimento* da realidade possibilitada pelos nossos instrumentos intelectuais, a Índia tem sido um enorme buraco negro nas percepções ocidentais. Mas está a chegar ao fim o luxo epistemológico que é ignorar o actor que comporta um sexto da humanidade.

Ainda nos anos 90, os realistas Donald Kagan e Henry Kissinger projectavam um século XXI com os cinco suspeitos do costume: EUA, Alemanha/Europa, Japão, China e Rússia (Kagan, 1995: 334 e Kissinger, 2002: 702-731). Hoje, percebe-se que a Índia é o inesperado sexto passageiro que vem alterar estes cálculos ocidentais. Por aquilo que representa *per se* e devido à crescente proximidade com os EUA, a Índia já não é o «minúsculo pontinho [...] nos ecrãs dos radares dos estrategos e dos analistas políticos, sobretudo nos países ocidentais» (Varma, 2006: 21). Quando o país que comporta um sexto da humanidade se aproxima da potência hegemónica do sistema, então, estamos perante uma evidência empírica que não pode ser desprezada. O acordo nuclear EUA – Índia é o dado simbólico que *oficializa* o ingresso de Nova Deli no clube dos *Grandes Poderes*¹⁵. Ao reconhecer o programa nuclear indiano, os EUA permitem a entrada da Índia no clube que pertencia, em exclusivo, aos vencedores da II Guerra (China, França, Inglaterra, Rússia e EUA). Não há sinal político mais importante do que este. Analisemos, portanto, a relação entre as duas maiores democracias do mundo.

A performance económica domina a análise sobre a Índia. E os factos são realmente impressionantes: «30 a 40 milhões de pessoas estão a integrar a classe média todos os anos» (id.: 223); a classe média indiana (300 milhões – Sheshabalaya, 2006: 374) é superior à população dos EUA; o PIB indiano é de 805 biliões de dólares¹⁶; a Índia é a 12.^a economia do mundo em termos absolutos¹⁷ e a quarta em PPP¹⁸; entre 2002 e 2006,

¹⁵ O termo *Grande Poder* é retirado dos estudos clássicos de AJP Taylor. *Grande Poder* é aquele que tem a capacidade de lançar uma guerra sobre outro *Grande Poder*. Ver A.J.P. Taylor (1977 [1954]), *The Struggle for Mastery of Europe, 1848-1918*. Oxford: Oxford University Press.

¹⁶ Evolução: 1985 (227 biliões de dólares), 1995 (355 biliões de dólares), 2004 (695 biliões de dólares). Cf. Banco Mundial, “India at a Glance” (2007), 23 de Abril.

¹⁷ Banco Mundial (2007), *World Development Indicators Database*, 23 de Abril. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf>

a Índia cresceu a 8% ao ano; no último ano fiscal cresceu a 9,4%. (*The Economist*, 2007) A Índia está a desviar «o centro de gravidade da indústria *high-tech* [...] da Costa Oeste americana para a Ásia». Como é que isto é possível? Só uma pista: o «número de licenciados da Índia supera toda a população da França» (Rampini, 2007: 31 e 65). Em 2020, a Índia pretende estar entre os países mais desenvolvidos (Gupta, 2002). Porém, não iremos seguir esta abordagem económica e tecnológica¹⁹. Não colocamos de parte, naturalmente, a abordagem económica (até porque nos garante a moldura estrutural a ter sempre em linha de conta), mas recusamos a tendência actual para discutir a Índia no enquadramento *BRIC*. A emergência económica da Índia é uma evidência empírica. Ora, essa evidência é apenas um ponto de partida e não o ponto de chegada. O papel do cientista político é analisar a questão *para lá* dessa evidência estrutural/económica. E, desde logo, devemos dizer que *BRIC* é um conceito apolítico; um conceito exclusivamente económico que deturpa a autonomia da política, usando apenas a variável estrutural (economia emergente²⁰). Os factores políticos que conduziram à performance económica são diferentes nos quatro países (Brasil, Rússia, Índia e China) e os quatro não formam um bloco económico unido (Bremmer, 2007: 31-34). Depois, a narrativa *BRIC* coloca no mesmo conceito vários *Estados* com *Regimes* políticos distintos (dois regimes autoritários – Rússia e China – e duas democracias liberais – Brasil e Índia). E é a Índia que mais sofre com esta superficialidade analítica. Se pretendemos compreender esta república federal indiana, então, temos que cruzar a variável *poder estrutural* com a variável *identidade normativa/regime*. E quando fazemos isso, percebemos que a Índia, antes de representar um PIB faraónico, representa a «preservation of democratic rule in a poor country of 1.1 billion people» (Long, 2006: 65). E é como democracia liberal (e não como *BRIC*) que a Índia actua no sistema inter-estatal. Coloquemos, então, a política no centro da ciência política:

«Politics – rather than just economic and material capabilities which are stressed by economic and business analysts – are crucial to India’s power prospects». Mistry, (2004: 81)

Nova Deli é a capital da maior democracia liberal do mundo. E nesta democracia o sucesso económico tem sido feito *contra* a burocracia estatal (Das, 2006), «the most

¹⁸ Banco Mundial (2007), *World Development Indicators Database*, 23 de Abril. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf>

¹⁹ Para a análise económica da Índia, ver Ashutosh Sheshabalaya (2006), *Made in India, a Próxima Superpotência Económica e Tecnológica*. Lisboa: Centro Atlântico; Diana Farrell (2006), «India Outsmarts China». *Foreign Policy*, 152, Janeiro/Fevereiro, pp. 30-31; *The Economist* (2004), «The place to be», 11 de Novembro; *International Herald Tribune* (2007), «Wall Street invades Mumbai», 13 de Abril; Prasenjit K. Basu (2005), «India and the Knowledge Economy: the ‘Stealth Miracle’ is Sustainable», in *India as a New Global Leader*. London: The Foreign Policy Centre, pp. 27-62.

²⁰ Exemplo deste erro: Carl Dahlman (2007), «China and India: Emerging Technological Powers». *Issues in Science & Technology*, 23, 3, Spring.

crippling of Indian diseases» (Tharoor, 2007), a herança do socialismo que marcou a vida da Índia entre 1947 e 1991 (ex.: a construção de 17 km de um metropolitano pode durar 22 anos – *The Economist*, 2006a). Ou seja, o dinamismo da sociedade indiana (empresários) contrasta com a rigidez e lentidão do Estado (burocratas). A imprensa e os empresários repetem constantemente a necessidade de mais reformas liberais (nova lei laboral; mais abertura ao investimento externo; mudanças no sector financeiro) que possibilitem um crescimento ainda mais acelerado. O empresário Ratan Tata chega mesmo a dizer que o sistema político indiano é uma fraqueza perante a eficácia económica da China (*Der Spiegel Online*, 2007). Mas Tata – como muitos outros – esquece uma coisa: antes de ser um PIB em articulação com a globalização, a Índia é um Estado com um *regime* e uma *identidade* democrática. Em Nova Deli, ao invés do que sucede na China, a globalização e a política democrática têm de chegar a um acordo; um compromisso que domestique a tensão entre a lógica política (a *Índia local* que exige transferência de recursos para os mais desfavorecidos) e a lógica económica (a *Índia global* que procura maximizar a competitividade económica a uma escala global) (Ahluwalia, 2004: 269-277). Colocando as coisas de forma simples, aqueles que resistem às medidas económicas de Nova Deli podem derrubar os governos através do voto²¹; aqueles que resistem à política económica de Pequim podem ser presos ou mortos. A forma como a Índia enfrenta a globalização tem mais que ver com a lentidão do elefante democrático do que com a rapidez do dragão autoritário. Portanto, se o Estado indiano pode ser criticado na esfera económica, convém salientar que esse mesmo Estado conseguiu manter um sistema constitucional, democrático e judicial a funcionar. Desde 1952, realizaram-se 12 eleições nacionais e incontáveis eleições regionais. Isto só foi possível devido à acção do *India Civil Service* (Guha, 2002: 95-103). A mesma estrutura burocrática/estatal é, simultaneamente, responsável pelo atraso na acumulação de *poder material* e responsável pela construção da *identidade* democrática. É esse o paradoxo de qualquer democracia. A Índia não é excepção.

Há corrupção na política (*International Herald Tribune*, 2007a), há ainda problemas nos actos eleitorais (Verma, 2005: 354-376), há o perigo da direita nacionalista e do fundamentalismo hindu (Kamdar, 2002: 11-27) e da extrema-esquerda maoísta (Guha, 2007), mas a identidade normativa da Índia, tal como a americana, está ligada à democracia e à Constituição liberal/secular. E os sinais (pouco salientados) desta

²¹ Em 2004, o BJP (no poder desde 1999) foi castigado nas urnas. Apesar do crescimento económico, os eleitores elegeram o Partido do Congresso. O slogan do BJP – *India Shining* – soava a falso para os mais de 300 milhões que vivem abaixo do limiar da pobreza. É por isso que uma das prioridades do novo governo é um plano geral para as zonas rurais/agricultura. Ver S. Nihal Singh (2004), «Indian Election: Of Computer Mice and Men». *YaleGlobal*, 17 de Maio; Mira Kamdar (2007a), «India Cannot Afford Rural Failure». *YaleGlobal*, 20 de Abril.

identidade política são ainda mais poderosos empiricamente do que os ultramencionados dados da emergência económica: (1) nas últimas eleições nacionais (2004), 5398 candidatos de 220 partidos disputaram os 543 círculos eleitorais; 380 milhões de pessoas votaram (há 675 milhões de eleitores) usando 1,5 milhões de máquinas de voto electrónicas em 700 mil cabines de voto. De forma simples: o acto eleitoral na Índia é a actividade política organizada mais extensa da história da humanidade (Varma, 2006: 37-81). (2) Há uma recusa consciente do nacionalismo hindu; se o BJP (Bharatiya Janata Party; direita nacionalista) tem como objectivo criar um estado nacionalista hindu, então, convém dizer que esse objectivo não é partilhado pelo indiano comum (Venkateshwar, 2004 e Jayal, 2004: 183-209); o centro das preocupações dos indianos é o sucesso económico e não a *Hindutva* (pureza hindu) do BJP (*The Economist*, 2006). (3) Existem *checks and balances* realmente institucionalizados e não apenas no papel; estamos a falar de um país que se prepara para aumentar a sua rede judiciária com 7000 novos tribunais (*Hindustan Times*, 2007). (4) A Constituição, explicitamente secular, é o chão comum para uma diversidade cultural, étnica e religiosa única no mundo; todas as comunidades e religiões têm o mesmo estatuto constitucional (Guha, 2007a; Nussbaum, 2005: 31 e Mahajan, 2002: 33-51). Este facto constitucional é resultado de uma cultura política marcada pelo pluralismo (Chaudhuri, 2005). O hinduísmo nada tem que ver com a tradição monoteísta (judaísmo, cristianismo, islão); é uma civilização plural, que só pode ser comparada com o politeísmo da Antiguidade ocidental. Aliás, o hinduísmo é contemporâneo do politeísmo romano e grego. A Índia é como se fosse um relógio do tempo onde se pode observar uma civilização (tal como era a Europa) *sem* o advento do monoteísmo. A Índia, composta por 80% de hindus, tem um primeiro-ministro sikh (Manmohan Singh), um Presidente muçulmano (Abdul Kalam; o terceiro presidente muçulmano da Índia) e a líder do partido no poder, Sonia Gandhi, é católica (Sen, 2005), natural de Itália, fala inglês com sotaque ocidental e o seu hindi é imperfeito. (5) A Índia apresenta um dos mais avançados sistemas de *affirmative action* do mundo (ex.: 22,5% dos postos de trabalho governamentais têm de estar reservados para as castas mais baixas). E esta política de discriminação positiva é sobretudo evidente na condição das mulheres. Se podemos dizer que Nehru errou nas políticas económicas, também é verdade que Nehru acertou nos direitos e na protecção das mulheres (Khan, 2007). Aliás, o feminismo indiano desenvolveu-se de forma independente em relação ao feminismo ocidental (Ghosh, 2007), de tal forma que Martha Nussbaum afirma que os EUA têm muito a aprender com a Índia no que diz respeito à legislação sobre a

igualdade entre sexos²² (2002: 95-106). (6) O voto simboliza uma mudança na milenar equação de poder indiana: as castas mais baixas (*intocáveis* ou *dalit*) têm agora um instrumento para impor a sua vontade às castas mais altas (Bhargava e Bhargava, 2006). Mais: devido a medidas de discriminação positiva, há uma vaga de políticos e partidos *dalit* (Jaffrelot, 2006: 173-189). A *identidade social* definida pela casta não desapareceu, mas hoje uma democracia de castas compete com a sociedade de castas; a democracia trouxe algo de caótico e *horizontal* ao que sempre foi linear e *vertical* (Gupta, 2005).

Em suma, a auto-imagem ética da Índia assenta nos valores do constitucionalismo (Bhargava, 2002 e Embree, 2006).

Tendo em conta o seu peso estrutural e identitário, qualquer que seja o caminho que escolher (emergir como poder independente? Como aliado dos EUA? Como parceiro da China?), a Índia afectará profundamente a política asiática e mundial (Chellaney, 2005). Perante isto, a posição oficial dos EUA não podia ser mais clara: Washington pretende auxiliar a Índia a transformar-se num grande poder; Washington vê na Índia um «rising global power and partner, one whose interests converge in important respects with those of the United States» (Bureau of Public Affairs, 2006). Esta posição representa uma transformação diplomática sem precedentes (Tellis, 2005a); há uma mudança de 180° na perspectiva americana sobre a Índia, e vice-versa. Durante a Guerra-Fria, a Índia foi líder do Movimento dos Não-Alinhados/Bandung²³ que tendia a aproximar-se da URSS e a criticar os EUA. Depois, durante os anos 90, Washington encarou a Índia enquanto cenário de dois problemas de segurança: a proliferação nuclear e a questão de Caxemira/Paquistão. Ou seja, EUA e Índia foram, durante décadas, as *estranged democracies*²⁴. A Administração Bush revolucionou esta situação; começou a encarar a Índia como uma peça *activa* e não como uma fonte *passiva* de problemas²⁵. Em 2004, Colin Powell já podia dizer que «the two largest democracies on earth are no longer estranged» (Powell, 2004).

Em 2006, em Nova Deli, o Presidente americano George W. Bush e o primeiro-ministro indiano Manmohan Singh selaram a parceria com uma declaração que não deixa dúvidas: «the successful transformation of the US-India relationship will have a

²² Ex.: a 72.^a emenda à constituição – 1992 - estabeleceu um programa de *affirmative action* para mulheres ao nível dos conselhos municipais – *panchayats*: 33% dos lugares estão reservados para mulheres.

²³ Para uma breve e recente sùmula do “espírito de Bandung”, ver Hee-Yeon Cho and Kuan-Hsing Chen (2005), «Editorial introduction: Bandung/Third Worldism». *Inter-Asia Cultural Studies*, 6, 4, pp. 473-475.

²⁴ A metáfora «entranced democracies» foi cunhada por Dennis Klux. Ver, por exemplo, Dennis Klux (2003), «India's Fine Balance». *Foreign Affairs*, 81, 3, Maio/Junho, pp. 93-106.

²⁵ A aproximação começou no tempo de Clinton/Vajpayee. Em Março de 2000, Clinton fez uma visita de cinco dias à Índia (a primeira de um presidente americano em 22 anos), que, em termos simbólicos, serviu para quebrar o gelo da Guerra-Fria e do teste nuclear indiano (1998). Quando Bush chegou ao poder, Índia e EUA já não eram os estranhos do passado. Ver Gautam Adhikari, (2004) «India and America: Estranged no more». *Current History*, 103, 672, Abril.

decisive and positive influence on the future international system (Office of the Press, 2006a). Um ano antes, durante a visita de Singh a Washington, a parceria teve o seu baptismo de fogo: os EUA aceitaram como legítimo o programa nuclear indiano. E a par da questão nuclear, EUA e Índia expandiram a sua cooperação em mais três áreas de vanguarda: programa espacial, *high-technology trade* e defesa anti-míssil (Ereli, 2⁰⁰⁴). Do ponto de vista militar, o nível de proximidade entre EUA e Índia apresenta muitas das características de uma aliança formal (Medeiros, 2006: 150); as forças americanas trabalham com as forças indianas num grau de proximidade que estava reservado para os aliados da NATO (Walker, 2006). Em Julho de 2007, no momento mais simbólico, o *USS Nimitz* aportou em Chennai: pela primeira vez, um porta-aviões americano atracou num porto indiano (*Hindustan Times*, 2007b). Não estamos perante uma *aliança formal*, mas esta parceria tem todos os ingredientes de uma aliança *de facto* (Kronstadt, 2006). A realidade empírica diz-nos que a Índia é, neste momento, um «informal ally» dos EUA (Carter, 2006: 41). Aliás, os responsáveis americanos afirmam constantemente que Índia e EUA são *aliados naturais*; e Nova Deli responde no mesmo tom: «the security convergence between two major democratic powers like the US and India is a natural one» (Saran, 2006). Resta uma pergunta: Porquê? Por que razão é tão natural esta aproximação? O que levou Washington a revolucionar a sua maneira de perceber a Índia? O que leva Nova Deli a sacudir o pó não-alinhado e a entrar numa parceria com os EUA?

Os influentes Robert Blackwill e Ashley J. Tellis resumem a visão americana: a Índia é um imperativo estratégico para Washington, um aliado natural na (1) questão do terrorismo e, acima de tudo, na (2) questão chinesa (Blackwill, 2005: 9-17 e Tellis, 2005). Os indianos partilham com os EUA a preocupação com o terrorismo islamita. Nas duas últimas décadas, a Índia foi o país que mais sofreu com o jihadismo. Além disso, a Índia tem uma forte influência no Médio Oriente²⁶. Mas, atenção, a Índia não é encarada dentro da narrativa da *guerra ao terror*, mas sim num contexto com objectivos estratégicos a longo prazo (Mohan, 2003), ou seja, dentro da equação chinesa. Em Washington, a lente *Paquistão – Índia* deu lugar à lente *China – Índia* (Luce, 2007: 255-256). Em sessão pública no Congresso, Teresita C. Schaffer resumiu a perspectiva americana: «With China on the rise, Japan in economic trouble, the Korean peninsula volatile, and difficult relations between Seoul and Washington, the US cannot afford to treat the

²⁶ 3,5 milhões de indianos trabalham nos países do Golfo Pérsico. Bollywood é um sucesso no mundo muçulmano. Durante séculos, mesmo antes da presença portuguesa no século XV, os indianos mantiveram fortes relações comerciais com a região do Golfo. A Índia tem relações históricas com o Irão, e já acordou com Teerão a construção de um gasoduto entre o Irão e a Índia, atravessando o Paquistão. A Índia assegura segurança marítima no acesso ao Golfo Pérsico, no oceano Índico e no estreito de Malaca. Ver Geoffrey Kemp (2006), «The East Moves West», in *The National Interest*, 84, Summer, pp. 71-72.

other Asian giant [Índia] as a secondary player» (2006). Claro como água: uma forte parceria com a Índia é essencial num mundo onde as equações de poder na Ásia irão influenciar o futuro do sistema internacional (Adhikari, 2005: 14). A Índia é o reforço para uma nova equação de poder asiática onde se vê a China a suplantando o Japão pela primeira vez desde 1895. Numa rara admissão pública da estratégia americana, o poderoso Robert Zoellick declarou que os EUA estão a gerir a ascensão pouco transparente da China «by enhancing its relations with countries in the region, including, Australia, India and Japan»; e Zoellick não podia ser mais claro em relação à utilidade da Índia: «India is a more striking example»; «these guys read history; they understand realpolitik» ^(Brinkley, 2005). Já em 2000, Zoellick recomendava que Washington deveria parar de ignorar a Índia, pois ter influência na Ásia implica ter influência na Índia (Zoellick, 2000: 75). Além disso, se uma aproximação Japão – China seria um pesadelo estratégico para Washington, uma *Chindia* anti-americana também o é. Portanto, todos os esforços no sentido de colocar uma cunha entre China e Índia são poucos. Depois, ao nível do mercado global, a Índia é um factor de estabilização económica e política de uma região que representa um quarto do comércio dos EUA (Curtis, 2007). O resultado da soma de todas estas parcelas é o seguinte: a Índia é um ponto de consenso entre as elites republicanas/conservadoras e democratas/liberais. A forma como o Senado aprovou o acordo nuclear (88-12) é disso o exemplo cabal (Riedel, 2007; Inderfurth et al, 2006).

E a Índia? Por que razão a Índia começou a perspectivar os EUA de maneira diferente? Em primeiro lugar, a economia americana é a maior parceira comercial da economia indiana, devido sobretudo às exportações. Em 2000, a Índia exportou para a América produtos no valor de 9,3 biliões de dólares; em 2005, exportou 18,7 biliões (uma duplicação em apenas cinco anos). O investimento directo americano na Índia – apesar do proteccionismo indiano ainda ser elevado – também é revelador: entre 1990 e 2000, o investimento directo americano na Índia passou de 372 milhões de dólares para 2,4 biliões; dois biliões de aumento em apenas uma década. Mas o *boom* veio já neste século: entre 2001 e 2006, passou para 8,5 biliões. Ou seja, em 15 anos, aumentou 22 vezes. Os EUA são a segunda maior fonte de investimento na Índia (a seguir às Maurícias) (Martin e Kronstadt, 2007). Estes dados levam políticos indianos a declarar que «the US is today very, very important, central, almost, to India's own development aspirations» (Menon, 2007). Em paralelo, as universidades americanas são a meta preferencial dos alunos indianos e o destino mais comum para os imigrantes indianos é a costa oeste americana (Rao, 2007). Mas, claro, o ponto central está relacionado com a percepção que a Índia

tem da China: Nova Deli encara Pequim como o seu principal problema a longo prazo, logo, faz todo o sentido o aprofundamento da relação Washington-Nova Deli (Ayoob, 2000: 27-39 e Carter, 2006: 33-36).

Em termos militares, a Índia investe fortemente na modernização das suas forças armadas, as terceiras maiores do mundo. Prepara-se para comprar 126 caças (americanos, suecos, franceses e russos competem entre si pelos favores da força aérea indiana) (*Hindustan Times*, 2007a). Mas, mesmo assim, a marinha parece ser a prioridade de Nova Deli (Ramachandran, 2007). Em 2012, a marinha indiana terá ao seu dispor três porta-aviões (será, assim, a segunda maior frota do mundo, a par da britânica): ao *Viraat* no activo, os indianos tencionam adicionar um porta-aviões de fabrico russo (o *Almirante Gorshkov* que está a ser modernizado pelos próprios russos; será entregue em 2008) e um porta-aviões de fabrico indiano (construção iniciada em 2005; entrega em 2012) (*China Daily*, 2005). Objectivo? Controlar o oceano Índico, o *Mare Nostrum* indiano (Margolis, 2005), impedindo qualquer veleidade chinesa. E aqui repete-se um cenário que já vimos na relação entre Japão e China: o comércio entre Índia e China está em expansão (os números e o crescimento são idênticos aos verificados entre EUA e Índia), mas a animosidade política entre China e Índia não se resolve através de interdependência económica (Chellaney, 2006a). Recorde-se que China e Índia travaram uma guerra em 1962. Este conflito deixou uma disputa fronteiriça – ainda por resolver. Mas o presente é ainda mais problemático do que o passado. A China tem conduzido uma estratégia simultânea de (1) laços comerciais e (2) contenção geopolítica. Enquanto estabelece laços económicos com a Índia, a China tem reforçado a sua ligação política e estratégica com o arqui-rival da Índia, o Paquistão. A China pretende expandir a auto-estrada Karakoram (que liga a China à costa paquistanesa) e já construiu um porto de águas profundas em Gwadar²⁷. Também existem acordos navais chineses com a Birmânia e o Sri Lanka no flanco oriental da Índia. Através desta estratégia *string of pearls* (Birmânia, Sri Lanka, Paquistão), a China pretende cercar a Índia, mostrando que a China é a indiscutível senhora da Ásia. Esta pressão chinesa produziu uma contra-resposta indiana. Nova Deli iniciou a *Look East Policy*: intensificação das relações com os vizinhos chineses do Pacífico. Os indianos estabeleceram novos laços de segurança com

²⁷ Gwadar – largamente ignorado pelos ocidentais - é um dos pontos quentes de todo o sistema. Fica junto a Ormuz, por onde passa 40% do petróleo mundial. É um porto destinado à marinha chinesa (militar e comercial) e para a colocação de postos de escuta. É o ponto de chegada do corredor que liga o Golfo Pérsico-Paquistão-China. É um sinal da aproximação China – Paquistão, e da tentativa de cerco sobre os flancos indianos (acção que, naturalmente, causa inquietação em Nova Deli). Depois, a China e o Paquistão já assinaram protocolos para o desenvolvimento de um corredor energético entre Paquistão e China ao longo da auto-estrada Karakoram. Um *pipelime* entre a costa do Paquistão e a China significa que Pequim reduzirá a dependência chinesa em relação às rotas marítimas policiadas pelos americanos (estreito de Malaca; estreito de Taiwan). Isto põe em causa o estatuto de “nação indispensável” que os EUA pretendem manter na Ásia.

o Japão, o Vietname e Taiwan; também reforçaram laços já existentes com a Austrália e a Nova Zelândia (Garver, 2002: 1-38). A parceria com Washington acaba por ser a conclusão lógica desta *Look East Policy*, dado que sem o apoio americano «India is at risk of being boxed by Beijing's containment strategy» (Griffin, 2006). Neste sentido, basta referir que os exercícios navais indo-americanos (série *Malabar*) transformam qualquer acção chinesa no Índico em algo de menor importância dentro da correlação de forças do Índico.

Ao aproximar-se dos EUA, Nova Deli altera a sua posição tradicional. Durante a Guerra-Fria, a política externa indiana foi marcada por uma retórica idealista, na linha do excepcionalismo moral indiano cunhado por Nehru: «a new star rises, a star of freedom in the East, a new hope comes into being» (Nehru, 1999: 239). E esta estrela indiana, segundo Nehru, deveria manter a sua pureza e recusar contactos com o exterior. A Índia nehruniana apresentava uma política externa marcada por uma dogmática autonomia estratégica (não-alinhamento), uma retórica idealista anti-poder e tendia a encarar o mundo como palco de ameaças e não como um cenário de oportunidades (Chiriyankandath, 2004). A partir dos anos 90, uma nova geração fez a sua aparição em Nova Deli e o perfil estratégico indiano alterou-se. E esta mudança geracional foi acompanhada pela subida ao poder da direita nacionalista em 1998. O governo de Atal Bihari Vajpayee trouxe uma abordagem realista que rasgou, em definitivo, com o idealismo nehruniano. Vajpayee, logo após os testes nucleares de 1998, não podia ter sido mais claro: «nenhum governo responsável pode formular uma política de segurança com base em princípios abstractos, secundarizando a realidade no terreno». E se Nehru, na condução da sua política externa, recusava o *Poder* e apostava na *argumentação* idealista, Vajpayee salientou a importância central do Poder para a confiança da Índia, afirmando que milhões de indianos encararam os testes nucleares como um prenúncio da emergência de uma Índia «forte e auto-confiante» (Vajpayee, 1998). Se a Índia nehruniana recusava, *por princípio*, o armamento nuclear, a nova Índia do BJP recusou, *por princípio*, o exclusivo nuclear dos cinco grandes (China, Rússia, França, Reino Unido, EUA) e exigiu (e exige) ter acesso ao armamento nuclear (Singh, J., 1998). Os indianos, hoje, assumem que a força é uma realidade inultrapassável do sistema e que a retórica idealista não é substituto à altura do rápido crescimento económico (Ganguly, 2004: 41-47). Em suma, a Índia está a assimilar a lição n.º 1 da política internacional: «the centrality of power» (Mohan, 2007b). Singh mantém a velha ideia de Nehru: a Índia tem um lugar especial na hierarquia do mundo. Os indianos sempre

viveram obcecados com a deferência que – supostamente – todos devem à Índia^(Luce, 2007: 279-289). Mas Singh tem algo que a Índia de Nehru não tinha: o poder para conquistar realmente um lugar especial no sistema. Esta nova relação da Índia com o Poder é essencial para percebermos a mudança de perspectiva em relação aos EUA.

Ernst Gellner, defendia que, na Europa, a sociedade capitalista ajudou a domesticar o *ethos* da honra nacional (Gellner, 1996: 123). Esta tese é discutível. Mas mesmo que Gellner tenha razão, sucede que na Ásia está a acontecer exactamente o inverso daquilo que – supostamente – sucedeu na Europa, isto é, a introdução do capitalismo nos estados asiáticos está a fomentar o nacionalismo que se vê, por exemplo, no orgulho pela posse de ADM (Bracken, 1999: 415-421). Na Ásia, o capitalismo está a criar poder estrutural (sucedeu o mesmo na Europa), mas também a vontade de poder nacionalista (ausente na Europa). A globalização, ao invés do que dizem liberais e marxistas ocidentais, não está a tornar os Estados irrelevantes (Wolf, 2001: 178-190). Pelo contrário. O Estado indiano, por exemplo, nunca possuiu tanto poder (quer internamente, quer externamente) como agora. A entrada na globalização dotou a Índia de uma capacidade material inusitada para reforçar o projecto político do Estado-Nação indiano (Nayar, 2003: 1-3 e 2006). Mais: o sucesso capitalista tem sido fundamental para a elevação da confiança dos indianos enquanto nação (Kapur, 2002: 91-110). A conjugação entre nacionalismo e capitalismo é bem visível em M. Singh: «we must all work together as a united nation to realise these opportunities to make India a major powerhouse of the evolving global economy» (Singh, M., 2005c). O socialismo do passado gerou fraqueza estrutural e descrença; o capitalismo pós-1991 está a gerar poder (estrutura/Estado) e confiança (identidade/Nação). A visão clássica indiana (não-alinhamento) estava baseada na presunção de fraqueza. Hoje – e é essa a novidade – começa a haver uma presunção de força. E com a força acaba-se o luxo do não-alinhamento isolacionista. A velha Índia via-se como vítima de uma ordem internacional que não controlava; a nova Índia está a desenvolver a mentalidade de uma potência com o poder para alterar a ordem internacional em seu benefício (Mohan, 2007a). No passado, um porta-aviões americano num porto indiano significaria (a) traição à soberania e (b) deslealdade em relação aos princípios do movimento não-alinhado; hoje, sendo um poder nuclear, uma força marítima de registo e uma economia pujante, a Índia começa a encarar o mundo de outra forma e o *Nimitz* aportou em Chennai sem

grandes percalços. Nova Deli já não vê em Washington um entrave à ideia de Índia enquanto potência regional e global²⁸.

Mas esta mudança de perspectiva sobre a América não se prende apenas com esta nova confiança derivada do *poder*. Também houve uma alteração de fundo ao nível da *identidade* externa da Índia. Apesar de ser uma democracia desde a fundação, a Índia nunca colocou a democracia no centro na sua política externa. O seu idealismo não estava ligado à liberdade e à democracia, mas sim à solidariedade entre os povos colonizados pelos ocidentais. Hoje – e esta é a mudança – a Índia está a substituir a identidade terceiro-mundista por uma identidade liberal; Nova Deli já não é líder do espírito de Bandung (Mohan, 2007: 99-115 e *The Economist*, 2005: 59). Um exemplo desta mudança é a *US-India Global Democracy Initiative* (US Department of State, 2005). Esta iniciativa representa uma demarcação em relação à tradicional divisão *Norte – Sul* que sempre marcou a posição não-alinhada indiana, e uma aposta na divisão do mundo por regimes políticos. Esta nova Índia tem a sua identidade assente na defesa da globalização capitalista e da democracia pluralista como único regime legítimo dentro da ordem internacional. Singh é o primeiro PM indiano a sublinhar a relevância da sociedade aberta indiana para o mundo. Para Singh, a *ideia de Índia*

«It is the idea of an inclusive, open, multi-cultural, multi-ethnic, multi-linguistic society. I believe that this is the dominant trend of the political evolution of all societies in the 21st century. Therefore, we have an obligation to history and mankind to show that pluralism works. India must show that democracy can deliver development and empower the marginalized. Liberal democracy is the natural order of political organization in today's world. All alternative systems, authoritarian and majoritarian in varying degrees, are an aberration». (Singh, M., 2005a)

Singh não só identifica a Índia com a democracia liberal (política interna) como afirma que a Índia é essencial para o triunfo da democracia liberal no mundo (política externa). No que diz respeito à economia, Singh afirma que a integração da Índia na globalização e na economia americana é um dado fundamental para a prosperidade do povo indiano (Singh, 2004). No passado, a Índia socialista recusaria qualquer integração com os EUA. Hoje, essa integração é o centro da economia indiana²⁹. No fundo, os indianos descobriram o mesmo que os japoneses: a sua identidade liberal é uma forma de se distinguirem da China. Varshney Ashutosh (2007) e Jagdish Bhagwati (2006), quando falam para um público americano, fazem questão de comparar a imprevisibilidade e

²⁸ Um exemplo: durante as operações de salvamento das vítimas do Tsunami (2004), a marinha indiana e a marinha americana operaram juntas no Oceano Índico e no *backyard* indiano (ex: Sri Lanka). No passado, esta presença de forças americanas provocaria a ira junto da elite diplomática/política indiana. Em 2004, essa presença foi encarada como necessária e benigna. Cf. Sumit Ganguly (2005), «America and India at the turning point», in *Current History*, 104, 686, Março, p 124.

²⁹ Para se perceber a dimensão esta mudança de rumo, convém recordar que a burocracia e restrições da economia socialista dotaram a Índia do regime de controlo/regulação estatal mais apertado fora do mundo comunista. Ver Joydeep Mukherji (2002), «India's Long March to Capitalism», in *India Review*, 1, 2, Abril, pp. 29-60.

opacidade do regime chinês com a previsibilidade da democracia indiana. Lee Kwan Yew afirmou que China e Índia «will shake the world» (*apud* Basu, K., 2005). Certo. Mas agitam o mundo de maneira diferente. A China agita *apenas* o equilíbrio de poder do sistema de estados e a correlação de forças da economia mundial. A Índia, além de agitar o sistema e a economia, também agita a composição da comunidade de democracias e o sistema de alianças americano. A economia capitalista (partilhada por China e Índia) cria poder. A democracia liberal cria legitimidade (apenas a Índia a possui). Se a Índia – como já vimos – não pode acompanhar a performance *estrutural* da China, pode, no entanto, fazer valer a sua *identidade/legitimidade* política a fim de reforçar laços estratégicos com os EUA (Mistry, 2004: 64-87). É por isso que insistimos na ideia de colocar a política no centro da análise. A política internacional não é uma mera colecção de PIBs. Há dez anos, Kissinger e Kagan nem sequer consideravam a Índia como um Grande Poder. Hoje já somos forçados a considerar a Índia como um dos cinco grandes poderes, num imaginário concerto à escala global (Haass, 2005). Mas isso é só metade da história. Porque também somos forçados a colocar a Índia como membro de pleno direito de uma liga de democracias global (Daalder e Lindsay, 2007 e Ikenberry e Slaughter, 2006: 26). É insuficiente dizer que a Índia é um poder emergente. A Índia é, como diz Rice, «a rising democratic power» (Rice, 2006: A15). Um Grande Poder que é também uma Democracia Liberal. E, por isso, ao invés de Pequim, Nova Deli encara Washington como um potenciador do poder indiano no sistema (Cohen, 2006). Washington é um *filtro* que amplifica o poder e a legitimidade indiana. Os indianos têm acesso a esse filtro americano, tal como europeus e japoneses. E a América permite que a Índia use o seu *filtro* unipolar. Aliás, faz tudo para que o poder indiano seja filtrado em Washington.

Esta aproximação entre os dois *Estados* também está relacionada com a forte familiaridade das duas *Sociedades*. Como salienta Singh, «in the case of the U.S., an acceleration of people-to-people contact and consequent business-to-business interaction has forged closer State-to-State relations. Shared values and growing economic links have enabled a closer strategic engagement» (2005a). A diáspora³⁰ indiana a residir na América tem sido determinante no estabelecimento de pontes entre os dois países. Estamos a falar de 2 milhões de *Indian-Americans* (200 mil são milionários)

³⁰ No seu conjunto, a diáspora é composta por 25 milhões de indianos a trabalhar em 110 países (a segunda maior do mundo; só suplantada pela chinesa). A grandeza económica/cultural desta diáspora fala por si (foi recentemente criado um ministério especial para os imigrantes: *Ministry of Overseas Indian Affairs*). E, para os indianos, o estatuto de Grande Poder da Índia está ligado às contribuições desta diáspora económica/científica/académica-intelectual/cultural. Numa época de interdependência, uma diáspora de 25 milhões de pessoas (que atinge sempre as elites dos países onde se instala) representa uma mais-valia digna de registo. Ver Manmohan Singh (2005), «PM's inaugural speech at Pravasi Bharatiya», Mumbai, 7 de Janeiro; Parag Khanna (2005), «Bollystan: India's Diasporic Diplomacy», in *India as a New Global Leader*. Londres: The Foreign Policy Centre, pp. 16-26.

que começam a ser uma poderosa marca no quotidiano americano, sobretudo na Costa Oeste (Hussain e Celeste, 2005). Esta comunidade já é a comunidade mais rica dos EUA, suplantando, neste ponto, a comunidade judaica. Os indianos formam menos de 1% da população americana, mas representam 26% de novas empresas fundadas por imigrantes (Chaudhuri, 2007), «12% dos cientistas de todas as faculdades dos EUA» e «36% dos matemáticos da NASA» (Rampini, 2007: 38 e 41) Esta comunidade foi essencial em dois aspectos: (1) na Índia, foi decisiva para a implementação das reformas capitalistas (Kapur, 2004: 364-384); (2) nos EUA, foi fundamental para a transformação da atitude do Congresso americano em relação à Índia (de hostilidade no passado para a actual defesa da aproximação) (Rubinoff, 2005: 169-187). Está, portanto, criado um cenário³¹ para o desenvolvimento de uma identidade partilhada entre as duas sociedades. Aliás, esta proximidade social e cultural (nível pré-político; contactos pessoais) é superior à proximidade entre os dois Estados (nível político; contactos oficiais). A missão diplomática americana em Nova Deli só é suplantada por Bagdad e pela Cidade do México (Rajghatta, 2007). Por ano, são emitidos 800 mil vistos para indianos entrarem nos EUA (o número mais elevado a seguir ao México); no último ano, os consulados indianos nos EUA passaram um milhão de vistos para cidadãos americanos entrarem na Índia (um aumento de 400%). E, como salienta Pramit Pal Chaudhuri, no momento em que o anti-americanismo cresce um pouco por todo o lado, o pró-americanismo indiano cresceu de 54% para 71% (entre 2002 e 2005). Para 70% dos jovens indianos, a América é o país de eleição. Recorde-se que 500 milhões de indianos têm menos de 25 anos. Esta geração – que chegará ao poder – não tem qualquer ligação com as políticas, internas e externas, do tempo da Guerra-Fria (socialismo; não-alinhamento; anti-americanismo) e é uma geração que vive marcada pelo sucesso da diáspora indiana nos EUA e por este novo clima de aproximação entre os dois países (Chaudhuri, 2007a).

³¹ Exemplos e símbolos desta crescente aproximação: a grande estrela intelectual da medicina americana dá pelo nome de Atul Gawande; a nova estrela do cinema americano é M. Night Shyamalan (natural da Índia); Bobby Jindal, filho de emigrantes indianos, conquistou o cargo de governador do estado da Louisiana em 2007; é um indo-americano – Rajiv Chandrasekaran (jornalista do *Washington Post*) que escreve um dos melhores livros sobre o fracasso americano no Iraque; 65 mil americanos já vivem permanentemente na Índia; pais americanos descobrem que a forma mais barata de preparar os seus filhos para o sucesso escolar é através da contratação de explicadores indianos pela internet; advogados indianos aconselham legalmente cidadãos americanos sobre as leis americanas via internet; jornalistas indianos trabalham para jornais americanos via internet (*media outsourcing*); cidadãos americanos viajam até à Índia para se submeterem a intervenções cirúrgicas a preços baixíssimos; milhares de estudantes indianos (na ordem dos 70 mil) frequentam as universidades americanas; centenas de intelectuais indianos preenchem os quadros de docência das universidades americanas; no campo da política externa, existe uma forte comunidade de intelectuais indianos ou de origem indiana (Zakaria, Tellis, Lal, Bhagwati, Sen, D'Sousa, etc.) com enorme prestígio; há um congressista indo-americano eleito em 2004 – Piyush Jindal; o interesse pela Índia disparou exponencialmente na academia e no debate público *tout court*; figuras de topo do meio académico e intelectual americano já têm a Índia como objecto de estudo - Martha C. Nussbaum é o exemplo paradigmático da moda indiana. Ver Druin Burch (2007), «Making the Cut», in *Times Literary Supplement*, 5 de Outubro, pp. 24-25; Rajiv Chandrasekaran (2007), *A Vida Imperial na Cidade Esmeralda*. Lisboa: Edições 70; Scott Kraft (2007), «Calling India», in *LA Times*, 6 de Maio; Edward Wasserman (2007), «Outsourcing the news business overseas», in *Miami Herald*, 28 de Maio; Ashutosh Sheshabalaya (2006), *Made in India*. Lisboa: Centro Atlântico, p. 200; Arthur G. Rubinoff (2005), «Diaspora as a Factor in US-India Relations», in *Asian Affairs: an American Review*, 32, 3, Fall, pp. 169-187; Martha C. Nussbaum (2007), «Fears of Democracy», in *The Chronicle of Higher Education*, 53, 37, 18 de Maio; Sumit Ganguly and Alyssa Ayres (2006), «Introduction: the State of India Studies in the United States, 2006», in *India Review*, 5, 1, Janeiro, pp. 1-13.

Em suma, por pressões internas e externas, os EUA e a Índia parecem em rota de alinhamento. As forças dominantes nos dois Estados partilham o apreço pela democracia liberal e pela globalização capitalista. As duas sociedades estão profundamente interligadas. A preocupação com a China é partilhada por Washington e Nova Deli. Há uma «convergence of interests» (Lorber e Mitra, 2005), sem dúvida, mas também há uma convergência de identidades.

4. QUAD/Global NATO: Montesquieu no Pacífico

Como já salientámos, os EUA, além de reforçarem as relações bilaterais, procuram interligar as democracias transatlânticas numa rede, numa espécie de *network* fluida composta por laços bilaterais, trilaterais e, atenção, quadrilaterais. O resultado é aquilo que já foi descrito como o emergente pilar informal do mundo transpacífico: o *QUAD*, o silencioso e não-mediático concerto de democracias transpácificas (EUA, Índia, Japão e Austrália) (Chellaney, 2007a).

No Natal de 2004, os EUA escolheram três aliados para as tarefas de auxílio às vítimas do tsunami: Japão, Austrália e Índia. Sem a ONU, e propositadamente sem a China, esta liga de democracias agiu na hora. E a semente ficou. Em Setembro de 2007, na Baía de Bengala, vinte e sete navios dos EUA, Austrália, Japão e Singapura reuniram-se com sete navios da anfitriã Índia. Este exercício (o 7.º da série *Malabar*) foi conduzido com o estreito de Malaca à vista (local de passagem de 60% do comércio marítimo mundial) (*Hindustan Times*, 2007c) e foi considerado um dos maiores exercícios navais alguma vez realizados. Por Malaca passa 50% do petróleo importado pela China e 95% do petróleo com destino a Japão, Taiwan e Coreia do Sul. A mensagem para a China é clara: a sua presença no Oceano Índico será sempre controlada (Ramachandran, 2007a). Foi Shinzo Abe quem concebeu a ideia deste «quadrilateral initiative» (QUAD), uma espécie de consubstanciação prática do seu arco de liberdade e prosperidade no Pacífico (Caryl, 2007). Os quatro estados actuam no sentido de construírem uma ordem asiática democrática que bloqueie uma ordem asiática dominada pela China (Bajpae, 2007). Não por acaso, a primeira reunião diplomática do QUAD foi precedida do primeiro exercício naval conjunto EUA-Índia-Japão.

EUA, Japão e Austrália, além de acordos bilaterais, já têm um acordo de segurança trilateral (Chellaney, 2007) (em Setembro de 2007, ocorreu a primeira cimeira trilateral Japão/Austrália/EUA) (*Daily Yomiuri Online*, 2007). A Índia é o elemento mais *independente* do grupo. Mas na Ásia existe uma noção cada vez mais evidente de que a

Índia está a alinhar-se com o sistema de segurança liderado pelos americanos; afinal, nos últimos cinco anos, mais de metade dos exercícios militares da Índia contou com a presença dos americanos (Bhadrakumar, 2007).

No tempo da crise transatlântica, as democracias transpácificas atingem um grau de integração nunca visto.

O QUAD abre a porta a outro assunto: a *Global NATO*. Na cimeira de Riga (Novembro de 2006), o ponto mais forte em cima da mesa era o seguinte: a NATO deve ser «uma aliança com parceiros globais» – palavras do Secretário-geral Jaap de Hoop Scheffer; a NATO deve «olhar para lá da região Euro-Atlântica», até porque países «como a Austrália e a Nova Zelândia participam nas nossas operações e colocam a vida dos seus soldados em perigo lado a lado com os nossos» (2006). Eis uma ideia que muitos estendem até Israel (Hulsman e Gardiner, 2006; Asmus e Jackson, 2005 e Rupp, 2006: 50-54). Eis uma ideia que já tem eco na campanha presidencial americana; o candidato republicano Giuliani defende a integração da Austrália, Índia, Israel, Japão e Singapura na NATO.

A NATO, na prática, já é uma força global que, no terreno, já é *aliada* de Japão, Austrália, Nova Zelândia, Índia, etc. Com pouca bravata – e com ainda menos atenção noticiosa – a NATO tornou-se global (Daalder e Goldgeier, 2006). No Índico, a marinha japonesa apoia a operação no Afeganistão. No terreno, contra os taliban, tropas australianas combatem ao lado das tropas da NATO. Perante isto, autores americanos chegam ao ponto de dizer que simples *parcerias* não são suficientes; a NATO, dizem, deve abrir-se a *membros* de pleno direito não-europeus; países que cumpram os critérios político-constitucionais e que revelem empenho estratégico no sentido de defender a ordem liberal internacional. Esta urgência é reforçada por um aspecto: é cada vez mais evidente que os estados europeus não vão aumentar o seu poder militar e, por isso, Washington deve reconhecer os benefícios de ter outros parceiros não-europeus capazes de partilhar o fardo militar com os EUA (Daalder e Goldgeier, 2006a).

G. W. Bush ficará sempre conhecido pelas ofensivas liberais no sentido de construir duas novas democracias no Afeganistão e no Iraque. Muito se escreveu sobre a ligação entre esta política idealista e Leo Strauss. Esta ligação, parece-nos, não faz sentido. Se queremos recorrer a clássicos para compreender o tal momento neocon, então, convinha recuperar John Stuart Mill. É em Mill que encontramos a combinação de *hubris* e moralismo que caracterizou esta face da Administração Bush. Mill falava a partir de uma Inglaterra que não tinha rival em termos de poder material. O mesmo se passa

com os EUA hoje. Mais: Mill inaugurou um estilo de moralismo liberal que se manteve até hoje na identidade de ingleses e americanos; Mill cunhou uma doutrina que é, em tudo, idêntica à ideia de imperialismo liberal presente em autores como Cooper, Ignatieff e, claro, Boot ou Kristol: de forma altruísta, dizia Mill, a política externa britânica actuava em nome da humanidade, colocando ponto final em escândalos humanitários como o tráfico de escravos; a Inglaterra era melhor do que as outras nações porque associava o seu interesse ao interesse geral da humanidade; os britânicos viam a sua ascensão como forma de fazer evoluir a riqueza e a civilidade do mundo inteiro. E, portanto, a regra da não-intervenção nos assuntos internos de um estado deveria ser revista, visto que existem casos onde se deve fazer a guerra sem antes ser atacado. Mais: perante civilizações bárbaras, os ingleses tinham o direito de intervir e civilizar (Mill, 1963: 368-384). Eis um liberalismo utópico e ofensivo que hoje está presente na ideia de Império Benevolente dos neoconservadores (Kagan, 1998).

Tal como Mill julgava que a Humanidade era representada pela Grã-Bretanha, os neoconservadores julgam que os EUA representam a Humanidade. Dois distintos neoconservadores dizem que os americanos protegem a *família humana* e é por isso que a liderança mundial dos EUA não assenta apenas no poder e na riqueza, mas também na superioridade moral intrínseca dos EUA (Frum e Perle, 2003: 157, 279 e 268). É esta a marca do velho excepcionalismo moral americano: a América como feliz império de perfeita sabedoria e perfeita virtude, com a missão de salvar toda a humanidade (Schlesinger Jr., 1983: 4) Neste sentido, Robert Kagan e William Kristol declaram que objectivos morais e humanitários eram razões suficientemente fortes para invadir o Iraque (Kagan e Kristol, 2005: 19). Para os neocon, o poder americano é o *summum bonum* da política mundial (Mead, 2004: 90); consideram-se os guardiães do «lado certo da história» (Stelzer, 2005: xiii). Para Max Boot, o imperialismo liberal da América deve ser um imperativo, pois os EUA têm o dever de salvar povos da tirania, fome e limpeza étnica; um direito que descende, diz o próprio Boot, do fardo do homem branco (2003: 361-366). Mill sentir-se-ia em casa com esta argumentação.

Durante os longos anos 90 (1989-2003), os EUA actuaram de forma *milleana*. Clinton e Bush fizeram guerras de escolha sobre territórios que Mill consideraria como bárbaros (Iraque, Kosovo, Somália, etc.); guerras que não eram absolutamente necessárias e que, por isso, tiveram uma inequívoca qualidade ofensiva, na procura de expandir valores liberais. Mesmo as operações no Iraque e no Afeganistão continuaram a ser guerras liberais ofensivas, pois tinham como objectivo transformar regimes iliberais em

democracias liberais (Freedman, 2006: 51-65). A maior da atenção política, mediática e académica centra-se nesta fase milleana e ofensiva. Mas sucede que existe outra tradição liberal em acção na política externa americana. Uma tradição não assente no utopismo liberal do século XIX, mas no cepticismo liberal do século XVIII.

Montesquieu, a par de Hume, foi a alma-mater do *Federalista*, o pilar institucional dos EUA. Montesquieu considerava, embora de forma céptica, a existência do direito de conquista de um espaço não-civilizado por parte de um poder civilizado (no sentido de reparar males maiores infligidos à humanidade) (Montesquieu, 1900: X, 4) Porém, Montesquieu dizia que *conquistar* não devia ser a natureza das repúblicas. Quando uma república subjuga uma nação para governar os seus habitantes enquanto súbditos, coloca em causa a sua própria liberdade, pois deposita demasiado poder naqueles que comandam as províncias conquistadas (id.: X, 6). Ou seja, as guerras, mesmo quando são guerras *benignas*, são um perigo para um regime livre; a guerra, como descreveu Oakeshott, é uma inimiga da *civil association* e uma potenciadora de regimes políticos centralizados (Oakeshott, 2003). Esta tradição liberal, portanto, é mais céptica em relação à ideia de guerras liberais ofensivas e transformistas. E existe ainda outra diferença entre Mill e Montesquieu. O inglês defendia uma actuação isolada da esplêndida Inglaterra, a melhor das nações, numa espécie de excepcionalismo moral inglês. Londres actuava em nome da humanidade mas actuava sempre sozinha. É este o mesmo raciocínio dos neocon. É por isso que a ideia de alianças permanentes é desprezada em nome das coligações da vontade: os aliados constroem a acção universal americana que, paradoxalmente, tem de ser feita de forma isolada, com a América a actuar sozinha em nome do bem universal. O neocon acaba por ser um oximoro: um paroquialismo universal. Nesta perspectiva, os EUA não estão apenas acima (*above*), mas também à parte do mundo (*apart from world*). E daí nasce uma política externa que mantém o espírito de Jefferson: apesar de intervir no mundo, Washington deve estar separada do resto do mundo, sem laços ou aliados fixos. É a «ideology of separateness» (Signer, 2006: 35). Trata-se de fazer o *Bem* à Humanidade, sem nunca tocar em homens e estados em concreto.

Neste quadro mental, a abordagem «organizada através de alianças, cooperação multilateral e negociações estratégicas com outros Estados-chave, desaparece» (Ikenberry, 2004: 8). Montesquieu, ao invés, considerava a hipótese da *sociedade de sociedades* aplicada ao seu exterior: «as republics provide for their security by uniting, despotic governments do it by separating, and by keeping themselves as it were, single»

(Montesquieu, 1900: IX,4) Por outras palavras, as democracias devem formar uma sociedade de democracias; uma aliança informal de repúblicas perante a imprevisibilidade dos regimes autoritários. Na época de Montesquieu, as repúblicas eram frágeis e pequenas. Hoje, as repúblicas estão entre os estados mais poderosos do mundo. No tempo de Montesquieu, as ditaduras/monarquias regiam o *status quo*. Hoje, passa-se o contrário. Mas perante regimes não-republicanos, a ideia central de Montesquieu continua a fazer sentido: as democracias tendem a unir-se. No passado, uniam-se para defender a sua nova e frágil liberdade que punha em causa o *status quo* monárquico. Hoje, apesar de fortes, as repúblicas unem-se para prevenir os possíveis excessos revisionistas de regimes autoritários contra o *status quo* democrático e liberal. E Montesquieu – um autor ainda pouco usado na literatura de RI – abre-nos a porta a um autor muito citado mas pouco lido: Kant. Para Kant, «o direito à paz é o direito [...] de *associação* mútua (confederação) entre diversos Estados, para conjuntamente se defender contra todo o possível ataque externo ou interno» (Kant, 2004: 165). Ou seja, as repúblicas devem unir-se numa confederação informal.

Ora, é com esta linguagem do século XVIII que devemos entender aquilo que os EUA estão a fazer no mundo transpácífico. O QUAD é uma comunidade informal de democracias transpácíficas que funciona como a «buffer ring of democratic containment around China» (Kurlantzick, 2007: 49). Aqui a palavra-chave é *informal*, isto é, não se pretende transformar esta comunidade numa organização internacional. É uma confederação no sentido de Kant e Montesquieu. Aliás, com uma clara inspiração em Montesquieu, Henry Nau já apresentou a descrição ideal para esta realidade que se forma ao longo do mundo transpácífico: «a loosely confederated, or republican, security community» (Nau, 2002: 7) (a ideia de «confederate republic» de Montesquieu está a montante desta descrição – Montesquieu, 1900: IX, 1). Uma confederação acima da mera anarquia realista (a convergência de identidade interna torna a assimetria militar em algo secundário) mas abaixo das instituições internacionais. Não se trata de estados reunidos numa única instituição internacional, mas de estados que partilham as mesmas instituições internas. Nem o realismo de Chirac, nem o multilateralismo de Fischer compreendem esta confederação. Porque é um *middle ground* entre o simples equilíbrio de poder e as instituições internacionais.

É no sentido desta confederação de repúblicas que Zoellick afirma que um reforço dos laços de segurança entre os EUA e as democracias da região Ásia-Pacífico *demonstra* à China que deve procurar cooperação estratégica (e não competição) com essas mesmas

democracias (Zoellick, 2000: 75). Ou seja, a democracia aqui tem uma finalidade conservadora: preservar o *status quo* liberal. A Administração Bush usou a democracia para tentar revolucionar o *status quo* autoritário no Médio Oriente. Ao mesmo tempo, a mesma Administração usou a democracia para preservar o *status quo* liberal no Extremo Oriente. Por outras palavras, na impossibilidade de mudar o regime interno da China, resta proteger as democracias já existentes e impedir que o efeito chinês se alastre, isto é, impedir que o capitalismo autoritário da China se torne numa solução *legítima* para os estados asiáticos.

No Extremo Oriente, os EUA não pretendem criar novas democracias; pretendem, isso sim, proteger e interligar as democracias já existentes. Se os gurus dos neocon fazem da democracia um poderoso fármaco utópico para exportação (Sharansky, 2002: 6, 2), uma liberal clássica como Condoleezza Rice diz que «liberal democracy is no panacea» na política internacional (Rice, 2006a). Para a secretária de estado, a democracia liberal não deve ser usada para libertar povos, mas sim para estabelecer *confiança* entre estados. Nas relações interestatais, a *Trust* surge quando «leaders enact policies that delegate control over their states's interests based on the belief that their counterparts are trustworthy» (Hoffman, 2002: 377). E, para os americanos, *relação de confiança* é sinónimo de *relações entre democracias*: «os governos que honram a dignidade dos seus cidadãos e o seu desejo de liberdade tendem a conduzir-se de maneira responsável face às restantes nações» (Casa Branca, 2006: 3). A constituição liberal (regime interno) significa previsibilidade no comportamento externo dos estados, pois governos sujeitos a escrutínio e crítica são muito mais constrangidos que regimes ditatoriais, e, em alguma medida, mais previsíveis (Gvosdev e Saunders, 2005: 6). Ninguém melhor do que Ikenberry descreveu esta associação entre democracia liberal (face interna do estado) e previsibilidade (face externa do estado). As democracias são parceiros internacionais de confiança porque são mais capazes de criar instituições vinculativas e de estabelecer constrangimentos e compromissos credíveis do que as não-democracias (Ikenberry, 2001: 75). Por isso, observamos no sistema aquilo que um autor sul-coreano descreveu como «the power of democratic cooperation»: devido ao seu regime político, as democracias estão melhor preparadas para cooperar entre si (Choi, 2003).

As democracias liberais possuem duas características políticas e processuais únicas, derivadas do constitucionalismo liberal, que possibilitam essa cooperação. **(1) Transparência**, ou seja, o processo político é aberto, público e visível para a população interna e, o que é mais relevante ainda, para os restantes países. Uma democracia é

transparente vista de fora. Um regime autoritário, por outro lado, é opaco, incerto, secreto e, portanto, imprevisível. Podemos acreditar num documento emitido por Washington. Não podemos confiar num documento tornado público por Teerão. Em Washington, o secretismo é reduzido ao mínimo. Em Teerão ou Pequim, o secretismo é a maneira natural de governar. **(2)** *Processo político descentralizado*, isto é, numa democracia liberal, o Poder é descentralizado (*checks and balances*). Quer isto dizer que o processo de tomada de decisão não tem um só centro. Não há um único indivíduo a controlar todo o processo. O poder executivo é obrigado a prestar contas ao eleitorado e à oposição, e isso gera naturalmente informação facilmente recolhida no exterior. Há muitas pessoas envolvidas no processo de decisão; o tempo de decisão é lento. Isto faz com que a democracia seja percebida enquanto um actor lento, cujas acções são fáceis de prever. Um baixo nível de secretismo interno significa um alto nível de confiança política no exterior. Estes dois factores não fazem da democracia um actor infalível (Razão) ou com o monopólio da legitimidade (Moral), mas reduzem «o nível de incerteza que emerge de políticas abruptas e desagradavelmente inesperadas» (id.: 78). A questão não é saber se a democracia é maligna ou benigna (*que valor intrínseco há na democracia?*), como tantas vezes sucede na literatura; isso implica um juízo moral pouco mensurável e falsificável. A questão central passa pelo seguinte: a democracia é menos ou mais imprevisível que outros regimes (*percepção política do perigo que democracia X ou Y representa para W ou Z*)? E a resposta é esta: a democracia liberal é *menos imprevisível* do que os outros regimes. Não tem sempre razão, e é irrelevante saber – em ciência política – se é um regime benigno ou maligno. Mas é mais *transparente* (o seu processo político interno é observável a partir do seu exterior), e isso transmite ao sistema uma percepção de ordem e previsibilidade.

Esta previsibilidade liberal não tem nada que ver com a teleologia da paz democrática partilhada por *liberais* como Michael Doyle (2005: 463-466) e por neoconservadores. Em Doyle e Kristol existe uma equivalência entre *Democracia* e um *Homem* bom, benigno, pacífico. Há uma identificação ontológica da democracia enquanto espaço dos homens justos. A democracia é descrita quase como um mecanismo com a capacidade de mudar a composição ética dos homens, com a capacidade para pôr termo ao conflito entre homens. Ora, a democracia não tem efeitos redentores na base ética dos homens. O objectivo da estratégia aqui em questão não passa pela redenção pela democracia, mas sim pela manutenção de uma ordem liberal de baixa violência. A paz entre democracias não deriva do simples facto de estarmos a falar de democracias, mas sim do facto de as

suas estruturas económicas e de segurança estarem integradas. Duas democracias que não se interliguem institucionalmente podem ser inimigas e combater entre si. A democracia não transforma os homens em santos (moral); apenas tem a capacidade para converter as relações entre homens em algo mais previsível (política). A democracia é aborrecimento institucional e não êxtase de fim de história. Como dizia Jervis, o triunfo da democracia liberal não é o fim de história redentor (no sentido de ser a síntese final da condição humana), mas é um factor de diminuição das velhas questões relacionadas com o poder e a honra, trazendo para cima da mesa uma novidade histórica: a ausência de tensão ou guerra entre os Grandes Poderes do sistema (Jervis, 1994). Um mundo de democracia não é o fim de história utópico, mas é um mundo mais previsível (Snyder, 1991: 320). É isso que está aqui em causa: previsibilidade. Somente.

Na prática, isto representa o quê? Vejamos exemplos. Um está mesmo debaixo do nosso nariz: só entram democracias liberais na UE. Quando Singh diz que o facto de Alemanha e Índia serem duas democracias «makes the relations far easier and smoother than with many other nations» (*Der Spiegel Online*, 2007a), confirma a relação entre democracia e confiança. Os EUA aceitaram o programa nuclear indiano, mas recusam aceitar a hipótese de uma bomba nuclear iraniana. O acordo nuclear com a Índia, diz Rice, «é uma conquista estratégica: fortalecerá a segurança internacional». Porquê? Porque se baseia num critério qualitativo. «O nosso acordo com a Índia é único porque a Índia é única. A Índia é uma democracia [...] o governo civil indiano funciona de maneira transparente e responsável». A Coreia do Norte e o Irão podem tentar comparar o programa nuclear indiano com os seus próprios programas. Mas a resposta de Rice é simples: os Estados não são todos iguais. O Irão é um «Estado financiador do terrorismo e viola os seus próprios compromissos» e a Coreia do Norte é só «o país menos transparente do mundo». (Rice, 2006: A15). As capacidades militares não são uma ameaça em si mesmo. *Quem* as possui é que define o grau de perigo. Sobre este ponto, o seguinte editorial do *Wall Street Journal* diz quase tudo: «Israel is a liberal democracy, which is why nobody seriously worries about Israel's bomb» (*Wall Street Journal*, 2006). Isto é inegável. O arsenal nuclear israelita (que toda a comunidade internacional dá por adquirido) não causa qualquer crise internacional; a simples hipótese (ainda não real) de um Irão nuclear causa o caos diplomático que temos vindo a observar. Isto diz tudo sobre a relação entre democracia liberal e previsibilidade externa. E a relação entre autoritarismo interno e imprevisibilidade externa é evidente na relação com Pequim. Aquilo que mais preocupa os americanos não é propriamente o

montante das verbas utilizado nas forças armadas chinesas, mas sim a falta de transparência dos relatórios de Pequim sobre o seu poder militar³². Um exemplo desta falta de transparência ocorreu em Janeiro de 2007: de forma inesperada, a China testou o seu ASAT (direct-ascent antisatellite); a forma como o exercício foi conduzido indica que existe falta de coordenação interna (Saunders, 2007). O Exército provavelmente conduziu o exercício sem consultar previamente outros mecanismos políticos e diplomáticos. O secretismo continua a ser um hábito do regime chinês (Kleiber e Gill, 2007). Este secretismo é a negação da previsibilidade desejada pela confederação de democracias.

Para o espírito neocon, «a responsabilidade dos EUA é para com os valores universais que professa e não para com a comunidade internacional de Estados» (Brown, 2004: 14); a variável *estrutural* não entra no mundo dos sonhos construtivistas dos neoconservadores. Para um neorealista (da academia americana), a ideia de «hegemonia benigna é um oxímoro» (Mearsheimer, 2002: 13); a variável *regime* torna-se insignificante; no estranho mundo estruturalista do neorealismo, a identidade de um Estado é irrelevante. Onde os neocon são dogmaticamente construtivistas, os neorealistas são dogmaticamente estruturalistas. Uma realista americana (da política real e não da academia) situa-se entre o neocon e o neorealismo. Ao contrário dos neocon, Rice não deve lealdade a princípios abstractos, mas sim a certa comunidade de estados que representa princípios: a comunidade kantiana de democracias. Ou seja, vive no mundo estrutural, como os neorealistas. Mas, ao invés dos neorealistas, Rice também raciocina com a variável regime/identidade. O regime conta. Mas isto não quer dizer que os EUA projectem uma dominação benigna ou maligna. *Benigno* ou *Maligno* são termos apolíticos, como já dissemos. A política não é a escolha entre o bem e o mal, mas um *continuum* entre o detestável e o preferível. E, portanto, não se pede que a hegemonia americana seja benigna; o que se exige à hegemonia americana é que seja capaz de manter o sistema o mais longe possível do detestável e o mais perto possível do preferível, garantido previsibilidade política aos restantes actores, sobretudo às democracias. É por isso que Rice tanto fala em «equilíbrio de poder em favor da liberdade» (Rice, 2002). A *balance of power* (poder; mundo material) *that favors freedom* (identidade; regime; legitimidade). Ou seja, a América não deve defender uma mera moral abstracta; deve defender uma comunidade concreta de democracias que vivem neste mundo, que não é o mundo gasoso dos sonhos idealistas. A América não deve actuar segundo um imperativo moral

³² Cf. *The Military Balance* – 2007, p. 332.

que diz apenas respeito aos americanos (moralismo para consumo interno). A América deve coordenar a sua política com as outras democracias do sistema (uma estratégia que concilia poder e identidade). Os EUA devem ser capazes de unir a comunidade de democracias, sendo que este bloco kantiano deve ser capaz de manter a vantagem estrutural sobre o mundo não-kantiano. Quando Rice seduz a Índia e reforça laços com Japão e Austrália, está precisamente a fazer isso.

As guerras de escolha ocidentais (e seus fracassos), marcadas pelo idealismo do intervencionismo liberal à Mill, têm retirado espaço para a discussão de um ponto: ao longo do sistema, existem democracias não-ocidentais que se consolidaram por iniciativa própria e não por acção ocidental. Os EUA quiseram ocidentalizar o Iraque e o Afeganistão. Mas há estados que se ocidentalizaram por iniciativa própria (África do Sul, Botswana, Índia, Japão). Se uma política externa americana baseada na implementação da democracia falhou no Médio Oriente, também é verdade que os últimos desenvolvimentos no Extremo Oriente provam que a democracia pode mesmo moldar a relações entre os Grandes Poderes (Green, 2006: 95). Paul Wolfowitz falhou em criar novas democracias, mas Rice triunfou ao interligar democracias já existentes. As atenções académicas centraram-se na primeira face, esquecendo a segunda. Este enviesamento, parece-nos, prejudica a compreensão realista da política internacional. Porque é no Extremo Oriente, e não no Médio Oriente, que encontramos o peso estrutural que irá marcar o futuro. E, em termos de identidade, convém salientar que, se Mill falhou no Iraque, Montesquieu triunfou no Pacífico.

5. De Ocidente a Free World

Durante a investigação, que procurava sobretudo indícios estruturais ao nível das alianças, acabámos por descobrir um inesperado indício ao nível da identidade: a força da identidade liberal das democracias asiáticas e a sua relação estratégica com os EUA estão a conduzir a uma redefinição da narrativa do Ocidente. Por outras palavras, a identidade do Ocidente está a mudar. Em Washington, a reorientação estratégica em direcção ao Pacífico é acompanhada por uma reorientação identitária do espaço ocidental, do *free world*.

Neste ponto, temos de regressar novamente a Ikenberry (Ikenberry e Deudney, 1994: 17-25): para os EUA, *The West* construído pela estratégia americana pós-1945 significa uma «liberal democratic order» que atravessa três continentes, compondo-se por democracias europeias, democracias americanas e democracias asiáticas, sobretudo o

Japão. E Montesquieu, mais uma vez, aparece na explicação da política externa americana: «although impossible to quantify, what Montesquieu called “spirit” is an essential component of any political order». E as democracias europeias, americanas e asiáticas respiram o mesmo espírito de governação cívica. Pierre Manent recupera precisamente essa perspectiva, dizendo que há um «process of democratic gentleness» entre as nações democráticas; estas nações desenvolvem entre si um sentimento de «human resemblance» (Manent, 2003: 13). Não se trata de total e absoluta comunhão, mas de uma predisposição natural para o diálogo, mesmo que esse diálogo não resulte em acordo. E esta predisposição existe hoje tanto entre EUA e democracias asiáticas como entre EUA e democracias europeias. Isto porque esta ordem ocidental é uma ordem política e não cultural. Devido ao choque psicológico causado pelo terrorismo islamita, o termo Ocidente tem sido apresentado dentro do cânone culturalista e religioso de Huntington (2001). Mas o Ocidente, tal como foi construído pelos EUA durante a Guerra-Fria, é o Ocidente de Ikenberry: uma *ordem política* constituída por democracias liberais de três continentes, e não um bloco cultural, étnico e religioso. Para Huntington, a inclusão da «civilização nipónica» no Ocidente é um anátema. Mas o Japão sempre fez parte do mapa ocidental em Washington (Coker, 2002: 412). No documento que orienta a política americana em relação ao Japão, podemos ler «as partners in the broad Western Alliance, The US and Japan [...]» (INSS, 2000: 2). Quando calcula o poder económico do Ocidente, Angus Maddison inclui o Japão. Precisamente numa recensão ao livro *Choque de Civilizações*, Ikenberry afirma que a democracia e *rule of law* podem ter emergido pela primeira vez na Europa, mas não são fenómenos presos a uma cultura; são instituições e práticas que se manifestam ao longo de diversas culturas e sociedades. Neste sentido, o Ocidente não está limitado ao mundo atlântico; pelo contrário, alonga-se além do Atlântico. Esta comunidade de democracias asiáticas, americanas e europeias pode ser difícil de rotular, diz Ikenberry, mas isso não permite a Huntington fechar o Ocidente num vago conceito cultural. E seria trágico, acrescenta ainda, que esta comunidade mundial de democracias – com Washington no seu centro – fosse sabotada pela ideia de um *litte West* defensivo e *inward-looking* (Ikenberry, 1997: 162-163). Ikenberry escreveu isto em 1997. Passados 10 anos, esta noção de Ocidente é ainda mais evidente.

Nos últimos anos, devido à crise transatlântica, tem existido um debate sobre o conceito de Ocidente. E este debate tem girado em torno de uma pergunta: *Será que o Ocidente acabou?* Nada do que foi dito acrescentou alguma coisa ao clássico de Christopher Coker:

Twilight of the West. Logo em 1998, Christopher Coker dizia que a Aliança Atlântica, sendo um produto de circunstâncias históricas (Europa aniquilada em 1945; a ameaça da URSS), poderia não sobreviver ao desaparecimento das ditas circunstâncias. Ou seja, o futuro da Aliança, depois do desmoronamento da URSS, era mais do que incerto. Por outro lado, Coker constatava que o desenvolvimento de um novo elemento político, a Europa unida, dificultava a manutenção da NATO. A Europa das nações de 1949 ameaçava dar lugar a uma Europa centralizada; num cenário de um Estado Europeu Federal, a NATO deixaria de fazer sentido (Coker, 1998). Depois da recente crise transatlântica, temos de dar crédito às previsões de Coker. De facto, sem a sombra da URSS, qualquer discordância (como no caso iraquiano) assume dimensões graves porque americanos e europeus não estão obrigados a encontrar um consenso. Depois, Chirac e Schroeder, aproveitando a turbulência de 2003, tentaram concretizar a ambição de uma Europa Unida *contra* os EUA num imaginário mundo multipolar (falharam, mas a intenção ficou).

No auge da crise atlântica, dizia-se que as relações entre EUA e Europa estavam a regressar à sua normalidade, isto é, ao pré-1939/45 (Carpenter, 2003) ou que EUA e Europa estavam a separar-se tal como Roma (EUA) se separou de Bizâncio (Europa) (Kupchan, 2002: 153). Sucede que este debate sobre o Ocidente sofre de um enviesamento eurocêntrico: (1) reduz a ordem ocidental ao mundo transatlântico; (2) esquece o facto de a América ter uma enorme face transpácífica; (3) ignora o maior desenvolvimento estratégico da própria NATO (Global NATO). Quando o MNE japonês Aso visitou o quartel general da NATO, Hoop Scheffer declarou que «we have too much in common to allow our geographical separation to prevent us from working closely together». Aso respondeu que «now is the time» para o aprofundamento de laços entre Japão e NATO (Aso, 2006) Quando temos o Japão em aliança informal com a NATO, não se torna irrelevante discutir o *fim do Ocidente*? Se este é o momento da crise ocidental, então, o que será o apogeu ocidental?

Hoop Scheffer deu o mote indicado: estamos a falar de alianças baseadas no regime político e não na proximidade geográfica. Na mesma linha, vários intelectuais a actuar no espaço público americano têm consumando a abertura do conceito de Ocidente às democracias asiáticas. A influente Anne Applebaum inclui Japão e Índia no Ocidente (2005: 15) Para Ian Buruma e Avishai Margalit, o Ocidente representa o conjunto de democracias liberais do mundo inteiro (2004: 147). Quando David Pryce-Jones diz que o Ocidente é um «catch all term» (2003: 62), mostra como os americanos vêem o

Ocidente: como o conceito que aglomera qualquer estado que seja regido por uma constituição liberal. Na América, ouve-se com frequência a ideia de um Ocidente que inclui não apenas países povoados por homens brancos (*European stock*) mas também por nações extra-europeias que assimilaram instituições, tecnologia e valores ocidentais (McNeill, 1997). É que, do ponto de vista americano, torna-se evidente que o Atlântico não esgota o mundo democrático e liberal. Como salienta Tod Linberg, «it is hardly far-fetched to speak of a broader liberal, bourgeois community of which the Atlanticist community is a part» (2005). Ou seja, o mundo NATO não é a totalidade do Ocidente; é apenas parte de um Ocidente mais largo. O *we* americano – para usar a expressão de Tod Lindberg – inclui as democracias transatlânticas e transpácificas, o chamado *free world*. A este respeito, Timothy Garton Ash já cunhou o termo *post-West*, isto é, o Ocidente expandiu-se além das suas fronteiras históricas e, neste sentido, deixou de ser o *West*, visto que trabalhou para a formação de um *Free World* mais amplo (Ash, 2004: 198 e 234), no qual o velho ocidente transatlântico da Guerra-Fria é apenas uma parte. Thomas Donnelly faz o mesmo raciocínio mas pensando directamente em estratégia e com os novos actores ocidentais já colocados no xadrez: a Índia, diz Donnelly, é um elemento-chave na preservação da ordem liberal americana; a Índia, a par da Grã-Bretanha e do Japão, deve ser o aliado central na linha da frente do *free world* (Donnelly e Wisner, 2005: 4 e 6). Não por acaso, as grandes referências intelectuais indianas respondem a estes apelos, e já perspectivam a Índia como parte desta ordem política ocidental alargada:

«India is arriving on the world stage as the first large, economically powerful, cultural vibrant, multiethnic, multireligious democracy outside of the geographic West. As it rises, India has the potential to become a leading member of the “political West” and to play a key role in the great political struggles of the next decades». (Mohan, 2006: 18)

Raja Mohan entra em consonância com estes intelectuais americanos na defesa de um ocidente político e não geográfico, no qual a Índia tem lugar. Do ponto de vista indiano, a Índia, da mesma forma que a França ou a Inglaterra, faz parte de uma «global democratic community» (Ayoob, 2002: 61). No Japão, também podemos ver intelectuais a dizer que «Japan’s status in Asia now defined by its standing in the community of “Western nations”» (Ogoura, 2007).

Tudo isto tem consequências na forma como os políticos americanos olham para o mundo. Barack Obama fala em «sistema global de democracias liberais» (Obama, 2006: 305) e não em *the west*. Rudolph Giuliani resumiu, na perfeição, esta visão periférica

americana, que começa, inclusive, a privilegiar o mundo transpacífico. Além de defender a ideia de NATO global, Giuliani afirma o seguinte:

«As important as America's Western Alliances are, we must recognize that America will often be best served by turning also to its other friends, old and new. Much of America's future will be linked to the already established and still rising powers of Asia. These states share with us a clear commitment to economic growth, and they must be given at least as much attention as Europe». (Giuliani, 2007)

Esta declaração é, *per se*, revolucionária: os asiáticos (Austrália, Japão, Coreia do Sul e Índia) devem ter tanta ou mais atenção do que os europeus. O *Ocidente* está a deixar de ser sinónimo dos *aliados* vencedores da II Guerra e da Guerra-Fria.

E Giuliani não está sozinho neste *upgrade* do mundo transpacífico. Depois de mencionar a NATO, Obama afirma que os EUA «devem procurar construir novas alianças e relações estratégicas em outras regiões importantes para os interesses americanos no século XXI» (Obama, 2007). Por outras palavras, a Ásia deve ser o ponto central da visão estratégica americana. O candidato republicano Mitt Romney também defende que a América precisa de fazer novas alianças para enfrentar os desafios dos séculos XXI (2007). Estas declarações políticas de Giuliani, Obama e Romney reflectem um crescente sentimento nos EUA: a Europa é passado, a Ásia é o futuro. O declínio da velha Europa tornou-se uma evidência para os americanos (Zakaria, 2006 e Frum, 2005). Depois, além da constatação estrutural (declínio da Europa), também se começa a criticar a perspectiva eurocêntrica do mundo. Para Rich Lowry (actual editor da *National Review*), o eurocentrismo está fora de moda e os americanos deviam dar mais atenção a Singh do que a Chirac (2006). Tomando o partido da Índia, Robert Blackwill critica a visão eurocêntrica (2005: 9-17); tomando o partido da África do Sul, Ralph Peters repete a crítica à visão eurocêntrica centrada no Atlântico Norte (2003). Tudo isto faz com os americanos olhem cada vez menos para aquilo que Coral Bell apelidou de «Old West» (2005: 18).

O dado mais revolucionário deste redimensionamento ideológico do conceito de Ocidente é o debate sobre o concerto global de democracias. Ivo Daalder e James Lindsay (2007) defendem um concerto de democracias enquanto instituição internacional no sentido da construção de um multilateralismo realmente democrático que substitua, enquanto centro da legitimidade internacional, o multilateralismo do *status quo* representado pela ONU. Daalder (conselheiro de Obama) e Robert Kagan (conselheiro de McCain) mostram que esta ideia corre os dois partidos americanos quando assinam em conjunto um artigo no *The Washington Post* na defesa da ideia

(Daalder e Kagan, 2007). No *Princeton Project*, a equipa liderada por John Ikenberry e Anne-Marie Slaughter aconselha igualmente a construção de um Concerto de Democracias global enquanto forma de reunir velhos aliados americanos (NATO, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Coreia do Sul) e novas democracias emergentes e potenciais aliados americanos (Índia, Brasil, África do Sul, etc.), num esforço «to integrate non-western democratic powers into a global democratic order» (2006: 26). Tom Lantos (*chairman* do comité de relações externas da Casa dos Representantes), além de defender abertamente a ideia de Global NATO, diz que a ideia de aliança global das democracias não deve ser descurada (*Reuters*, 2007). Stanley Hoffmann (2006: 121), Gary Hart (2007: 16) e Anthony Lake (2007: 16), figuras pardas do pensamento e da política *liberal*, defendem a ideia do concerto democrático. John McCain defendeu que os EUA devem expandir a todo o globo a ideia matriz que esteve na base da aliança atlântica (democracias unidas por valores e interesses comuns, independentemente de ameaças conjunturais). Para oficializar essa realidade, McCain propôs uma organização comum a todas as nações democráticas do mundo, «a worldwide League of Democracies» (2007). Esta ideia não passa disso mesmo: uma ideia. E dificilmente irá ver a luz do dia. A sua implementação seria radicalmente anti-China e anti-Rússia; recebe uma série de críticas de realistas americanos que acham contraproducente dividir o mundo entre *bem* e *mal* (Scowcroft, 2007: 5 e Haig Jr., 2007: 131) e de multilateralistas que dizem que esta ideia é uma forma de fugir à reforma da ONU (Yang, 2007: 134). O que existe, no terreno, são alianças bilaterais em jeito de confederação kantiana, e não numa nova organização mundial. Mas a ideia de Concerto de Democracias é, *per se*, reveladora do revisionismo americano sobre a narrativa ocidental, na qual se redescobre, em força, o mundo transpacífico. E *redescobrir* é a palavra certa. Como salienta Coker, o Pacífico sempre foi encarado pelos americanos como o oceano do futuro, por oposição ao oceano do passado, o Atlântico. O influente Henry Luce, por exemplo, acreditava que a capacidade americana para continuar a moldar a história mundial dependia da acção dos EUA sobre o Pacífico. Depois de salvar a Europa de si mesma, tornando-se líder do Ocidente no processo, a América tinha uma tarefa ainda maior no horizonte: seria a América capaz de fazer a ponte entre o Oriente e o Ocidente, sobretudo no que diz respeito à forma como os orientais iriam reagir às ideias ocidentais? (Coker, 1998: 143-146).

De facto, esta revisão da narrativa ocidental, com um crescimento da importância do mundo transpacífico, só pode surpreender o eurocêntrico mais empedernido. A história estratégica americana sempre foi marcada pelo Pacífico. Aliás, o Pacífico sempre uma

constante, ao invés do Atlântico. Como recentemente demonstraram Walter Russell Mead (2002: 3-29) e Robert Kagan (2006), os EUA nunca foram isolacionistas. Não se pode confundir o distanciamento estratégico em relação à Europa com isolacionismo sistemático. A Europa sempre foi secundária para os EUA. Mesmo após a intervenção em 1917. Os EUA só se interessaram a fundo pela Europa quando o sistema europeu foi destruído por Hitler. A II Guerra transformou os EUA numa potência *européia* através da NATO, forçando os europeus a viver dentro de uma nova ordem europeia marcada pela cordialidade entre democracias. Mas entre 1776 e 1941, a Europa foi sempre o velho mundo aristocrático que a jovem república desprezava normativamente. Durante todo o século XIX, os EUA (protegidos pela aliança informal com a Inglaterra) viraram costas ao Atlântico e centraram a sua acção na América do Sul e, sobretudo, no Pacífico. O acesso ao Pacífico sempre foi central na mentalidade americana. Repare-se: em 1844, Washington obteve acesso comercial privilegiado na China; em 1953, uma esquadra naval comandada pelo Comodoro Matthew Perry *pressionou* Tóquio a assinar o tratado de Kangawa, forçando o Japão a entrar na modernidade; em 1867, os americanos compraram o Alasca à Rússia; em 1878, Washington estabeleceu uma base em Samoa; entre 1893-98, o Havai é anexado. E o movimento em direcção a Ocidente continuou. Durante a guerra com Espanha, Guam é conquistada em 1898. Com o Tratado de Paris, que selou a guerra entre Espanha e EUA, Madrid cedeu as Filipinas a Washington. Com as Filipinas, os EUA estendem a seu alcance 7 mil milhas náuticas além da Califórnia, ficando apenas a 700 milhas da China. Um círculo de 1500 milhas em redor de Manila, colocava os EUA num raio de alcance que englobava o Japão, a Coreia, a China oriental, a Indochina francesa, a Malásia e a Birmânia inglesas, e as Índias orientais holandesas (Indonésia). Ou seja, os EUA estavam no epicentro do imperialismo europeu na Ásia (Lippmann, 1944: 17-18). Isto colocava Washington bem no interior da chamada “questão do extremo oriente”, na luta ocidental pelo domínio da Ásia. Tudo isto sucedeu muito antes da questão transatlântica/“questão europeia” entrar no mapa estratégico americano já no século XX. Mais: os EUA participaram na intervenção internacional na China, ao lado de europeus e japoneses (1900). A Guerra do Pacífico (contra o Japão) foi tão importante como a Guerra na Europa (contra Hitler). Aliás, foi a dimensão pacífica dos EUA (Pearl Harbor) que trouxe os americanos para a contenda. Foi no Pacífico que os americanos usaram a bomba atómica – o que diz bem da importância do mundo transpacífico para os cálculos americanos. Hoje esquecemo-nos de uma coisa: devido à guerra com a Espanha, os EUA tornaram-se um

poder asiático logo no final do século XIX. A anexação das Filipinas fez com que Washington virasse ainda mais as costas à Europa. Só a I Guerra – e a incapacidade de Londres para controlar sozinha Berlim – fez com que o Novo Mundo se interessasse pelo Velho Mundo (Aron, 1974: xxxiv). Tudo isto quer dizer o quê? Resposta: aquilo que se passou entre 1945-1991 (a preponderância do Atlântico nas considerações estratégicas dos EUA) é uma excepção e não a norma. Até porque essa centralidade não ofuscou em nada a presença americana na Ásia; basta lembrar a Guerra da Coreia e a Guerra do Vietname, além do apoio inequívoco a Taiwan, Coreia do Sul e a aliança com o Japão. Portanto, aquilo que se verifica hoje (o Pacífico com tanta importância como o Atlântico) é o regresso à normalidade americana.

Se a história estratégica americana sempre foi marcada pelo Pacífico, a actualidade económica e demográfica da república americana não o é menos. Como salienta o historiador Fernández-Armesto, o Pacífico é hoje um *middle-sea* tão importante como o Atlântico (2005: 12); a Califórnia efectua mais trocas comerciais com a Ásia do que com o resto dos EUA. Como salienta Bush, «the American economy is preeminent, but we cannot afford to be complacent. In a dynamic world economy, we are seeing new competitors, like China and India» (2006). Ou seja, quando a Casa Branca pensa em termos de competidores económicos olha através da sua costa do Pacífico e não através da sua costa do Atlântico. No site da sua campanha³³, Mitt Romney dedica um tópico inteiro ao tema «Competing with Asia», afirmando que a América corre o risco de ser eclipsada pela emergente Ásia. Do ponto de vista demográfico, a América é uma sociedade que importa todo o mundo para dentro de si. O velho *novo mundo* (que era uma derivação dos europeus) é agora um *outro mundo* (onde os europeus são apenas uma parte); os indianos estão a substituir os judeus e os hispânicos os irlandeses. A América assemelha-se cada vez menos a uma projecção da Europa e é cada vez mais uma síntese étnica do mundo (Minc, 2004: 8-9, 12 e 16). Os EUA são cada vez mais um país sentado no Pacífico, e a Europa é cada vez mais um assunto desconhecido (Eco, 2005: 14-20). O exemplo paradigmático desta América crescentemente transpácífica é a figura de Barack Obama. Olhemos para a sua biografia: Obama nasceu no meio do Pacífico (Havaí); filho de pai queniano e mãe americana; viveu a infância na Indonésia com um padrasto indonésio e uma meia-irmã indonésia. Este percurso representa a América que olha cada vez mais para a Ásia-Pacífico, a América onde a *asiática* costa oeste rouba protagonismo à *europeia* costa leste. Obama representa uma nova geração de americanos

³³ Cf. www.mittromney.com

(negros, latinos e asiáticos) sem laços históricos com a Europa. Para a geração Obama, a Europa é só mais um dos cenários da política mundial. O *seu* oceano não é o Atlântico, mas sim o Pacífico. Esta visão trans-pacífica é visível na forma como Obama percebe o mundo: no seu livro (2006), o capítulo dedicado à política externa começa e acaba com a Indonésia, a sua segunda terra natal.

Esta renovação da narrativa ocidental já era sugerida por Christopher Coker em 1998. Coker termina o *Twilight of the West* sugerindo uma renovação da narrativa ocidental, através de uma síntese entre os elementos do velho euromundo (americanos e europeus) e elementos não-ocidentais. Implicitamente contra Fukuyama, Coker dizia que a vitória em 1989 não garantia um fim de história redentor e um *status quo* eterno de privilégios para o mundo NATO. Até porque a vitória do campo liberal sobre o campo marxista na Guerra-Fria implicava uma coisa: o futuro não será determinado por uma única potência senhora da dialéctica histórica. A vitória da perspectiva liberal (o futuro está sempre em aberto) sobre a ideologia marxista (o futuro está fechado) significa que o resto do mundo tem autodeterminação ideológica para escolher o seu próprio caminho, longe da tutela ideológica ocidental. Como dizia Coker, «we will have to accept that the non-Western World must be allowed to revalue itself» (1998: 142). Hoje, dez anos depois desta frase de Coker, a surpresa é que boa parte do mundo transpacífico reinventou-se através de linhas ocidentais. Ou seja, estados do mundo não-ocidental escolheram a mesma identidade dos ocidentais: a democracia liberal. Quando os americanos olham através do Pacífico, encontram uma série de estados politicamente semelhantes à sua república: Índia, Japão, Austrália, Taiwan, Coreia do Sul, etc.

Ao vencer os duelos com as soluções totalitárias, o ocidente liberal abriu a porta a uma modernidade necessariamente pluralista e não-monista. Ao vencer as doutrinas ocidentais que se julgavam donas da história e, logo, das outras culturas não-ocidentais, o ocidente liberal abriu as portas à autonomia dos outros poderes não-ocidentais; libertou os outros poderes da necessidade de se ajoelharem perante a história definida por filósofos e regimes ocidentais monistas. Os americanos venceram alemães e soviéticos para evitar que a *História* tivesse um dono epistemológico com o auto-proclamado direito de coordenar as diversas *histórias*. Perante isto, os EUA, em particular, e o mundo NATO, em geral, têm de estar dispostos a aceitar a escolha não-liberal de alguns estados. A vitória em 1989 não implica a teleologia do fim de história (com a democracia liberal como fim inevitável de todos os trajectos políticos), mas sim a liberdade de escolha de todos os actores. No confronto com a URSS, o ocidente

significava o pluralismo perante a teleologia. Perante os monismos totalitários e utópicos, a democracia representava o pluralismo, isto é, um sistema político que não procurava mudar a natureza do Homem, sem pretensões de melhor a humanidade (Todorov, 2001: 40-41). No auge da Guerra-Fria, Aron dizia precisamente que, contra a certeza dos soviéticos de que a história daria razão à sua ideologia, o Ocidente não conhecia o desfecho da história e não lutava por um regime *bom* enquanto tal (Aron, 1985: 253); e por isso se procurava não a utopia celestial mas o mal menor. No fundo, lutava contra os fins de história. Então, como é que depois de 1989 o Ocidente poderia passar a ser teleológico, dizendo que todos os estados teriam de ser democracias liberais? A vitória de 1989 implica a vitória do pluralismo; e com o pluralismo temos de aceitar que diversos actores não aceitam viver como nós. E isso viu-se logo nos anos 90: vaga dos valores asiáticos (Singapura, China, Malásia), o islamismo começava a ser visível. Mas era esse o preço da vitória. O ocidente «ensured that the communication between cultures would not be monolingual» e, por isso, «together or separately, it must engage in dialogue with others. That is the price it must pay if civilization itself is to be secured» (Coker, 1998: 177).

Em 1998, Coker, parece-nos, estava demasiado dentro da lógica de choque de culturas. Partindo do princípio correcto da liberdade de escolha, Coker tira uma conclusão errada: que os asiáticos iriam sempre escolher estar contra o ocidente. Porque pensa apenas em termos de cultura, e não em política. Por exemplo, Coker dizia que o Japão, ao fazer a fusão entre a sua tradição e modernidade, confirmava a ideia de que «the world can move beyond the old assumption that the ‘modern’ is by definition ‘Western’ as well» (ibid.: 155). Ou seja, Coker diz que outras culturas transformam o significado da *modernidade*, criando várias *modernidades*. Com dez anos de vantagem, podemos dizer o seguinte: a questão não passa pela existência de uma *modernidade japonesa* (técnica igual aos ocidentais, mas com valores opostos aos ocidentais). O que se passa é outra coisa: a mesma *modernidade política* (democracia liberal) é um chão comum partilhado por diversos estados com diferentes substratos culturais. Sim, é verdade: a modernidade já não é sinónimo de ocidente/euromundo. Mas isso sucede porque a marca definidora da modernidade política ocidental – a democracia liberal – é hoje um objecto partilhado por uma série de outros estados não-ocidentais. Basta contá-los: Chile, Brasil, Argentina, África do Sul, Botswana, Turquia, Israel, Índia, Japão, Taiwan, Coreia do Sul, Indonésia, Tailândia, etc. Trata-se de partilha do *nós* político e não de formação de um *eles* cultural. O *nós* (aqueles que partilham a forma constitucional conhecida por democracia liberal)

deixou de ser um exclusivo do Atlântico Norte. Havendo liberdade de escolha, estando o mundo liberto do monismo romântico do fascismo e do monismo marxista da URSS, então, é verdade que Fukuyama não pode ter razão. Coker acerta quando diz que a democracia liberal não é a síntese teleológica inevitável para todos os actores políticos. Todavia, isso não significa que Huntington tenha razão. Os Estados que não estão destinados a ir para um futuro progressista marcado com antecedência, são os mesmos Estados que podem escolher sair da sua posição de partida cultural. A liberdade de escolha dá para os dois lados: nega a teleologia progressista de Fukuyama, mas também nega o imobilismo reaccionário de Huntington. Hoje somos confrontados com o rumo autoritário da Rússia e da China (dentro da velha narrativa do despotismo oriental de Montesquieu), mas somos também presenteados com o rumo liberal da Índia e Japão. Facto que surpreenderia Montesquieu. Facto que não deve surpreender quem hoje usa a *lente* de Montesquieu.

Que consequências políticas tem esta revolução epistemológica? Resposta: há um preço a pagar pela nossa vitória em 1989. Temos de perder poder estrutural e deixar de narrar a história dos outros. 1989 não significa um fim de história que eterniza um *status quo* que privilegia europeus e americanos. 1989 não nos garante um planalto intocável de privilégios, na vanguarda da história, na vanguarda monopolista da política internacional. Pelo contrário: 1989 implica uma redução da nossa centralidade *estrutural/económica e narrativa/legitimidade*. No campo estrutural, China, Índia, Brasil, etc., estão a crescer a um ritmo notável beneficiando da ordem liberal vencedora em 1989 e construída em 1944-49. O crescimento chinês é um produto *americano*, visto que a «China is an increasingly able competitor on the global playing field that America did so much to build» (Lampton, 2000: 77). Como indica Kishore Mahbubani, «as the main architect of the world order today, the United States should be among the first to celebrate China's progress» (2005: 49) A ordem pós-1945, marcada por um sistema global institucionalizado (GATT, FMI, Banco Mundial) permitiu o reemergir das potências do Eixo (Alemanha e Japão), a ascensão pacífica de novos potentados económicos asiáticos e, agora, está a permitir igualmente a ascensão da China. Se Washington reconfigurasse a sua estratégia asiática para a clássica *Realpolitik* de *soma zero* em confronto directo com a China, então, não só não conseguiria travar a ascensão chinesa como também estaria a destruir as virtualidades do sistema que construiu desde 1947 (Gilboy e Heginbotham, 2002: 106). É este o paradoxo irresolúvel perante a China: se a bloqueamos, estamos a destruir tudo o que fizemos nas últimas seis décadas, isto é, destruímos o significado do

Ocidente. Se não a bloqueamos, permitimos uma ascensão que é completamente imprevisível. Em todo o caso, 1989 acelerou a perda de poder dos ocidentais.

Além da vitalidade capitalista, está em campo a legitimidade democrática e liberal de outros actores transpacíficos. O Japão imperial definia-se como potência asiática contra a presença ocidental na Ásia; a sua identidade romântica e nacionalista era anti-ocidental, na defesa da cultura nativa japonesa (Buruma e Margalit, 2004: 59-67) (ainda encontramos sectores nativistas e anti-ocidentais/anti-americanos, baseados numa concepção romântica e anti-moderna – Aida, 2006: 71-74). Hoje o Japão defende um arco kantiano ao longo do Pacífico. A Índia foi socialista e não-alinhada. Hoje é capitalista e é, no terreno, um aliado informal dos EUA. Estes estados escolheram alinhar-se normativa e estrategicamente com o Ocidente que vêm do outro lado do Pacífico. Índia e Japão (e Brasil, África do Sul, etc.) estão a escolher viver dentro do ordenamento constitucional que venceu em 1989. Isto implica uma partilha de legitimidade entre ocidentais e não-ocidentais, ou melhor, entre transatlânticos e transpacíficos. O ocidente, perante isto, não pode ser uma fortaleza mental assente na exclusividade da sua legitimidade sobre o resto do mundo. A Índia é tão democrática como a Alemanha. O Japão é tão legítimo como o Reino Unido. O significado de 1989 não é manter a legitimidade democrática enquanto monopólio do clube do homem branco, mas sim partilhar essa legitimidade com os restantes actores que entendam viver sob um enquadramento constitucional montesquiano. Isso implica conceder-lhes poder e responsabilidade que antes só seriam delegáveis em estados ocidentais. Ao redimensionarem o seu sistema de alianças, ao deixarem entrar estados transpacíficos no conceito de Ocidente, os EUA estão a fazer exactamente isso: a dar responsabilidade, poder e estatuto a estados não-europeus.

Homens como Montesquieu e Kant inventaram o mundo onde vivemos. Como salienta Pierre Manent, Aristóteles e Platão reflectiram sobre uma política que já existia; as suas interpretações surgiram *depois* da consumação de uma realidade política. Ao invés, pensadores como Locke ou Montesquieu pensaram as suas ideias *antes* da experiência política. As nossas constituições liberais são, portanto, emancipações de ideias já existentes. Como salienta Hamilton, os americanos tinham a responsabilidade de dizer *sim* à seguinte questão: é possível fundar um governo através da reflexão e da escolha sobre ideias já existentes? (Manent, 1987: 7-9). Como recentemente salientou Gertrude Himmelfarb, o iluminismo americano era (e é) uma *nova ciência política*, uma ciência política capaz de criar as instituições das liberdades políticas; uma ciência capaz de criar

uma República a partir de ideias políticas anteriores (Himmelfarb, 2004). Foi assim com a Constituição Americana: a consubstanciação de uma ideia (de Hume e Montesquieu) prévia.

Ora, esta forma de política estendeu-se além do velho euromundo. Aliás, é mesmo fora da Europa, junto das democracias não-europeias, que o legado kantiano e montesquiano é melhor preservado. Na Europa de Montesquieu e Kant, assiste-se a um processo de *despoliticização*. E esta despoliticização europeia implica não só a recusa do *Estado* mas também o regime conhecido por *Democracia Liberal*. Dentro da Europa o velho modelo montesquiano (Estado regido pelo constitucionalismo liberal) está a dar lugar a uma Europa pós-nacional regida por um processualismo declaradamente apolítico (não fala de poder) e técnico (apenas interessa a técnica multilateral, independentemente da substância moral e política). Quando europeístas como Mark Leonard (2005) elogiam a China, então, o que representa politicamente a Europa? Uma técnica: o multilateralismo. Como salienta Johann Hari (criticando directamente Mark Leonard), «it is grim to see the European moral tradition boiled down to a technique of foreign policy negotiation. For some pro-Europeans like Mark Leonard, it doesn't seem to matter what you do multilaterally; multilateralism is an end in itself» (Hari, 2005: 11). A China é uma ditadura, representa a negação do mundo criado por Montesquieu e Kant, mas a China é tida como promotora da paz por Mark Leonard, porque simplesmente a China tem uma relação *tecnicamente* multilateral com a Europa; as questões políticas e morais não interessam aqui. Este carácter apolítico e amoral é reconhecido pelos teóricos da *Europeanness*:

«The European conception of humanity doesn't contain any concrete definition of what it means to be human. It can't. It is of its essence that it be anti-essentialist. Strickly speaking, it is a-human, in the sense that one can be a-religious. The European idea of "man" was formed precisely by casting off all the naïve conceptions of what it meant to be human that had been imposed on it by religion and moralizing metaphysics. It is no accident that Europeanness is mostly defined procedurally [...] the flipside of this substantial emptiness is radical tolerance and radical openness. It is this that is the secret of Europe's success» (Beck, 2003: 33)

Isto é a negação da identidade liberal que marca a política internacional de hoje. Não é só a negação dos EUA, como é costume dizer-se. É a negação da Índia, do Japão, da Austrália, da África do Sul, do Brasil, do Chile, de Taiwan, da Coreia do Sul, etc. É a negação da identidade política europeia criada por Montesquieu e Kant e que hoje existe *fora* da Europa e não *dentro* da Europa. Boa parte do mundo tornou-se kantiano, mas a Europa tem lutado para ser pós-kantiana. O poder dos juízes – com um juiz espanhol a questionar autoridades inglesas – é o exemplo desta saída para um mundo pós-político.

Na Europa, a democracia não só está a deixar para trás o seu velho (e único testado) suporte (*turns away from the state*), como também nega normativamente esse suporte (*turns against the state*). E daí nasce a ideia de *global civil society*, onde a liberdade humana não precisa do Estado para sobreviver (Manent, 2003: 7-16).

O fenómeno mais curioso deste processo de despolitização foi a deturpação do legado político de Kant. De forma absolutamente insólita, intelectuais como Habermas transformaram Kant num defensor do multilateralismo universal, de uma sociedade de indivíduos que eliminasse a sociedade de Estados (Habermas e Derrida, 2005: 3-13). Mary Kaldor (2003) afirma que é preciso construir uma *global civil society* kantiana porque vivemos num momento pós-estado. Estes raciocínios estão errados, no sentido em que deturpam Kant. Se vivemos numa era pós-estado, então, não podemos construir nada de kantiano porque o kantismo político implica um certo tipo de Estado, a República. No segundo artigo definitivo para a *Paz Perpétua*, Kant não poderia ser mais explícito: «o direito das gentes deve fundar-se numa *federação* de Estados livres» (Kant, 1995: 132). E Federação, no sentido kantiano, não representa a construção de um governo/estado mundial com o objectivo de pôr cobro à anarquia internacional anulando as soberanias estatais. É errado pensar-se na federação kantiana num sentido hobbesiano aplicado à escala mundial, ou seja, é errado pensar-se que Kant defendia uma espécie de estado unitário e hierarquizado como forma única de resolver a anarquia do sistema. A federação kantiana é a *institucionalização* de relações entre estados e não a *abolição* dessas relações. A ideia de um estado mundial que abolisse a soberania dos estados até poderia terminar com a anarquia mas produziria outro problema: tirania (Marques de Almeida, 2003: 46-47). Por isso, Kant nunca toleraria a intromissão de um órgão supra-nacional na vida interna de uma República, pois isso significa a deturpação da legitimidade constitucional. Nada estava acima da constituição da República, logo, a confederação não deveria «conter nenhum poder soberano (como numa constituição civil), mas só uma sociedade cooperativa (federação); uma aliança que se pode rescindir em qualquer momento e que, portanto, se há-de renovar de tempos em tempos» (Kant, 2004: 160). O verdadeiro direito cosmopolita é o direito interno das Repúblicas. O *cosmopolitismo* só é possível num mundo composto por Estados *cosmopolitas* que apresentam uma constituição cosmopolita; uma constituição que garanta hospitalidade ao estrangeiro dentro do solo nacional. Sem uma pátria constitucional, o ideal do cosmopolitismo não é possível em termos políticos (Harris, 2003). É um logro colocar a questão em termos de oposição entre *Estado* e *Cosmopolitismo*, porque o segundo é um efeito do primeiro.

Kant, além de recusar o paradigma pós-estado, também não era pacifista. Para o filósofo germânico, existia sempre uma tensão entre a Paz republicana e a anarquia internacional, sendo que as repúblicas têm de ser, ao mesmo tempo, *pacíficas* e *armadas*: «é necessária uma liga das nações» com a capacidade «de se proteger perante os ataques dos inimigos externos» (Kant, 2004: 160). Isto porque a *paz perpétua* nunca existirá na realidade: a paz perpétua «é, sem dúvida, uma ideia irrealizável». O que não era irrealizável eram os «princípios políticos que, enquanto *aproximação* incessante à mesma, servem para tal fito, isto é, realizar tais alianças entre os Estados» (id.: 166-167). O direito internacional é *apenas* uma medida justa que serve de referência à acção política das Repúblicas. Implica a distância entre a *realidade* e o *princípio*, e a tensão entre a *política* e o *direito*. Não há a selva realista sem ligações legais entre os estados, mas também não há um sonho legalista acima dos estados. O kantismo não é a ONU universalista pós-política, nem uma anarquia selvática pré-política. É uma confederação de repúblicas, num estado civil feito por homens, acima do mundo pré-político da besta mas abaixo do mundo pós-político de um qualquer totem divino.

Neste sentido, o realista americano Philip Bobbitt, quando diz que «international law arises from constitutional law, not the other way around» (2002: xxix), é mais kantiano que Habermas quando este diz que a União Europeia «should be further developed into a true federation beyond its current status as a league of states», pois esta união europeia pós-estado é o «point of departure for the development of a transnational network of regimes that together could pursue a world domestic policy, even in the absence of a world government» (2003: 87, 96). Kant nunca aceitaria esta recusa habermasiana da liga de Estados. Isto serve para dizer que é nos EUA, e não na Europa, que encontramos o legado kantiano. Quando é observado do exterior, a Europa oscila entre um multilateralismo alemão e um multipolarismo francês (Oudenaren, 2003), isto é, entre um multipolarismo pré-kantiano (porque recusa a variável do regime) e um multilateralismo pós-kantiano (porque já é pós-estado). O legado kantiano é presença constante nos EUA. A NATO global (vista como a condição *sine qua non* para um efectivo *multilateralismo democrático* – Daalder e Goldgeier, 2006b – contrário ao multilateralismo quantitativo da ONU) é kantismo puro. E Kant também existe na NATO, no QUAD e em todas as alianças bilaterais com democracias. Porque ser-se kantiano não é falar em ONU/multilateralismo universal (onde todos os estados são quantitativamente iguais, independentemente do carácter qualitativo do regime) ou de uma ordem mundial sem estados (Kant só reconhecia democracias liberais, logo,

Estados regidos por uma constituição), mas sim em relações políticas entre democracias. Num pequeníssimo discurso sobre a relação entre a Índia e a Austrália, Singh repete a palavra bilateral por três vezes: «bilateral and regional issues [...] bilateral ties [...] bilateral relationship» (Singh, M., 2006). Neste seu bilateralismo, Singh é kantiano. No seu sonho de sociedade doméstica internacional, Habermas não é kantiano. Bush e Koizumi dizem que «[t]he U.S.-Japan partnership stands as one of the most accomplished bilateral relationships in history» (Office of the Press, 2006). John Gerard Ruggie, em nome de uma tal lei internacional e de um tal multilateralismo global, afirma que «the United States and Japan are loath to raise serious questions about their anachronistic bilateral treaty» (1992: 563). Ora, a relação Japão-EUA não é anacrónica, como pretende Ruggie. Pelo contrário, representa a sobrevivência do legado kantiano onde Kant nunca suspeitaria que ele se desenvolvesse: entre uma república ocidental e uma república de *bárbaros* orientais, ao longo do Pacífico.

Nos últimos anos, dentro da narrativa rainha do eurocentrismo – Vénus e Marte –, os europeus colocaram o seu modelo pós-estado *contra* o modelo estatal americano, numa simples lógica dicotómica dentro do mundo transatlântico, como se o mundo ficasse em suspenso para ver qual dos modelos é mais legítimo, logo, mais exportável para o resto do mundo: a modernidade americana ou a pós-modernidade europeia. Sucede que o mundo não é o Atlântico e a América não é apenas transatlântica. Fischer (2002) defende um multilateralismo meramente quantitativo na ONU (onde o que interessa é o número de estados e não o carácter qualitativo do estado *Y* ou *X*). Temos Habermas a defender um mundo pós-estado, logo, pós-democracia liberal, em nome de uma identidade europeia que acaba por ser apenas um «anti-american gesture» (Lloyd, 2005). Fischer e Habermas contam uma narrativa pós-Vestfália contra a narrativa vestfaliana dos EUA. Mas este duelo é artificial. Vive numa espécie de circuito fechado eurocêntrico. Quando saímos desta narrativa Vénus pós-moderna *v.s.* Marte moderno, descobrimos que, afinal, há outros Martes com quem os EUA se interligam. Descobrimos uma liderança política japonesa a dizer que «for the first time it is possible in today's international system to center international relations on a collection of countries with shared values and ideals» (Green, 2006a: 107) Tóquio está consciente da ligação entre os diversos estados regidos por constituições liberais. Estados. Constituições Liberais. Unidos numa confederação kantiana. Koizumi, a viver a 10 mil milhas de Königsberg, representa melhor o legado kantiano do que os alemães e europeus contemporâneos. Idem para Singh: quando afirma que «our two countries

must try to ally with common lexicon and shared framework of reference in looking at the rest of the world» (Singh, M., 2005b), o PM indiano está a falar da convergência de identidade entre dois Estados liberais, na construção de uma confederação informal, e não na abolição da soberania a caminho do governo mundial. Idem para a Austrália: a construção de um «framework of international norms» assente na «liberal democracy» (Howard, 2006) é a base identitária australiana. E esta identidade revela-se na forma como Camberra olha em seu redor: «our presence in Iraq is read as an important and valued demonstration of Australia's support for her allies – and in this regard not only the United States and the United Kingdom [...] it is often forgotten that close friends and partners of Australia in the Asia Pacific, such as Japan and the Philippines, are valued members of the coalition» (Howard, 2004). Kant e Montesquieu, dois pilares da civilização ocidental, encontram-se neste momento no mundo transpácífico. O verdadeiro espírito kantiano é usado neste lado do mundo e não na Europa. Hoje, na Europa, um genuíno kantiano (isto é, que leu mesmo Kant) é facilmente rotulado de *reaccionário*.

Nos últimos anos, criou-se a ideia de uma América como *a Nation Apart*, uma nação com um abismo entre si e o resto do mundo (Parker, 2003). Um mito muito europeu. Na verdade, a medição de sondagens indica que «the gaps between American attitudes and the rest of the world are overstated». Mais:

«Europeans and not Americans are the truly exceptional public in the world. In contrast to the rest of the world, Europeans are the outliers when it comes to attitudes about nationalism and religion – they're turned off by both kinds of creeds. American levels of patriotism and devotion to God look perfectly normal when compared to the non-European parts of the globe» [...] «Americans are different from Europeans, especially Western Europeans, but they are closer to people in developing countries on many key attitudes and values» (Drezner, 2007: 49 e 51-52)

Ou seja, é a Europa que é *a Nation Apart*. E este dado é reforçado pelo que temos vindo aqui a escrever: dentro do mundo democrático, todas as grandes democracias definem-se como um Estado, em primeiro lugar, e como um Estado gerido por uma constituição, em segundo lugar. Ao invés, a Europa declara um paradigma pós-estado e só vive concentrada na sua constituição europeia *supra* nacional. A Europa é *a Nation Apart* do mundo democrático. Os britânicos John Micklethwait e Adrian Wooldridge descobriram uma América que é completamente distinta do resto do mundo desenvolvido, isto é, do resto do mundo ocidental, isto é, a Europa: uma nação conservadora, religiosa e liberal. Dizem que a América «has plainly become a more conservative, less European country» (2004: 384). Sucede que a perspectiva está errada.

Não é a América que está a deslizar para um estado *menos* europeu. É a Europa que está a deslizar para um estado *menos* político. A América e o resto dos actores, mesmo os democráticos, continuam a ser o que sempre foram: Estados, com uma população patriota e religiosa. É a Europa que procura a pós-religião e o pós-estado. Não está aqui em causa a legitimidade da questão. Não estamos a defender X ou Y. Estamos apenas a constatar um facto em nome da precisão analítica. A questão não é *Why America is different?* (feita de um ponto de vista eurocêntrico), mas sim *Why Europe is so different from the rest of the World?*

Neste sentido, os americanos agiram em conformidade. Sem nunca negarem os europeus, a América, sozinha, está a dialogar com as democracias transpácificas no sentido de reconstruir a narrativa do Ocidente. Uma narrativa que (1) desafia pressupostos geográficos e civilizacionais/culturais e (2) baseada em critérios políticos. Alguns observadores europeus mais atentos já perceberam que a América está «a redefinir o conceito de “Ocidente”»: será cada vez menos cultural e cada vez mais político» (Marques de Almeida, 2007). O problema é que vozes como esta constituem uma minoria. A Europa, em geral, tornou-se huntingtoniana. E chegámos assim a outro paradoxo: ao mesmo tempo que fala num mundo pós-político (sociedade civil global), a elite europeia fala também de um mundo pré-político composto por culturas. Daí a obsessão que existe pela construção de um homem europeu que se quer explicitamente distinto do homem americano e do homem asiático (Semprún e Villepin, 2005). Enquanto os EUA tentam ligar, pela política e pela estratégia, estados americanos, europeus e asiáticos, a elite europeia refugia-se numa Europa cultural. Hoffmann deu-nos, involuntariamente, uma pista para percebermos este abismo: é que a identidade americana é política/constitucional e não cultural, ou seja, na América, existe um «um texto sagrado, a Constituição, que serviu e ainda serve de elemento aglutinador para os vários ingredientes do *melting pot*»; ao invés, a «França, com o seu vasto número de constituições, só poderia usar a sua linguagem e cultura como criação do *ser francês*» (2005: 225). A filósofa americana Martha C. Nussbaum encontra na Índia coordenadas institucionais que reconhece de imediato (constitucionalismo liberal muito semelhante ao sistema americano; *common law*; Supremo Tribunal). Afinal, a república indiana herdou a tradição política e jurídica do Reino Unido (separação de poderes; parlamentarismo; *common law*) (Jaffrelot, 2002: 251-267). E Nussbaum acaba mesmo por colocar Índia e EUA do mesmo lado normativo *contra* a Europa – no que diz respeito ao culto do nacionalismo (Nussbaum, 2003): a Índia, tal como os EUA, e ao invés da maioria dos

estados europeus, sempre recusou visões exclusivistas de nação. Ora, enquanto Nussbaum diz isto, os líderes europeus declaram o seguinte: «todos concordarão, sem dúvida, com facilidade, que este fundo cultural distingue a identidade dos europeus da dos indianos, dos chineses ou dos japoneses». Mais: «não subestimo nem a nossa proximidade dos americanos nem a solidariedade que nos une a eles nos momentos difíceis. Mas estou convencido de que o sentimento, estava quase a dizer o *instinto*, de solidariedade se tornou um valor comum a todos os europeus e, nessa medida, um valor que apenas lhes pertence» (Strauss-Kahn, 2002: 162). No momento em que os EUA reorientam a narrativa ocidental através do Pacífico, destruindo barreiras culturais através da política, a elite europeia ergue duas barreiras culturais: (a) o Ocidente é diferente do resto do mundo; (b) dentro do Ocidente, a Europa é diferente dos EUA. Como veremos, esta obsessão cultural da elite europeia tem sérias consequências para a percepção europeia da política internacional. Para já, podemos dizer que esta obsessão huntingtoniana da elite europeia não permite que os europeus compreendam aquilo que James Kurth definiu como «American Redefinition of Western Civilization», que teve a primeira fase em 1945, e que conhece hoje uma segunda fase (2004). Hoje, esquecemo-nos que essa primeira reconstrução americana do Ocidente actuou mesmo no coração da Europa. A NATO não apenas tinha um objectivo reactivo e defensivo perante a URSS; a aliança atlântica também foi edificada com o objectivo de criar uma ordem política independente da presença da URSS. Por outras palavras, a NATO também tinha como função criar o *Ocidente* e integrar a Alemanha nessa ordem ocidental. Como já vimos, os japoneses vivem uma novidade: estão integrados na comunidade de estados ocidentais. Mas isso também é uma novidade para a Alemanha. Hoje, um alemão pode dizer que a aceitação alemã das tradições ocidentais foi a condição prévia para a gradual reconciliação alemã com os seus vizinhos e antigos inimigos (Stern, 2005). Repare-se: a aceitação alemã das tradições ocidentais. *Aceitação* de algo que lhe era exterior. Convém recordar que a identidade da Alemanha pré-1945 era a negação romântica do racionalismo ocidental. A identidade alemã até 1945 não era a defesa do racionalismo pacifista de Habermas, mas sim a defesa do vitalismo orgânico e guerreiro de Spengler, que desejava a emergência de um poder carismático que destruísse o poder legal-racionalista do Ocidente (Spengler, 1991 [1918]) ou de Jünger. Ernst Jünger elevava a Guerra à condição de experiência ontológica fundamental, sendo «a morte por uma convicção» a «suprema perfeição». Este Homem vitalista adere à Guerra através de uma pulsão pré-política; a Guerra nem sequer é um fenómeno político (exterior; entre

homens) mas ontológico (interior; dentro do Homem). A Guerra «não nasce das obras de alguns diplomatas e homens de Estado»; as «verdadeiras fontes da guerra jorram do mais fundo do nosso peito» (Jünger, 2005 [1922]: 106 e 50). Aqui, a Guerra não é a continuação da Política por outros meios. É a consumação da ética humana. E não se pode fazer nada politicamente para evitar a presença constante da Guerra (o realismo de Morgenthau parte daqui, precisamente). Isto era a Alemanha, ou seja, a negação da identidade daquilo que convencionámos chamar *Ocidente*. A Humanidade ou Sociedade Global que hoje preenchem o pensamento alemão seriam incompreensíveis para a nação alemã pré-1945, centrada na dicotomia *Gemeinschaft/Comunidade* (a defender) e *Gesellschaft/Sociedade* (a recusar e a atacar, se necessário). Para Ferdinand Tönnies, «toda a convivência íntima, familiar, exclusivista [...] entende-se como a vida em *Gemeinschaft*» (Tönnies, 1974 [1887]: 37-38). Salientamos o termo *exclusivista*. A comunidade nacionalista de Tönnies era exclusivo dos puros-sangue, dos alemães. Uma comunidade assente em laços de sangue e culturais que recusava os laços legais entre o indivíduo e as sociedades racionalistas do ocidente (França, Inglaterra e EUA). A ideia de direito natural não existe nesta concepção romântica e culturalista, que apenas contempla comunidades e não indivíduos. Posto isto, para um americano de 1917, como Walter Lippmann, uma vitória alemã na I Guerra marcaria o triunfo da casta militarista da Prússia que procurava transformar a Alemanha no líder do Oriente contra o Ocidente. A Alemanha era vista como um líder de um bloco oriental (com Japão e Rússia) contra o mundo atlântico (Lippmann, 1944: ix-xx). A Alemanha era a negação do Ocidente. Hoje, é Ocidente. Este exemplo de mutação histórica serve para nos alertar para o carácter fluido do próprio conceito de *Ocidente*.

Estamos a falar de uma construção política (logo, passível de ser reconstruída por quem a construiu) e não de uma imutável oferenda religiosa ou cultural. Como salienta o historiador J.C.D Clark, o Ocidente da Guerra-Fria constituiu uma imensa construção política e ideológica que começou sem grandes antecedentes. Woodrow Wilson falava dos seus ideias universalistas sem qualquer referência ao Ocidente; a Carta do Atlântico destinava-se a «todas as nações» e não fazia menção ao «Ocidente». O termo *the West* só se solidificou nas discussões geopolíticas nos anos 60. E, hoje, essa construção é posta em causa pela crise atlântica. O termo *the West* já não tem o seu velho significado, e é usado de diferentes maneiras por dois grupos: o grupo que recusa considerar os EUA militarista como parte do pacífico Ocidente e o grupo que *apenas* vê a América como defensora dos valores ocidentais (Clark, 2004: 577-591). Em resposta, diríamos que

Clark esquece aqui um terceiro grupo: o grupo que acabámos de descrever, que expande o Ocidente ao longo do Pacífico e do Índico. Clark centra-se nas divisões transatlânticas, esquecendo a crescente unidade transpacífica. O conceito de Ocidente, não está a mudar devido à *crise* transatlântica, mas sim devido à *bonança* transpacífica.

Aron dividia o Ocidente entre «Ocidente Americano» e «Ocidente Europeu» (2007: 580). Um discípulo brasileiro de Aron, José Guilherme Merquior, classificava o Brasil e a América Latina como o «the other West» (*apud* González, 2004: 55). O termo do discípulo, hoje, é mais útil do que os termos do mestre. Há mesmo um *outro Ocidente*. Um Ocidente que se estende pelo Pacífico; um Ocidente, sustentado (poder) e narrado (identidade) por Washington, com os EUA ao centro, com as democracias europeias no seu flanco oriental e as democracias asiáticas no seu flanco ocidental.

6. Considerações finais

Em suma, os EUA estão a rever o seu mapa de alianças; estão a redesenhar as suas prioridades estratégicas ao nível da importância a dar aos diversos aliados. Este *revisionismo* americano tem um efeito: aumentou a cotação do mundo transpacífico em Washington e, com isso, reduziu a importância relativa do mundo transatlântico. Neste momento, não é excessivo dizer que o mundo transpacífico se encontra em paridade com o mundo transatlântico, isto é, Índia, Japão (e Austrália, Singapura, Coreia do Sul, etc.) têm tanta importância como França ou Reino Unido no esquema mental americano. E, atenção, ao perseguir a pergunta inicial (quais as causas estratégicas destas aproximações transpacíficas?) encontrámos uma resposta adicional; uma resposta que escapa a uma explicação meramente estrutural: esta alteração estratégica (no campo material, do poder estrutural) é acompanhada por uma mudança da narrativa ocidental (no campo da identidade, da legitimidade): a narrativa ocidental americana também é transpacífica. Faz cada vez menos sentido usar as palavras *Oriente* e *Ocidente*. O Japão não será bem definido se usarmos o termo *estado oriental*. *Oriente* remete para a velha perspectiva da Europa como centro do mundo. De facto, se usarmos o mapa que coloca a Europa no centro do mundo, o Japão fica a oriente. Mas esta perspectiva está desactualizada. O Japão não é um poder oriental; é um poder transpacífico. Na perspectiva americana, com os EUA ao centro do mapa (a perspectiva estruturalmente correcta, dado que vivemos num mundo unipolar), o Japão não fica a oriente, mas a ocidente e, nós, europeus é que passamos a ser os orientais.

Capítulo III

O fim do eurocentrismo

Uma questão de perspectiva

In world historical terms, the end of the Cold War is an overrated event

John Ikenberry³⁴

A world in which we are bound to become less central, and in which our legitimacy – our right to act as judge or educator for others – is more contested

Pierre Hassner³⁵

The real danger of Western discourse on the state of the world order is that it is self-centered

Kishore Mahbubani³⁶

1. Considerações Iniciais

Este capítulo representa a meta final, e interpretativa, dos dois capítulos anteriores. Esta interpretação gira em torno de duas ideias-chave: o *sistema interestatal pós-atlântico* e o *fim do eurocentrismo*. De seguida iremos clarificar o que entendemos, afinal, por *sistema pós-atlântico* e *fim do eurocentrismo*.

2. Sistema Pós-Atlântico

A literatura sobre a relação entre EUA e Índia vive obcecada em codificar essa aliança de forma precisa e absoluta. Por exemplo, Teresita Schaffer perde-se em considerações sobre o seguinte: a relação Índia – EUA deve ser uma aliança formal ou uma mera parceria (2002:32)? A questão não deixa de ser pertinente, mas é secundária. Seja qual for o *conceito* teórico, esta *relação* política entre Índia e EUA é de primeira grandeza. Independentemente do conceito que colocarmos na parceria entre EUA e Índia, o ponto-chave é este: Nova Deli é uma das prioridades centrais em Washington. Nicholas Burns (2007), um dos delfins de Rice no departamento de estado e um dos homens essenciais nesta parceria, é taxativo:

«India will be one of two or three most important partners in the world».

Além de tudo o que já escrevemos, existem mais dois factores que permitem perceber a importância desta relação para os EUA. O Paquistão (arqui-rival da Índia) é um dos

³⁴ Ikenberry, John (1996: 80), «The Myth of the Post-Cold War Chaos», in *Foreign Affairs*, 73, 3 (May/June).

³⁵ Hassner, Pierre (2006: 37), «The Fate of the Century», in *The American Interest*, 2, 6 (July/August).

³⁶ Mahbubani, Kishore (2006), «The Impeding Demise of the Postwar System», in *Survival*, 47, 4 (Winter 2005-2006).

parceiros americanos na chamada “guerra do terror”; mas, mesmo assim, Washington aproximou-se da Índia, correndo o risco de hostilizar Islamabad. Depois, existe a questão iraniana. Para Washington, o Irão é um estado-pária, mas a Índia mantém relações cordiais e milenares com o Irão/Pérsia. Aliás, os indianos preparam a construção de um gasoduto entre o Irão e a Índia, que irá atravessar o Paquistão (um projecto que inquieta Washington) (Fair, 2007:145-159). Mesmo assim, apesar da proximidade entre a Índia e o *inimigo* que mora em Teerão, Washington aproximou-se como nunca de Nova Deli. É bom frisar que Washington foi ao encontro das exigências da Índia, e não o inverso. Foram os americanos que se aproximaram das posições dos indianos na questão nuclear, e não o inverso. Apesar das fortes críticas dos defensores do actual *status quo* nuclear (quer ao nível político – Talbott, 2005 –, quer ao nível da imprensa – *The Economist*, 2005), Bush «concordou com tudo o que a Índia desejava» (Luce, 2007:276). Condoleezza Rice salienta precisamente o capital estratégico que os EUA empregaram na Índia quando aceitaram o programa nuclear indiano:

«Looking back decades from now, we will recognize this moment as the time when America invested the strategic capital needed to recast its relationship with India». (2006)

Estamos perante uma mudança de fundo na política externa americana e, por arrastamento, na política internacional: o capital político, diplomático, militar e económico usado pelos americanos na gestão dos seus aliados está em fase de transformação. Neste momento, como já vimos, a aliança com o Japão cresceu em relevância estratégica. Dentro da velha ordem ocidental, o mundo transpácífico adquiriu mais peso em relação ao mundo transatlântico. Agora, além desta *transferência* de relevância da Europa para o Japão *dentro* da velha ordem ocidental criada nos anos 40, temos um elemento *novo* que entra nesta ordem a partir *de fora*: a Índia. Europeus e japoneses têm de repartir o capital estratégico americano com os indianos. Há, portanto, duas novidades para os europeus: (1) em relação ao sistema de alianças do século XX, os europeus vêem o Japão (e a Coreia do Sul, e Taiwan) retirar-lhes importância relativa; (2) surge agora um novo elemento que reforça ainda mais o declínio da importância europeia em Washington. Quando afirma que, em 2020, «we will all know that we have been living in an “Americasian” century» (2006:163), Varun Sahni revela a percepção crescente entre asiáticos e americanos: o século XXI terá o Pacífico – e não o Atlântico – como palco central. Nesse sentido, a relação central será a transpácífica e não a transatlântica.

Quando convidou Richard A. Boucher para Secretário-Adjunto para o Sudeste Asiático, Condoleezza Rice fez questão de dizer que este era o cargo mais aliciante de todo o departamento (Boucher, 2006). *Aliciante* porque a Índia é o dado novo que é preciso acrescentar à equação de 1945-1949. É um novo actor que entra na velha ordem ocidental. Hoje, uma aliança transatlântica não é suficiente para controlar os grandes desafios sistémicos e identitários, que se desenrolam no mundo transpácífico. Os EUA precisam de aliados asiáticos para *gerir* a emergência chinesa. Precisam do *regresso* do Japão. Mas – e este é um ponto central – precisam de aliados para *além* dos tradicionais aliados de 1945-49.

Neste sentido, os indianos já são tão importantes como os europeus e os japoneses no mapa de parcerias americano. Isto é evidente no discurso e *praxis* política, e na comunidade de especialistas/académicos. Thomas Donnelly, por exemplo, não tem dúvidas: a Índia «can stand with Great Britain and Japan as America's closest great-power partners in the front ranks of the free world» (Donnelly e Wisner, 2005:4, 6). Estas declarações apontam para uma parceria que, por ser tão revolucionária, é ainda descrita como «inimaginável» (Nautiyal, 2006). E o facto é que esta inimaginável parceria indicia duas mudanças de fundo na política internacional; duas mudanças que compõem o *sistema pós-atlântico*.

A primeira mudança é de natureza estrutural, a segunda de carácter normativo.

Hoje, múltiplos estados asiáticos emergem e reemergem (convém nunca esquecer o *velho* Japão) enquanto Grandes Poderes. Caminhamos para uma situação de equilíbrio estrutural entre espaço transatlântico e espaço transpácífico. E este equilíbrio já é, *per se*, uma mudança revolucionária em relação ao padrão anterior marcado pela absoluta centralidade eurocêntrica. Estamos perante uma novidade estrutural: a existência de vários actores políticos não-ocidentais com poder para impor a sua vontade; ou seja, Singh, Abe, Lula, Jintao têm tanto ou mais poder do que Blair, Merkel ou Sarkozy. Ao longo dos últimos séculos, os asiáticos foram um *objecto* passivo do poder ocidental e não um *sujeito* activo; foram um cenário para a acção de outrem, e não actores com poder de iniciativa. Hoje, os Estados asiáticos recuperam o estatuto de *sujeito/actor* (Tellis, 2000).

Já são comuns as comparações entre a emergência da Índia e da China com a emergência da Alemanha (século XIX) e dos EUA (século XX) (*National Intelligence Council*, 2004). Mas estas comparações, apesar de pertinentes, ficam ainda aquém da realidade. A ascensão da China e da Índia é ainda mais significativa do que a ascensão da

Alemanha e dos EUA. A Alemanha emergiu enquanto potência europeia dentro do concerto europeu do século XIX. Os EUA emergiram enquanto elemento do Ocidente. Hoje, a ascensão dos novos poderes processa-se fora desta esfera europeia/atlântica. E esta é a novidade histórica: o Atlântico Norte perdeu o monopólio dos Grandes Poderes. Como salientou o historiador britânico John Darwin, a «grande divergência» ao nível do poder económico entre o espaço euro-atlântico e os poderes asiáticos (construída sobretudo nos séculos XIX e XX) está a dar lugar a uma «grande convergência» (Darwin, 2007:504) que restaurará o antigo equilíbrio entre ocidentais e asiáticos que existiu até, *grosso modo*, 1750. A *gap* entre asiáticos e ocidentais está a diminuir a passos largos (Prestowitz, 2004).

Como já vimos na introdução, a Europa – em termos absolutos – tem uma percentagem cada vez menor do PIB mundial, e parece incapaz de competir com as taxas de crescimento asiáticas. A estes dados *absolutos*, temos de juntar um dado *relativo* igualmente revelador: os números respeitantes às importações e exportações dos EUA. Também aqui os europeus perdem poder para os asiáticos. Em 1963, a Europa representava 29,7% das exportações americanas; em 2005, representava 22,7%. A Ásia representava 20,6% e agora representa 26,8%. A Europa, obviamente, continua a ser um actor de peso, mas perdeu terreno para a Ásia. Ao nível das importações, a diferença é ainda maior: em 1963, a Europa representava 27,5% das importações americanas, e agora representa 20%; a Ásia representava 19,6% e agora significa 36,8% (WTO, 2006). Os números não mentem: a Ásia já é mais importante do que a Europa nas exportações e importações dos EUA.

Mas há outra novidade, talvez ainda mais marcante do que esta convergência estrutural. Outrora um (quase) monopólio do Atlântico Norte, o regime constitucional (democracia liberal) que detém a legitimidade da ordem internacional é hoje uma realidade plural e global. Índia, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Brasil, África do Sul, Israel, eis democracias liberais fora da esfera do Atlântico Norte. No início do século XXI, os velhos ocidentais – europeus e americanos – são obrigados a partilhar com não-ocidentais a legitimidade que advém da democracia liberal. Ou seja, além de ter perdido a centralidade em termos de poder, o Atlântico Norte também perdeu o monopólio da legitimidade normativa. Temos assim (1) a ascensão estrutural de grandes poderes não-ocidentais, (2) uma pluralidade de democracias liberais não-ocidentais e (3) grandes poderes não-ocidentais que são, ao mesmo tempo, grandes democracias liberais (Índia, Japão, Brasil). Nesta pluralidade de poder, neste pluralismo de legitimidade democrática,

os europeus (como actores) e o espaço do Atlântico Norte (como cenário estratégico) perdem a velha centralidade que exibiram nos últimos séculos. O Atlântico Norte, com a Europa dentro, é *só mais um* espaço e não *o* espaço central.

Seguindo apenas a lógica estrutural, Ashutosh Sheshabalaya afirma que a Índia ameaça a auto-imagem do Ocidente enquanto *centro do mundo* (2006:17). Sheshabalaya tem razão? Não. A Índia, de facto, ameaça a auto-imagem do Ocidente atlântico, mas não ameaça uma vaga ideia de centro do mundo. A ameaça da Índia é mais específica. A Índia ameaça a auto-imagem do Ocidente enquanto centro do mundo democrático e liberal. Pensar numa comunidade de democracias em 1949 significava pensar apenas no Atlântico Norte e escassamente no Japão (ainda incipiente na sua emergência democrática). Hoje, semelhante exercício implica alargar o leque geográfico a fim de incluir países como a Índia, Brasil ou um Japão *confirmado* como democracia. Ou seja, para os EUA, Abe ou Singh – que têm tanto ou mais poder que Blair e Merkel – são aliados democráticos tão legítimos como Blair ou Merkel.

Potências emergentes sempre existiram e, como já salientámos, a emergência dos asiáticos é apenas o *regresso* à normalidade histórica. O que nunca existiu, o que não tem precedente histórico é esta partilha do mesmo regime político – democracia liberal – entre estados do Atlântico e estados do Pacífico e do Índico. Mais do que um desafio ao nível da variável poder/economia, a Índia representa uma ruptura epistemológica ao nível da variável identidade/legitimidade. Seria mais cómodo vislumbrar apenas o tal desvio de poder económico e tecnológico; nós, europeus, poderíamos assim dizer que estávamos, de facto, a perder poder, mas que continuávamos a ter o monopólio da virtude, da identidade/legitimidade demo-liberal. Mas não é assim. A Índia tem *poder*, mas também tem *legitimidade*:

«India's place in the world will ultimately depend on something more than economic growth: its ability to nurture internal diversity and pluralism through the structures of liberal constitutional democracy. From the first, economics, stems power; from the stems legitimacy». (Khilnani, 2005:12)

A Índia tem tanta legitimidade democrática e liberal como qualquer democracia ocidental europeia. A reviravolta de 180° que a Índia provoca no olhar que lançamos sobre a política internacional não advém apenas da emergência material. Advém também e, acima de tudo, da constatação de que «o mundo ocidental não tem qualquer direito de propriedade sobre as ideias democráticas» (Sen, 2007:89).

Singh, num discurso típico da confiança que anima políticos e intelectuais indianos, afirma que «there is no doubt that the 21st is going to be an Indian century» (2005). Não

sabemos se Singh tem ou não razão. Não sabemos se a Índia será ou não a potência hegemónica no final do século XXI. Mas sabemos uma coisa: no início do século XXI, a Índia já nos obriga a alterar radicalmente as nossas perspectivas analíticas. Sentimos essa mudança de perspectiva quando olhamos para o sistema com a *lente* do poder. E sentimos uma alteração ainda maior quando usamos a *lente* da identidade/legitimidade. Estamos num sistema pós-atlântico, quer em termos de poder estrutural, quer em termos de identidade normativa. Ainda não é um sistema transpacífico (não há ainda a centralidade transpacífica absoluta), mas é, com certeza, um sistema pós-atlântico (já não há a centralidade atlântica e europeia). Há dez anos, Kissinger e Kagan nem sequer consideravam a Índia como um Grande Poder. Hoje, não só somos obrigados a considerar a Índia como um dos cinco grandes poderes, num imaginário concerto à escala global (Haass, 2005), como também somos forçados a colocar a Índia como membro de pleno direito de uma liga de democracias global, como fazem as duplas Ikenberry/Slaughter (2006: 26) e Daalder/Lindsay (2007). É insuficiente dizer que a Índia é um poder emergente. A Índia é, isso sim, «a rising democratic power» (Rice, 2006). Um Grande Poder que é também uma Democracia Liberal.

Lee Kwan Yew afirmou que China e Índia «will shake the world» (Basu, 2005). Certo. Mas agitam o mundo de maneira diferente. É costume dizer-se que a China abala as estruturas de poder do mundo (Kynge, 2006). Certo. Mas a Índia, além de abalar o mundo (*poder*), abala também a estrutura interna do Ocidente (*identidade liberal*). A China agita *apenas* o sistema de estados maquiavélico e a sociedade de estados capitalista. A Índia, além de ter a *capacidade* para agitar o mundo de Maquiavel e de Hume, tem também a legitimidade para subir ao terceiro nível: até Kant. A Índia (e Brasil, e África do Sul) agita a composição da comunidade de democracias, o cerne da identidade atlântica. A economia capitalista (partilhada por China e Índia) cria poder. A democracia liberal cria legitimidade (apenas a Índia a possui). Se a Índia – como já vimos – não pode acompanhar a performance estrutural da China, pode, no entanto, fazer valer a sua legitimidade política a fim de reforçar laços estratégicos com os EUA (Mistry, 2004: 64-87) e demais democracias asiáticas (Japão, Austrália, etc.). Por isso, ao invés de Pequim, Nova Deli encara Washington como um potenciador do poder indiano no sistema (Cohen, 2006). Washington é um *filtro* que amplifica o poder indiano. Os indianos têm acesso ao filtro americano, tal como europeus e japoneses.

E os indianos têm a noção de que estão a abalar o mundo ocidental. Como vimos no capítulo anterior, Raja Mohan falava de um *ocidente político*, no qual incluía a Índia. Este

mesmo autor afirma que existe uma percepção crescente de que «Europe and India have traded places in terms of their attitudes toward the US: while Europe seethes with resentment of US policies, India is giving up on habitually being the first, and most trenchant, critic of Washington» (Mohan, 2006: 25). Ou seja, Mohan sugere a existência de uma troca em Washington, com a Índia a alcançar aquilo que pertencia aos europeus: o lugar de aliado democrático privilegiado por Washington. Mas, na verdade, não se trata de uma troca completa (sai X, entra Y). Mas há, de facto, uma entrada, a da Índia, que obriga a Europa a partilhar o que antes era só seu: o estatuto de aliado primordial dos americanos. Acrescente-se a isto a audácia japonesa: a aliança Tóquio – Washington, indicam vários autores, é superior (na relevância estratégica) às relações transatlânticas (Watanabe, 2004 e Okamoto, 2002).

Montesquieu, analisando a natureza do poder, dizia que

«All grandeur, force, and power are relative». (1900: IX, 9)

Ora, por acção dos asiáticos, os europeus perderam *grandeur*, isto é, têm de partilhar a *grandeur* democrática com outros estados. Perderam também poder e força, ou seja, estão em declínio relativo no sistema e têm menos capacidade para influenciar Washington porque, precisamente, outros estados como a Índia e Japão têm a *grandeur* da virtude democrática, essencial para ter o *ouvido* de Washington. Washington já não percebe o sistema através do prisma da «Eurocentric coalition» (Garfinkle, 2006: 137). O tempo do primado da Europa como aliada privilegiada e excepcional da América terminou (Hassner, 2004: 42). Washington dá cada vez menos atenção à Europa, porque desvia a sua percepção para o outro lado do mundo (Mead, 2002: 26). Como afirma Mead,

«The Pacific and the Indian Oceans, not the Atlantic, will be the most important theatres of world politics to come. Europe is too weak, too divided and too inward-looking to be America's most important ally in the 21st century». (2005: 32)

Após 1945, os europeus passaram, em definitivo, a ser aquilo que A.J.P. Taylor definiu como «the European question» (Taylor, 1977: xxxvi), isto é, os europeus perderam a centralidade e o poder de iniciativa enquanto actores políticos e passaram a ser um *cenário* para a política externa de terceiros. Durante a Guerra-Fria, a Europa foi a *questão europeia* entre EUA e Rússia. Entre 1945 e 1991, a questão europeia foi o centro das atenções americanas. Isso garantiu uma – falsa – auto-percepção de centralidade aos europeus; uma percepção *falsa* porque os europeus eram o *objecto* e não o *sujeito*. E hoje

temos o seguinte: (1) a questão europeia está resolvida e (2) outras questões mais prementes surgem no horizonte, sobretudo no extremo oriente. Ao deixar de ser a questão central dos EUA, os europeus confrontam-se com algo que existe desde 1945, mas que esteve oculto devido às percepções da Guerra-Fria: os europeus não têm qualquer centralidade em termos de poder. Além disso, existe este novo dado que é a existência de novos aliados democráticos ao lado dos EUA, que atacam não o poder mas o *status* dos europeus em Washington.

Chamávamos *Guerra-Fria* ao mundo anterior. O mundo que aí vem ainda não tem nome. Não temos a pretensão de cunhar um novo nome para dar ao mundo. Mas sabemos uma coisa: esse novo mundo, seja ele qual for, desenrolar-se-á num *sistema pós-atlântico*, quer ao nível do poder, quer ao nível da identidade liberal. Até porque Washington está empenhada em descobrir a sua dimensão de potência do Pacífico, através da construção de uma «*fellowship of free Pacific nations*» (Cheney, 2004).

3. O Fim do Eurocentrismo

O que foi descrito até agora pode ser resumido da seguinte forma: onde antes existia um tandem estratégico *EUA – europeus* quase fechado em relação ao exterior, existe hoje uma triangulação estratégica: *asiáticos – EUA – europeus*. Como salienta Nicholas Burns, no passado, a relação entre Washington e os europeus era determinada apenas por aquilo que ocorria dentro da Europa. Hoje, ao invés, as relações EUA-Europa são, cada vez mais, uma função dependente daquilo que acontece noutras partes do mundo (Burns, 2007).

O que implica este fim do eurocentrismo *de facto* que ocorre no sistema maquiavélico e na confederação kantiana? A resposta é a seguinte: a natureza deste sistema e desta confederação kantiana obriga a uma revisão da habitual *perspectiva eurocêntrica* sobre a política internacional. Ou seja, a realidade política força uma mudança epistemológica. A questão é fácil de indicar, mas difícil de fazer. Isto porque implica a revisão dos pressupostos teóricos mais básicos: o *mapa* e as *datas*. O fim do eurocentrismo obriga-nos a perceber o sistema interestatal fora das nossas habituais balizas geográficas e temporais. Trata-se de uma questão de perspectiva (observar o mundo a partir de que ponto de vista?) e de narrativa (começar a narrar a partir de que data fundadora?).

Como já indicámos no capítulo anterior, a perspectiva do nosso mapa padrão é enganadora. O mapa político não é uma simples amostragem geográfica das fronteiras políticas do mundo. Um mapa político é mais do que isso: traz consigo uma declaração

política. O *nosso* mapa, com a Europa ao centro, declara a centralidade da Europa. Sucede que esta centralidade fazia sentido no século XX. Já não faz sentido hoje. O mundo transpacífico, no nosso mapa habitual, é simplesmente ignorado; aliás, o mundo transpacífico sofre a suprema humilhação: é cortado ao meio, sendo que uma metade aparece a ocidente, e a outra metade – onde está o Japão – aparece a oriente. Ora, um mapa político que não coloque o mundo transpacífico *intacto* e ao centro treina a nossa *percepção* política num mundo político irreal que já não existe. Temos de aprender a perceber o mapa de outra maneira, isto é, temos de saber colocar a Europa um pouco mais para oriente, para permitir a paridade entre o mundo transpacífico e o mundo transatlântico, com os EUA ao centro.

Mas o ponto central aqui está relacionado com a *narrativa* e com as datas que fundam as narrativas. O que é uma narrativa política? Quando X escreve “mundo pós-Guerra-Fria” ou “mundo pós-1945”, então, X está a assumir um momento histórico que é fundador da sua narração e do seu pensamento político. Ora, o fim do eurocentrismo significa que temos de saber relativizar as datas hoje utilizadas no Ocidente: 1989 que formou a narrativa do *mundo do pós-Guerra-Fria* e 2001 que iniciou a narrativa do *mundo pós-11 de Setembro*.

Na Ásia, 1989 não representa rupturas de paradigma. Como já vimos em capítulos anteriores, o dilema de segurança na Ásia não conheceu qualquer ruptura em 1989. Se a rivalidade entre potências europeias foi adormecida, a rivalidade entre os grandes poderes asiáticos continua particularmente activa. Como salienta Ian Buruma, os chineses preferem ter mísseis americanos apontados a Pequim do que conviver com armas nucleares japonesas. Na Europa, já ninguém teme a Alemanha. Na Ásia, chineses e coreanos temem ainda o Japão. Se na Europa, alemães e franceses fazem manuais de história em conjunto, na Ásia, os manuais japoneses causam confrontos diplomáticos e manifestações de rua. (Buruma, 2006:78-82). Neste contexto, Washington é o pólo central que ainda *adormece* a tensão entre os poderes asiáticos, através da aliança Japão-Washington (Calder, 2006:129-139). Como salientam dois autores de Singapura, enquanto os europeus, de forma geral, começaram a encarar a hegemonia americana com ambivalência depois de 1989, o fim da Guerra-Fria não alterou em nada a percepção que os asiáticos têm dos EUA: Washington continua a ser a estabilizadora e a *honest broker* do Extremo Oriente (Kwa e Tan, 2001:95-103).

No mundo transpacífico, não há *ruptura* por causa de 1989, há *continuidade*, aliás, há duas *continuidades*. Uma derivada ainda das guerras do passado, a outra derivada da emergência

capitalista mais recente. 1989 significou a reunificação da Alemanha e o fim definitivo da II Guerra. Ora, ainda hoje a China (República Popular vs. Taiwan) e a Coreia (Sul. vs. Norte) se encontram divididas por causa das guerras de meados do século XX. Por outro lado, não é 1989 mas sim 1979 que marca a política asiática: para os asiáticos, a queda da URSS é insignificante quando comparada com a emergência da China capitalista iniciada em 1979. É caso para dizer que «while Europe's core security dilemmas are over, Asia's are just beginning» (Lee, 2005:94).

A ideia de *Era Pós-Guerra-Fria* faz pouco sentido na Ásia porque o drama central da segunda metade do século XX asiático não foi o choque *EUA-URSS*, mas sim o *pós-colonialismo*, isto é, os esforços de China, Índia, Irão, Vietname e outras nações para criar estados independentes depois de séculos de domínio europeu. O muro de Berlim torna-se, digamos, relativo, quando comparado com as tentativas de criação de uma Era de auto-determinação e industrialização nos estados que albergam a maior parte da população mundial. Portanto, como salientou Paul Bracken, nos anos 90, enquanto os ocidentais viviam a pausa histórica do *pós-Guerra-Fria*, os asiáticos criavam a era *pós-Vasco da Gama*, isto é, o fim da superioridade económica e militar do Ocidente. Neste sentido, 1998 é mais importante do que 1989. Em 1998, 500 anos depois da chegada de Vasco da Gama à Ásia, a Índia detonou cinco bombas nucleares (exemplo seguido pelo Paquistão), a Coreia do Norte disparou um míssil que sobrevoou o Japão, e a China colocou mísseis apontados a Taiwan. Isto não *deveria* ter sucedido, segundo a narrativa ocidental. No Ocidente atlântico, o optimismo liberal dos anos 90 assumiu que a liberalização das economias asiáticas e a sua integração na economia global significaria a absorção de um *ethos* ocidental e que, por isso, os asiáticos iriam recusar as armas de destruição massiva (ADM). Nada disso sucedeu. (Bracken, 2000:148-149). Para tentar explicar o *porquê* dos testes nucleares da Índia, Jaswant Singh (conselheiro de Vajpayee) escrevia o seguinte em 1998:

«The end of the Cold did not result in the end of history. The great thaw that began in the late 1980s only melted down the ancient animosities of Europe». (Singh, 1998:52)

De forma clara, um responsável político indiano, já em 1998, avisava os ocidentais para não pressuporem que a *sua* Guerra-Fria tinha efeitos globais nos grandes estados asiáticos. Com o Paquistão nuclear no seu flanco ocidental, e com a China nuclear no seu flanco norte, naturalmente, os indianos não sentiam qualquer fim de história nos anos 90.

Mais: do ponto de vista da identidade, 1989 representou o *fim de história* na Europa, isto é, a questão “qual é o regime legítimo?” ficou resolvida. Entre europeus, apenas a democracia liberal tem legitimidade. Mas 1989 não teve esse efeito na Ásia. Enquanto o liberalismo ocidental determinava que o capitalismo chinês tinha necessariamente de gerar uma democracia liberal, a China criou o seu próprio modelo político que conjuga autoritarismo e capitalismo, o *capitalismo iliberal* (Barma e Ratner, 2006 e Mann, 2007). Este modelo chinês combina *capitalismo* (mercados livres) com *iliberalismo* político (o regime permanece autoritário). Este modelo de autoritarismo capitalista não é novo: a Alemanha e o Japão imperiais pré-1945 podiam ser definidos como uma mistura de autoritarismo com capitalismo (Gat, 2007 e Kagan, 2007). É um regime que entra de bom grado na sociedade de estados capitalistas, mas que é uma ameaça implícita à confederação kantiana. Ou seja, 1989 não marcou o avanço inexorável da democracia liberal.

Em suma, 1989 (quer ao nível do poder, quer ao nível da identidade) não significou para o mundo transpacífico aquilo que significou para o mundo transatlântico. Como indica Niall Ferguson (2006), seria um sinal de prudência epistémica relativizar a importância de 1989. Na Ásia, a queda de Gorbachev (que simboliza um autoritarismo não adaptado ao capitalismo) é hoje menos importante do que a permanência de Deng (que simboliza um autoritarismo adaptado ao capitalismo).

Como já defendemos na introdução, o dado central do nosso tempo não é o 9/11, mas sim a emergência das potências asiáticas:

«L’histoire humaine retiendra du premier quart du XXI siècle non pas le 11 septembre, mais bien de décollage de L’Inde et de la Chine, un événement aussi important que la Renaissance ou la Révolution industrielle en Occident». (Das, 2007: 28)

O 11 de Setembro indicia a fraqueza de uma civilização islâmica, que não tem condições para competir com o Ocidente aos mais diversos níveis (económico, tecnológico/científico, militar, legitimidade política). O Ocidente não teme a concorrência estratégica dos estados muçulmanos; teme a insegurança que as populações muçulmanas trazem para o interior das cidades ocidentais. Neste sentido, paradoxalmente, o 9/11 – ao demonstrar a *fraqueza* islâmica – é um sinal da superioridade ocidental. Ora, com os asiáticos, passa-se o inverso: eles representam *força*. Os estados asiáticos, sim, são concorrentes históricos dos estados ocidentais; a todos os níveis, incluindo a legitimidade política, como já vimos.

Em suma, uma correcta percepção da política internacional contemporânea implica uma relativização da importância de 1989 e de 2001. Uma percepção minimamente realista do sistema interestatal implica *diluir* (não *anular*) o significado da queda do Muro e da queda das Torres, através da adição de outros momentos históricos com a capacidade para gerar narrativas políticas. Por exemplo, convinha relativizar 2001 em relação a 2005. Como já escrevemos na introdução, em 2005 o chamado mundo em desenvolvimento passou a produzir mais de metade da riqueza mundial. E, depois, claro, importa – como já referimos – cruzar 1989 com 1979. 2005 e 1979 são essenciais para combater aquilo que um autor americano apelidou de «closing of the transatlantic mind» (Corn, 2007). É preciso abrir esta couraça epistemológica para que os *atlânticos* percebam que quando um político indiano diz que «the technological, demographic and social changes in Asia will influence every aspect of global and local existence» (Singh, 2005) não está a fazer um exercício de retórica, mas uma previsão bem sustentada.

A narrativa que melhor simboliza o nosso tempo não é o pós-Guerra-Fria ou pós-9/11, mas sim aquilo que Brzezinski definiu como *global awakening*: a emergência da pluralidade de estados não-ocidentais. Em 2020, a população do mundo euro-atlântico representará apenas 15% da população mundial; do ponto de vista económico, estados como a China, Índia, Coreia do Sul, Japão, Brasil ou México estão a rivalizar com a Europa, logo, procuram reconhecimento ao mais alto nível internacional (FMI, OMC, Banco Mundial). (Brzezinski, 2007:205-218). Mas não existe apenas um despertar estrutural. Também existe um *despertar global* democrático. As datas que até agora referimos (1989, 2005) têm uma natureza estrutural. Mas há também outro tipo de datas, que remetem para a identidade, para a legitimidade.

O *fim de história* pós-1989 significava – dentro do dogma do optimismo liberal – o triunfo total e universal da democracia liberal, enquanto ordem natural das coisas. Ora, como já vimos, tal não sucedeu. Porém, isto não significa que o apelo da democracia não exista no mundo não-ocidental. Tal como afirmámos nos capítulos anteriores, a democracia é um facto essencial na política internacional de hoje. A questão é que temos de olhar para democracias não-ocidentais em concreto e não para um suposto fim de história que marca a vitória da *Democracia* e da *Liberdade*. Temos de contemplar, por exemplo, 1994 (a África do Sul passa de estado-pária a modelo de democracia liberal africana). Temos de olhar para 1947: a Índia consoma-se enquanto democracia constitucional. Ao lidar com a Índia, os EUA não estão a colher os frutos de 1989, mas sim de 1947 (os *founding fathers* indianos refundam a Índia enquanto democracia

moderna). A China escolheu a via autoritária. A Índia escolheu a vida democrática. Duas opções políticas conscientes, historicamente situadas, que não estão relacionadas com 1989. A *teologia liberal* de Jefferson, recuperada em 1989, é uma ilusão: China e Rússia recusam conscientemente a liberdade e a democracia. O *constitucionalismo liberal* de Hamilton é uma opção política consciente de Índia e Japão, com ou sem 1989.

Ao longo deste capítulo (e da tese em geral), tentámos seguir o exemplo de Norman Davies (2006). Este historiador britânico questiona-nos sobre o seguinte: qual foi o momento marcante da II Guerra Mundial? Invariavelmente, as audiências ocidentais dizem que foi o desembarque dos aliados da Normandia. Davies corrige essa narrativa: o momento decisivo da guerra foi a batalha de Kursk, a maior batalha de tanques da História, que opôs a URSS à Alemanha. Mais: a II Guerra Mundial teve como centro de gravidade a URSS, e não os aliados ocidentais. Ou seja, Davies procura desafiar aquilo que apelida de paroquialismo da visão eurocêntrica sobre a História, isto é, *the allied scheme of history*. Ora, em nosso entender, é preciso estender esta predisposição até à análise da política internacional contemporânea. Em primeiro lugar, é preciso ter a frieza para dizer que o 9/11, apesar do choque moral, não é o momento determinante do nosso tempo. A novidade do início do século XXI é a emergência asiática. Em segundo lugar, a um nível mais identitário, é preciso compreender que, precisamente, o momento histórico dos *aliados* terminou. Já não existe um corpo unido em torno da ideia de *aliado*. Não por causa do fim da URSS. Não por causa do 9/11. Mas porque o aliado central – EUA – tem de relativizar os outros aliados transatlânticos devido à emergência de novos e inesperados actores no mundo transpácífico. O velho *allied scheme of history* foi flanqueado pelos novos aliados dos EUA.

4. As três faces do fim do eurocentrismo

Em suma, podemos agora dizer que o *fim do eurocentrismo* é composto por três grandes características. O fim do eurocentrismo é uma questão de facto derivada da (1) variável *poder estrutural* (os europeus estão em declínio relativo em relação a outros actores) e da (2) variável *regime* (os europeus partilham com outros aliados dos EUA a legitimidade que advém do regime conhecido por democracia liberal). Estas duas características ocorrem dentro da realidade política empírica. Se quisermos, a primeira pertence ao mundo de Maquiavel e a segunda ao mundo de Kant. Nestes dois círculos, o mundo pós-atlântico é uma realidade. Depois, a terceira face do *fim do eurocentrismo* não existe na realidade política empírica, mas sim ao nível da percepção, da capacidade

epistemológica. Ou seja, existe fim de eurocentrismo não só como questão de facto, mas também como questão de perspectiva, através de (3) uma variável neoclássica essencial: a *perspectiva*. Hoje, uma visão eurocêntrica sobre o mundo (que coloque o tandem EUA-Europa como único actor da história; que coloque a Europa na centralidade de poder e legitimidade) será sempre uma ferramenta epistemológica desajustada da realidade.

Olhemos, agora, um pouco mais de perto para cada uma destas características:

(1) Existe um *fim do eurocentrismo material* e objectivo nos três indicadores estruturais clássicos: demografia, economia e poder militar. Como já vimos na introdução, os europeus perderam centralidade na demografia e no PIB mundiais, sendo que as suas perdas representam ganhos asiáticos. Depois, do ponto de vista militar, a questão é simples: a Europa não existe enquanto actor estratégico: «A realidade é que quando visitamos a Ásia, percebemos que a Europa quase não existe. Mesmo que exista economicamente, em termos políticos não existe» (Bildt, 2007:21). Quem afirma isto? O MNE da Suécia. De facto, «despite this immense European space, which is so rich, so technically developed [...] we can't move a few regiments a few thousands kilometres on our own!» (Manent, 2004:162). A Europa não tem a capacidade de projectar força. Só um exemplo, com o seu quê de caricatural: no momento em que a Índia se prepara para ter três porta-aviões, no momento em que o Japão tem a segunda marinha do mundo, os porta-aviões ingleses «sail without planes about 80% of the time» (*The Economist*, 2007).

Os EUA já reagiram a esta realidade estrutural marcada pelo declínio europeu. Rice (2006a) oficializou, no centro da diplomacia da potência unipolar, o fim do eurocentrismo:

«To advance transformational diplomacy, we are and we must change our diplomatic posture. In the 21st century, emerging nations like India and China and Brazil and Egypt and Indonesia and South Africa are increasingly shaping the course of history [...] Our current global posture does not really reflect that fact. For instance, we have nearly the same number of State Department personnel in Germany, a country of 82 million people that we have in India, a country of one billion people. It is clear today that America must begin to reposition our diplomatic forces around the world, so over the next few years the United States will begin to shift several hundred of our diplomatic positions to new critical posts for the 21st century. We will begin this year with a down payment of moving 100 positions from Europe and, yes, from here in Washington, D.C., to countries like China and India and Nigeria and Lebanon, where additional staffing will make an essential difference».

Esta movimentação diplomática é, *per se*, revolucionária. Através do desvio deste capital diplomático da Europa para a Ásia, Rice oficializa com uma acção concreta o fim do eurocentrismo no sistema (*estrutura*) e em Washington (isto é, na *percepção* americana). Rice chega mesmo a comparar a Alemanha – centro da estratégia da segunda metade do

século XX – com a Índia – um dos centros da estratégia americana de hoje. A comparação não é ingénuo. Em 2006, 200 representantes diplomáticos americanos foram retirados da Europa. Mais 80 sofreriam semelhante destino em 2007. Além desta transparência, deu-se a criação de 254 novas posições diplomáticas em países como a Índia, China, Indonésia, Venezuela, Nigéria ou África do Sul (custo de 125 milhões de dólares) (Rice, 2007).

(2) Depois, existe o *fim do eurocentrismo* ao nível da identidade democrática e liberal. Mesmo sem democracias na Ásia, os EUA teriam de desviar recursos diplomáticos, económicos e militares para a Ásia, a fim de responder ao desafio estrutural. Mas sucede que na Ásia, além de um desafio estrutural, existe uma oportunidade ao nível da construção de uma unidade kantiana entre democracias. Dominique Moisi (2006) está completamente errado quando diz que «the EU is the only natural American ally in terms of values». Como demonstrámos ao longo desta tese, os EUA olham para as democracias transpácificas da mesma forma que olham para as transatlânticas.

(3) Depois, existe o *fim do eurocentrismo* situado a uma escala epistemológica. Aqui, definimos eurocentrismo seguindo John Darwin (2007): eurocentrismo é o hábito intelectual que coloca apenas os homens do espaço euro-atlântico com o poder, legitimidade e responsabilidade para fazer avançar a história, sendo que os não-ocidentais são vistos como elementos passivos (sem rivalizar ao nível do poder; sem agência legítima), à espera da centelha ocidental. Como salienta Darwin, no início do século passado, liberais/conservadores e marxistas europeus faziam do resto do mundo um títere de suas ideologias. Os liberais falavam em modernização do mundo pela mão da globalização ocidental. Os marxistas falavam em exploração do mundo pela mão da mesma globalização ocidental. Apesar de inimigas, a teoria da modernização liberal e a teoria da exploração marxista partilhavam o mesmo pressuposto: o *outro* era um elemento passivo, que apenas fazia o que era *proposto* pelos ocidentais. Ou seja, o asiático estava preso na «era da tutela» que a região euro-atlântica lançara sobre o resto do mundo.

Este *mindset* eurocêntrico ainda hoje é evidente entre ocidentais. O debate entre os liberais do império americano benigno e os marxistas do império americano maligno (ver introdução) é a reprodução do duelo entre liberais weberianos e marxistas do final do século XIX e início do século XX: para Ferguson, o império americano constrói a globalização que moderniza o mundo; para Negri, o império americano constrói a

globalização que *explora* o mundo. Ferguson e Negri partilham um pressuposto: o resto do mundo aguarda passivamente a acção da globalização americana.

Depois, intelectuais europeus têm por hábito transformar os gigantescos estados asiáticos em meros acessórios do seu raciocínio. Mark Leonard diz que a China é a nova Europa: «o segredo da China é que [...] se está a tornar cada vez mais como a União Europeia [...] a ascensão da China pode vir a ser um dos factores fundamentais que conduzam ao ‘novo século europeu’» (2005:126). Leonard consegue um prodígio: a ascensão da China representa, na verdade, a ascensão do século europeu. Leonard não só transforma um estado autoritário com 1,3 biliões de pessoas num apêndice ideológico da sua ideologia, como consegue dizer que o mundo será europeu no preciso momento em que ocorre o declínio da Europa e a ascensão da China, da Índia, do Brasil, da África do Sul e muitos mais. Ainda sobre a China, Will Hutton afirma que a China só se salvará se seguir o modelo de democracia europeu, sugerindo, inclusive, um *welfare state* para a China (Hutton, 2007:342). Todd afirma que vislumbra uma multipolaridade onde o Japão estará ao lado da França/Alemanha/Rússia *contra* os EUA (2002:193-202), sem nunca referenciar as provas empíricas que o levam a dizer semelhante coisa. Leonard, Todd e Hutton transformam assim duas das maiores potências do sistema em meras figuras decorativas da sua ideologia. Como afirmou Robert Jackson (referindo-se a Villepin), estes autores são marcados por uma «self-absorption» que transfigura o mundo fora da França/Europa: «the names of the countries are blank screens onto which are projected fantasies of romance» (2005:24).

Todos estes autores actuam dentro de uma matriz epistemológica que Walter Russell Mead descreveu com precisão: «a vague concept of a joint euro-american global condominium, in which Europe and America jointly set international, economic and institutional agenda to the rest of the world» (2004:28). Este tandem com europeus e americanos acima do resto do mundo, fazendo do sistema uma espécie de *condominium* do seu poder e da sua legitimidade norte-atlânticas, morreu. O nosso grande desafio, hoje, é saber se seremos capazes de nos adaptar epistemologicamente a uma realidade internacional pós-atlântica, pós-eurocêntrica. Leonard, Hutton, Todd, entre outros, ainda são *mentes ocidentais* com os problemas epistemológicos codificados, de forma lapidar, por aquele que pode ser visto como a voz da Ásia na literatura ocidental:

«Western minds, whose mental maps derive from the period of Western domination in the nineteenth and twentieth centuries, will have great difficulty in understanding and adapting to the twenty-first». (Mahbubani, 2007:203)

É comum ouvirmos intelectuais europeus declarar que os «antigos conceitos operacionais de análise já não se afiguram adequados à realidade dos factos» (Marchueta, 2002:206). Mais: afirmava-se que «Power is increasingly difficult to define» (Alber, Boisgrollier, Kourkoumelis, Micallef e Stadler, 2006:182). Dizer que o poder é difícil de definir não passa de uma forma de fugir à questão central: os europeus estão em declínio estrutural nos indicadores objectivos que não são difíceis de medir, e que não deixam ambiguidades. O problema é que se tornou uma *verdade adquirida*, entre europeus, considerar que *Poder, Estado, Estratégia, Alianças* são conceitos desadequados ao mundo global. Mais: estes conceitos, para além de serem desvalorizados analiticamente, são recusados normativamente, como salienta Chris Brown:

«Indeed the very language of Great, Medium and Small Powers itself, may seem somewhat retrograde, not to say reactionary, in the year 2003» (2004:6).

Mas este desprezo analítico e normativo pelos velhos conceitos realistas constitui um erro analítico, precisamente. A grelha analítica realista continua activa. Os velhos conceitos continuam activos e a explicar as dinâmicas internacionais. Não existe uma mudança de paradigma na *essência* da política internacional. Não há uma revolução nos *conceitos*. Não há uma nova teoria/paradigma *pós-estatal* em acção. O *Estado* e as relações de *Poder* entre os Estados continuam a ser essenciais. Há, isso sim, uma revolução nos *actores*, ou seja, existem novos poderes e Estados em latitudes não-ocidentais a ter em linha de conta. O que é preciso mudar não são os conceitos de análise clássicos, mas algo que está ainda mais a montante: a perspectiva eurocêntrica; o velho vício de colocar a Europa e o espaço euro-atlântico no centro do mundo.

5. Considerações finais

Em suma, em termos estruturais, há uma realidade marcada por diversos novos estados não-ocidentais que retiram poder relativo ao velho espaço europeu. No mundo de Maquiavel, os europeus perdem poder.

Se o realismo não morreu, o Ocidente também não. Do ponto de vista identitário, no mundo de Kant, o *Ocidente* continua de pé. Aliás, como já vimos, até tem novos elementos. O *Eurocentrismo* é que está a morrer. Os últimos anos não foram a sepultura política do projecto político que apelidamos sumariamente de *Ocidente* (uma substância política). Os últimos anos constituíram, isso sim, a sepultura epistemológica do *Eurocentrismo*, isto é, o hábito mental que coloca o tandem transatlântico (separado de

tudo o resto, como se fosse de outro planeta estrutural e, acima de tudo, identitário) enquanto o *único* actor da história, o único com poder, legitimidade e responsabilidade para agir em nome da *comunidade internacional*.

Em suma, o maior desafio para nós, europeus, não é político mas epistemológico. É que, por fim, o sistema de Hamilton chegou ao seu último destino. Qual era esse objectivo derradeiro do realismo americano? A saber:

«O mundo pode ser dividido politicamente, tal como geograficamente, em quatro partes [...] Infelizmente para as outras três, a Europa, com os seus exércitos e com as suas negociações, pela força e pela fraude, estendeu, em diversos graus, o seu domínio sobre todas elas. África, a Ásia, e a América sentiram sucessivamente a dominação da Europa. A superioridade, que durante tanto tempo manteve, deu-lhe a tentação de se vangloriar de ser a senhora do mundo, e de considerar o resto da humanidade como tendo sido criado para seu benefício. Homens admirados como profundos filósofos atribuíram, em palavras inequívocas, uma superioridade física aos seus habitantes, e afirmaram gravemente que todos os animais, e com eles a espécie humana, degeneram na América [...] Os factos apoiaram durante demasiado tempo estas arrogantes pretensões dos europeus. Cabe-nos a nós reivindicar a honra do género humano, e ensinar moderação a esse irmão pretensioso [...] Que os treze Estados agregados numa estrita e indissolúvel União, concorram para edificar um grande sistema americano, acima do controlo de qualquer força e influência transatlântica, e capaz de ditar os termos da conexão entre o antigo e o novo mundo» (Hamilton, 2003: pp. 91-92)

Os termos do diálogo transatlântico já eram controlados por Washington desde, pelo menos, o fim da II Guerra. Desde 1945, os europeus perderam qualquer centralidade em termos de poder. Mas devido à lógica eurocêntrica da Guerra-Fria, os europeus puderam manter uma auto-percepção de centralidade. Isso hoje termina também. O grande objectivo de Hamilton, traçado em 1787, é hoje uma realidade exposta e que não permite ambiguidades: o *fim do eurocentrismo* na política mundial. É uma realidade que está aqui e agora a marcar o nosso mundo. Os europeus de hoje, ao invés dos europeus do tempo de Hamilton, já não podem vangloriar-se de qualquer centralidade ao nível do poder e ao nível da legitimidade. Sarkozy afirma que «if France doesn't lead, who will?» (*The New York Times*, 2007). No século XVIII, existiam bases estruturais para suportar um discurso eurocêntrico. Hoje esse discurso é apenas isso: um discurso. Esteja onde estiver, Hamilton estará satisfeito.

Conclusão

«The old transatlantic axis can no longer run the world; new partnerships and approaches are needed»

Kishore Mahbubani³⁷

Estas considerações finais têm dois propósitos. Primeiro: responder de forma sucinta às perguntas colocados no início da investigação. Segundo: abrir a porta a uma nova investigação.

1. Resposta: fim do eurocentrismo

No início, colocámos uma pergunta em dois tons:

- De que forma a ascensão dos estados asiáticos afecta a política externa dos EUA? Parece certo que vai afectar. Mas como? De que formas? Como é que o gigante unipolar se adapta (ou não) a este novo desafio transpacífico?

Escrevendo nós a partir de Lisboa, havia uma pergunta inevitável a fazer:

- A ascensão asiática afecta ou não os estados europeus? Tendo em conta o papel dos EUA enquanto aliado central dos europeus, de que forma as relações transpacificas dos EUA afectam a posição da relação transatlântica?

A nossa resposta é a seguinte: regista-se o *fim do eurocentrismo* na política externa americana (resposta à primeira pergunta), mas também no sistema interestatal e na confederação de democracias kantiana (resposta à segunda pergunta). Na relação entre EUA e asiáticos, os mais afectados acabam por ser os europeus. Os estados europeus perdem relevância como aliados *democráticos* dos EUA. Eis um facto que será, porventura, o mais surpreendente de toda esta investigação: prevíamos encontrar um declínio estrutural europeu, mas nunca esperámos encontrar a equivalência normativa entre as democracias asiáticas e as democracias europeus feita pelos EUA.

Este fim do eurocentrismo tem três grandes características:

O fim do eurocentrismo é uma questão de facto que deriva da variável mais óbvia: *poder estrutural*. Os europeus estão em declínio relativo (demográfico, económico e militar) em relação aos asiáticos. O fim da centralidade europeia no sistema de alianças americano só vem reforçar ainda mais esta realidade. Porque a relação privilegiada com Washington

³⁷ Mahbubani, Kishore (2007: 207), «Charting a New Course», in *Survival*, 49, 3 (Autumn).

permitia ocultar a fraqueza estrutural europeia. Durante as últimas décadas, a aliança com os EUA fez da Europa uma espécie de *quadratura do círculo* estratégica: a Europa tinha influência global *sem* ter poder global. Isto porque a Europa era o palco central da estratégia dos EUA e porque os europeus eram os aliados democráticos centrais dos EUA; influenciar Washington era um privilégio transatlântico. Essa quadratura do círculo já não existe. Hoje, os europeus não têm estatuto de aliado privilegiado, tal como tiveram durante a Guerra-Fria. Isto porque alguns dos estados (Índia, Japão, Austrália) que provocam o declínio estrutural relativo europeu são também aqueles que concorrem com os europeus pela posição de lugar-tenente dos EUA na confederação kantiana de democracias.

O fim do eurocentrismo é uma questão de facto que ocorre também ao nível da variável *regime*. Como registámos ao longo destas páginas, o regime político que detém a legitimidade dentro da ordem constitucional internacional liderada pelos EUA é a chamada democracia liberal. Ora, mais uma vez, os europeus perdem poder relativo, desta vez dentro do mundo das democracias. Os europeus partilham com outros aliados dos EUA a legitimidade liberal que é a moeda de troca normativa desta ordem internacional.

Estas duas características (*poder estrutural; regime*) ocorrem dentro da realidade política empírica. No fundo, representam aquilo que descrevemos como *sistema pós-atlântico*: quer no mundo de Maquiavel, quer no mundo de Kant, os europeus perdem relevância. Na confluência destes dois mundos, há um novo cenário: para Washington, o mundo transpácífico é tão ou mais relevante do que o mundo transatlântico.

A terceira face do *fim do eurocentrismo* não existe na realidade política empírica, mas sim ao nível da percepção, da capacidade epistemológica, ou seja, o fim do eurocentrismo também ocorre ao nível da variável *perspectiva*. Hoje, uma visão eurocêntrica sobre o mundo (que coloque os europeus ou o tandem transatlântico como únicos actores da história, em termos de poder e de legitimidade) é uma *lente* epistemológica desajustada em relação ao sistema pós-atlântico. Se não conseguirmos sair do mapa eurocêntrico (a perspectiva) e das datas eurocênicas (a narrativa), continuaremos presos a ferramentas epistemológicas que criam uma dissonância entre a realidade internacional e a nossa capacidade epistemológica para a perceber. E isto é verdadeiro para políticos e académicos.

2. Nova pergunta: e a integração económica?

Ao longo destas páginas, investigámos o lado político da *ordem constitucional*, isto é, o lado das alianças políticas americanas. Percorremos, portanto, dois dos três círculos: o de Maquiavel e, sobretudo, o de Kant. Ora, mas a ordem constitucional gerida pela hegemonia americana tem outra face: a face económica, composta por instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial, a OMC, os *rostos* institucionais da sociedade de estados capitalista codificada por Bobbitt. Ora, o que parece surgir no horizonte é que as mudanças verificadas ao nível kantiano e ao nível da acumulação de riqueza têm consequências ao nível da organização destas instituições económicas internacionais.

Como já afirmámos, não vivemos num paradigma pós-89 ou pós-2001. Não vivemos num tempo de *ruptura*, mas sim de *continuidade*, ou melhor de *continuidades*. A actual ordem internacional é marcada pela confluência de duas continuidades: a continuidade da emergência asiática e a continuidade da vigência da ordem constitucional americana criada após a II Guerra. Ou seja, os EUA estão a adaptar a sua ordem constitucional (que tem um valor independente de 1989) a uma nova realidade estrutural e identitária marcada pela emergência e reemergência dos estados asiáticos. Os americanos estão a adaptar um velho molde a uma nova realidade. Já ocorreu a adaptação ao nível das alianças, como aqui ficou registado. Resta a pergunta: também ocorrerá uma adaptação ao nível das instituições internacionais?

É essa, aliás, a exigência dos estados não-ocidentais. Índia, Brasil ou África do Sul exigem permanentemente a mudança nas regras das instituições internacionais (ex.: uma regra informal, datada de 1944, determina que o presidente do FMI é sempre europeu e que o presidente do Banco Mundial é sempre americano) e um comércio internacional sem o proteccionismo agrícola ocidental. Este revisionismo institucional, digamos assim, assenta na seguinte percepção da economia internacional:

«A new century requires a new multilateral order. It will, however, be a far more complex endeavour than that which followed 1945, given the degree to which power has been diffused in the international political economy. The success of the new multilateral architecture will also unsustainable if it disregards the significance of [...] middle powers in the developing world specially. For example, most of the so-called Ten Big Emerging Markets identified by the US Department of Commerce: China, India, Indonesia, Brazil, Mexico, Turkey, South Korea, Poland and Argentina – are aspiring middle or played such roles in the past». (Nel *et al.*, 2000)

Nel, Taylor e van der Westhuizen apontam duas exigências: (1) a necessidade de recriar a ordem institucional de 1945, visto que (2) o Poder, ao contrário do que sucedia em 1945, encontra-se pulverizado por todo o sistema; existe uma inaudita pluralidade de

actores políticos, sobretudo a Oriente e a Sul; estes Estados emergentes exigem o estatuto e os privilégios inerentes ao seu poder real. Como vai Washington reagir a estas exigências?

3. O dilema de Washington

A este nível, o dilema central americano é o seguinte: Washington vai querer manter o poder estrutural do velho Atlântico ou vai querer manter as regras que sustentam a legitimidade da ordem liberal internacional e, por arrastamento, a legitimidade da hegemonia americana (Mahbubani, 2006)? Se as regras se mantiverem, então, as democracias não-ocidentais devem ter o mesmo espaço (como *Reliable Ally* de Washington e como *Stakeholder* da ordem liberal) que têm os europeus e japoneses. Como já vimos, no campo das alianças, os EUA mantiveram a agulha na legitimidade: quem é uma democracia liberal tem sérios riscos de ser um *reliable ally* no sistema de alianças dos EUA. O mesmo não sucede ao nível do *stakeholder* privilegiado nas grandes instituições. Se o sistema de alianças americano (o lado político da ordem constitucional) já sofreu mutações, o mesmo não ocorreu ao nível das grandes instituições económicas. Será que esta situação continuará assim? É esta a grande questão que pode animar uma investigação posterior.

Mas seja qual for o desenvolvimento político desta situação, uma coisa parece certa. Washington tem um novo dilema para resolver: como integrar as potências emergentes na ordem internacional económica sem melindrar em excesso os velhos parceiros europeus? Como dar poder aos asiáticos retirando esse mesmo poder aos europeus? Como satisfazer os asiáticos sem aviltar o orgulho europeu? Como retirar *poder* aos europeus sem afectar o *prestígio* da Europa? (Drezner, 2007)

4. Paradoxo europeu

Seja qual for a resolução destes dilemas americanos, convém terminar com uma nota bem *eurocêntrica*. Se o mundo está menos europeu em termos de poder estrutural, está mais europeu em termos de identidade normativa. Eis a condição paradoxal da Europa actual: os europeus nunca tiveram tão pouco poder, mas, paradoxalmente, o mundo nunca esteve tão europeu em termos de identidade, ou seja, nunca existiu um conjunto tão alargado de democracias liberais ao longo de todo o sistema. É por isso que nunca afirmámos, ao longo destas páginas, que este é um *sistema pós-europeu*. O mundo nunca foi tão europeu em termos de *substância* (eurocentrismo é uma questão de *perspectiva*).

Kant e Montesquieu, protegidos por Hamilton, nunca estenderam tanto os seus braços políticos como hoje. Resta saber se os europeus actuais, pós-kantianos e incapazes de perceber Hamilton, serão capazes de perceber isso. Mas isso também fica para outras calendas.

Bibliografia

1. Prefácio

Aron, Raymond (2007 [1983]). *Memórias*, Lisboa, Tinta-da-China.

Ramos, Rui (2001). *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, ICS.

Skinner, Quentin (2005). *Visões da Política, sobre os Métodos Históricos*, Algés, Difel.

2. Introdução epistemológica: na defesa do realismo neoclássico

Almeida, João Marques de (2003), «Challenging Realism by Returning to History: the British Committee's Contribution to IR 40 Years On», in *International Relations*, 17, 3.

Antoniades, Andreas (2003), «Epistemic Communities, Epistemes and Construction of (World) Politics», in *Global Society*, 17, 1.

Arendt, Hannah (2001 [1958]). *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio D'Água.

Arendt, Hannah (2001 [1950]), «A Religião e os Intelectuais», in *Compreensão e Política e Outros Ensaios*, Lisboa, Relógio D'Água.

Arendt, Hannah (2006). *Entre o Passado e o Futuro, Oito Exercícios sobre o Pensamento Político*, Lisboa, Relógio D'Água.

Aron, Raymond (2007 [1983]). *Memórias*, Lisboa, Tinta-da-China.

Aron, Raymond (2003). *Peace & War – a Theory of International Relations*, New Brunswick, Transaction Publishers.

Aron, Raymond (1985 [1976]). *Pensar a Guerra, Clausewitz*, vol. 2, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

Aron, Raymond (1974). *The Imperial Republic*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

Barkin, J. Samuel (2003), «Realist Constructivism», in *International Studies Review*, 5, 3.

Bavarez, Nicholas, e Manent, Pierre (2004), «Raymond Aron: Political Liberalism, Civic Passion, and Impartial Judgment», in *Society*, 41, 3 (March/April).

Berger, Thomas (2001), «Beyond the Demonology of Power», in *German Politics and Society*, issue 58, vol. 19, n.º 1 (Spring).

- Bobbitt, Philip (2002), «The New Battle for Global Consensus», in *New Perspectives Quarterly*, 19, 4 (Fall).
- Bull, Hedley (2002). *A Sociedade Anárquica*, São Paulo, IPRI/Universidade de Brasília.
- Bush, George (2002), «The National Security Strategy of the United States of America», Washington, White House, (September 17).
- Cline, Ray S. (1977). *World Power Assessment*, Boulder, Westview Press.
- Cravinho, João Gomes (2002). *Visões do Mundo, Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, Lisboa, ICS.
- Dueck, Colin (2004), «New Perspectives on American Grand Strategy», in *International Security*, 28, 4 (Spring).
- Easterbrook, Gregg (2005), «The End of War», in *The New Republic*, 232, 20 (30 May).
- Ellsworth, Robert, *et al.*, (2000), *America's National Interest*, The Commission on America's National Interests, (July).
- Ferguson, Niall (2004). *Colossus*, London, Allen Lane/Penguin.
- Ferguson, Niall (2001). *The Cash Nexus, Money and Power in the Modern World, 1700-2000*, London, Penguin.
- Friedberg, Aaron L. (1988). *The Weary Titan – Britain and the Experience of Relative Decline, 1895-1905*, Princeton, Princeton University Press.
- Frost, Bryan-Paul (2007), «Raymond Aron e as Teorias das Relações Internacionais; perspectivas para o século XXI», in Nuno Severiano Teixeira, João Marques de Almeida, Carlos Gaspar, (coord.), *Raymond Aron, a Paz e a Guerra no Século XXI*, Lisboa, Edições Cosmos/IDN.
- Fukuyama, Francis (2005), «Re-Envisioning Asia», in *Foreign Affairs*, 84, 1 (January/February).
- Gaspar, Carlos (2003), «A Guerra-Fria Acabou Duas Vezes», in *Nação e Defesa*, 105 (Verão).
- Goh, Evelyn (2005), «Great Powers and Southeast Asian Regional Security Strategies: Omni-Enmeshment, Balancing and Hierarchical Order», IDSS Working Paper #84, (July).
- Haass, Richard (2005). *Opportunity, America's Moment to Alter History Course*, New York, PublicAffairs.
- Hassner, Pierre (2003). *La Terre et L'Empire*, Paris, Éditions du Seuil.
- Herring, Eric (2006), «Remaking the Mainstream: the case for activism in IR Scholarship», in *Millenium*, 35, 1.

- Hoffmann, Stanley (2005), «Force, Legitimacy, and Order», Brookings, US – Europe Analysis Series», (February).
- Hoge, James F. (2004), «A Global Power Shift in the Making», in *Foreign Affairs*, 83, 4 (July/August).
- Jervis, Robert (1999), «America and the Twentieth Century – Continuity and Change», in *Diplomatic History*, 23, 2 (Spring).
- Jervis, Robert (1976). *Perception and Misperception in International Politics*, Princeton, Princeton University Press.
- Joffe, Josef (2006). *Überpower, Imperial Temptation of America*, New York, Norton.
- Keegan, John (2006). *Uma História da Guerra*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Kissinger, Henry (2005), «America's Assignment», in *Newsweek*, (January 8).
- Kissinger, Henry, (2002 [1994]). *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva.
- Kratochwil, Friedrich (2007), «Re-thinking the 'Inter' in IR», in *Millenium*, 35, 3.
- Landes, David S. (2002). *A Riqueza e Pobreza das Nações*, Lisboa, Gradiva.
- Lebow, Richard Ned (2004), «Constructive Realism», in *International Studies Review*, 6, 2 (Summer).
- Lind, Michael (2006). *The American Way of Strategy*, New York, Oxford University Press.
- Luttwak, Edward N. (2007), «The Fall of the World, and Civilization», in *The Futurist*, 40, 6 (Mach/April).
- Luttwak, Edward (2006), «Preserving Balance Among the Great Powers», in *The Futurist*, 40, 6 (November/December).
- Maddison, Angus (2004), «Contours of the World Economy and the Art of Measurement, 1500-2001», Ruggles Lecture, IARIW 28th General Conference, Cork, Ireland, (August). Disponível em <http://www.ggdc.net/maddison/>.
- Mahbubani, Kishore (2006), «Western Schools Lean From Asia», in *Newsweek*, (August 21).
- Mauß, Hanns W. (2000), «German Foreign Policy, Post-Kosovo: Still a 'Civilian Power?», in *German Politics*, 9, 2 (August).
- Mearsheimer, John J. (2001). *The Tragedy of Great Power*, New York, Norton.
- Mearsheimer, John J. (1990), «Why We Will Soon Miss the Cold War», in *The Atlantic*, 266, 2.

- Moravcsik, Andrew (2003), «Theory Synthesis in International Relations: Real not Metaphysical», in *International Studies Review*, 5, 1 (Spring).
- Morgado, Miguel (2004), «Hannah Arendt: *Vita Activa* e a Redescoberta do Político», in João Carlos Espada e João Cardoso Rosas (org.). *Pensamento Político Contemporâneo, uma Introdução*, Lisboa, Bertrand.
- Morgado, Miguel (2005), «Raymond Aron e Montesquieu», in *Nova Cidadania*, 24 (Abril/Junho).
- Morgenthau, Hans J. (1993 [1948]). *Politics Among Nations, the Struggle for Power and Peace*, New York, McGraw-Hill.
- Mueller, John (2006), «Is There Still a Terrorist Threat? The Myth of the Omnipresent Enemy», in *Foreign Affairs*, 85, 5 (September/October).
- Nau, Henry (2002). *At Home Abroad, Identity and Power in American Foreign Policy*, Ithaca, Century Foundation Book/Cornell University Press.
- Nau, Henry (2002a), «Correspondence – Institutionalized Disagreement», in *International Security*, 27, 1 (Summer).
- Niebuhr, Reinhold (1960 [1932]). *Moral Man and Immoral Society*, New York, Charles Scribner's Sons.
- Oakeshott, Michael (2003 [1975]). *On Human Conduct*, Oxford, Oxford University Press – Clarendon Press.
- Podhoretz, Norman (2004), «World War IV: How it Started, What it Means, and Why We Have to Win», in *Commentary*, 118, 2 (September).
- Prestowitz, Clyde (2006), «'Chindia' tilts the playing field», in *Current History*, 105, 690 (April).
- Purushothaman, Roopa e Wilson, Dominic (2003), «Dreaming with BRICs: the Path to 2050», Global Economics Paper #99, Goldman Sachs, (October 1).
- Ratti, Luca (2006), «Post-Cold War and International Relations Theory: the Case for Neo-Classical Realism», in *Journal Transatlantic Studies*, 4 (1).
- Rosecrance, Richard (2006), «Power and International Relations: the Rise of China and its Effects», in *International Studies Perspectives*, 7.
- Rose, Gideon (1998), «Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy», in *World Politics*, 51.
- Schmidt, Brian C. (2005), «Competing Realist Conceptions of Power», in *Millennium*, 33, 3.
- Schmidt, Brian C. (2002), «Together again: reuniting political theory and international relations theory», in *British Journal of Politics and International Relations*, 4, 1 (April).

- Schroeder, Paul (1992), «Did the Vienna Settlement Rest on a Balance of Power?», in *American Historical Review*, 97, 2.
- Schroeder, Paul (1994), «Historical Reality vs. Neo-Realist Theory», in *International Security*, 19, 1 (Summer).
- Schwarz, Benjamin e Layne, Christopher (2002), «A New Grand Strategy», in *The Atlantic Monthly*, 289, 1 (January).
- Schweller, Randall (2006). *Unanswered Threats, Political Constraints on the Balance of Power*, Princeton, Princeton University Press.
- Shimko, Keith L. (2002), «Realism, Neorealism and American Liberalism», in *Review of Politics*, 54, 2 (Spring).
- Singh, Zorawar Daulet (2007), «All Options Open to India», in *Asian Times*, (April 20).
- Skinner, Quentin (2005). *Visões da Política, sobre os Métodos Históricos*, Algés, Difel.
- Snyder, Jack (1991). *Myths of Empire, Domestic Politics and International Ambitions*, Ithaca, Cornell University Press.
- Solana, Javier (2003), *A Secure Europe in a Better World – European Security Strategy*, Brussels, 12 December.
- Steinbock, Dan (2007), «New Innovation Challengers: the Rise of China and India», in *The National Interest*, 87 (January/February).
- Strachan, Hew (2005), «The Lost Meaning of Strategy», in *Survival*, 47, 3 (Autumn).
- Strauss, Leo (1989), «Thucydides: The Meaning of Political History», in *The Rebirth of Classical Political Rationalism*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Strauss, Leo (1988 [1959]), «What is Political Philosophy?», in *What is Political Philosophy and Other Studies*, Chicago, The University Chicago Press.
- Taylor, A. J. P. (1967). *Europe: Grandeur and Decline*, London, Penguin.
- Taylor, A. J. P. (1977 [1954]). *The Struggle for Mastery of Europe, 1848-1918*, Oxford, Oxford University Press.
- The Economist* (2006), «Coming of Age», (January 19).
- The World Bank (2007), «Launch of 2007 World Development Indicators», Washington, (April 15).
- Walt, Stephen M. (2005), «The Relationship Between Theory and Policy in International Relations», in *Annual Review of Political Science*, 8: 23:48 (June).

- Waltz, Kenneth (2000), «Globalization and American Power», in *The National Interest*, 59, (Spring).
- Waltz, Kenneth (1999), «Globalization and Governance», in *Political Science and Politics*, 32, 4.
- Waltz, Kenneth (1993), «The Emerging Structure of International Politics», in *International Security*, 18, 2 (Autumn).
- Waltz, Kenneth (1979). *Theory of International Politics*, New York, McGraw Hill.
- Weber, Cynthia (2006), «An Aesthetics of Fear», in *Millenium*, 34, 3.
- Weber, Max (1997). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, Lisboa, Edições 70.
- Wendt, Alexander (1994), «Collective Identity Formation and the International State», in *American Political Science Review*, 88, 2 (June).
- Wohlforth, William (1993). *The Elusive Balance – Power and Perceptions during the Cold War*, Ithaca, Cornell University Press.
- Wohlforth, William (1999), «The Stability of a Unipolar World», in *International Security*, 24, 1 (Summer).
- Wohlforth, William, *et al.* (2007), «Testing Balance-of-Power Theory in World History», in *European Journal of International Relations*, 13, 2.
- Woodall, Pam (2006), «The New Titans – a survey of the world economy», in *The Economist*, (September 16).
- Yuan, Jing-Dong (2007), «The Dragon and the Elephant: Chinese-Indian Relations in the 21st Century», in *The Washington Quarterly*, 30, 3 (Summer).
- Zakaria, Fareed (1999). *From Wealth to Power*, Princeton, Princeton University Press.
- Zakaria, Fareed (2006), «Adrift in a Turbulent», in *Newsweek*, (April 24).
- Zakaria, Fareed (2006), «International Commerce is the True Battleground», in *Newsweek*, (November 27).
- Zakaria, Fareed (2006), «The Year of Living Fearfully», in *Newsweek*, (September 11).
- Zhongying, Pang (2007), «Debating Delhi – the Dragon and the Elephant», in *The National Interest*, 89 (May/June).

3. Capítulo I: Estabilização de um conceito: a República Americana

Adams, John (1946). *The Selected Writings of John and John Quincy Adams*, Nova Iorque, Knopf.

Adams, John e Quincy Adams, John (1946). *The Selected Writings of John and John Quincy Adams*, Nova Iorque, Knopf.

Albright, Madeleine (2006), «A Realistic Idealism», in *The Washington Post*, 8 de Maio.

Albright, Madeleine (2006a). *Os Poderosos e o Todo-Poderoso, Reflexões sobre a América, Deus e a Política Internacional*, Algés, Difel.

Alesina, Alberto e Giavazzi, Francesco (2007). *O Futuro da Europa – Reforma ou Declínio*, Lisboa, Edições 70.

Amin, Samir (2005). *O Vírus Liberal*, Porto, Campo das Letras.

Andréani, Gilles (2005), «Imperial Loose Talk», in Tod Lindberg (ed.), *Beyond Paradise and Power*, Nova Iorque, Routledge.

Applebaum, Anne (2006), «What I Learned about Condi», in *The Spectator*, 1 de Abril.

Arendt, Hannah (2006). *Entre o Passado e o Futuro, Oito Exercícios sobre o Pensamento Político*, Lisboa, Relógio D'Água.

Aron, Raymond (1974). *The Imperial Republic: the United States and the World (1945-1973)*, New Jersey, Prentice-Hall.

Aron, Raymond (2007). *Memórias*, Lisboa, Guerra & Paz.

Art, Robert T. (1996), «Why Western Europe Needs the United States and NATO», in *Political Science Quarterly*, 111, 1.

Ash, Timothy Garton (2003), «Anti-Europeanism in America», in *New York Review of Books*, L, 2, 13 de Fevereiro.

Ash, Timothy Garton (2004). *Free World*, Londres, Allen Lane/Penguin.

Bacevich, Andrew (2005), «The Real World War IV», in *Wilson Quarterly*, 29, 1, Winter.

Baker, James (2007), «The Big Ten, the Case for Pragmatic Idealism», in *The National Interest*, 91, Setembro/Outubro.

Banazzi, Tiziano (2004 [1983]), «Mito Político», in Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (eds.), *Dicionário de Política*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

Bell, Coral (2003), «Normative Shift», in *The National Interest*, 70, Winter 2002/03.

Bell, Coral (2005), «The Twilight of the Unipolar World», in *The American Interest*, 1, 2, Winter.

- Berger, Samuel R. (2004), «Foreign Policy for a Democratic President», in *Foreign Affairs*, 83, 3, Maio/Junho.
- Berkowitz, Peter (2003), «The Demagoguery of Democratic Theory», in *Critical Review*, 15, 1-2, Winter/Spring.
- Berkowitz, Peter (2003a), «The Liberal Spirit in America», in *Policy Review*, 120, Agosto/Setembro.
- Berkowitz, Peter (ed.) (2004), *Varieties of Conservatism in America*. Stanford: Hoover Institution Press.
- Berkowitz, Peter (ed.) (2004a), *Varieties of Progressivism in America*. Stanford: Hoover Institution Press.
- Bijian, Zheng (2005), «China's 'Peaceful Rise' to Great Power Status», in *Foreign Affairs*, 84, 5, Setembro/Outubro.
- Bobbio, Norberto (2003). *O Filósofo e a Política*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- Bobbitt, Philip (2002). *Shield of Achilles*, Londres, Penguin.
- Boot, Max (2003), «What Next?», in *Weekly Standard*, 8, 33.
- Brogan, D. W. (1960). *Politics in America*, Nova Iorque:, Anchor Books.
- Bromwich, David (2006), «Lincoln at War», in *New York Review of Books*, LIII, 17, 2 de Novembro.
- Brooks, Stephen e Wohlforth, William (2005), «Hart Times for Soft Balacing», in *International Security*, 30, 1, Summer.
- Bull, Hedley (2002 [1977]). *A Sociedade Anárquica*, São Paulo, Editora Universidade de Brasília-IPRI.
- Burns, Nicholas e Menon, Shiv Shankar (2007), «US – India Relations in the Global Context», Remarks at the Carnegie Endowment for International Peace, Washington, 22 de Fevereiro.
- Bush, George (2004), «Presidents Remarks in Ask President Bush Event», Office of the Press Secretary, 5 de Agosto.
- Bush, George (2005), «President Sworn-In to Second Term», White House, Office of the Press Secretary, Washington DC, 20 de Janeiro.
- Brzezinski, Zbigniew (2005). *The Choice*, New York, Basic Books.
- Chernow, Ron (2004). *Alexander Hamilton*, Nova Iorque, Penguin.
- Clinton, Hillary (2006), «Foreign Policy: Council on Foreign Relations», 31 de Outubro.

- Cooper, Robert (2005), «Imperial Liberalism», in *The National Interest*, 79, Spring.
- Cox, Michael (2004), «Empire is Back in Town», Conference Papers – International Studies Association, 2004 Annual Meeting, Montreal.
- Cox, Michael (2004a), «Empire, imperialism and the Bush doctrine», in *Review of International Studies*, 30.
- Cropsey, Joseph (1987 [1963]), «Karl Marx», in Leo Strauss e Joseph Cropsey (eds.), *History of Political Philosophy*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Dalby, Simon (2005), «Political Space: Autonomy, Liberalism, and Empire», in *Alternatives*, 30.
- Dawisha, Aheed (2004), «Iraq: Setbacks, Advances, Prospects», in *Journal of Democracy*, 15, 1, Janeiro.
- Democratic Principles Working Group (2003), «Iraq Opposition Report on the Transition to Democracy», in *Journal of Democracy*, 14, 3, Julho.
- Diamond, Larry (2005). *Squandered Victory*, Nova Iorque, Times Books.
- Diamond, Larry e Morlino, Leonardo (2004), «The Quality of Democracy – An Overview», in *Journal of Democracy*, 15, 4, Outubro.
- Diamond, Martin (1987 [1963]), «The Federalist», in Leo Strauss e Joseph Cropsey (eds.), *History of Political Philosophy*, Chicago, The Chicago University Press.
- Dobbins, James, et al. (2003), *America's Role in Nation-Building: From Germany to Iraq*, Santa Monica, Rand Corporation.
- Donnelly, Jack (2006), «Sovereign Inequalities and Hierarchy in Anarchy: American Power and International Society», in *European Journal of International Relations*, 12, 2.
- Doyle, Michael (2004), «Utopianism and the Bush Foreign Policy», in *Cambridge Review of International Affairs*, 17, 1, Abril.
- Doyle, Michael W. (1986). *Empires*, Ithaca, Cornell University Press.
- Dunne, Tim (2001), «New Thinking on International Society», in *British Journal of Politics and International Relations*, 3, 2, Junho.
- Dunne, Tim e Schmidt, Brian C. (2001), «Realism», in John Baylis e Steve Smith (eds.), *The Globalization of World Politics*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Ellis, Joseph J. (2002). *Founding Brothers*, Nova Iorque, Vintage Books-Random House.
- Epstein, Richard A. (2003). *Skepticism and Freedom*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Esper, Philippe, et al. (2007), *Défendre la France et L'Europe*, Paris, Perrin.

- Fabbrini, Sergio (2000), «Globalización de la Política Americana? – Una perspectiva europea sobre la resistencia al poder estadounidense», Ponencia presentada en el XVIII Congreso Mundial de la Asociación Internacional de Ciencia Política (IPSA), Québec, 1 al 5 Agosto.
- Feldman, Noah (2004). *What We Owe Iraq*, Oxford, Princeton University Press.
- Ferguson, Niall (2004). *Colossus – the Rise and Fall of the American Empire*, Londres, Allen Lane.
- Fischer, Joschka (2007), «A Praga do Unilateralismo», in *Público*, 13 Janeiro.
- Fumaroli, Marc (1997), «I is an Other – Delusions of Identity», in *Diogenes*, n. 177, vol. 45/1, Spring.
- Gaddis, John Lewis (2004). *Surprise, Security and the American Experience*, Cambridge, Harvard University Press.
- Gaspar, Carlos (s.d.), «O Momento Imperial», IPRI. Disponível em www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=3&ida=37.
- Giuliani, Rudolph (2001), «Toward a Realistic Peace», in *Foreign Affairs*, 86, 5, Setembro/Outubro.
- Glennon, Michael J. (2005), «Idealism at the UN», in *Policy Review*, 129, Fevereiro e Março.
- Graebner, Norman (1964). *Ideas and Diplomacy*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Grotius, Hugo (1949 [1625]). *The Law of War and Peace*, Nova Iorque, Walter K. Black.
- Gulddal, Jesper (2007), «A heavy Prelude to Chaos – Aspects of literary anti-Americanism in the interwar years», in *Eurozine*, 20 de Março.
- Haass, Richard (2005), «The Case for Integration», in *The National Interest*, 81, Fall.
- Habermas, Jürgen e Derrida, Jacques (2005), «February 15, or, What Binds Europeans Together: Plea for a Common Foreign Policy, Beginning in Core Europe», in Daniel Levy, Max Pensky e John Torpey (eds.), *Old Europe, New Europe, Core Europe*, Nova Iorque, Verso.
- Haine, Jean Yves (2003), «The Imperial Moment: a European View», in *Cambridge Review of International Affairs*, 16, 3, Outubro.
- Hamilton, Alexander, *et al.* (2003 [1788]). *O Federalista*, Lisboa, Edições Colibri.
- Hart, Gary (2004). *The Fourth Power*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Hart, Gary, *et al.* (1999), «New World Coming», US Commission on National Security/21st Century, 15 de Setembro.

Hassner, Pierre (1994), «Beyond the Three Traditions: the Philosophy of War and Peace in Historical Perspective», in *International Affairs*, 70, 4, 1994.

Hassner, Pierre (2002), *The United States: the Empire of Force or the Force of Empire?*, Paris, European Union Institute for Security Studies, Chaillot Papers, n.º 54, Setembro.

Hassner, Pierre (2003). *Le Terreur et L'Empire, La Violence et la Paix II*, Paris, Éditions du Seuil.

Hay, William Anthony (2005), «What is Democracy? Liberal Institutions and Stability in Changing Societies», in *Orbis* 50, 1, Winter.

Himmelfarb, Gertrude (2004). *The Roads to Modernity*, Nova Iorque, Knopf.

Hobsbawn, Eric (2003), «O problema dos Americanos é que não têm consciência das suas limitações», in *O Mundo Depois da Guerra no Iraque*, Lisboa, Relógio D'Água.

Howard, Michael (2002), «What Friends Are For», in *The National Interest*, 69, Fall.

Hume, David (2002 [1741]). *Ensaaios Morais, Políticos e Literários*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Huntington, Samuel (1996). *O Choque das Civilizações*, Lisboa, Gradiva.

Huntington, Samuel (2005), «The Great American Myth», in *Maclean's*, 118, 7, Fevereiro.

Hutton, Will (2007). *The Writing on the Wall – China and the West in the 21st Century*, London, Litte, Brown.

Ignatieff, Michael (2005), «Who are Americans to Think that Freedom is Theirs to Spread?», in *The New York Times Magazine*, 25 de Junho.

Ikenberry, John (1999), «Institutions, Strategic Restraint, and the Persistence of American Postwar Order», in *Internacional Security*, 23, 3, Winter.

Ikenberry, John (2001). *After Victory*, Princeton, Princeton University Press.

Ikenberry, John (2002), «America's Imperial Ambition», in *Foreign Affairs*, 81, 5 (Setembro/Outubro).

Ikenberry, John (2004), «Illusions of Empire», in *Foreign Affairs*, 82, 2, Março/Abril.

Ikenberry, John (2004), «Liberalism and Empire: Logics of Order in the American Unipolar Age», in *Review of International Studies*, 30.

Ikenberry, John (2006), «The Myth of Post-Cold War Chaos», in *Foreign Affairs*, 75, 3 Maio/Junho.

Ikenberry, John e Kupchan, Charles (2004), «Liberal Realism, the Foundations of a Democratic Foreign Policy», in *The National Interest*, 77, Fall.

- Jaffa, Harry (1982 [1959]). *Crisis of the House Divided - an interpretation of the issues in the Lincoln-Douglas Debates*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Jaffa, Harry (2000). *A New Birth of Freedom, Abraham Lincoln and the Coming of the Civil War*, Oxford, Rowman & Littlefield.
- Jefferson, Thomas (1984). *Writings*, Nova Iorque, The Library of America.
- Jenkins, Simon (2005), «In Conversation», in *Times Literary Supplement*, 22 de Abril.
- Jervis, Robert (2003), «Understanding the Bush Doctrine», in *Political Science Quarterly*, 118, 3.
- Jervis, Robert (2005), «Why the Bush Doctrine Cannot be Sustained», in *Political Science Quarterly*, 120, 3.
- Joffe, Josef (1992), «In Defense of Henry Kissinger», in *Commentary* 94, 6, Dezembro.
- Joffe, Josef (2005), «AI Symposium – The Sources of American Conduct», in *The American Interest*, 1, 1, Autumn.
- Joffe, Josef (2006). *Überpower*, Nova Iorque, Norton.
- Joffe, Josef (2006a), «Dissecting Anti-isms», in *The American Interest*, 1, 4, Summer.
- Joffe, Josef (2007), «Power Failure – Why Force Doesn't Buy Order», in *The American Interest*, 2, 6, Julho/Agosto.
- Johnson, Paul (2003), «From 'the Evil Empire' to 'the Empire for Liberty'», in *New Criterion*, 21, 10.
- Kahn, Paul W. (2003), «Comparative Constitutionalism in a New Key», in *Michigan Law Review*, 101, Agosto.
- Kahn, Paul W. (2005), «American Exceptionalism, Popular Sovereignty, and the Rule of Law», in Michael Ignatieff (ed.), *American Exceptionalism and Human Rights*, Princeton, Princeton University Press.
- Kennan, George F. (1951). *American Diplomacy, 1900-1950*, Nova Iorque, Mentor Books.
- Kennan, George F. (1986), «Morality and Foreign Policy», in *Foreign Affairs*, 64, 2, Winter 1985/86.
- Kirk, Russell (2001 [1953]). *The Conservative Mind*, Washington, Regnery.
- Kissinger, Henry (2003). *Precisará a América de uma Política Externa?*, Lisboa, Gradiva.
- Kissinger, Henry (2007), «Back to Realism», in *New Perspectives Quarterly*, 24, 1, Winter.
- Klarevas, Louis (2004), «Political Realism, a Culprit for the 9/11 Attacks», in *Harvard International Review*, 26, 3, Fall.

Kristol, Irving (1999 [1995]). *Neoconservatism, the Autobiography of an Idea*, Chicago, Elephant Paperback.

Kristol, William e Kagan, Robert (1996), «Toward a Neo-Reaganite Foreign Policy», in *Foreign Affairs*, 75, 4, Julho/Agosto.

Lake, David A. (2000), «Self-Restrained Superpower», in *Harvard International Review*, 22, 3, Fall.

Lake, David A. (2007), «Escape from the State of Nature», in *International Security*, 32, 1, Summer.

Layne, Christopher (2006), «Impotent Power? – Re-Examining the Nature of America's Hegemonic Power», in *The National Interest*, 85 Setembro/Outubro.

Leffler, Melvyn P. (2003), «9/11 and the Past and Future of American Foreign Policy», in *International Affairs*, 79, 5.

Leiber, Keir A. e Alexander, Gerard (2005), «Waiting for Balancing – Why the World is Not Pushing Back», in *International Security*, 30, 1, Summer.

Leiber, Keir A. e Press, Daryl G. (2006), «The Rise of US Nuclear Primacy», in *Foreign Affairs*, 85, 2, Março/Abril.

Leonard, Mark (2006). *O Século XXI, a Europa em Mudança*, Lisboa, Presença.

Lincoln, Abraham (1992). *Selected Writings of Abraham Lincoln*, Nova Iorque, Bantam Books.

Lind, Michael (2002), «Toward a Global Society of States», in *Wilson Quarterly*, 26, 3, Summer.

Lippmann, Walter (1943). *US Foreign Policy – Shield of the Republic*, Nova Iorque, Pocket Books.

Lippmann, Walter (1956). *The Public Philosophy*, Nova Iorque, Mentor Book – The New American Library.

Lipset, Seymour Martin (2000), «Uma Perspectiva Europeia da Sociedade Americana», in João Carlos Espada, *A Invenção Democrática*, Lisboa, ICS.

MacCormick, Neil (1999), «Institutions and Laws Again», in *Texas Law Review*, 77, 6.

Mahoney, Daniel (2006), «Conservatism, Democracy, and Foreign Policy», in *The Intercollegiate Review*, 41, 2, Fall.

Mallaby, Sebastian (2002), «The Reluctant Imperialist», in *Foreign Affairs*, 81, 2, Março-Abril.

Manent, Pierre (1987). *Histoire Intellectuelle du Libéralisme*, Paris, Hachette Littératures.

- Mansfield, Edward e Snyder, Jack (2005). *Electing to Fight – Why Emerging Democracies go to War*, Cambridge, MIT Press.
- Maquiavel, Nicolau (1950), *The Prince and the Discourses*, Nova Iorque, The Modern Library-Random House.
- Matthews, Richard K. (2004), «The Radical Political Philosophy of Thomas Jefferson: an Essay in Retrieval», in *Midwest Studies in Philosophy*, XXVIII.
- Mazarr, Michael (2003), “Acting Like a Leader”, in *Survival*, 44, 4, Winter.
- McCain, John (2007), «McCain Remarks», Stanford, Hoover Institution, 1 de Maio.
- McDougall, Walter (1997). *Promised Land, Crusader State, the American Encounter with the World since 1776*, Nova Iorque, Mariner Books.
- McDougall, Walter (2003), «Power Steering», in *The National Interest*, 70, Winter.
- McFaul, Michael (2002), «The Liberty Doctrine», in *Policy Review*, 112, Abril/Maio.
- Mead, Walter Russell (2002). *Special Providence*, Nova Iorque, Routledge.
- Mead, Walter Russell (2004), «First Principles», in *Foreign Affairs*, 83, 4, Julho/Agosto.
- Mead, Walter Russell (2005), «American Grand Strategy in a World of Risk», in *Orbis*, 49, 4, Fall.
- Micklethwait, John e Wooldridge, Adrian (2004). *The Right Nation*, Londres, Allen Lane-Penguin.
- Moisi, Dominique (2006), «After Unipolarity, Europe’s time to make a difference», in *The Daily Star*, 19 de Dezembro.
- Monten, Jonathan (2005), «The Roots of the Bush Doctrine», in *International Security*, 29, 4, Spring.
- Montesquieu (1900). *The Spirit of Laws*, Nova Iorque, P. F. Collier & Son.
- Moravcsik, Andrew (2005), «Paradox of US Human Rights Policy», in Michael Ignatieff (ed.), *American Exceptionalism and Human Rights*, Princeton, Princeton University Press.
- Motyl, Alexander J. (2001). *Imperial Ends – the Decay, Collapse and the Revival of Empires*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- Motyl, Alexander J. (2006), «Empire Falls – Washington May Be Imperious, but it is not Imperial», in *Foreign Affairs*, 85, 4, Julho/Agosto.
- Nau, Henry (2002). *At Home Abroad, Identity and Power in American Foreign Policy*, Ithaca, Century Foundation Book.
- Negri, Antonio e Hardt, Michael (2004 [2000]). *Império*, Lisboa, Livros do Brasil.

- O'Donnell, Guillermo (1999), «Horizontal Accountability in New Democracies», in A. Schedler, L. Diamond e M. Plattner (eds.), *The Self-Restraining State*, Boulder, Lynne Rienner Publishers.
- O'Donnell, Guillermo (2004), «Why the Rule of Law Matters», in *Journal of Democracy*, 15, 4, Outubro.
- O'Hanlon, Michael E. (2005), «Iraq Without a Plan», in *Policy Review*, 128, Dezembro 2004/Janeiro 2005.
- Obama, Barack (2006). *The Audacity of Hope*, Nova Iorque, Crown.
- Ortega y Gasset (1989 [1937]). *A Rebelião das Massas*, Lisboa, Relógio D'Água.
- Paine, Thomas (1997 [1791]). *Common Sense*, Nova Iorque, Dover.
- Paine, Thomas (1999 [1791-92]). *Rights of Man*, Nova Iorque, Dover Publications.
- Paul, T.V. (2005), «Soft Balancing in the Age of US Primacy», in *International Security*, 30, 1, Summer.
- Philips, David L. (2005). *Losing Iraq*, Nova Iorque, Westview Press.
- Pipes, Daniel (2006), «The Freedom Crusade, Revisited», in *The National Interest*, 82, Winter 2005/06.
- Plattner, Marc F. (2004), «Sovereignty and Democracy», in *Policy Review*, 122, Dezembro 2003/Janeiro 2004.
- Pocock, J. G. A. (2004), «America's Foundations, Foundationalisms and Fundamentalisms», in *Orbis*, 49, Winter.
- Pope, Robert A. (2005), «Soft Balancing Against the United States», in *International Security*, 30, 1, Summer.
- Prospect* (2004), 105, Dezembro.
- Rabkin, Jeremy (2002), «After Guantanamo», in *The National Interest*, 68, Summer.
- Rabkin, Jeremy (2003), «What We Can Learn About Human Dignity from International Law», in *Harvard Journal of Law & Public Policy*, 27, 1, Fall.
- Ramonet, Ignacio (2002). *Guerras do Século XXI*, Porto, Campo das Letras.
- Rice, Condoleezza (2000), «Promoting the National Interest», in *Foreign Affairs*, 79, 1, Janeiro/Fevereiro.
- Rice, Condoleezza (2007), «Remarks at the Centennial Dinner for the Economic Club of New York», Nova Iorque, 7 de Junho.
- Risen, Clay (2007), «Bipolar», in *Democracy, a Journal of Ideas*, 3, Winter.

Rosenthal, John (2004), «A Lawless Global Court», in *Policy Review*, 123, Fevereiro/Março.

Ruggie, John Gerard (2005), «American Exceptionalism, Exemptionalism and Global Governance», in Michael Ignatieff (ed.), *American Exceptionalism and Human Rights*, Princeton, Princeton University Press.

Schama, Simon (2003), «The Unloved American – two centuries of alienating Europe», in *New Yorker*, 10 de Março.

Schweller, Randall (1994), «Bandwagoning for Profit», in *International Security*, 19, 1, Summer.

Scruton, Roger (2006), «Limits to Democracy», in *The New Criterion* 24, 5, Janeiro.

Shanghai Cooperation Organization (2004), Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 7 de Janeiro.

Disponível em www.fmprc.gov.cn/eng/topics/sco/t57970.htm.

Simes, Dimitri K. (2003), «America's Imperial Dilemma», in *Foreign Affairs*, 82, 6, Novembro/Dezembro.

Simmons, Anna (2003), «Death of Conquest», in *The National Interest*, 71, Spring.

Singer, Peter (2004). *Um Só Mundo, a Ética da Globalização*, Lisboa, Gradiva.

Skidelsky, Robert (2006), «Hot, Cold & Imperial», in *New York Review of Books*, LIII, 12 13 de Julho.

Slaughter, Anne-Marie (2005), «A Brave New Judicial World», in Michael Ignatieff (ed.), *American Exceptionalism and Human Rights*, Princeton, Princeton University Press.

Smith, Robert W. (2004). *Keeping the Republic*, DeKalb, Northern Illinois University Press.

Smith, Tony (1994). *America's Mission*, Princeton, Princeton University Press.

Snyder, Jack (2004), «One World, Rival Theories», in *Foreign Policy*, 145, Novembro/Dezembro.

Soromenho-Marques, Viriato (2002). *A Revolução Federal – Filosofia Política e Debate Constitucional na Fundação dos EUA*, Lisboa, Edições Colibri.

Strauss, Leo (1971 [1953]). *Natural Right and History*, Chicago, The University of Chicago Press.

The Economist (2005), «No exit strategy», 15 de Janeiro.

The New York Times (2005), «Bush's speech on Iraq», 30 de Junho.

Tocqueville, Alexis de (2002). *Da Democracia da América*, Estoril, Principia.

- Todd, Emmanuel (2002). *Após o Império, Ensaio sobre a Decomposição do Sistema Americano*, Lisboa, Edições 70.
- Todorov, Tzvetan (2006 [2003]). *A Nova Desordem Mundial*, Porto, Asa.
- Tucker, Robert e Hendrickson, David (1990), «Thomas Jefferson and American Foreign Policy», in *Foreign Affairs*, 69, 2.
- Vaisse, Justin (2003), «Making Sense of French Foreign Policy», Brookings Institution – Center on the United States and France.
Disponível em www.brookings.edu/opinions/2003/0702france_vaisse.aspx.
- Védrine, Hubert (2003). *Face à L'Hyperpuissance*, Paris, Fayard.
- Walling, Karl (1995), «Was Alexander Hamilton a Machiavellian Statesman», in *Review of Politics*, 57, 3, Summer.
- Walt, Stephen (1998), «International Relations: One World, Many Theories», in *Foreign Policy*, 110, Spring.
- Walt, Stephen (2005), «Taming American Power», in *Foreign Affairs*, 84, 5, Setembro/Outubro.
- Washington, George (1997 [1796]). *Writings*, Nova Iorque, The Library of America.
- West, Thomas G. (2002), «Jaffa versus Mansfield: Does America have a Constitutional or a “Declaration of Independence” Soul?», in *Perspectives on Political Science*, 31, 4, Fall.
- Williams, Bernard (1993), «Truth, Politics, and Self-Deception», in *Social Research*, 63, 3, Fall.
- Wilson, James Q., «American Exceptionalism», in *American Spectator*, Setembro.
- Wohlforth, William (1999), «The Stability of the Unipolar World», in *International Security*, 24, 1, Summer.
- Wohlforth, William (2007), «Unipolar Stability, the Rules of Power Analysis», in *Harvard International Review*, 29, 1, Spring.
- Wolf, Martin (2001), «Will the Nation-State Survive Globalization?», in *Foreign Affairs*, 80, Janeiro/Fevereiro.
- Wolf, Martin (2001a), «Will Technology and Global Capital Markets Change the Scope of Government?», in *Cato Journal*, 21, 1, Spring/Summer.
- Wolfowitz, Paul (2000), «Remembering the Future», in *The National Interest*, 59, Spring.
- Kagan, Robert e Kristol, William (2000), «The Present Danger», in *The National Interest*, 59, Spring.

Wright, Martin (2002 [1978]). *A Política do Poder*, São Paulo, Editora Universidade de Brasília.

Zakaria, Fareed (2004). *The Future of Freedom*, Nova Iorque, Norton.

Zakaria, Fareed (2005), «High Hopes, Hard Facts», in *Newsweek*, 31 de Janeiro.

Zakaria, Fareed (2005a), «Listen to the Ayatollah», in *Newsweek*, 19 de Janeiro.

Zakaria, Fareed e Kagan, Robert (2003), «Correspondence», in *The New Republic*, 18 de Agosto.

Zelikow, Philip (2003), «The Transformation of National Security – Five Redefinitions», in *The National Interest*, 71, Spring.

Zoellick, Robert (2000), «A Republican Foreign Policy», in *Foreign Affairs*, 79, 1, Janeiro/Fevereiro.

4. Capítulo II: Alianças EUA – Democracias Transpácificas

Abe, Shinzo (2005), «Miles to Go: My Vision for Japan's Future», Brookings Institution, Washington, 2 de Maio.

Adhikari, Gautam (2004), «India and America: Estranged no more», in *Current History*, 103, 672, Abril.

Adhikari, Gautam (2005), «U.S.-India Relations: Report on AEI's Roundtable Discussions», AEI Working Papers, 22 de Junho.

Ahluwalia, Montek Singh (2004), «Understanding India's Reform Trajectory: Past Trends and Future Challenges», in *India Review*, 3, 3, Outubro.

Aida, Hiro (2006), «Black Ship Ghosts», in *The American Interest*, 1, 4, Summer.

Angell, Norman, (2002 [1910]). *A Grande Ilusão*, São Paulo, Editora Universidade Brasília – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

Applebaum, Anne (2005), «AI Symposium – The Sources of American Conduct», in *The American Interest*, vol.1, n.º 1, Autumn.

Aron, Raymond (2007). *Memórias*, Lisboa, Guerra & Paz.

Aron, Raymond, (1985). *Pensar a Guerra, Clausewitz*, Brasília, Editora Universidade Brasília.

Art, Robert J. (2007), «Agreeing to Agree (and Disagree)», in *The National Interest*, 89, Maio/Junho.

Ash, Timothy Garton (2004). *Free World*, Londres, Allen Lane/Penguin.

- Ashutosh, Varshney (2007), «India's Democratic Challenge», in *Foreign Affairs*, 86, 2, Março/Abril.
- Asmus, Ronald D. e Jackson, Bruce P. (2005), «Does Israel Belong in the EU and NATO?», in *Policy Review*, 129, Fevereiro.
- Aso, Taro (2006), «Japanese Foreign Minister debuts at NATO Council», 4 de Maio. Disponível em www.nato.int.
- Aso, Taro (2007), «US-Japan 2+2 Joint Press Availability with Defense Secretary Robert Gates, His Excellency Taro Aso, Minister of Foreign Affairs of Japan and his Excellency Fumio Kyuma Minister of Defense of Japan», Washington DC, 1 de Maio.
- Ayoob, Mohammed (2000), «India Matters», in *The Washington Quarterly*, 23, 1, Winter.
- Ayoob, Mohammed (2002), «South-West Asia after the Taliban», in *Survival*, 44, 1, Spring.
- Bajpae, Chietigj (2007), «The search for an Asian face», in *Asia Times*, 21 de Junho.
- Banco Mundial (2007), «India at a Glance», 23 de Abril.
- Banco Mundial (2007a), *World Development Indicators Database*, 23 de Abril. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf>.
- Basu, Kaushik (2005), «Lee Kwan Yew's India Rethink», in *BBC World News*, 25 de Abril.
- Basu, Prasenjit K. (2005), «India and the Knowledge Economy: the 'Stealth Miracle' is Sustainable», in *India as a New Global Leader*, Londres, The Foreign Policy Centre.
- Beck, Ulrich (2003), «Understanding the Real Europe», in *Dissent*, 50, 3, Summer.
- Bell, Coral (2005), «The Twilight of the Unipolar World», in *The American Interest*, 1, 2, Winter.
- Berger, Thomas U. (2002), «Germany, Japan and the War on Terror», in *Society*, 39, 4, Julho/Agosto.
- Bhadrakumar, M. K. (2007), «India holds key in NATO's world view», in *Asia Times Online*, 6 de Outubro.
- Bhagwati, Jagdish (2006), «Indian Lessons», in *AEI*, 28 de Fevereiro.
- Bhandari, Laveesh (2007), «Wages of the Young», in *The Indian Express*, 17 de Fevereiro.
- Bhargav, Tani e Bhargava, Rajeev (2006), «The Indian Experience», in *openDemocracy*, 12 de Maio.

- Bhargava, Rajeev (2002), «Words saves Lives: India, the BJP, and the Constitution», in *openDemocracy*, 2 de Outubro.
- Blackwill, Robert D. (2005), «The India Imperative», in *The National Interest*, 80, Summer.
- Blumenthal, Dan (2006), «America and Japan Approach a Rising China», in *Asian Outlook*, AEI, #4, Dezembro.
- Bobbitt, Phillip (2002). *The Shield of Achilles*, Londres, Penguin.
- Boot, Max (2003), «Neither New nor Nefarious: the Liberal Empire Strikes Back», in *Current History*, 192, 667, Novembro.
- Bracken, Paul (1999), «Asia's Militaries and the New Nuclear Deal», in *Current History*, 98, 632, Dezembro.
- Bremmer, Ian, *et al.* (2006), «A New Forum for Peace», in *The National Interest*, 82, Winter 2005/06.
- Bremmer, Ian (2007), «A Second Look...», in *The National Interest*, 90, Julho/Agosto.
- Brinkley, Joel (2005), «In new tone, Rice voices frustration with China», in *New York Times*, 20 de Agosto.
- Brown, Chris (2004), «Do Great Powers Have Great Responsibilities? Great Powers and Moral Agency», in *Global Society*, 18, 1, Janeiro.
- Bureau of Public Affairs (2006), «The US and India: a Growing Strategic Partnership», Washington DC, 27 de Fevereiro.
- Buruma, Ian e Margalit, Avishai (2004). *Occidentalism, the West in the Eyes of its Enemies*, Nova Iorque, Penguin Press.
- Burch, Druin (2007), «Making the Cut», in *Times Literary Supplement*, 5 de Outubro.
- Bush, George W. (2006), «State of the Union Address by the President», Capitol, Washington DC, 21 de Janeiro.
- Calder, Kent E. (2006), «China and Japan's Simmering Rivalry», in *Foreign Affairs*, 85, 2, Março/Abril.
- Carpenter, Ted Galen (2003), «The Bush Administration's Security Strategy: Implications for Transatlantic Relations», in *Cambridge Review of International Affairs*, 16, 3, Outubro.
- Carter, Ashton B. (2006), «America's New Strategic Partner?», in *Foreign Affairs*, 85, 4, Julho/Agosto.
- Caryl, Christian (2007), «Beijing and Washington: Rivals in Asia», in *Newsweek*, 10 de Setembro.

- Casa Branca, (2006), «The National Security Strategy of the United States of America», 16 de Março.
- Chanda, Nayan (2007), «The US and India: Nuclear Bonding», in *YaleGlobal*, 2 de Agosto.
- Chandrasekaran, Rajiv (2007). *A Vida Imperial na Cidade Esmeralda*, Lisboa, Edições 70.
- Chaudhuri, Pramit Pal (2007), «The Indian Advantage», in *Hindustan Times*, 19 de Fevereiro.
- Chaudhuri, Pramit Pal (2007a), *AsiaSource Interview*, 10 de Maio.
- Chauduri, Amit (2005), «Colonialized and Classicist», in *Times Literary Supplement*, 5 de Agosto.
- Chellaney, Brahma (2005), «India can be America's best friend», in *International Herald Tribune*, 1 de Julho.
- Chellaney, Brahma (2006), «Japan-China: Nationalism on the rise», in *International Herald Tribune*, 15 de Agosto.
- Chellaney, Brahma (2006a), «Imperial China», in *Hindustan Times*, 29 de Outubro.
- Chellaney, Brahma (2006b), «Japan-India partnership: key to bolstering stability in Asia», in *The Japan Times*, 14 de Dezembro.
- Chellaney, Brahma (2007), «Playing the new Great Game in Asia and Beyond», in *The Japan Times*, 7 de Junho.
- Chellaney, Brahma (2007a), «'Quad Initiative': an inharmonious concert of democracies», in *Japan Times*, 19 de Julho.
- Chellaney, Brahma (2007b), «Playing the new Great Game in Asia and Beyond», in *The Japan Times*, 7 de Junho.
- China Daily* (2005), «India Begins Construction of Aircraft Carrier», 12 de Abril.
- Chiriyankandath, James (2004), «Realigning India: Indian Foreign Policy after the Cold-War», in *The Round Table*, 93, 374, Abril.
- Cho, Hee-Yeon e Chen, Kuan-Hsing (2005), «Editorial introduction: Bandung/Third Worldism», in *Inter-Asia Cultural Studies*, 6, 4.
- Choi, Ajin (2003), «The Power of Democratic Cooperation», in *International Security*, 28, 1 (Summer).
- Clark, J. C. D. (2004), «Is There Still a West? The Trajectory of a Category», in *Orbis*, 48, 4, Fall.
- Cohen, Stephen P. (2006), «President George W. Bush's Visit to India and Pakistan», The Brookings Institution, 23 de Fevereiro.

- Cohen, Warren I. (2007), «Yen Rules», in *Times Literary Supplement*, 6 de Julho.
- Coker, Christopher (1998). *Twilight of the West*, Boulder, Westview Press.
- Coker, Christopher (2002), «Britain and the New World Order: the Special Relationship in 1990s», in *International Affairs*, 68, 3.
- Christensen, Thomas (2006), «Fostering Stability or Creating a Monster? – The Rise of China and US Policy toward East Asia», in *International Security*, 31, 1 (Summer).
- Curtis, Lisa (2007), «India's Expanding Role in Asia: Adapting to Rising Power Status», Backgrounder 2008, Heritage Foundation, 20 de Fevereiro.
- Daalder, Ivo e Goldgeier, James (2006), «Global Nato», in *Foreign Affairs*, 85, 5, Setembro/Outubro.
- Daalder, Ivo e Goldgeier, James (2006a), «For Global security, expand the Alliance», in *International Herald Tribune*, 12 de Outubro.
- Daalder, Ivo e Goldgeier, James (2006b), «US and Europe must learn about all alliances», in *Financial Times*, 14 de Dezembro.
- Daalder, Ivo e Kagan, Robert (2007), «The Next Intervention», in *The Washington Post*, 6 de Agosto.
- Daalder, Ivo e Lindsay, James (2007), «Democracies of the World, Unite», in *The American Interest*, 2, 3, Janeiro/Fevereiro.
- Daily Yomiuri Online* (2007), «Japan, US, Australia to hold 1st summit», 24 de Agosto.
- Dahlman, Carl (2007), «China and India: Emerging Technological Powers», in *Issues in Science & Technology*, 23, 3, Spring.
- Das, Gucharan (2006), «The India Model», in *Foreign Affairs*, 85, 4, Julho/Agosto.
- Der Spiegel Online* (2007), «We Indians Have to Struggle to Catch Up», 9 de Abril.
- Der Spiegel Online* (2007a), «What is Good for India is Good for the World», 29 de Outubro.
- Diamond, Larry (2000), «O Fim da Terceira Vaga e o Início da Quarta», in João Carlos Espada (coord.). *A Invenção Democrática*, Lisboa, ICS.
- Donnelly, Thomas e Wisner, Melissa (2005), «A Global Partnership between - The U.S. and India», in *Asian Outlook*, AEI, 7 de Setembro.
- Doyle, Michael (2005), «The Three Pillars of Democratic Peace», in *The American Political Science Review*, 99, 3, Agosto.

- Drezner, Daniel W. (2007), «Mind the Gap», in *The National Interest*, 87, Janeiro/Fevereiro.
- Eco, Umberto (2005), «An Uncertain Europe Between Rebirth and Decline», in Daniel Levy, Max Pensky e John Torpey (eds.), *Old Europe, New Europe, Core Europe*, Nova Iorque, Verso.
- Embree, Ainslie T. (2006), «Why It's so Important to Know About India», in *Footnotes*, Foreign Policy Research Institute, 11, 3, Junho.
- Ereli, Adam (2004), «US – India Joint Statement on the Steps in Strategic Partnership», Washington, 17 de Setembro.
Disponível em www.state.gov/r/pa/prs/ps/2004/36290.htm.
- Farrell, Diana (2006), «India Outsmarts China», in *Foreign Policy*, 152, Janeiro/Fevereiro.
- Ferguson, Niall (2005), «Sinking Globalization», in *Foreign Affairs*, 84, 2 (March/April).
- Fernández-Armesto, Felipe (2005), «Hopping about», in *Times Literary Supplement*, 24 de Junho.
- Fischer, Joschka (2002), «Global Cooperative Security in the 21st Century», 57th Session of the United Nations General Assembly, Nova Iorque, 14 de Setembro.
- Fouse, David (2005), «Japan's FY 2005 National Defense Program Outline: New Concepts, Old Compromises», in *Asia-Pacific Center for Security Studies*, vol. 4, n.º 3, Março.
- Freedman, Lawrence (2006), «Iraq, Liberal Wars, and Iliberal Containment», in *Survival*, 48, 4, Winter.
- Friedberg, Aaron (2007), «Patching up the US-Japan Bond», in *Los Angeles Times*, 26 de Abril.
- Frum, David (2005), «The Decline of Old Europe», in *AEI*, 13 de Setembro.
- Frum, David e Perle, Richard (2003). *An End to Evil*, Nova Iorque, Random House.
- Funabashi, Yoichi (2000), «Tokyo's Temperance», in *The Washington Quarterly*, 23, 3, Summer.
- Ganguly, Sumit (2004), «India's Foreign Policy Grows up», in *World Policy Journal*, 20, 4, Winter 2003-04.
- Ganguly, Sumit (2005), «America and India at the turning point», in *Current History*, 104, 686, Março.
- Ganguly, Sumit e Ayres, Alyssa (2006), «Introduction: the State of India Studies in the United States, 2006», in *India Review*, 5, 1, Janeiro.

- Garver, John W. (2002), «The Security Dilemma in Sino-Indian Relations», in *India Review*, 1, 4, Outubro.
- Gellner, Ernest (1996 [1993]), «The Coming of Nationalism and its Interpretation: The Myths of Nation and Class», in Gopal Balakrishnan (ed.). *Mapping the Nation*, London, Verso.
- Ghosh, Sanjukta (2007), «Feminism in India», in *Democratiza*, 9 (Summer).
- Gilbert, Martin, (2002 [1994]). *A Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Gilboy, George e Heginbotham, Eric (2002), «Getting Realism», in *The National Interest*, 69, Fall.
- Giuliani, Rudolph (2007), «Toward a Realistic Peace – Defending Civilization and Defeating Terrorists by Making the International System Work», in *Foreign Affairs*, 86, 5, Setembro/Outubro.
- González, Francisco E. (2004), «Mexico’s future international orientation: the UE as a model and influence», in Martín Ortega (ed.). *Global Views on the European Union*, Chaillot Paper #72, Novembro.
- Green, Michael J. (2006), «Democracy and the Balance of Power in Asia», in *The American Interest*, II, 1, Setembro/Outubro.
- Green, Michael J. (2006a), «US – Japanese Relations after Koizumi: Convergence and Cooling?», in *The Washington Quarterly*, 29, 4, Autumn 2006.
- Green, Michael J. (2007), «America’s Quiet Victories in Asia», in *Washington Post*, 13 de Fevereiro.
- Griffin, Christopher (2006), «Containment with Chinese Characteristics: Beijing Hedges against the Rise of India», in *Asian Outlook*, AEI, 3 de Setembro.
- Griffin, Christopher (2006a), «Honest Abe», in *AEI*, 4 de Setembro.
- Guha, Ramachandra (2002), «Democracy’s Biggest Gamble», in *World Policy Journal*, 19, 1, Spring.
- Guha, Ramachandra (2007), «Holding the centre», in *India Together*, 17 de Março.
- Guha, Ramachandra (2007a), «Patriot, not chauvinist», in *India Together*, 12 de Maio.
- Gupta, Dipankar (2005), «Caste and Politics: Identity over System», in *Annual Review Anthropology*, 34, 1.
- Gupta, S. P. (2002), «Report of the committee on India 2020», New Delhi, Planning Commission, Government of India, Dezembro.
- Gvosdev, Nikolas K. e Saunders, Paul J. (2005), «On Liberty», in *The National Interest*, 79, Spring.

- Haass, Richard (2005). *Opportunity, America's Moment to Alter History Course*, Nova Iorque, PublicAffairs.
- Haass, Richard (2007), «Asia's overlooked Great Power», in *Daily Times*, 20 de Abril.
- Habermas, Jürgen (2003), «Toward a Cosmopolitan Europe», in *Journal of Democracy*, 14, 4, Outubro.
- Habermas, Jürgen e Derrida, Jacques (2005), «February 15, or, What Binds Europeans Together: Plea for a Common Foreign Policy, Beginning in Core Europe», in Daniel Levy, Max Pensky e John Torpey (ed.), *Old Europe, New Europe, Core Europe*, Nova Iorque, Verso.
- Haig, Jr, Alexander M. (2007), «Democracies of the World, Unite – the debate continues», in *The American Interest*, 3, 2, Março/Abril.
- Hari, Johann (2005), «Vision Wanted», in *Times Literary Supplement*, 8 de Abril.
- Harris, Lee (2003), «The Cosmopolitan Illusion», in *Policy Review*, 118, Abril/Maio.
- Hart, Gary (2007), «Concert of Democracies, a Response», in *The American Interest*, 3, 2, Janeiro/Fevereiro.
- Himmelfarb, Gertrude (2004). *The Roads to Modernity – the British, French and American Enlightenment*, Nova Iorque, Knopf.
- Hindustan Times* (2007), «7,000 more courts soon for speedy delivery of justice: CJI», 18 de Junho.
- Hindustan Times* (2007a), «India to float its biggest ever defence tender by month-end», 18 de Junho.
- Hindustan Times* (2007b), «Indian Nuclear Scientists to monitor USS Nimitz», 1 de Julho.
- Hindustan Times* (2007c), «International naval drill kicks off in Indian Ocean», 4 de Setembro.
- Hoffman, Aaron M. (2002), «A Conceptualisation of Trust in International Relations», in *European Journal of International Relations*, 8, 3.
- Hoffmann, Stanley (2005), «American Exceptionalism: The New Version», in Michael Ignatieff (ed.). *American Exceptionalism and Human Rights*, Princeton, Princeton University Press.
- Hoffmann, Stanley (2006). *Gulliver Unbound*, Nova Iorque, Rowman & Littlefield.
- Howard, John (2004), «Address to the Institute of Public Affairs», Melbourne, 19 Maio. Disponível em www.pm.gov.au/news/speeches/speech878.html.

Howard, John (2006), «Address to the ASPI Global Forces 2006 Conference – Australia’s Security Agenda», Hyatt Hotel, Canberra, 26 Setembro. Disponível em www.pm.gov.au/media/speech/2006/speech2150.cfm.

Hughes, Christopher W. (2002), «Japan’s Re-emergence as a ‘Normal’ Military Power», in *Adelphi Paper*, 368-9, Oxford, Oxford University Press, The International Institute of Strategic Studies.

Hulsman, John e Gardiner, Nile (2006), «Confounding the Mullahs of Iran: It’s Time for Israel to Join NATO», Washington, Heritage Foundation, WebMemo #966, 24 de Janeiro.

Huntington, Samuel P. (2001 [1996]). *O Choque de Civilizações*, Lisboa, Gradiva.

Hussain, Abid e Celeste, Richard F. (coord.) (2005). *India – US Relations: A Vision for the Future*, Pacific Council on International Policy, Observer Research Foundation, Junho.

Ikenberry, John e Deudney, Daniel (1994), «The Logic of the West», in *World Policy Journal*, 10, 4, Winter.

Ikenberry, John (1997), «The West: Precious, Not Unique», in *Foreign Affairs*, 76, 2, Março/Abril.

Ikenberry, John (2001). *After Victory*, Princeton, Princeton University Press.

Ikenberry, John (2004), «The End of the Neo-Conservative Moment», in *Survival*, 46, 1, Spring.

Ikenberry, John e Slaughter, Anne-Marie (2006). *Forging a World Under Liberty and Law: US National Security in the 21st Century*, Princeton Project on National Security, Setembro.

Inderfurth, Karl *et al.* (2006), «President Bush’s Trip to South Asia: Challenges and Opportunities», A Brookings Institution Policy Briefing, February 23.

INSS (2000). *The United States and Japan: Advancing Toward a Mature Partnership*, INSS Special Report, Institute for National Strategic Studies, National Defense University, Outubro.

International Herald Tribune (2007), «Wall Street invades Mumbai», 13 de Abril.

International Herald Tribune (2007a), «A Cancerous Growth in India’s Body Politic», 26 de Abril.

Jaffrelot, Christophe (2002), «India and Pakistan: Interpreting the Divergence of Two Political Trajectories», in *Cambridge Review of International Affairs*, 15, 2.

Jaffrelot, Christophe (2006), «The Impact of Affirmative Action in India: More Political than Socioeconomic», in *India Review*, 5, 2, Abril.

Jayal, Niraja Gopal (2004), «A Malevolent Embrace? The BJP and Muslims in the Parliamentary Election of 2004», in *India Review*, 3, 3, Julho.

- Jervis, Robert (1994), «Hans Morgenthau, Realism, and the Scientific Study of International Politics», in *Social Research*, 61, 4 (Winter 1994).
- Jünger, Ernst, (2002 [1922]). *A Guerra como Experiência Interior*, Lisboa, Ulisseia.
- Kagan, Donald (1995). *Sobre as Origens da Guerra e a Preservação da Paz*, vol 2, Lisboa, Temas da Actualidade.
- Kagan, Donald (2000), «The End of Wars as the Basis for a Lasting Peace», in *Naval War College Review*, 53, 4 (Autumn).
- Kagan, Robert (1998), «The Benevolent Empire», in *Foreign Policy*, 111 (Summer).
- Kagan, Robert (2006). *Dangerous Nation*, Londres, Atlantic Books.
- Kagan, Robert e Kristol, William (2005), «The Right War for the Right Reasons», in Rosen, Gary (ed.). *The Right War? The Conservative Debate on Iraq*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- Kaldor, Mary (2003), «The Idea of Global Civil Society», in *International Affairs*, 79, 3.
- Kamdar, Mira (2002), «The Struggle for India's Soul», in *World Policy Journal*, 19, 3, Fall.
- Kamdar, Mira (2007), «The Real Price in India-US Relations», in *World Policy Journal*, 23, 4, Winter 2006/2007.
- Kamdar, Mira (2007a), «India Cannot Afford Rural Failure», in *YaleGlobal*, 20 de Abril.
- Kamiya, Mataka (2003), «Nuclear Japan: Oxymoron or Coming Soon», in *The Washington Quarterly*, 26, 1, Winter 2002-03.
- Kant, Immanuel (1995 [1795]). «A Paz Perpétua, um Projecto Filosófico», in *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*, Lisboa, Edições 70.
- Kant, Immanuel (2004 [1798]), *Metafísica dos Costumes, Princípios Metafísicos da Doutrina do Direito*, Lisboa, Edições 70.
- Kapur, Devesh (2002), «The Causes and Consequences of India's IT Boom», in *India Review*, 1, 2, Abril.
- Kapur, Devesh (2004), «Ideas and Economic Reforms in India: The Role of International Migration and the Indian Diaspora», in *India Review*, 3, 4, Outubro.
- Kashiwagi, Akiko (2006), «Yuriko Koibe: Japan's Condi's on Assertive Diplomacy», in *Newsweek*, 6 de Novembro.
- Kemp, Geoffrey (2006), «The East Moves West», in *The National Interest*, 84, Summer.
- Khan, Yasmin (2007), «India Shining», in *Prospect*, 136, Julho.

- Khanna, Parag (2005), «Bollystan: India's Diasporic Diplomacy», in *India as a New Global Leader*, Londres, The Foreign Policy Centre.
- Kissinger, Henry (2002 [1994]). *Diplomacia*, Lisboa, Gradiva.
- Kleiber, Martin e Gill, Bates (2007), «China's Space Odyssey», in *Foreign Affairs*, 86, 3, Maio/Junho.
- Klux, Dennis (2003), «India's Fine Balance», in *Foreign Affairs*, 81, 3, Maio/Junho.
- Koizumi, Junichiro (2006), «Fact Sheet: the Japan-US Alliance of the New Century», Office of the Press Secretary, The White House, 29 de Junho. Disponível em www.state.gov/p/eap/rls/68464.htm.
- Koizumi, Junichiro (2006a), «Press Conference Following the G8 Summit», 17 de Julho. Disponível em www.kantei.go.jp/foreign/koizumispeech/2006/07/17press_e.html.
- Kraft, Scott (2007), «Calling India», in *LA Times*, 6 de Maio.
- Kronstadt, K. Alan (2006), «India-U.S. Relations», CRS Issue Brief for Congress, 6 de Abril. Disponível em www.fas.org.
- Kupchan, Charles (2002). *The End of the American Era*, Nova Iorque, Knopf.
- Kurlantzick, Joshua (2007), «Fragile China» in *Democracy Journal*, 3, Winter.
- Kurth, James (2004), «Western Civilization, Our Tradition», in *The Intercollegiate Review*, 39, 1-2, Fall 2003/Spring 2004.
- Lake, Anthony, (2007), «Concert of Democracies, a Response», in *The American Interest*, 3, 2, Janeiro/Fevereiro.
- Lampton, David M. (2005), «Paradigm Lost», in *The National Interest*, 81, Fall.
- Leheny, David (2002), «Tokyo Confronts Terror», in *Policy Review*, 110, Dezembro 2001/Janeiro 2002.
- Leonard, Mark (2005). *Século XXI, A Europa em Mudança*, Lisboa, Editorial Presença.
- Lindberg, Tod (2005), «We», in *Policy Review*, 128, Dezembro 2004/Janeiro 2005.
- Lippmann, Walter (1944). *US Foreign Policy: the Shield of the Republic*, New York, Pocket Books.
- Lipset, S. M. (1981). *Political Man – the Bases of Politics*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Lloyd, John (2005), «Old Europe, New Europe, Core Europe», in *Democratija*, Winter.
- Long, Simon (2006), «India's Hour», in *The World in 2006*, Londres, *The Economist*.

- Lorber, Éric e Mitra, Primit (2005), «US – India Relations: Convergence of Interests», Center for Strategic and International Studies, South Asia Monitor, 84, 4 de Julho.
- Lowry, Rich (2006), «Bush Administration has its Geopolitics Right», in *The Salt Lake Tribune*, 21 de Abril.
- Luce, Edward (2007). *Apesar dos Deuses, A Estranha Ascensão da Índia Moderna*, Lisboa, Bizâncio.
- Magalhães, Nuno Santiago de (2007), «Shinzo Abe e o Regresso do Japão», IPRI, Occasional Papers #26, 16 de Setembro.
- Mahajan, Gurpreet (2002), «Secularism as Religious Non-Discrimination: the Universal and Particular in the Indian Context», in *India Review*, 1, 1, Janeiro.
- Mahubani, Kishore (2005), «Understanding China», in *Foreign Affairs*, 84, 5 Setembro/Outubro.
- Manent, Pierre (1987). *Histoire Intellectuelle du Libéralisme*, Paris, Hachette Littératures.
- Manent, Pierre (2003), «Current Problems of European Democracy», in *Modern*, 45, 1, Winter.
- Margolis, Eric (2005), «India Rules the Waves», in US Naval Institute Proceedings, 131, 3, Março.
- Marques de Almeida, João (2003), «A Europa Kantiana não Sobrevive ao fim da Aliança Atlântica», in *Nova Cidadesia*, 16, Abril/Julho.
- Marques de Almeida, João (2007), «Bushmarck», in *Diário Económico*, 10 Abril.
- Martin, Michael F. e Kronstadt, K. Alan (2007), «India-US Economic and Trade Relations», CRS Report for Congress, 31 de Agosto. Disponível em www.fas.org/sgp/crs/row/RL34161.pdf.
- Matthews, Eugene A. (2003), «Japan's New Nationalism», in *Foreign Affairs*, 82, 6, Novembro/Dezembro 2003.
- McCain, John (2007), «McCain Remarks», Hoover Institution, 1 de Maio.
- McNeill, William H. (1997), «What we mean by the West», in *Orbis*, 41, 4, Fall.
- Mead, Walter Russell (2002). *Special Providence*, Nova Iorque, Routledge.
- Mead, Walter Russell (2004). *Power, Terror, Peace and War*, Nova Iorque, Knopf.
- Mearsheimer, John (2002), «Hearts and Minds», in *The National Interest*, 69, Fall.
- Medeiros, Evan S. (2006), «Strategic Hedging and the future of Asia-Pacific Stability», in *The Washington Quarterly*, 29, 1, Winter 2005-06.

- Menon, Shiv Shankar (2007), «US-India Relations in the Global Context», Remarks at the Carnegie Endowment for International Peace, Washington DC, 22 de Fevereiro.
- Micklethwait, John e Wooldridge, Adrian (2003), «From Sarajevo to September 11», in *Policy Review*, 117 (February/March).
- Micklethwait, John e Wooldridge, Adrian (1994). *The Nation Nation – Why America is Different*, London, Penguin/Allan Lane.
- Mill, John Stuart (1963 [1859]), «A Few Words on Non-Intervention», in *Essays on Politics and Culture*, Nova Iorque, Anchor Books.
- Minc, Alain (2004). *Ce Monde qui Vient*, Paris, Bernard Grasset.
- Mistry, Dinshaw (2004), «A Theoretical and Empirical Assessment of India as an Emerging Power», in *India Review*, 3, 1, Janeiro.
- Mochizuki, Mike M. (2003), «Strategic Thinking under Bush and Koizumi: Implications for the US-Japan Alliance», in *Asia-Pacific Review*, 10, 1.
- Mohan, C. Raja (2003), «A Paradigm Shift Toward South-Asia?», in *The Washington Quarterly*, 26, 1, Winter.
- Mohan, C. Raja (2006), «India and the Balance of Power», in *Foreign Affairs*, 85, 4, Julho/Agosto.
- Mohan, C. Raja (2007), «Balancing Interests and Values: India's Struggle with Democracy Promotion», in *The Washington Quarterly*, 30, 3, Summer.
- Mohan, C. Raja (2007a), «Hypocrisy is an N-letter word», in *The Indian Express*, 2 de Julho.
- Mohan, C. Raja (2007b), «Big Deal. Big Heat?», in *The Indian Express*, 24 de Julho.
- Montesquieu (1900). *The Spirit of the Laws*, Nova Iorque, P. F. Collier & Son.
- Mukherji, Joydeep (2002), «India's Long March to Capitalism», in *India Review*, 1, 2, Abril.
- Nabeshima, Keizo (2006), «Abe, Bush to strengthen ties», in *The Japan Times*, 7 de Novembro.
- Nau, Henry (2002). *At Home Abroad*, Ithaca, Cornell University Press.
- Nayar, Baldev Raj (2003), «Globalization and India's National Autonomy», in *Commonwealth & Comparative Politics*, 41, 2, Julho.
- Nayar, Baldev Raj (2006), «India's Globalization: Evaluating the Economic Consequences», in *Policy Studies #22*, East – West Center, Washington.
- Nehru, Jawaharlal (1999), «The Noble Mansion of Free India», in Brian MacArthur (ed.). *The Penguin Book of the Twentieth-Century Speeches*, London, Penguin.

- Nussbaum, Martha C. (2002), «Sex, laws, and inequality: what India can teach the United States», in *Daedalus*, 131, 1, Winter.
- Nussbaum, Martha C. (2003), «Genocide in Gujarat», in *Dissent*, 50, 3, Summer.
- Nussbaum, Martha C. (2005), «The Founder», in *The New Republic*, 14 de Fevereiro.
- Nussbaum, Martha C. (2007), «Fears of Democracy», in *The Chronicle of Higher Education*, 53, 37, 18 de Maio.
- Oakeshott, Michael (2003 [1975]). *On Human Conduct*, Oxford, Oxford University Press.
- Obama, Barack (2006). *The Audacity of Hope*, Nova Iorque, Crown Publishers.
- Obama, Barack (2007), «The American Moment», Chicago Council on Global Affairs, 23 de Abril.
- Office of the Press Secretary (2006), «Fact Sheet: the Japan-US Alliance of the New Century», Casa Branca, 29 de Junho.
- Office of the Press Secretary (2006a), «US-India Joint Statement», Nova Deli, 2 de Março.
- Ogoura, Kazuo (2007), «Asia's Transformation and future of Japanese diplomacy», in *The Japan Times*, 8 de Fevereiro.
- Okamoto, Yukio (2002), «Japan and the United States: the Essential Alliance», in *The Washington Quarterly*, 25, 2, Spring.
- Oudenaren, John Van (2003), «What is Multilateral?», in *Policy Review*, 117, Fevereiro/Março.
- Parker, John (2003), «A Nation Apart – a survey of America», in *The Economist*, 8 de Novembro.
- Pei, Minxin e Swaine, Michael (2005), «Simmering Fire in Ásia: Averting Sino-Japanese Strategic Conflict», Carnegie Endowment for International Peace, Policy Brief #44, Novembro.
- Pei, Minxin (2007), «Ways to end the Sino-Japanese Chill», in *Financial Times*, 9 de Abril.
- Peters, Ralph (2003), «Atlantic Century», in *Parameters*, 33, 3, Autumn.
- Powell, Collin (2004), «A Strategy of Partnerships», in *Foreign Affairs*, 83, 1, Janeiro/Fevereiro.
- Pryce-Jones, David (2003), «The Shape of the Future», in *Commentary*, 115, 6, Junho.
- Przystup, James J. (2005), «US – Japan Relations: Towards a Mature Partnership», Institute for National Strategic Studies – Occasional Studies 2, Washington, National Defense University Press.

- Przystup, James J e Sauders, Philip C. (2006), «Visions of Order: Japan and China is US Strategy», in *Strategic Forum*, 220, INSS, National Defense University.
- Rajan, D. S. (2006), «Japan Under Transformation», South Asia Analysis Group, Paper #1741, 20 de Março.
- Rajghatta, Chidanand (2007), «The Visa Thing», in *The Times of India*, 3 de Fevereiro.
- Ramachandran, Sudha (2007), «India's quiet sea power», in *Asia Times*, 2 de Agosto.
- Ramachandran, Sudha (2007a), «India Promotes 'goodwill' naval exercises», in *Asia Times*, 14 de Agosto.
- Rampini, Federico (2007). *China e Índia, as duas grandes potências emergentes*, Lisboa, Presença.
- Rao, Jaithirth (2007), «Presidents may come... they may go», in *The Indian Express*, 13 de Março.
- Reuters (2007), «Why Can't NATO go global, key US lawmaker asks», 22 de Junho.
- Rice, Condoleezza (2002), «Balance of Power that Favors Freedom». Disponível em http://www.ciaonet.org/olj/fpa/fpa_dec02_rice.pdf.
- Rice, Condoleezza, *et al.* (2005), «US-Japan Alliance: Transformation and Realignment for the Future», 29 de Outubro. Disponível em www.jda.go.jp.
- Rice, Condoleezza (2006), «Our Opportunity with India», in *Washington Post*, 13 de Março.
- Rice, Condoleezza (2006a), «Remarks at BBC Today – Chatham House Lecture», Blackburn (UK), 31 de Março.
Disponível em <http://www.state.gov/secretary/rm/2006/63969.htm>.
- Riedel, Bruce (2007), «US-Indian Relations: a New Agenda for a New Era», Center of the Advanced Study of India at the University of Pennsylvania, 19 de Abril.
- Romney, Mitt (2007), «Rising to a New Generation of Global Challenges», in *Foreign Affairs*, 86, 4, Julho/Agosto.
- Rubioff, Arthur G. (2005), «Diaspora as a Factor in US-India Relations», in *Asian Affairs: an American Review*, 32, 3, Fall.
- Ruggie, John Gerard (1992), «Multilateralism: the Anatomy of an Institution», in *International Organization*, 46, 3, Summer.
- Rupp, Richard (2006), «Israel in NATP? A Second Look», in *The National Interest*, 86, Novembro/Dezembro.

Samuels, Richard J. (2006), «Japan's Goldilocks Strategy», in *The Washington Quarterly*, 29, 4, Autumn.

Saran, Shyam (2006), «Indo-Relations: an Agenda for the Future – Foreign Secretary Mr. Shyam Saran's Address to the Heritage Foundation», Ministry of External Affairs, 3 de Março. Disponível em <http://meaindia.nic.in>.

Saunders, Philip C. (2007), «China's ASAT Test: Motivations and Implications», Institute for National Strategic Studies, National Defense University, Special Report, Junho.

Schaffer, Teresita C. (2006), «Testimony before Subcommittee on Asia and the Pacific», House International Relations Committee, 21 de Setembro. Disponível em www.csis.org.

Scheffer, Jaap de Hoop (2006), «Speech by NATO Secretary General Jaap de Hoop Scheffer in Riga, Latvia», 14 de Julho. Disponível em <http://www.nato.int/docu/speech/2006/s060714a.htm>.

Schlesinger Jr., Arthur (1983), «Foreign Policy and American Character», in *Foreign Affairs*, vol. 62, n.º 1, Fall.

Schmitt, Gary J. e Blumenthal, Dan (2006), «A Japan that Can Say Yes», in *AEI*, 2 de Outubro.

Scowcroft, Brent (2007), «The Dispensable Nation?», in *The National Interest*, Julho/Agosto.

Semprún, Jorge e Villepin, Dominique de (2005). *L'Homme Européen*, Paris, Plon.

Sen, Amartya (2005), «Monmohan Singh», in *Time*, 18 de Abril.

Sharansky, Natan (2002). *Democracy for Peace*, Essential Essays, n.1, Washington, American Enterprise Institute.

Sheridan, Greg (2006), «East Meets East: the Sino-Indian Rivalry», in *The National Interest*, 86, Novembro/Dezembro.

Sheshabalaya, Ashutosh (2006). *Made in India, a Próxima Superpotência Económica e Tecnológica*, Lisboa, Centro Atlântico.

Shuja, Sharif (2005), «The Realignment of India-US Relations: Strategic Dimensions», in *Contemporary Review*, 287, 1677, Outubro.

Signer, Michael (2006), «A City on a Hill», in *Democracy, a Journal of Ideas* (Summer).

Singh, Jaswant (1998), «Against Nuclear Apartheid», in *Foreign Affairs*, 77, 5, Setembro/Outubro.

Singh, Manmohan (2004), «Russell C. Leffingwell Lecture with Manmohan Singh», Council on Foreign Relations, Nova Iorque, 24 de Setembro.

Singh, Manmohan (2005), «PM's inaugural speech at Pravasi Bharatiya», Mumbai, 7 de Janeiro.

Singh, Manmohan (2005a), «PM's Speech at India Today Conclave», Nova Deli, 25 de Fevereiro. Disponível em <http://pmindia.nic.in>.

Singh, Manmohan (2005b), «President, Indian Prime Minister Singh Exchange Toasts», Washington, Office of the Press Secretary, 18 de Julho.

Singh, Manmohan (2005c), «Statement by Prime Minister Dr. Manmohan Singh in Parliament on his Visit to the United States», Nova Deli, 29 de Julho. Disponível em www.indianembassy.org/press_release/2005/July/31.htm.

Singh, Manmohan (2006), «PM's opening remarks at press interaction with Australian PM», Nova Deli, 6 de Março. Disponível em <http://pmindia.nic.in>.

Singh, Manmohan (2007), «India-Japan Economic Complementarities for a Greater Significance for Asia», in *New Asia Monitor*, 4, 1, Janeiro. Disponível em http://www.newasiaforum.org/NAM_Jan_2007.pdf.

Singh, N. K. (2007), «India and Japan: Great Expectations», in *The Indian Express*, 26 de Agosto.

Singh, S. Nihal (2004), «Indian Election: Of Computer Mice and Men», in *YaleGlobal*, 17 de Maio.

Snyder, Jack (1991). *Myths of Empire, Domestic Politics and International Ambitions*, Ithaca, Cornell University Press.

Spengler, Oswald, (1991 [1918]). *The Decline of the West*, New York, Oxford University Press.

Stelzer, Irwin (2005). *NeoConservatism*, Londres, Atlantic Books.

Stern, Fritz, (2005), «Lessons from German History», in *Foreign Affairs*, 85, 3 (May/June 2005).

Strauss-Kahn, Dominique (2002). *A Chama e a Cinza*, Lisboa, Terramar.

Szechenyi, Nicholas (2006), «A Turning Point for Japan's Self-Defense Forces», in *The Washington Quarterly*, 29, 4, Autumn.

Task Force on Foreign Relations for the PM (2002), «Basic Strategies for Japan's Foreign Policy in the 21st Century New Era, New Vision, New Diplomacy», 28 de Novembro. Disponível em http://www.kantei.go.jp/foreign/policy/2002/1128tf_e.html.

Taylor, A.J.P. (1977 [1954]). *The Struggle for Mastery of Europe, 1848-1918*, Oxford, Oxford University Press.

- Tellis, Ashley J. (2005), «India as a New Global Power – an Action Agenda for the United States», Carnegie Endowment for International Peace.
- Tellis, Ashley J. (2005a), «Indo-US Relations Headed for a Grand Transformation?», in *YaleGlobal*, 14 de Julho.
- Tharoor, Shashi (2007), «A Glossary of Indianness – The ‘B’ List», in *The Times of India*, 29 de Abril.
- Todorov, Tzvetan (2001), «Totalitarianism: Between Religion and Science», in *Totalitarian Movements and Political Religions*, 2, 1 (Summer).
- Tönnies, Ferdinand, (1974 [1887]). *Community and Association*, London, Routledge & Kegan Paul.
- The Economist* (2004), «The place to be?», 11 de Novembro.
- The Economist* (2005), «Happy ending?», 17 de Março.
- The Economist* (2006), «Passing the Torch», 5 de Janeiro.
- The Economist* (2006a), «Making the trains run on time», 18 de Fevereiro.
- The Economist* (2007), «Goldilocks tests the vindaloo», 9 de Junho.
- The Military Balance 2007*. London IISS, Londres, Routledge.
- US Department of State (2005), «US-India Global Democracy Initiative», Washington DC, 18 de Julho.
- Vajpayee, Atal Bihari (1998), «We have show them that ew mean business», in *India Today*, 25 de Maio.
- Varma, Pavan K. (2006). *A Índia no século XXI*, Lisboa, Presença.
- Venkateshwar, Parsa (2004), «The end of ideology in India?», in *openDemocracy*, 10 de Junho.
- Verma, Arvind (2005), «Policing Elections in India», in *India Review*, 4, 3-4, Julho/Outubro.
- Walker, Martin (2006), «India’s Path to Greatness», in *Wilson Quarterly*, 30, 3, Summer.
- Wall Street Journal* (2006), «NATO for Israel», 12 de Fevereiro.
- Walsh, Bryan (2006), «Why Japan is Cozying to India», in *Time*, 13 de Dezembro.
- Wasserman, Edward (2007), «Outsourcing the news business overseas», in *Miami Herald*, 28 de Maio.

Watanabe, Akio (2001), «First Among Equals», in *The Washington Quarterly*, 24, 3, Summer 2001.

Watanabe, Tsuneo (2007), «New Links with China are Key to Japan's Security», in *New Perspectives Quarterly*, 24, 1, Winter.

Will, George (2006), «Japan's Move to Normality», in *Newsweek*, 11 de Setembro.

Wolf, Martin (2001), «Will the Nation-State Survive Globalization?», in *Foreign Affairs*, Janeiro/Fevereiro.

Xinbo, Wu (2006), «The End of the Silver Lining: a Chinese View of the US-Japanese Alliance», in *The Washington Quarterly*, 29, 1, Winter 2005-06.

Yang, David (2007), «Democracies of the World, Unite – the debate continues», in *The American Interest*, 3, 2, Março/Abril.

Yuan, Jing-Dong (2007), «The Dragon and the Elephant: Chinese-Indian Relations in the 21st Century», in *The Washington Quarterly*, 30, 3, Summer.

Zakaria, Fareed (2006), «The Decline and Fall of Europe», in *Newsweek*, 20 de Fevereiro.

Zakaria, Fareed (2006a), «Nixon to China, Bush to India», in *Newsweek*, 147, 9, 27 de Fevereiro.

Zakaria, Fareed (2007), «Losing Another War... in Asia», in *Newsweek*, 30 de Abril.

Zhao, Suisheng (2006), «China's Pragmatic Nationalism: is it Manageable?», in *The Washington Quarterly*, 29, 1, Winter 2005-06.

Zoellick, Robert (2000), «A Republican Foreign Policy», in *Foreign Affairs*, 79, 1, Janeiro/Fevereiro.

5. Capítulo III: o fim do eurocentrismo

Barma, Naazneen e Ratner, Ely (2006), «China's Illiberal Challenge», in *Democracy – A Journal of Ideas*, 2, Fall.

Basu, Kaushik (2005), «Lee Kwan Yew's India Rethink», BBC World News, 25 de Abril.

Bildt, Carl (2007), in *Público*, 8 de Abril.

Boucher, Richard A. (2006), «The US – India Friendship: Where We Were and Where We're Going», Remarks at the Confederation of Indian Industries, New Delhi, India, 7 de Abril.

Bracken, Paul (2000), «The Second Nuclear Age», in *Foreign Affairs*, 7, 1 (January/February).

- Brown, Chris (2004), «Do Great Powers Have Great Responsibilities? Great Powers and Moral Agency», in *Global Society*, 18, 1 (January).
- Brzezinski, Zbigniew (2007). *Second Change*, New York, Basic Books.
- Burns, Nicholas (2007), «US-India Relations in the Global Context», Remarks at the Carnegie Endowment for International Peace, Washington DC 22 de Fevereiro.
- Buruma Ian (2006), «Why They Hate Japan», in *New York Review of Books*, LIII, 14 (September 21).
- Calder, Kent E. (2006), «China and Japan's Simmering Rivalry», in *Foreign Affairs*, 85, 2 (March/April).
- Cheney, Dick (2004), «Remarks by the Vice President at the Washington Post-Yomiuri Shimbun Symposium», Hotel Okura, Tokyo, Japan, 13 de Abril.
- Cohen, Stephen P. (2006), «President George W. Bush's Visit to India and Pakistan», The Brookings Institution, 23 de Fevereiro.
- Corn, Tony (2007), «The Revolution in Transatlantic Affairs», in *Policy Review – Web Special*, August.
- Daalder, Ivo e Lindsay James (2007), «Democracies of the World, Unite», in *American Interest*, 2, 3, Janeiro/Fevereiro.
- Darwin, John (2007). *After Tamerlane*, Londres, Allen Lane.
- Das, Gurcharan (2007 [2000]). *Le Réveil de L'Inde*, Paris, Buchet/Chastel.
- Davies, Norman (2006). *Europe at War*, London, Macmillan.
- Donnelly, Thomas e Wisner, Melissa (2005), «A Global Partnership between – The U.S. and India», American Enterprise Institute, Asian Outlook, 7 de Setembro.
- Fair, Christine (2007), «India and Iran: New Dehli's Balancing Act», in *The Washington Quarterly*, 30, 3, Summer.
- Ferguson, Niall (2006). *The War of the World*, London, Penguin/Allen Lane.
- Garfinkle, Adam (2006), «Alone in a Crowd», in *The American Interest*, I, 3, Spring.
- Gat, Azar (2007), «The Return of Authoritarian Great Powers», in *Foreign Affairs*, 86, 4, Julho/Agosto.
- Haass, Richard (2005). *Opportunity, America's Moment to Alter History Course*, New York, PublicAffairs.
- Hamilton, Alexander, *et al.* (2003 [1788]). *O Federalista*, Lisboa, Edições Colibri.

Hassner, Pierre (2004), «Inquietações de um Euro-Atlantista, Teresa de Sousa entrevista Pierre Hassner», in *Relações Internacionais*, 1, Março.

Hassner, Pierre (2006), «The Fate of the Century», in *The American Interest*, 2, 6, Julho/Agosto.

Hutton, Will (2007). *The Writing on the Wall – China and the West in the 21st Century*, London, Lütte, Brown.

Ikenberry, John (1996), «The Myth of the Post-Cold War Chaos», in *Foreign Affairs*, 73, 3 Maio/Junho.

Ikenberry, John e Slaughter, Anne-Marie (2006), Princeton Project on National Security, *Forging a World Under Liberty and Law: US National Security in the 21st Century*, Setembro.

Jackson, Robert (2005), «Non, Merci», in *Times Literary Supplement*, 3 de Junho.

Kagan, Robert (2007), «End of Dreams, Return of History», in *Policy Review*, 144, Agosto/Setembro.

Khilnani, Sunil (2005), «India as a Bridging Power», in *India as a New Global Leader*, Londres, The Foreign Policy Centre.

Kwa, Chong Guan, and Tan, See Seng (2001), «The Keystone of World Order», in *The Washington Quarterly*, 24, 3 (Summer).

Kynge, James (2006). *A China Abala o Mundo*, Lisboa, Bizâncio.

Lee, Chung Min (2005), «China's Rise, Asia's Dilemma», in *The National Interest*, 81 (Fall).

Leonard, Mark (2005). *Século XXI, a Europa em Mudança*, Lisboa, Editorial Presença.

Luce, Edward (2007). *Apesar dos Deuses, A Estranha Ascensão da Índia Moderna*, Lisboa, Bizâncio.

Mahbubani, Kishore (2006), «The Impeding Demise of the Postwar System», in *Survival*, 47, 4, (Winter 2005-2006).

Mahbubani, Kishore (2007), «Charting a New Course», in *Survival*, 49, 3.

Manent, Pierre (2004), «The Perils of Identity Politics», in *Journal of Democracy*, 15, 3.

Mann, James (2007), «A Shining Model of Wealth Without Liberty», in *Washington Post*, 20 de Maio.

Mead, Walter Russell (2002), «The Case Against Europe», in *The Atlantic Monthly*, 289, 4.

Mead, Walter Russell (2004), «Goodbye to Berlin?», in *The National Interest*, 75, Spring.

Mead, Walter Russell (2005), «AI Symposium – The Sources of American Power», in *The American Interest*, 1, 1, Autumn.

- Mistry, Dinshaw (2004), «A Theoretical and Empirical Assessment of India as an Emerging Power», in *India Review*, 3, 1, Janeiro .
- Mohan, C. Raja (2006), «India and the Balance of Power», in *Foreign Affairs*, 85, 4, Julho/Agosto.
- Moisi, Dominique (2006), «After Unipolarity, Europe's time to make a difference», in *The Daily Star*, 19 de Dezembro.
- Montesquieu (1900). *The Spirit of the Laws*, Nova Iorque, P. F. Collier & Son.
- National Intelligence Council* (2004), «Mapping the Global Future», Report of the National Intelligence Council's 2020 Project, Dezembro.
- Nautiyal, Annpurna (2006), «Current Trends in India-US Relations: Hopes for a Secure Future», in *Strategic Insights*, V, 4, Abril.
- Okamoto, Yukio (2002), «Japan and the United States: the Essential Alliance», in *The Washington Quarterly*, Spring.
- Prestowitz, Clyde (2004), «The Great Reverse – Part I», in *YaleGlobal*, 2 de Setembro.
- Rice, Condoleezza (2006), «Our Opportunity with India», in *Washington Post*, 13 de Março.
- Rice, Condoleezza (2006a), «Transformational Diplomacy: Remarks at George School of Foreign Service», Washington, 18 de Janeiro.
Disponível em <http://www.state.gov/secretary/rm/2006/59306.htm>.
- Rice, Condoleezza (2007), «Resources for Transformational Diplomacy», Statement Before the Senate Appropriations Subcommittee on Foreign Operations», Washington DC, 10 de Maio. Disponível em www.state.gov.
- Sahni, Varun (2006), «India and the Asian Security Architecture», in *Current History*, 105, 690, Abril.
- Schaffer, Teresita C. (2002), «Building a New Partnership with India», in *The Washington Quarterly*, 25, 2, Spring.
- Sen, Amartya (2007). *Identidade e Violência*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Sheshabalaya, Ashutosh (2006). *Made in India, a Próxima Superpotência Económica e Tecnológica*, Lisboa, Centro Atlântico.
- Singh, Jaswant (1998), «Against Nuclear Apartheid», in *Foreign Affairs*, 77, 5 (September/October).
- Singh, Manmohan (2005), «PM's inaugural speech at Pravasi Bharatiya», Mumbai, 7 de Janeiro.

Talbott, Strobe (2005), «Good day for India, Bad day for Non-Proliferation», in *YaleGlobal*, 21 de Julho.

Taylor, A.J.P. (1977 [1954]). *The Struggle for Mastery of Europe, 1848-1918*, Oxford, Oxford University Press.

Tellis, Ashley J. (2000), «Smoke, Fire, and What to Do in Asia», in *Policy Review*, 100, Abril/Março.

The Economist (2005), «Bend them, break them», 22 de Outubro.

The Economist (2007), «Carriers without Harriers», July 21st.

The New York Times (2007), «Sarkozy, a Frenchman in a Hurry, Maps his Path», 24 de Setembro.

Todd, Emmanuel (2002). *Após o Império*, Lisboa, Edições 70.

Watanabe, Akio (2004), «A Continuum of Chance», in *The Washington Quarterly*, 27, 4, Autumn.

World Trade Organization (2006), *International Trade Statistics 2006*, World Trade Organization, Geneva.

Disponível em http://www.wto.org/english/res_e/statistics_e/its2006_e/its2006_e.pdf.

6. Conclusão

Drezner, Daniel W. (2007), «The New New World Order», in *Foreign Affairs*, 86, 2 (March/April).

Mahbubani, Kishore (2006), «The Impeding Demise of the Postwar System», in *Survival*, 47, 4 (Winter 2005-2006).

Nel, Philip, *et al.* (2000), «Multilateralism in South Africa's Foreign Policy: the Search for a Critical Rationale», in *Global Governance*, 6, 1 (January-March).